

VERONICA CAMPOS

PENSO,



LOGO

ESCREVO



um guia metodológico
introdutório para a redação
de ensaios filosóficos



Esse volume reúne um leque de ferramentas úteis a todo aquele que deseja iniciar ou progredir na escrita de textos de natureza filosófica. Por possuir caráter auto-instrutivo e linguagem simples e acessível, pode ser lido de forma proveitosa por qualquer pessoa que se interesse pelo tema: estudantes novatos e adiantados, aspirantes, simpatizantes, curiosos e mesmo profissionais já estabelecidos na área. Ao longo dos capítulos, são apresentadas e discutidas quinze variantes, isto é, quinze formas clássicas que um ensaio de filosofia pode assumir, com exemplos reais extraídos de importantes revistas e periódicos nacionais e internacionais. O livro também contém exercícios para treinar o reconhecimento dessas variantes, para refletir e assimilar o conteúdo aprendido e incentivar a experimentação de diferentes técnicas de composição.



PENSO, LOGO ESCREVO

PENSO, LOGO ESCREVO

UM GUIA METODOLÓGICO INTRODUTÓRIO PARA
A REDAÇÃO DE ENSAIOS FILOSÓFICOS

Veronica Campos



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhamento 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CAMPOS, Veronica

Penso, logo escrevo: Um guia metodológico introdutório para a redação de ensaios filosóficos [recurso eletrônico] / Veronica Campos -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

277 p.

ISBN: 978-65-5917-475-1

DOI: 10.22350/9786559174751

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Metodologia filosófica; 2. Redação; 3. Ensaio; 4. Pesquisa; 5. Manual; I. Título.

CDD: 100

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100

Dedicado aos amigos Ludmila e Eduardo Teodoro.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram direta e indiretamente para que esse livro chegasse a existir. Aqui tem o dedo de diversos professores, colegas, autores, alunos, pessoas desconhecidas com quem conversei uma única vez, anônimos que deixaram comentários preciosos em minhas publicações na internet e, é claro, aqueles que estiveram envolvidos diretamente comigo no projeto de tornar o treinamento da escrita mais presente de um ponto de vista institucional. Tenho especial gratidão a todos os pupilos que participaram do Grupo de Estudos Escrita Argumentativa na Fafich. Nossos encontros semanais foram a minha principal motivação para escrever esse livro. Agradeço sinceramente a todo o Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, que acolheu esse projeto; em especial ao professor André Abath, meu primeiro incentivador e pessoa com quem mais aprendi; aos professores Alice Serra e Verlaine Freitas, pelo apoio e confiança; e aos funcionários André e Edilma, pelo suporte permanente. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, sem a qual meu mestrado e doutorado não teriam sido possíveis.

SUMÁRIO

1 13

INTRODUÇÃO

1.1. ESTILO ARGUMENTATIVO	23
1.2. ESTILO EXEGÉTICO	28
1.3. ESTILO EXEGÉTICO-ARGUMENTATIVO (MISTO)	35
1.4. EXERCÍCIOS.....	41

2 43

MODELOS ARGUMENTATIVOS

2.1. ARGUMENTATIVO EQUILIBRADO	43
2.2. ARGUMENTATIVO EQUILIBRADO COM TERCEIRA VIA.....	53
2.3. ARGUMENTATIVO PERSUASIVO.....	59
2.4. ARGUMENTATIVO PERSUASIVO-TERAPÊUTICO.....	69
2.5. ARGUMENTATIVO ESPECULATIVO	78
2.6. EXERCÍCIOS.....	88

3 92

MODELOS EXEGÉTICOS

3.1. EXEGÉTICO SINCRÔNICO CLÁSSICO	92
3.2. EXEGÉTICO SINCRÔNICO APLICADO	103
3.3. EXEGÉTICO SINCRÔNICO-COMPARATIVO	109
3.4. EXEGÉTICO DIACRÔNICO CLÁSSICO.....	116
3.5. EXEGÉTICO DIACRÔNICO-COMPARATIVO.....	125
3.6. EXERCÍCIOS.....	131

4 135

MODELOS MISTOS

4.1. EXEGÉTICO-ARGUMENTATIVO ATRIBUTIVO.....	135
4.2. EXEGÉTICO-ARGUMENTATIVO DE ESCLARECIMENTO	145
4.3. EXEGÉTICO-ARGUMENTATIVO TIPO LEITURA CRÍTICA	157
4.4. EXEGÉTICO-ARGUMENTATIVO TIPO REESCREVENDO A HISTÓRIA.....	166
4.5. EXEGÉTICO-ARGUMENTATIVO TIPO COMPREENDER E TRANSFORMAR O MUNDO.....	173
4.6. EXERCÍCIOS.....	182

5 **187**

TÉCNICAS DE COMPOSIÇÃO

5.1. COMPOSIÇÃO POR RASCUNHO SIMPLES.....	191
5.2. COMPOSIÇÃO EXPANSIVA.....	202
5.3. COMPOSIÇÃO POR COMANDOS.....	216
5.4. EXERCÍCIOS	237

6 **238**

MITOS E EQUÍVOCOS

7 **258**

RESPOSTAS DOS EXERCÍCIOS

REFERÊNCIAS **270**

1

INTRODUÇÃO

Esse é o livro que eu gostaria de ter lido dez anos atrás, quando entrei na faculdade de Filosofia. Sempre adorei escrever e sempre acreditei que a escrita estava no meu inventário de talentos e habilidades, se é que algo assim existe. Não poderia imaginar que a tarefa de sentar para redigir textos filosóficos profissionalmente pudesse me trazer grandes dores de cabeça. No entanto, em muitos momentos, acabou trazendo. Para dizer a verdade, ainda traz, já que escrever bem é um projeto vivo, e uma jornada de uma vida inteira.

Atribuo isso, em parte, a não ter podido consultar um livro como este nos momentos mais críticos. A maior parte das coisas que aprendi sobre metodologia e escrita filosófica estiveram completamente “pulverizadas” nos cursos que fiz, aulas que assisti, pessoas com quem falei e livros que li; e estendidas ao longo de uma fatia de tempo considerável. Esse conhecimento era de difícil acesso, justamente por não estar reunido em nenhum lugar. Foi por isso que decidi compactá-lo e reuni-lo aqui. Minha ideia é que esse livro possa facilitar o acesso e servir de guia para quem escreve ou pretende começar a escrever textos filosóficos.

Embora tenha sido escrito por mim, uma pessoa da Filosofia, pensando principalmente em auxiliar alunos de Filosofia nas etapas iniciais de seu processo de formação, na realidade esse é um livro que pode ser lido de forma proveitosa por qualquer um que se interesse pelo tema: estudantes novatos e adiantados, aspirantes, simpatizantes, curiosos e

mesmo profissionais já estabelecidos na área. É um livro escrito em linguagem simples e acessível, e bastante auto-instrutivo.

Uma coisa que pode não estar inteiramente clara para aquele que acabou de pegar o livro pela primeira vez são as razões para se estudar metodologia *de escrita*, especificamente (em vez de simplesmente focar em metodologia de pesquisa). Aliás, essa dúvida pode ser até mais profunda: por que estudar (qualquer) metodologia, para começo de conversa, em vez de simplesmente estudar “o que interessa”, que são os filósofos ou os temas eleitos? A escrita não é uma atividade expressiva, e a filosofia não é o exercício do livre pensar? Por que, exatamente, devo me preocupar com ter um método? Gostaria de apresentar ao leitor algumas razões.

Um fenômeno que já testemunhei muitas vezes é o da pessoa que segue essa linha de raciocínio e investe todos os recursos disponíveis – tempo, energia, etc. – no estudo do filósofo ou tema a que escolheu se dedicar. Ao cabo de um certo período, ela sabe praticamente tudo o que é possível saber sobre aquele filósofo, ou tema. Tecnicamente falando, essa pessoa se tornou o especialista definitivo. Ninguém na redondeza sabe mais do que ela sobre o assunto. Porém há um problema: essa pessoa não sabe se expressar bem. Porque ela nunca treinou isso. A habilidade está subdesenvolvida, atrofiada, então essa pessoa não é muito boa em mostrar ao mundo o conhecimento que adquiriu. À custa de muita angústia e de muito esforço intelectual, ela consegue veicular suas ideias, mas só para aqueles pares que são quase tão versados quanto ela. Como resultado, é como se essa pessoa fosse menos especialista do que uma outra que, eventualmente, sabe menos; mas que

transmite muito bem o que sabe e o que pensa, e que é capaz de veiculá-lo de forma maximamente inteligível.

O estudo da metodologia vale a pena, em primeiro lugar, para isso: para te poupar do infortúnio de ver alguém que sabe menos do que você obtendo mais reconhecimento, convencendo mais e sendo mais bem-sucedido do que você na grande empresa filosófica, que é uma empresa eminentemente social – a filosofia é feita entre pessoas. Se tudo o que você sabe faz muito sentido na sua cabeça mas não quando é posto no papel ou dito em voz alta, você não é um bom filósofo, e deve considerar melhorar isso.

Uma segunda razão pela qual vale a pena dedicar pelo menos uma parte dos seus recursos ao estudo da metodologia, em geral, e da metodologia de escrita, em particular, tem a ver com a sua capacidade de autodeterminação, ou com sua “liberdade”, digamos assim. Você só pode efetivamente escolher qual caminho seguir se você souber, pelo menos por alto, quais são os caminhos que existem.

Embora escrever um ensaio filosófico possa ser uma tarefa expressiva e “livre” (o que quer que isso seja), escrever um ensaio filosófico *bom* é uma tarefa com requisitos bastante peculiares, em relação a outros tipos de escrita; sendo que um desses requisitos é o uso de ferramentas também bastante específicas, as quais o indivíduo simplesmente precisa dominar.

Não há como dar a volta aqui, você precisa dominar essas ferramentas se quiser fazer *bem* aquilo que escolheu fazer. E, afinal de contas, é isso que todos nós queremos, não? Eu não acredito que alguém venha se aventurar nesse departamento pensando em fazer qualquer coisa menos do que o excelente. Não que eu e meus colegas tenhamos delírios

de grandeza, não se trata disso; e obviamente não estou dizendo que todos nós conseguimos nos tornar tão excelentes quanto gostaríamos. O que estou dizendo é que alguém que escolhe se dedicar à filosofia, e principalmente alguém que escolhe fazer dela algo mais do que um hobby, escolhe isso porque admira e se identifica com atributos como: perspicácia, sagacidade, atenção às sutilezas, acuidade. É uma pessoa que ama a astúcia e a perícia.

Essa pessoa não quer ser autora de um trabalho que aqueles que ela admira por essas mesmas qualidades considerarão mediano. Consequentemente, não poderá confiar somente na sua criatividade, na sua aptidão para a escrita de textos de outros gêneros, ou para a escrita “em geral”; nem nos seus instintos, ou na sua genialidade auto-percebida. Ela precisará dominar as ferramentas específicas.

O que normalmente passa batido, contudo, é que essas ferramentas são numerosas. Há uma miríade de tipos de texto que podem ser escritos, e de recursos mais e menos adequados para se produzir cada efeito. Eu gosto de colocar as coisas nos seguintes termos: a razão pela qual há uma multiplicidade de ferramentas é que há muitas espécies diferentes de coisas a fazer. É a mesma razão pela qual temos uma infinidade de ferramentas práticas no mundo: temos martelos porque há pregos a serem batidos, e coisas que precisam ser montadas usando pregos. Temos alicates porque há objetos para pegar, dobrar e torcer que não podem ser pegos, dobrados e torcidos diretamente com as mãos. Temos chaves de fenda porque há parafusos de fenda, que só podem ser apertados com essa chave; e coisas que só podem ser fixadas através de parafuso; e etc.

Do mesmo modo, há diferentes ferramentas filosóficas porque há uma grande variedade de tarefas filosóficas a fazer. No texto “Tipos de

Contribuição à Literatura Filosófica” (2021), Sanford Goldberg nomeia algumas delas:

- Apresentar contra-exemplos a uma análise
- Propor e defender uma nova análise
- Desenterrar uma pressuposição oculta numa discussão
- Levantar uma pergunta nova
- Encontrar argumentos novos para uma posição já existente
- Fazer distinções úteis
- Superar distinções aparentes
- Introduzir e definir novos conceitos
- Criar e defender uma nova teoria
- Levantar uma nova objeção
- Apresentar novos puzzles ou dilemas
- Mapear o espaço lógico, explicando opções
- Filosofar sobre um fenômeno (novo ou antigo)
- Esclarecer ou melhorar o entendimento de uma ideia ou teoria
- Modelar ou formalizar
- Fornecer uma nova análise ou explicação de algo usado por não-filósofos
- Estender uma teoria ou princípio para cobrir novos casos
- Mostrar que um problema na realidade é um falso problema
- Mostrar como um conflito ou incompatibilidade entre diferentes teorias ou posições é meramente aparente
- Pegar uma ideia existente em um contexto e aplicá-la a um novo contexto
- Aplicar uma ideia, princípio ou teoria filosófica a novos casos do mundo real

- Mostrar como resolver um problema (e como não resolver um problema)
- Extrair as implicações de um argumento ou teoria para assuntos relacionados
- Extrair as implicações de um argumento ou teoria para outras questões aparentemente não relacionadas
- Apontar o que está faltando em um argumento, ideia ou teorização
- Mostrar como uma questão filosófica é na verdade multidisciplinar
- Mostrar o pano de fundo histórico de uma ideia filosófica
- Descobrir uma “nova” filosofia e novos filósofos na história
- Explicar o valor de uma contribuição filosófica anteriormente negligenciada
- Mostrar relações surpreendentes ou semelhanças entre diferentes ideias, argumentos ou escolas de pensamento
- Mostrar como um conceito, posição ou questão filosófica mudou ao longo do tempo
- Identificar os tipos de informações empíricas necessárias para fazer progresso em uma questão filosófica
- Analisar um experimento empírico ou estudo de caso
- Verificar teorias e suposições populares com métodos empíricos ou experimentais
- Revisões de literatura

Que isso quer dizer para nós, na prática? Primeiro, que há muitas maneiras de se conduzir uma pesquisa em filosofia, e isso fará diferença para o tipo de texto que você *pode* escrever como resultado da sua pesquisa. Um carço de abacate não pode se desenvolver em um limoeiro e, se você começa um cultivo de abacate, deve pensar nisso. Do mesmo modo, uma determinada pesquisa vai poder resultar em um

determinado texto (que realiza uma das tarefas acima, por exemplo), e não poderá resultar em outros.

Segundo, que você deve definir o que fazer, em parte, *conforme* o resultado a que deseja chegar, dentro daqueles a que pode chegar. Ou seja, entre os textos que você pode escrever, você deve selecionar um; e essa seleção determinará quais as ferramentas que serão necessárias. Em outras palavras: parte do que pesa para a escolha de um método é o tipo de texto que você gostaria de ver pronto.

“Mas como eu vou saber qual é o tipo de texto que eu gostaria de ver pronto?” Esse é o X da questão: você só pode saber isso se conhecer ao menos por alto quais os tipos de texto que existem. E existem muitos. Se você não sabe quais os tipos de texto que há, você não tem escolha. E, se esse é o caso, você vai acabar batendo pregos com chave inglesa e apertando parafusos com alicate; e angustiado porque a tarefa está muito difícil e não está surtindo o resultado esperado.

É exatamente por isso que a metodologia está aí. Para te ajudar a conhecer o que é possível de ser feito e, conseqüentemente, abrir para você a possibilidade de escolher o que fazer e como fazer, reduzindo a angústia e aumentando suas chances de chegar a um texto final de melhor qualidade. Se pudéssemos resumir a importância de se aprender metodologia em uma frase, essa frase seria: é importante porque sem isso o indivíduo não tem escolha. Sem metodologia, você está condenado a plantar um caroço surpresa, cultivar uma árvore desconhecida e aceitar os frutos que vierem, em vez de colher o que você gostaria de ter. Pense nisso em pequenas proporções (por exemplo, em termos de um determinado texto, que você precise escrever hoje); e também em grandes proporções (em termos do tipo de filósofo que você quer se tornar).

É claro que não estou dizendo que saber sobre metodologia te dará controle absoluto sobre os resultados, mas apenas que te dará algum controle, o que é muito melhor do que não ter controle algum. Pense nesse livro, portanto, como uma espécie de catálogo compacto dos tipos de texto filosófico que existem (alguns dos), e das ferramentas requeridas para escrever cada um (algumas delas). Você também pode pensar nele como um pequeno cardápio, ou melhor, um livro culinário, ordem constam as receitas (tipos de texto); sendo que cada receita vem acompanhada de uma breve lista de ingredientes, modo de preparo e comentários sobre grau de dificuldade e requisitos. Segui-lo pode ser mais interessante do que se aventurar na cozinha por conta própria, se o que você busca são melhores resultados.

Agora, antes de mergulharmos de fato no conteúdo, gostaria de apresentar brevemente o que o leitor vai encontrar ao longo do volume.

O restante desse capítulo apresenta algumas noções introdutórias sobre os tipos básicos de texto filosófico. Toda forma de recortar e separar coisas corre o risco de ser reducionista e cair em estereótipos, mas é necessário traçar alguma linha de corte. Para fins de simplicidade, diremos que há dois tipos básicos de texto em filosofia: o *exegético* e o *argumentativo*.

Pense em exegese e argumentação como duas maneiras de trabalhar (isto é, de pesquisar e de escrever); ou como duas maneiras de se fazer filosofia, em vez de pensá-las como duas tradições ou escolas. Não é rigorosamente correto associar a primeira com a chamada “tradição continental”, e a segunda com a chamada “tradição analítica”, como já vi algumas pessoas fazendo. Isso porque a diferença entre esses dois tipos básicos de texto não é resultante da distinção continental *versus*

analítico e nem herda os comprometimentos que essa distinção traz consigo. Então vamos considerar que esses dois modos de trabalho, o exegético e o argumentativo, se aproximam do movimento europeu e do movimento analítico, respectivamente, apenas por estilo e temperamento; e não por características técnicas.

Apesar de a distinção ser meramente estilística, são estilos com características bastante diferentes. Interessantemente, são características distintas que *podem* se misturar. Isso porque, além desses dois tipos básicos, há ainda o conjunto das possibilidades de mescla, que podemos chamar de estilo *exegético-argumentativo*, ou simplesmente misto. Então no restante desse capítulo vamos dar uma olhada panorâmica em cada um desses três grandes blocos para, nos capítulos seguintes, entrar em detalhes sobre cada um.

O capítulo dois apresenta cinco variações de texto argumentativo, com suas características mais marcantes e com análise de exemplos reais (extraídos, a maior parte, de importantes revistas e periódicos filosóficos nacionais e internacionais). As discussões sobre cada subtipo vêm acompanhadas de dicas práticas para o treinamento da escrita dos modelos apresentados e de exercícios. Uma das dicas mais valiosas, que está presente junto da discussão sobre cada sub-estilo, é o que chamo de “script” – um passo-a-passo básico o qual, se seguido, resultará num texto daquele modelo.

Os capítulos três e quatro fazem o mesmo, porém para as variações dos textos exegético e misto, respectivamente. São apresentados e discutidos cinco modelos de cada. Vale ressaltar que esses três capítulos não cobrem de forma exaustiva as possibilidades e variações dos modelos, mas apenas algumas das mais básicas e mais comuns de se ver.

Conhecer esses modelos ampliará sobremaneira os seus horizontes a respeito daquilo que a sua pesquisa atual permite que você escreva, ou “pede” que você escreva; e também te permitirá ver com mais clareza para qual direção você precisa caminhar com sua pesquisa a fim de poder escrever o tipo de texto que gostaria de escrever. Com isso já mais claro, você pode começar a desenvolver a sua composição.

O capítulo cinco aborda a etapa posterior à pesquisa e anterior ao advento do texto propriamente dito. É a etapa que eu chamo de *composição* – trata-se, basicamente, de transformar a sua pesquisa mais as diretrizes do modelo de texto selecionado para ser escrito num draft, isto é, na primeira versão daquele que será o texto propriamente dito, ou “texto oficial”. Ali, ensino três técnicas básicas de composição.

O capítulo seis aborda uma série de mitos e verdades sobre a escrita de textos filosóficos. Ali eu desmistifico dez dos clichês e ideias equivocadas que muitas pessoas sustentam, de forma refletida ou irrefletida, a respeito da escrita de textos filosóficos.

O capítulo sete contém a resolução comentada de todos os exercícios propostos ao longo dos capítulos.

A tradução de todos os excertos originalmente publicados em outras línguas é de minha responsabilidade, e todas as imagens e gráficos que aparecem no livro são de minha autoria.

Agora, uma palavra breve antes de partirmos para os estilos: alguns conteúdos importantes para o tema não puderam ser tratados aqui, por razões de espaço. Por exemplo, sobre a importância de se ter técnicas de leitura de textos filosóficos, e sobre a importância de se criar o hábito de (e aprender técnicas para) participar em discussões, para a escrita de textos argumentativos, especificamente. A esse respeito,

indico a leitura do livro *Doing Philosophy: a practical guide for students* (2007), de Clare Saunders *et. al.* Outro assunto importante que ficou de fora do escopo deste livro é sobre a importância de se desenvolver metodologias próprias de pesquisa e estudo da filosofia, em especial para os simpatizantes do estilo exegético. Sobre isso, indico o livro *Metodologia Filosófica* (2006), de Jean-Jacques Wunenburger e Dominique Folscheid.

1.1. ESTILO ARGUMENTATIVO

Em geral, o estilo argumentativo de texto é aquele que de um modo ou de outro gira em torno de uma *disputa* entre ideias, ou pontos de vista, sobre algo. Entenda disputa num sentido literal: estamos falando de quando duas pessoas pretendem uma coisa, mas só uma pode conseguir. Se uma ganhar, a outra irá perder. Se uma estiver certa, a outra necessariamente estará errada. Em suma, esse estilo de trabalho sempre se baseia, de um modo ou de outro, numa tentativa de mostrar que determinado filósofo está certo ou errado relativamente a determinado ponto.

Esse estilo dá muita atenção à *análise* das ideias que estão em jogo em cada um dos lados da disputa – e sempre há pelo menos dois lados –, buscando explicitar a estrutura dessas ideias, suas intuições de fundo, o conteúdo de cada uma das partes dos argumentos envolvidos, etc., com a finalidade de provar tais ideias (mostrar que estão certas) ou refutá-las (mostrar que estão erradas).

Em geral o foco desse tipo de trabalho é no *problema* (o problema que gerou a disputa), e não no filósofo. Isso significa que a pessoa que opta por trabalhar com esse tipo de metodologia só se debruça sobre determinado filósofo para ver o que ele tem a dizer contra ou a favor do

ponto que está sob disputa, e não para ver o que ele tem a dizer “em geral”, ou “como um todo”. Ao fazer isso, quem trabalha com essa metodologia costuma deixar em segundo plano praticamente tudo o que um filósofo eventualmente tenha dito sobre outros assuntos, inclusive assuntos diretamente relacionados.

Além disso, a escrita argumentativa costuma ser bem enxuta, prescindindo tanto de vocabulário rebuscado quanto do chamado jargão. O vocabulário rebuscado é um conjunto de palavras pomposas, porém pouco frequentes na nossa fala ordinária. Isto é, são termos que as pessoas praticamente nunca vêem nem usam na “vida”, mas que conferem uma atmosfera de elegância a textos filosóficos, literários e jurídicos. Na escrita argumentativa esses termos praticamente nunca são utilizados. Isso quer dizer que o autor de um texto argumentativo sempre vai preferir usar “oculto”, em vez de “recôndito”; “consequência”, em vez de “corolário”; “investigar”, em vez de “perscrutar”, e assim por diante.

Já o jargão é o repertório de construções verbais e nominais que são “endêmicas” a determinados filósofos ou escolas. Frequentemente essas construções são neologismos, mas nem sempre. São palavras como “Epoché”, “Dasein”, “ser para-si” (jargão fenomenológico); “númeno” (jargão kantiano), dentre outras. O autor de um texto argumentativo costuma procurar por substituições para esses termos, ainda que as substituições envolvam custos semânticos, e ainda que esses custos sejam altos. É comum, por exemplo, que no lugar de “Epoché” (se estiver escrevendo sobre isso), ele escrevera “redução”.

Embora textos argumentativos tendam a evitar o jargão tanto quanto possível, eles frequentemente se utilizam de vocabulário técnico, o que não é a mesma coisa. Vocabulário técnico é o conjunto de

termos que alguém que é de fora da área pode não entender, e provavelmente não entenderia, mas que filósofos em geral têm a obrigação de compreender. São termos como: premissa, hipótese, inferência, *a priori* e *a posteriori*, dedução, indução, abdução, dentre outros. Termos como esses abundam nos textos argumentativos, e quase nunca (para não dizer definitivamente nunca) vêm acompanhados de suas respectivas definições. O autor desse tipo de texto assume que o leitor sabe do que se tratam.

Além dessas características em termos de vocabulário, textos argumentativos também frequentemente prescindem de considerações historiográficas e opiniões de comentadores. Considerações historiográficas são o conjunto de informações que relevam para a localização espaço-temporal de um determinado texto filosófico. É a história de como o texto foi escrito, digamos assim. Em quais circunstâncias, sob quais influências, com qual “espírito”, etc. Esse tipo de informação raramente, eu poderia até mesmo dizer nunca, aparece num texto argumentativo.

Já os chamados comentadores, ou intérpretes, são autores que são especialistas em determinados assuntos, ou em determinados filósofos, e que tipicamente escreveram material técnico (artigos e livros) sobre aqueles assuntos ou filósofos. Esse material comenta o filósofo, ou o assunto, isto é, fala sobre; interpreta. A opinião desse tipo de especialista também é um elemento bastante raro de se ver num texto argumentativo. Para o autor de um texto argumentativo, o que outras pessoas têm a dizer sobre o assunto com o qual ele está ocupado ou sobre algum filósofo com o qual ele esteja debatendo não importa tanto, por mais especializadas que elas sejam. A menos, é claro, que tais pessoas tenham

algun contra-exemplo com potencial para refutar determinada tese (a tese que esteja sendo estudada). Diremos, portanto, que o texto argumentativo não dialoga com comentadores, e sim com *interlocutores*: pessoas que tenham algo a dizer que possa fazer diferença para o “score” da disputa, adicionando ou removendo “peso” de um prato da balança ou de outro; ainda que não tenham dito de fato.

Aém disso textos argumentativos privilegiam e têm como um de seus traços mais marcantes a expressão (que pode ser mais ou menos explícita) do ponto de vista *do próprio autor*, quer dizer, a própria pessoa que está escrevendo o texto. O autor é bem-vindo para emitir juízos de valor sobre a qualidade e alcance dos argumentos que estão sendo abordados, o que ele normalmente faz utilizando pronomes na primeira pessoa do singular: “Eu penso que...”, “Eu vou argumentar que...”, “Minha hipótese é que...”, “Me parece que...”. Como Aloysius Martinich destaca em seu livro *Doing Philosophy: an introduction* (2005: 12), “a escrita formal é mais informal, nos dias de hoje”. Se algumas décadas atrás era aconselhável substituir “Eu vou argumentar...” por “O argumento desse artigo será...”, nos dias de hoje o uso da primeira pessoa em ensaios argumentativos é muito bem-vindo. Em alguns casos, não apenas é bem-vindo como também é algo esperado do autor, de modo que não fazê-lo significaria ficar aquém do esperado, como se se estivesse “fugindo da raia”.

Para ver um exemplar típico de um texto argumentativo, dê uma olhada no resumo do artigo “Sorte e Igualdade” (2001), de Susan Hurley e Richard Arneson. O trecho transcrito pertence à porção do artigo que é de autoria de Hurley.

Eu argumento que o objetivo de neutralizar a influência da sorte na distribuição não pode fornecer uma base para o igualitarismo: ele não pode especificar nem justificar uma distribuição igualitária. Sorte e responsabilidade podem desempenhar um papel na determinação *do que* a justiça requer que seja redistribuído, mas disso não podemos derivar *como* distribuir: não podemos derivar um padrão de distribuição da “moeda” da justiça distributiva. Eu argumento que a visão contrária enfrenta um dilema, a depender de se ela entende a sorte em termos interpessoais ou contrafactuais.

Hurley, S.; Arneson, R. J. (2001). *Luck and Equality*. Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volumes. Vol. 75 (2001): 51-90.

Note como boa parte dos traços que vínhamos descrevendo são perceptíveis no excerto: a autora escreve na primeira pessoa do singular, usa vocabulário comum (a forma como ela escreve se parece com a forma como falamos em nossa vida comum, quando estamos falando educadamente com alguém); e ela anuncia que a proposta do artigo é atacar o igualitarismo, removendo um dos argumentos que tenta estabelecer-lo. Nenhuma obra específica ou filósofo específico são nomeados, o que nos indica que o foco é no problema, e não no filósofo: o objetivo não é o de melhor compreender o que alguém (algum filósofo) disse, e sim o de discutir se algo está certo ou errado. A contenda é com uma certa visão de mundo, o igualitarismo; ou melhor, é contra os defensores (quem quer que sejam) dessa visão. Possivelmente, se Hurley estiver certa, eles estarão errados, vice-versa. Só de ler o resumo do artigo já sabemos o que esperar: o texto que virá em seguida será um texto argumentativo.

Podemos utilizar uma analogia entre argumentos e engrenagens de um motor, apenas para ilustrar a natureza da atividade argumentativa: o autor de um texto argumentativo faz como um engenheiro mecânico, quando este avalia um problema que esteja acometendo um motor em fase de testes. Assim como o engenheiro emite um laudo

sobre quais peças do motor precisariam ser substituídas para que o problema seja resolvido, assim também o autor de um texto argumentativo emite juízos sobre que partes do argumento de alguém não estão funcionando ou não estão tendo o alcance que precisam ter para os fins a que se destinam, e por que. Em outras palavras: o engenheiro mecânico dá palpite sobre o que está certo e o que está errado no motor recém-montado. De modo semelhante, o autor de um texto argumentativo dá palpite sobre onde a teoria de determinada pessoa está certa e onde está errada e por que.

1.2. ESTILO EXEGÉTICO

Exegese é tão diferente de argumentação quanto duas coisas podem ser diferentes uma da outra: quase tudo o que dissemos sobre textos argumentativos não se aplica aos exegéticos, isto é, eles têm mais ou menos as características opostas. A escrita exegética não costuma envolver disputa entre teorias, ao menos não diretamente. Seu foco geralmente é a busca por *melhor compreender* determinada ideia na obra de determinado filósofo, ou escola, ou época.

Isso significa que o trabalho exegético é um trabalho interpretativo, muito mais do que “disputativo”. Ele não visa provar que alguém está certo ou errado e, em alguns contextos (na maioria dos contextos, eu diria), isso inclusive é inapropriado. Sua meta é *ampliar* a compreensão que temos sobre o pensamento de alguém, independentemente se esse alguém está certo ou errado no final das contas.

A premissa básica por trás dessa ideia é que todo filósofo tem seus méritos e nenhum filósofo dá conta de tudo, então saber quem é que está certo, ou “mais certo”, na eventualidade de uma discordância, não

importa tanto. O que importa é extrair o máximo de sentido que os escritos de um filósofo puderem dar. Como se fosse uma laranja: o caldo é o sentido. A meta é espremer ao máximo.

Para realizar isso, o autor que executa esse estilo de trabalho procura *dissecar* a ideia que está para ser compreendida, mostrando suas origens, suas influências, a maneira particular como ela é pensada pelo filósofo em questão, o papel que ela desempenha dentro do corpus desse filósofo; enfim, procura explorar de maneira intensa aquilo que o filósofo pensou sobre um assunto. Tudo o que o filósofo disse sobre aquilo é importante, tem “caldo”. E não é só o *que* o filósofo disse que importa – *como* ele disse importa tanto quanto. Na realidade, em muitas situações, importa até mais. As palavras que escolheu usar, as que escolheu não usar, seu modo de construir as frases, as sentenças, os parágrafos; tudo isso interessa sobremaneira a um exegeta.

Graças a isso, o foco desse tipo de trabalho é no filósofo, e não no problema. Isso significa que a pessoa que opta por trabalhar com esse tipo de metodologia se debruça intensamente sobre um filósofo, ou até sobre mais de um filósofo, para poder compreendê-lo(s) da maneira mais aprofundada possível, eventualmente deixando em segundo plano o que outros filósofos “adversários” tenham dito contra ou a favor algum ponto específico que o(s) filósofo(s) selecionado(s) aborda(m).

Em termos de vocabulário, a escrita exegetica costuma ser muito mais “exuberante”, digamos assim, valorizando o uso do repertório de termos próprios do autor (seu jargão próprio) e de construções rebuscadas. O autor de um texto exegetico dificilmente, eu até mesmo poderia dizer nunca, vai substituir “Angst” por “ansiedade”, num texto sobre Heidegger, por exemplo. A ideia por trás disso é que a substituição não

apenas é inapropriada, como também impossível: “ansiedade” não substitui “Angst” – se substituísse, os próprios comentadores de Heidegger já o teriam feito. “Angst” envolve mais do que a simples “ansiedade” e, se quisermos entender realmente esse conceito, não podemos reduzi-lo dessa forma.

Adicionalmente, construções mais luxuosas são mais naturais nesse tipo de texto. É comum ver textos exegéticos escritos de um modo como tipicamente nós não falaríamos, isto é, utilizando construções verbais e nominais que são pouco usuais no discurso ordinário. Por exemplo, hipérbatos, que são a inversão da ordem “natural” dos componentes de uma sentença, não são incomuns de serem vistos em textos exegéticos. Dê uma olhada no excerto a seguir. É o resumo do artigo “A Natureza Humana entre a Necessidade e a Liberdade” (2007), de Miriam Peixoto:

O fragmento DK 68 B 33, atribuído a Demócrito de Abdera, diz: “Natureza e educação são quase semelhantes (*he physis kai hê didachêparaplêsiôn esti*). Pois, com efeito, a educação transforma o homem (*he didachêmetarhysmoi tôn anthrôpôn*), e essa transformação produz natureza (*metarhysmousa de physiopoiei*).” A imagem que nos oferece o filósofo acerca da educação como atividade produtora da natureza faz eco à sua concepção de um mundo regido, ao mesmo tempo, pela necessidade e pela liberdade. Necessários são os átomos e o vazio, o movimento dos átomos no vazio ou nos compostos atômicos. A subsistência do vazio nos corpos compostos explica o resíduo de indeterminação que minimiza o determinismo atomista. No *makrokosmos* assim como nos *mikrokosmoi* a mesma estrutura e os mesmos processos se repetem. Um universo em permanente reordenação (*palindiakosmêsis*). O ser humano não escapa a essa regra: as figuras atômicas que configuram sua alma lhe conferem uma ainda maior predisposição à transformação. Neste artigo examinamos alguns testemunhos e fragmentos recolhidos por H. Diels em seu *Die Fragmente der Vorsokratiker* que nos possibilitam compreender de que modo Demócrito concebia a natureza humana face à liberdade e à necessidade. **Peixoto, M. C. D.** (2007). *A Natureza Humana entre a Necessidade e a Liberdade*. Filosofia Unisinos, 8(1): 33-40.

Por todas as características observáveis, o resumo pertence a um exemplar de um texto mais marcadamente exegético do que argumentativo. Repare os trechos sublinhados. Havia a opção de escrever na ordem “natural”: “A imagem que o filósofo nos oferece”, “Os átomos e o vazio são necessários”; e “uma predisposição ainda maior”. Mas a autora optou por escrever na ordem inversa, possivelmente por conta da sofisticação que essa maneira de escrever produz, ou simplesmente porque é praxe entre os autores. Esse recurso não costuma ser visto em textos mais argumentativos. Podemos dizer, portanto, que o estilo exegético costuma apresentar maior erudição, ou pelo menos uma aparência mais notável de erudição na escrita, algo que nos textos argumentativos não encontramos.

Textos exegéticos frequentemente valorizam elementos historiográficos, bem como a relação do filósofo em questão com a tradição na qual está inserido. A história de como a obra do filósofo foi escrita importa, ela é um componente fundamental do sentido da obra. Quando ela foi escrita, para quem foi escrita, sob que tipo de circunstâncias, dentro de qual “cena”, influenciado por quais acontecimentos históricos e biográficos, e por quais tradições – tudo isso tem o potencial de ampliar a compreensão que temos de um conceito, ideia ou passagem na obra de um filósofo. Não quer dizer, é claro, que tudo isso irá aparecer num texto exegético, mas apenas que a exegese tende a levar isso em consideração.

Em relação aos comentadores, tipicamente o autor de textos exegéticos faz uso profuso deles (embora eu pense que essa prática tende a decair conforme o autor vai se tornando mais experiente e vai consolidando sua autoridade no ramo). Em geral, até que o próprio autor se

consolide, ele mesmo, como um especialista, o que os especialistas no filósofo, ou no tema selecionado, disseram é de suma importância para esse tipo de texto. A maneira como os comentadores – pessoas que dedicaram a maior parte de sua vida intelectual a estudar o filósofo, ou a escola em questão – interpretam a obra original tem precedência em relação à maneira como o próprio autor do texto vê as coisas. É por isso que nos melhores textos exegéticos é comum ver citações elucidativas e referências à opinião de comentadores canônicos sendo inseridas de forma profusa – algo que está completamente ausente dos textos argumentativos.

É em parte em função disso que, nos textos exegéticos, o autor costuma se abster de expressar seus próprios pontos de vista diretamente, ou de emitir juízos de valor sobre o que está sendo abordado. O autor fala *sobre* um filósofo, mas não discute *com* (ou *contra*) ele. Para discutir com, ou para contrariar alguém, é preciso vocalizar uma opinião; e é justamente isso o que não costumamos ver explícito num texto exegético. As opiniões dos comentadores estão explícitas, a do autor não. Num texto exegético, toda vez que uma afirmação “muito forte” é feita, ela é seguida da referência à pessoa que fez – e essa pessoa quase sempre é um intérprete ou outro filósofo, em vez de o próprio autor do texto.

Esse elemento está diretamente relacionado a um outro traço marcante do estilo exegético, um que costuma permitir que esse tipo de texto seja reconhecido e distinguido de um texto argumentativo já nos primeiros parágrafos: autores de textos exegéticos não costumam utilizar primeira pessoa do singular. “Nesse texto eu vou mostrar que...” – esse é o tipo de construção que não encontramos com frequência nos textos exegéticos, com raras exceções. Construções em segunda pessoa

do singular (“Nesse trabalho, vamos...”) são mais comuns, assim como construções impessoais (“Esse texto pretende mostrar...”, ou “Pretende-se mostrar...”).

Por fim, vale ressaltar, essa forma de pensar e escrever tem grande expressividade no cenário brasileiro, e costuma ser a primeira forma de produção filosófica a qual o aluno é encorajado a exercitar durante a graduação. Uma parte considerável dos currículos dos cursos de filosofia em instituições brasileiras é composta por disciplinas históricas (História da Filosofia Antiga, História da Filosofia Moderna, etc.), que frequentemente são ministradas segundo uma perspectiva histórica. Nessas disciplinas, o aluno tipicamente entra mais em contato com o modo exegético de proceder, e é pedido a escrever textos exegéticos, tanto nas provas quanto nos trabalhos finais, porque o foco é nos filósofos, isto é, o interesse central é compreender o que filósofos disseram.

As disciplinas temáticas (Lógica, Ética, Epistemologia, etc.), frequentemente ministradas de uma perspectiva temática, isto é, com foco em problemas, costumam ser menos numerosas e menos volumosas no currículo. Graças a isso, alunos ganham mais familiaridade com a maneira exegética de pensar e de filosofar, e talvez em parte por isso tendem a perpetuar variações dela, mais do que variações da maneira argumentativa de proceder. Nos últimos anos isso tem mudado um pouco, mas ainda é muito verdadeiro acerca da paisagem brasileira na Filosofia.

Para descrever um texto exegético, a melhor analogia não é com a engenharia, que utilizamos para descrever a atividade argumentativa. Aqui, uma analogia mais produtiva é com a atuação de um investigador de polícia, ou detetive, que pretende investigar um crime, esclarecendo

algo que está obscuro. O detetive vai atrás de certas informações que, juntas, formam uma reconstituição detalhada da cena do crime. Ele se interessa por saber coisas como: de onde cada item veio e como foi parar ali; qual foi a motivação por trás da mente criminosa; como exatamente foi a sucessão de eventos; por que foi escolhida tal vítima, e não outra; como exatamente a arma do crime provocou os danos que provocou, de onde o criminoso veio e por onde passou, e assim por diante. Seu objetivo é melhor compreender o crime (que ainda não está completamente claro), e não fazer inferências sobre o que é que precisaria mudar para as coisas ficarem “certas”.

Antes de passar para a próxima sessão, sobre o estilo misto, acompanhe o quadro comparativo na página seguinte, que sumariza os aspectos discutidos até agora.

	Argumentativo	Exegético
Paradigma	Disputa entre ideias	Interpretação
Objeto Central	Tese	Pergunta ou elemento obscuro
Finalidade Geral	Mostrar que alguém está certo ou errado quanto a uma tese	Ampliar a compreensão que temos de um filósofo
Finalidade Específica	Provar, refutar ou verificar o alcance de ideias	Explorar de maneira intensa o que um filósofo pensou
Estratégias Comuns	Atacar, defender, analisar compromettimentos, argumentar, testar	Analisar, apresentar, explicar, mostrar origens e papéis, discutir interpretações
Foco da Pesquisa	No problema	No filósofo
Vocabulário	Enxuto, prescindindo de rebuscamento e jargão, embora utilize tecnicidades	Mais exuberante e sofisticado, valorizando a linguagem do próprio filósofo
Considerações Historiográficas	Frequentemente ausentes	Frequentemente presentes
Opinião de Comentadores	Frequentemente ausente	Frequentemente presente
Opinião do Autor	Explícita, e frequentemente imprescindível	Implícita, e/ou dispensável
Voz	Frequentemente primeira pessoa do singular	Frequentemente primeira pessoa do plural ou impessoal

1.3. ESTILO EXEGÉTICO-ARGUMENTATIVO (MISTO)

Aqui é onde começa a mágica. A descrição que ofereci dos estilos argumentativo e exegético como sendo opostos pode ter feito parecer que essas são duas abordagens tão diferentes quanto um chapéu e um tubarão. É difícil imaginar como uma mescla entre elas poderia dar certo.

No entanto, as possibilidades são múltiplas e, em minha opinião, os textos mais interessantes e inspiradores costumam pertencer a essa categoria. Exegese e argumentação podem ser combinadas de formas muito profícuas, se você souber combinar.

Isso reforça a importância de se conhecer metodologia: não é qualquer mescla que vai resultar num texto acabado bom. É muito possível misturar estilos e isso dar errado, gerando um resultado lunático. A mescla precisa ser feita com propósito, e é por isso, em parte, que é tão importante conhecer bem os dois estilos que chamei de básicos. Pense mais uma vez na analogia culinária: você pode entrar na cozinha e misturar ingredientes intuitivamente e o resultado ficar bom; mas se você tem pouco know how chances há, e não são pequenas, de que o resultado vá ser uma gororoba. Não queremos isso. Há maneiras “campeãs” de se misturar ingredientes, e é por isso que há receitas clássicas, mesclas que, estética e pragmaticamente, funcionam. Não significa, obviamente, que você é obrigado a segui-las, mas apenas que é recomendável conhecê-las antes de inventar moda por conta própria.

Trabalhos do tipo exegético-argumentativo costumam se propor a realizar uma tarefa dupla: compreender e tomar partido. Eles normalmente reúnem e misturam características dos dois estilos anteriores, porém de maneira consideravelmente sistemática: a exegese entra *onde*

tem de entrar, para fornecer suporte a um argumento; e a argumentação entra *onde tem de entrar*, para tentar provar que uma determinada exegese é ou não é a exegese “certa”.

Isso pode se concretizar de diferentes formas. Uma forma comum de executar a mescla é tomar como objetivo o trabalho duplo de compreender e deslindar uma disputa *entre intérpretes* (os famosos comentadores), sobre determinada ideia, presente em determinado filósofo. Isto é, o autor desse tipo de texto tem um filósofo em mente, e ao mesmo tempo vai se envolver com uma disputa. Porém não é uma disputa entre o filósofo selecionado e filósofos adversários, como costumamos ver nos textos predominantemente argumentativos, e sim uma disputa entre dois ou mais comentadores do filósofo escolhido, acerca de qual a maneira mais apropriada de se interpretar determinada passagem, ou um conceito, na obra do filósofo.

Essa variedade de texto misto é possível porque os comentadores de filósofos, na realidade, frequentemente estão em desacordo uns com os outros. Não é comum vê-los enfrentando uns aos outros diretamente, mas se analisarmos bem os comentários, vemos que muitas vezes não há consenso entre eles sobre como uma passagem deve ser lida, ou sobre qual a extensão do significado de um determinado conceito na obra do filósofo. É graças à existência dessas divergências que é possível “montar” um debate entre eles. O texto que executa isso é um texto misto porque no final das contas o debate que está sendo “montado” é circunscrito a um projeto exegético maior, que é expandir a compreensão que temos do filósofo selecionado.

Quando um autor escolhe essa forma de trabalhar, ele incorpora elementos formais dos dois estilos, e pode se aproximar mais tanto de

um quanto de outro. Essa aproximação vai depender, em parte, da linguagem que escolher utilizar: o texto misto pode ser executado tanto com vocabulário mais simplificado e com um baixo “coeficiente de erudição”, digamos (caso em que o resultado final terá traços mais típicos do estilo argumentativo); quanto pode ser executado da maneira oposta, assemelhando-se mais ao modo exegético.

Um outro fator que pesa para definir a aproximação é o quanto o autor está disposto a efetivamente trabalhar com argumentos. Isso porque uma das possibilidades de estruturar o debate entre os comentadores discordantes é procurando reconstruir as premissas e conclusões de suas teorias. Quanto mais formal e técnica for essa reconstrução, mais parecido o texto final ficará com os textos argumentativos.

Se quisermos continuar com as analogias com profissões, diríamos que o autor desse tipo de texto misto começa com a tarefa do investigador de polícia, reconstituindo a cena em seus aspectos mais relevantes. Em seguida, identifica um ponto nevrálgico onde os especialistas discordam entre si – digamos que os peritos discordam quanto a se o crime foi friamente calculado ou se foi passional. O investigador então observa e compara como cada grupo de peritos justifica sua opinião. Ou, em outras palavras, observa e compara os argumentos fornecidos por cada grupo de peritos. E, em seguida, realiza a tarefa do engenheiro mecânico frente aos argumentos (ou engrenagens) de cada grupo, identificando e mostrando onde cada um deles está certo e errado, e tomando partido quanto a qual funciona melhor, ou qual está mais certo.

Uma outra maneira como as mescla entre elementos do estilo argumentativo e do estilo exegético pode ocorrer envolve fazer a exegese de um filósofo, isto é, espremer a laranja; e, em seguida, introduzir uma parte argumentativa discutindo se as ideias interpretadas, tal como foram interpretadas, procedem ou não. Isso é mais ou menos o equivalente a apresentar o que um filósofo diz (da forma mais minuciosa e rigorosa como é típico dos textos exegéticos) e, em seguida, discutir se aquilo que ele diz obtém os êxitos pretendidos ou não (com o mesmo espírito crítico, “disputativo”, que é característico dos textos argumentativos). Nesse caso, de um ponto de vista estratégico o texto é dividido “ao meio” de forma muito nítida: a primeira metade é exegética ao passo que a segunda metade é argumentativa.

Porém do ponto de vista formal essa cisão não pode ser brusca. Isto é, o texto precisa ter uma unidade “estilística”, ele não pode, por exemplo, começar sendo escrito de forma impessoal, ou na primeira pessoa do plural, e terminar sendo escrito na primeira do singular. Não pode começar dando precedência a considerações historiográficas e depois essas considerações não se mostrarem cruciais para a conclusão final a ser extraída. E assim por diante.

Uma outra possibilidade completamente diferente de mescla é unir o aspecto exegético de busca por melhor compreender algo com o aspecto argumentativo de “desapego” a filósofos específicos. Nesse caso, o objetivo do autor no texto misto pode ser compreender algo, o que uma coisa é (independente de quem disse), ou pode ser traçar distinções relativamente ao que filósofos disseram. No primeiro caso, o intuito realmente é o de expandir a compreensão, mas não está em questão um

filósofo particular, e sim quem quer que seja que tenha falado sobre a coisa que está obscura.

Por exemplo, digamos que essa coisa seja *a consciência*, ou *as emoções*, ou *a virtude* – queremos entender o que é, afinal de contas; queremos saber qual é a real natureza da coisa. Uma maneira de proceder seria pegar a maneira como vários filósofos vêm definindo o termo “consciência”, por exemplo, ao longo da história do pensamento e tentando capturar o elemento comum, se é que há algum. No segundo caso, traçar distinções, a tarefa seria a de pegar um termo que normalmente é utilizado por muitos filósofos, só que com sentidos diferentes, como “virtude”, por exemplo, e mostrar como esses usos diferentes apontam para a existência de subtipos da coisa.

Nas duas situações, o objetivo é misto, porque requer ao mesmo tempo esforços exegéticos e esforços argumentativos. O esforço exegético está em que será preciso pegar os textos dos filósofos selecionados e se debruçar sobre eles não para ver se o que disseram está certo ou errado, mas simplesmente para entender melhor o que disseram. E o esforço argumentativo está em que a classificação, tipificação ou taxonomia será dada pelo autor. Isto é, corresponderá à opinião pessoal do autor sobre como os elementos em questão se relacionam uns com os outros, e sobre como eles devem ser organizados. É como se o autor desenvolvesse uma teoria sobre qual a maneira certa de organizar, separar ou unir conceitos.

Esses três exemplos sevem para que você tenha uma noção de como a mistura de elementos precisa ser bem pensada. No capítulo quatro veremos de forma detalhada diversas possibilidades de mescla, com exemplos concretos comentados, sugestões de scripts e atividades.

Antes de passar para os capítulos seguintes, experimente os seguintes exercícios, sobre o que vimos até aqui:

1.4. EXERCÍCIOS

1.a. Quais foram os últimos textos de filosofia que você leu? A julgar pela descrição fornecida nesse capítulo, você acha que esses textos pertenciam ao estilo argumentativo ou ao exegético?

1.b. Leia a seguinte passagem do filósofo Arthur Schopenhauer, extraída de seu ensaio *A Arte de Escrever*:

A relação existente entre um pensador de força própria e o típico filósofo livresco é semelhante à relação de uma testemunha direta com um historiador: o primeiro fala a partir de sua concepção própria e imediata das coisas. (...) O filósofo livresco, por sua vez, relata o que este disse, o que aquele considerou, o que um terceiro objetou e assim por diante. Ele compara todas essas informações, põe na balança, critica e, assim, procura chegar à verdade por trás das coisas; com isso ele se torna muito semelhante a um historiógrafo de visão crítica. Ele investigará, por exemplo, se em algum período Leibniz, mesmo que por um momento, foi um espinozista, e outras coisas do gênero. **Schopenhauer, A.** (2009). *A Arte de Escrever*. Trad. Pedro Süsskind. L&M Pocket, p. 46.

Agora, reflita. Qual dos dois você acha que seria o “filósofo livresco” descrito por Schopenhauer: aquele que escreve num estilo mais argumentativo, ou aquele que escreve num estilo mais exegético?

1.c. Bem nas primeiras páginas do romance *O Apanhador no Campo de Centeio* (1951), de J. D. Salinger, há uma cena em que o protagonista, o adolescente Holden Caulfield, está lendo um livro que pegou por engano na biblioteca. A cena é acompanhada da seguinte reflexão:

Pensei que ia ser uma droga, mas até que não. Até que era um livro bom. Sou bastante ignorante, mas leio um bocado. (...) Li uma porção de livros

clássicos, como *A Volta do Nativo*, e tudo, e gostei deles; li também um bocado de livros de guerra e de mistério, mas nenhum desses me deixou maluco. O que realmente me deixa maluco é um livro que, quando você acaba de ler, fica querendo que o autor que escreveu aquilo fosse um grande amigo seu, para você poder telefonar para ele toda vez que desse vontade. Mas isso é raro de acontecer. **Salinger, J. D.** (1991) *The Catcher in the Rye*. Litte Brown and Company.

O sentimento que J.D. Salinger descreve se refere, é claro, a livros de literatura. No entanto, vamos imaginar por um momento que se aplique também a textos filosóficos. Você já leu algum texto filosófico que, ao terminar, tenha lhe provocado um sentimento semelhante? Esse era um texto mais exegético, ou mais argumentativo?

Você considera isso – a capacidade do texto de provocar esse sentimento – uma virtude num texto filosófico, ou um vício?

2

MODELOS ARGUMENTATIVOS

Como vimos rapidamente na introdução, textos argumentativos são aqueles que direta ou indiretamente estão envolvidos com disputas. O “espírito” desse tipo de texto é a sede de esclarecer o que está certo e o que está errado. Isso, contudo, pode tomar muitas formas diferentes. Nesse capítulo veremos cinco formas que textos dessa espécie podem assumir.

2.1. ARGUMENTATIVO EQUILIBRADO

Este modelo é sugerido por Joel Feinberg no livro *Doing Philosophy: A Guide to the Writing of Philosophy Papers* (2014: 5), para ser utilizado quando não podemos ou por alguma razão não queremos escrever um texto “enfrentando” diretamente uma posição, ou um autor. Em situações como essa, uma boa ideia para um texto filosófico é comparar dois filósofos ou duas posições que estejam em desacordo sobre algum assunto, buscando decidir qual delas é a mais plausível, e por quê.

Feinberg chama esse tipo de texto de “resolvendo controvérsias”. Eu prefiro chamar de texto “equilibrado”, já que, nesse modelo, o autor apresenta e discute com igual técnica os dois lados de uma disputa, sem necessariamente estar (ou pelo menos sem se mostrar) comprometido com um deles já de saída. Ou seja, nesse modelo o autor inicialmente se porta como se fosse um relator neutro, alguém que está presente num tribunal apenas para descrever a disputa de argumentos

travada entre acusação e defesa. Ele especifica aquilo sobre o que acusação e defesa estão em conflito, ou seja, especifica e caracteriza o objeto da disputa; e em seguida descreve o que cada um dos lados tem a dizer em seu próprio favor. Só posteriormente (normalmente no quadrante final do texto, mas não necessariamente) é que o autor assume o papel de juiz efetivo, julgando qual dos dois lados está mais bem amparado e explicitando seu próprio ponto de vista acerca daquela disputa. Na maior parte do texto, portanto, a apresentação não “tende” para nenhum dos dois lados: ela é equilibrada, tanto quanto possível.

Quando dizemos que apresentação dos dois lados de um conflito é *equilibrada* queremos dizer que o autor expõe da maneira mais completa, imparcial e caridosa possível os argumentos de cada um dos lados que são relevantes para o problema gerador da disputa, para somente no final julgar e tomar partido quanto a qual deles parece melhor posicionado para “vencer”. Normalmente o texto é organizado dessa forma porque ao longo da apresentação vai ficando claro para o leitor, de forma cumulativa, qual dos dois lados está com a vantagem. (Eu disse claro *para o leitor*, e não apenas “claro”, porque o ideal é que para o autor isso já tenha estado claro desde antes de a escrita começar.)

Dê uma olhada no abstract do artigo de Andy Clark intitulado “Pressionando a Carne: Uma Tensão no Estudo da Mente Embutida Incorporada” (2008):

A mente, está cada vez mais na moda afirmar, é um fenômeno intrinsecamente corporificado e ambientalmente integrado. Mas há uma tensão potencial entre duas correntes de pensamento proeminentes nesta literatura recente. Uma dessas correntes retrata o corpo como especial, e os pequenos detalhes da corporificação de uma criatura como uma restrição importante à natureza de sua mente: uma espécie de centrismo corporal de nova onda. A outra retrata o corpo como apenas um elemento em uma

espécie de dança de parceiros iguais entre cérebro, corpo e mundo, com a natureza da mente fixada pelo equilíbrio geral assim alcançado: uma espécie de funcionalismo estendido (agora com uma tela ainda mais ampla para uma legibilidade múltipla do que nunca). O presente artigo mostra a tensão, examina o espaço de respostas possíveis e termina tentando especificar o que o corpo realmente precisa ser, dado seu papel complexo nesses debates recentes. **Clark, A.** (2008). *A Tension in the Study of the Embodied, Embedded Mind?* Philosophy and Phenomenological Research, Vol. 76, No. 1 (Jan 2008), pp. 37-59.

Observe como Clark deixou bem claras quais são as duas visões de mundo em conflito, isto é, qual a discordância: há uma discordância entre os defensores da visão que ele chamou de “centrismo corporal” e aqueles que defendem a visão conhecida como “funcionalismo estendido”. Essa é uma discordância sobre o papel do corpo na cognição. Ou seja, o papel do corpo na cognição é o elemento “gerador” da contenda aqui, digamos assim.

Como é dito nas sentenças finais do resumo, o que Clark irá fazer no artigo é expor essa tensão entre as duas posições discordantes, apresentando e examinando a maneira como cada um dos dois “lados” vê o problema. Ao final, há aquilo que parece ser uma indicação de que o autor dará um passo na direção de uma tomada de partido frente à disputa que está sendo abordada: ele vai, finalmente, tornar explícito o que é que ele próprio pensa a respeito do corpo, e que pode estar mais de acordo com um dos dois lados do que com o outro.

No artigo de Clark, as duas “partes” na disputa são duas correntes de pensamento proeminentes na literatura, como ele mesmo diz. Essa configuração é relativamente impessoal – não é citado (ao menos não no resumo) nenhum nome. Mas frequentemente também encontramos textos argumentativos do tipo equilibrado nos quais a disputa que é objeto de análise está um pouco mais “personificada”, digamos assim. Isso

acontece quando as duas posições envolvidas na controvérsia estão quase que inextricavelmente associadas a certas pessoas. Normalmente, essas são as pessoas a quem se atribui o “lançamento” da teoria em questão, ou então são seus defensores e opositores mais vocais.

Para um exemplo desse tipo, veja o resumo do artigo intitulado “Wright contra McDowell sobre o conhecimento perceptual e o ceticismo” (2008), de Duncan Pritchard:

Um dos principais debates na epistemologia contemporânea é aquele entre Crispin Wright e John McDowell sobre o tópico do ceticismo radical. Enquanto ambos endossam uma forma de internalismo epistêmico, as diferentes concepções internalistas de conhecimento perceptivo que eles oferecem os levam a tirar conclusões radicalmente diferentes quando se trata do problema cético. O objetivo deste artigo é sustentar que a visão de McDowell, pelo menos quando adequadamente complementada com argumentação adicional (argumentação com a qual ele pode ou não concordar), pode ser mostrada como uma alternativa viável à proposta anti-cética de Wright, uma que mantém a motivação motriz por trás da proposta de Wright, evitando um de seus problemas mais fundamentais. A rejeição indiscriminada de Wright da estratégia anti-cética McDowelliana é, portanto, prematura. **Pritchard, D.** (2008). *Wright contra McDowell on perceptual knowledge and scepticism*. *Synthese*, 171(3), pp. 467-479.

Tal como no artigo de Andy Clark, nesse também vemos o autor fazer referência a um debate. Porém aqui trata-se de um debate num sentido um pouco mais literal: é o debate entre duas pessoas. Quando o texto é organizado dessa forma, normalmente (quase sempre, eu diria) é porque esse debate aconteceu ou vem acontecendo de forma concreta. Isto é, é quando um dos filósofos publicou um artigo ou outra peça de texto se remetendo diretamente à posição defendida por seu adversário, em geral para criticá-lo; e este, por sua vez, publicou uma “tréplica” (um

artigo ou outra peça de texto respondendo ao adversário); sendo que essa “tréplica” pode conter reformulações da posição original ou não.

Em geral, esse tipo de debate, entre pessoas, é mais fácil de ser “rastreado”, digamos assim. Você consegue localizar com mais facilidade o texto original, aquele que inaugurou a contenda, e consegue localizar os textos adjacentes, que foram escritos a título de réplica e tréplica. Se você possui um orientador, tutor ou mesmo um colega veterano, mais experiente do que você, é possível que essas pessoas até mesmo já saibam de cor quais são os principais textos que compõem o debate selecionado, e com isso elas podem já te fornecer indicações objetivas de o que ler. Também costumamos conseguir identificar com facilidade outros autores que eventualmente tenham “metido a colher” no debate e escrito textos importantes para a questão central, porque é comum os filósofos se reportarem uns aos outros diretamente. Quer dizer, em vez de escreverem “Alguns filósofos têm defendido recentemente que...”, eles escrevem “Fulano (2005: 18) defendeu que...”. Isso facilita a sua vida sobremaneira, porque ali está a indicação clara e distinta de qual texto você deve procurar para ler.

Apesar dessa facilidade de mapeamento, contudo, nem sempre a lida prática com os textos que fazem parte desse tipo de debate é mais fácil do que a lida com textos que compõem os debates menos pessoais. Isso porque frequentemente os artigos que fazem parte do grande “pacote” do debate personificado vêm bastante carregados teoricamente. Eles pressupõem muita coisa. Isso é natural, afinal, a maior parte desses artigos, em particular, não foram direcionados a um leitor neutro ou não-iniciado, e sim diretamente voltados para os adversários intelectuais do autor. O autor sabe o que é que o seu adversário sabe, então não

perde tempo explicando. (Ele também sabe que é como se aquele debate estivesse sendo assistido por uma “platéia” – da qual você e toda a comunidade de leitores fazem parte –, mas nem sempre ele tem a preocupação de escrever de tal modo a que a plateia consiga acompanhar perfeitamente. Muitas vezes ele simplesmente escreve para o adversário.)

Sendo assim, antes de começar a ensaiar para escrever um texto argumentativo equilibrado abordando um debate de caráter mais pessoal, você deve ter em mente que a facilidade de mapeamento nem sempre será acompanhada de igual facilidade de leitura e compreensão. E que pode ser que você precise acessar textos que tecnicamente estão “fora” do debate, mas que vão te ajudar a entender coisas que você precisa entender para poder navegar bem no debate. Não se preocupe demais com isso, também, não é nenhum bicho de sete cabeças; apenas inclua na sua equação logística essa possibilidade para não ser pego de surpresa.

Em relação à forma, o resumo do artigo de Pritchard aponta para um script equilibrado assim como o de Clark, mas com algumas diferenças significativas. Pritchard vai concluir seu artigo se posicionando explicitamente a favor de um dos dois lados do debate – o lado de McDowell – como ele próprio já declarou no resumo, ao passo que Clark não deixou isso explícito. Esse não é um elemento obrigatório num texto argumentativo do tipo equilibrado, mas é um elemento frequente.

Se você é um iniciante e seu objetivo for escrever um texto em formato de artigo, é preciso ter cuidado pra não escrever um do tipo equilibrado que se resigne a apresentar o debate, sem qualificar as posições como boas ou ruins. Isso pode causar a impressão de que o texto

é introdutório demais e não é original, ou simplesmente de que algo está faltando. Como se o texto não estivesse pronto. Escreva dessa forma para treinar, mas treine também inserir o seu ponto de vista, a sua apreciação objetiva da qualidade dos argumentos de ambos os lados.

Por fim, é comum ver textos argumentativos do tipo equilibrado que se apresentam como colocando a questão em termos de semelhanças e diferenças, mais do que em termos de fulano contra cicrano. Nesses, a disputa está de certa forma mascarada pela apresentação. Ela está presente, na medida em que as duas posições que estão sendo contrastadas não podem estar certas ao mesmo tempo; mas o componente “disputativo”, por assim dizer, não tem a centralidade que costuma ter nos textos que abordam debates, como é o caso dos artigos de Clark e de Pritchard, que acabamos de ver. Ao invés, o que tem centralidade é o próprio contraste entre as duas visões de mundo, ou teorias, ou leituras.

A título de exemplo, observe o resumo do artigo de Simon Blackburn, “Bem-aventurados os Pacificadores” (2015):

Neste artigo, exploro os pontos de semelhança e diferença que distinguem expressivistas como eu da posição conhecida como realismo de Cornell. Eu argumento que há sobreposições consideráveis de doutrina, embora essas doutrinas sejam obtidas de maneiras muito diferentes. Insisto em que o realismo de Cornell só pode se beneficiar assumindo alguns dos compromissos do expressivismo. **Blackburn, S.** (2015). *Blessed are the Peacemakers*. *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, Vol. 172, No. 4, pp. 843-853.

No resumo desse artigo de Blackburn, fica evidente que há uma discordância – a discordância entre expressivistas e realistas de Cornell. Porém essa discordância está colocada em termos de semelhanças e diferenças, muito mais do que em termos de certo e errado, ou de expressivistas *versus* realistas. Ao que tudo indica, o objetivo de Blackburn

não é caminhar no sentido de esclarecer quem está certo ou errado, quem está mais apto a “vencer”, e sim mostrar como essas duas doutrinas se parecem e como elas não se parecem uma com a outra. Ao final, ele vai argumentar que o realismo de Cornell deve incorporar alguns elementos do expressivismo. Esse elemento persuasivo final agrega bastante valor aos textos do tipo equilibrado, mas, como dito anteriormente, não é obrigatório. O texto pode existir sem ele.

Um texto argumentativo equilibrado do tipo semelhanças e diferenças pode ser aplicado a um debate que tem contornos pessoais. Quer dizer, você pode abordar um debate entre duas pessoas de um ponto de vista de semelhanças e diferenças, em vez de de um ponto de vista de clarificar quem está certo e quem está errado. Veja por exemplo o abstract do artigo de Michael Bratman “O que é o efeito sanfona?” (2006):

Em “Ação e Responsabilidade”, Joel Feinberg apontou para uma ideia importante à qual deu o nome de “o efeito sanfona”. A discussão de Feinberg sobre essa ideia é de interesse por si só, mas também por causa de sua interação com sua crítica, em seu “Causing Voluntary Actions”, de uma visão muito discutida por H.L.A Hart e A.M. Honoré a que Feinberg rotula “o princípio de intervenção voluntária”. Neste ensaio, reflito sobre o que Feinberg supõe que o efeito sanfona seja, sobre as diferenças entre a compreensão de Feinberg dessa ideia e a de Donald Davidson, e na interação entre a discussão de Feinberg sobre o efeito sanfona e sua crítica ao princípio da intervenção voluntária. **Bratman, M.** (2006). *What is the accordion effect?* The Journal of Ethics, Vol. 10, No. 1/2 (Jan., 2006), pp. 5-19.

Uma parte do artigo de Bratman é dedicada a discutir a discordância entre Feinberg e Davidson sobre a natureza do efeito sanfona. Ao que o tudo indica, o objetivo de Bratman não é determinar quem está certo a esse respeito, se Feinberg ou se Davidson; e sim comparar a forma como cada um vê o fenômeno do ponto de vista de suas semelhanças e diferenças.

Se você é alguém que está começando agora o processo de aprendizado da escrita argumentativa, minha dica para você é: comece exatamente por aqui. Comece a treinar suas habilidades de escrita pelo modelo equilibrado do tipo semelhanças e diferenças. Ele é o mais simples de dominar, do ponto de vista conceitual – tudo o que você precisa fazer é identificar pelo menos dois autores que propõem duas maneiras diferentes de entender uma mesma coisa (um conceito, um fenômeno, um componente do mundo). Essas duas maneiras, ou esses dois autores, não precisam ter discutido entre si, saber da existência um do outro ou mesmo ter vivido na mesma época. Basta que eles de fato vejam uma mesma coisa de maneiras que sejam pelo menos aparentemente distintas. Experimente escrever um texto mostrando como um desses autores vê o elemento em questão, como o outro vê, e destacando pontos de convergência e de divergência entre as duas formas de ver.

Seus primeiros textos desse modelo não precisam ser originais (afinal, nesse ponto você ainda está se familiarizando); e também não precisam conter o elemento persuasivo final, que é o momento em que você toma partido a favor de um dos lados e apresenta as suas razões para concordar com aquele lado, e não com o outro. Após ter treinado um pouco e começado a pegar o jeito, é importante que você passe a exercitar também a inclusão desse componente persuasivo.

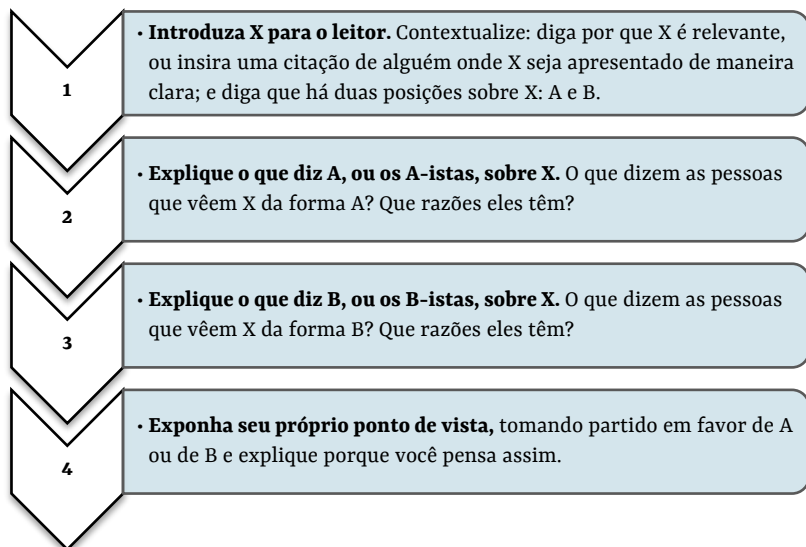
Após, tente expandir o máximo possível sua habilidade com o texto argumentativo equilibrado, experimentando escrever também textos que abordam debates, tanto os mais pessoais quanto os impessoais. Dominar essas variações do modelo equilibrado é a forma mais rápida e prática de alavancar o seu aprendizado, e deixará você mais à vontade para testar os outros modelos.

Acompanhe na página seguinte um script básico para um texto argumentativo equilibrado bem-sucedido, quer dizer, uma forma simplificada de estruturar esse tipo de texto com qualidade. Ali, “X” pode ser uma ideia, um problema ou a descrição de um fenômeno.

Agora, quando é que um texto dessa espécie é mal-sucedido? Isso pode acontecer em diversas ocasiões. Eu diria que as principais são: quando o autor falha em mostrar de forma convincente que os dois lados da disputa estão de fato discordando sobre algo, isto é, quando não consegue caracterizar devidamente a controvérsia; e quando não consegue “extrair” os argumentos de cada um dos lados de forma inteligível. O sucesso do texto equilibrado depende desses dois elementos. Isso, aliás, é uma constante dentro do estilo argumentativo, entendido de forma mais ampla: você deve conseguir apresentar a controvérsia de modo inequívoco, assim como os argumentos que estão em jogo nela.

SCRIPT ARGUMENTATIVO EQUILIBRADO

“O debate entre A e B” / “A-istas *versus* B-istas sobre X”



Esse é um script simplificado e bastante genérico. Lembre-se que ele admite uma infinidade de variações, como os exemplos que analisamos ao longo dessa sessão sugeriram. Além disso, considere que esses quatro “quadrantes” não têm, necessariamente, de ser do mesmo tamanho e nem de estar nessa mesma ordem (embora essa ordem seja bastante comum de se ver). O que nesse script é o quarto quadrante, por exemplo, pode ser maior que os demais, e isso inclusive é interessante, porque é ali que o autor se compromete, isto é, expõe o seu próprio ponto. É salutar que essa exposição seja detalhada.

2.2. ARGUMENTATIVO EQUILIBRADO COM TERCEIRA VIA

Essa é uma variação um pouco mais elaborada do modelo equilibrado. Aqui, o autor procede de acordo com o script elementar do modelo equilibrado ao longo do desenvolvimento do texto, porém o componente persuasivo (que corresponde à tomada de posição do autor), que no modelo equilibrado convencional era facultativo, aqui é obrigatório. Além disso, esse componente persuasivo tem uma forma bastante distintiva: em vez de tomar partido favoravelmente a um dos dois lados da disputa que foram abordados, o autor irá apresentar (e na maioria das vezes defender) um terceiro lado, que constitui uma solução alternativa para o problema que vinha sendo discutido.

Em geral, a exposição nesse modelo acaba sendo um pouco menos equilibrada do que no modelo equilibrado convencional, porque aqui ela é feita já com o propósito de revelar insuficiências em ambos os lados que inicialmente protagonizam a disputa. Ou seja, aqui a exposição já é feita com o autor tendo por objetivo mostrar que nenhum dos dois lados é bom o suficiente ou adequado o suficiente para “vencer”. Ele pode,

inclusive, declarar isso já nos parágrafos iniciais do texto, se quiser, e autores frequentemente o fazem.

Um exemplo de texto argumentativo feito nesses moldes é o artigo “A Mente Estendida” (1998), de Andy Clark e David Chalmers. Dê uma olhada no resumo desse artigo:

Onde a mente termina e o resto do mundo começa? A pergunta convida a duas respostas padrão. Alguns aceitam as demarcações da pele e do crânio e dizem que o que está fora do corpo está fora da mente. Outros ficam impressionados com os argumentos que sugerem que o significado de nossas palavras “simplesmente não está na cabeça”, e sustentam que esse externalismo sobre o significado é transportado para um externalismo sobre a mente. Propomos buscar uma terceira posição. Defendemos um tipo muito diferente de externalismo: um externalismo ativo, baseado no papel ativo do meio ambiente na condução dos processos cognitivos. **Clark, A.; Chalmers, D.** (1998). *The Extended Mind*. Analysis Vol. 58, No. 1 (Jan., 1998), pp. 7-19.

No resumo fica bem clara qual é a proposta dos autores: eles pretendem avançar uma teoria que seja uma alternativa viável às duas posições mais populares no debate em que estão inseridos (internalismo e externalismo semânticos). Para conseguir isso, normalmente é preciso apresentar uma dessas posições, em seguida a outra (como no modelo equilibrado clássico); porém aqui é necessário também destacar as insuficiências dessas duas posições de modo a que isso justifique introduzir uma terceira.

Para desenvolver esse modelo equilibrado com terceira via, não é obrigatório que as posições apresentadas sejam apenas duas. Veja, por exemplo, a maneira como Roderick Chisholm apresenta sua proposta nos parágrafos iniciais do artigo “Ele poderia ter feito diferente” (1967):

Suponha que disséssemos a um homem: “Essa manhã você poderia ter arranjado as coisas de tal maneira que você estaria em Boston agora, mas não o fez”, significando que ele tinha isso em seu poder na manhã de hoje e que ele não exerceu esse poder. Como deve ser entendido o sentido de “poderia” e de “em seu poder”? Primeiro, devo destacar algumas coisas que não devemos implicar quando falamos, sobre um homem, que ele poderia ter feito diferente. Em segundo lugar, irei criticar algumas respostas familiares para nossa questão. E, terceiro, tentarei esboçar o que me parece ser a maneira apropriada de respondê-la. **Chisholm, R. M.** (1967). *He Could have Done Otherwise*. *The Journal of Philosophy*, 64(13), 409.

Chisholm deixou claro qual é o elemento gerador de controvérsias (o sentido das expressões “poderia” e “estar em seu poder”, que usamos quando afirmamos que uma pessoa poderia ter feito algo diferente, e que estava em seu poder agir diferentemente). Ele também anunciou que há uma gama de respostas que comumente são dadas para a pergunta sobre como essas expressões devem ser entendidas. Não nomeou correntes e não mencionou quantas são essas respostas, mas ficou subentendido que se trata de uma gama (mais do que duas respostas) e que elas são diferentes entre si. Além disso, o autor afirmou que irá criticar essas respostas, ou seja, ele vai mostrar como elas são insatisfatórias; e por fim vai introduzir uma alternativa de resposta (a terceira via), que ele considera satisfatória.

No artigo de Clark e Chalmers, a posição indicada como terceira via no debate entre internalismo e externalismo semânticos, era na realidade uma variação do externalismo. Era um externalismo modificado. Já no artigo de Chisholm, é sugerido que a posição indicada como via alternativa é uma posição inteiramente nova. Também é possível defender uma terceira via para uma controvérsia que não seja nenhuma das duas coisas. Quer dizer, é possível sugerir uma terceira via usando uma posição já existente, ou seja, que não é inteiramente nova; e que também

não é, ao mesmo tempo, uma versão modificada de uma das posições originais. Observe o abstract do artigo de Beth Preston, “Behaviorismo e mentalismo: há uma terceira alternativa?” (1994):

Behaviorismo e mentalismo são comumente considerados opções mutuamente exclusivas e conjuntivamente exaustivas para a explicação psicológica do comportamento. O behaviorismo e o mentalismo diferem em sua caracterização das causas internas do comportamento. No entanto, eu argumento que eles não são mutuamente exclusivos com o fundamento de que compartilham importantes pressupostos fundamentais, dois dos quais são a noção de uma divisão externa interna e a noção de controle. Prossigo argumentando que mentalismo e behaviorismo também não são conjuntivamente exaustivos, com base no fato de que abandonar essas suposições fundamentais comuns resulta em uma estrutura distintamente diferente para a explicação do comportamento. Esta terceira alternativa, que é brevemente descrita, é uma versão de não-individualismo. **Preston, B.** (1994). *Behaviorism and Mentalism: Is There a Third Alternative?* Synthese, Vol. 100, No. 2 (Aug., 1994), pp. 167-196.

O debate que está em jogo aqui é o debate entre behavioristas e mentalistas acerca da explicação psicológica do comportamento. A autora vai mostrar que essas duas posições não são mutuamente excludentes, o que é interessante; mas o que é mais notável aqui é que ela vai mostrar que essas duas posições não são conjuntamente exaustivas. O que isso quer dizer? Que elas não cobrem a totalidade de respostas possíveis de serem dadas para a pergunta sobre como deve ser a explicação psicológica do comportamento, embora à primeira vista pareçam cobrir. Ou seja, apesar do debate entre behaviorismo e mentalismo ser acalorado e muito popular, behaviorismo e mentalismo não são as duas únicas opções de explicação para a psicologia do comportamento, mas apenas as explicações mais populares.

Esse modelo de texto equilibrado com terceira via executa uma manobra de desfazer falsas dicotomias: trata-se de mostrar que onde parece haver duas opções, na realidade há uma terceira. Ao final, a posição que Preston constrói como terceira via não é nem uma forma de mentalismo modificado, nem uma forma de behaviorismo modificado, e sim uma outra teoria: uma teoria não-individualista do comportamento. A defesa dessa terceira via pode ser mais ou menos extensa (no artigo de Preston parece que não será tão extensa quando poderia, já que a autora declara, nas linhas finais, que a terceira posição será apenas brevemente descrita).

No entanto, se o artigo obtiver êxito em desfazer a dicotomia mostrando que onde tendemos a enxergar só duas possibilidades na verdade existem três, ela terá conseguido a maior parte do que o texto precisava para ser bem-sucedido.

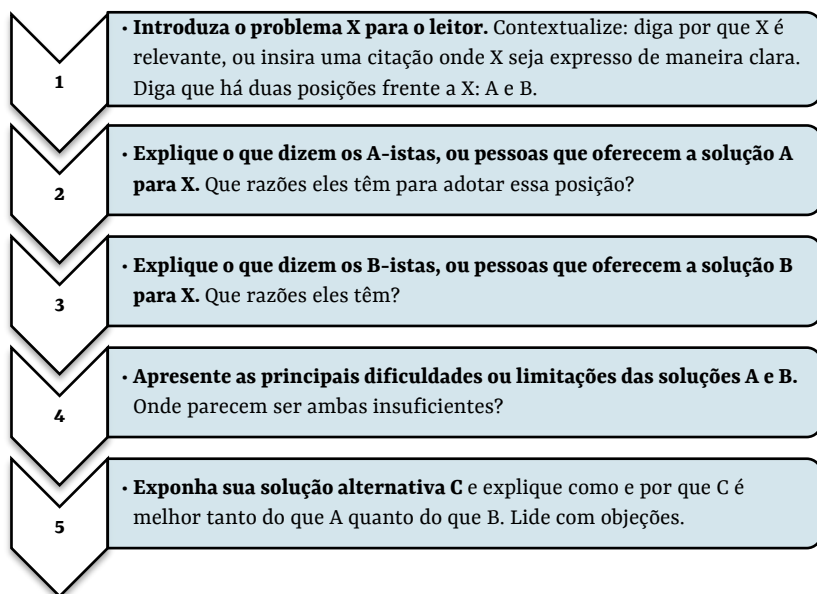
Contudo, devo alertar os navegantes de primeira viagem que esse tipo de texto requer um grau maior de elaboração do que o tipo anterior, o equilibrado clássico. Se você perceber que um debate que está sendo polarizado por suas posições na realidade admite uma terceira posição, tecnicamente você tem a credencial para escrever o texto argumentativo equilibrado com terceira via. Mas você deve ter em mente que, ao fazer isso, estará sujeito a objeções vindas dos dois lados. Você deve estar preparado para essas objeções. Ou seja, não basta apenas antever uma saída alternativa – você precisa ter coisas a dizer para justificá-la, para estabelecê-la (e não apenas apresentá-la). É preciso apresentá-la *como* mais vantajosa do que as duas posições polarizantes originais, ainda que essa apresentação não seja tão detalhada quando poderia ser, do contrário seu texto fatalmente será mal-sucedido.

Veja abaixo um script simplificado para esse modelo. As mesmas observações que fizemos no modelo anterior quanto a tamanho e ordem dos quadrantes se aplicam aqui.

SCRIPT ARGUMENTATIVO EQUILIBRADO COM 3ª VIA

“C: uma saída alternativa para o debate entre A-istas e B-istas” /

“Nem A nem B: C como um caminho do meio”



Essas foram as principais possibilidades de trabalho dentro do modelo equilibrado de texto filosófico. Agora vamos ver uma outra forma de trabalhar: o modelo persuasivo. Você vai notar a seguinte diferença: em todas as variações do modelo equilibrado, o autor identificou uma disputa, controvérsia, contraste ou conflito entre pelo menos duas posições relativamente a um problema. Ele aborda essa disputa, analisa os argumentos, as razões que pesam a favor de cada um dos lados, etc., porém ele sempre faz isso estando de fora. Em alguns casos, ele “entra”

na disputa, mas isso normalmente ocorre no final, e nem sempre ocorre de forma direta. No modelo persuasivo, conforme veremos a seguir, o autor não está olhando para a disputa a partir de um ponto de vista externo – ele está dentro, desde o começo. Ele é um dos envolvidos na disputa.

2.3. ARGUMENTATIVO PERSUASIVO

Nesse modelo o autor normalmente declara seu próprio ponto de vista já na introdução e, ao longo do desenvolvimento do texto, procura convencer o leitor, através de argumentos, de que aquele ponto de vista está certo em detrimento de outro(s).

Diferentemente do modelo equilibrado, aqui não há exposição neutra e balanceada de dois lados – o que há é a apresentação e a tomada de partido a favor de um lado, seguida da apresentação das razões que amparam essa tomada de posição, e/ou da adoção de medidas voltadas para afastar as objeções que classicamente vêm, ou que podem vir, do(s) adversário(s) intelectual(ais).

Assim, se na abordagem equilibrada o papel do autor era comparável ao do relator neutro e ao do juiz, aqui o papel do autor corresponde ao de uma das duas partes que estão literalmente em conflito. Ou seja, o autor do texto, nesse modelo, faz as vezes ou da acusação ou da defesa, e não do juiz. Graças a isso, essa abordagem costuma parecer mais “bélica” do que as anteriores, já que está diretamente ligada ao ataque ou à defesa de uma ideia; mas é um estilo bastante comum de trabalho argumentativo, talvez até mesmo o mais comum. É o estilo que James Pryor ensina em seu material instrutivo “Guidelines on Writing a Philosophy Paper”, e também o estilo principal que Aloysius Martinich apresenta

em seu livro *Philosophical Writing: na introduction* (2005). Esse também é o estilo mais recomendado por muitas universidades que são referências internacionais, por exemplo, a Stanford University e o MIT, em materiais instrutivos disponíveis em seus websites.

Veja os dois primeiros parágrafos do artigo “Relativismo Moral Defendido” (1975), de Gilbert Harman:

Minha tese é que a moralidade surge quando um grupo de pessoas chega a um acordo implícito ou a um entendimento tácito sobre suas relações mútuas. Parte do que eu quero dizer com isso é que os julgamentos morais – ou, melhor, uma importante classe deles – faz sentido apenas em relação e com referência a um ou outro acordo ou entendimento desta espécie. Isso é vago, e tentarei torná-lo mais preciso no que segue. Mas deve ficar claro que pretendo defender uma versão do que tem sido chamado de relativismo moral. Ao fazer isso, estou tomando partido em uma controvérsia antiga. Várias pessoas supõem que o tipo de visão que vou ter defender é obviamente correto – na verdade, que é o único tipo de visão que poderia dar sentido ao fenômeno da moralidade. Ao mesmo tempo, também houve muitos que supuseram que o relativismo moral é confuso, incoerente e até imoral, no mínimo obviamente errado. **Harman, G. (1975). *Moral Relativism Defended*. The Philosophical Review, 84(1).**

Esse artigo de Harman é um exemplar clássico do tipo persuasivo mais convencional: ele começa com a frase “Minha tese é que...”. Essa frase anuncia expressamente “quem” ele é no debate, ao explicitar qual teoria vai defender (relativismo moral: a teoria segundo a qual a moralidade surge a partir de acordos tácitos entre as pessoas). Em seguida ele especifica qual a disputa em que essa tese está envolvida. Que disputa é essa? Ele deixa completamente explícito: algumas pessoas defendem que o relativismo moral é obviamente verdadeiro, ao passo que outras pensam que ele é confuso, incoerente, imoral, ou simplesmente errado. Ou seja, temos os defensores do relativismo moral, de um

lado, e seus detratores, do outro. Os dois lados não podem estar certos ao mesmo tempo, logo, trata-se de uma disputa. O que Harman vai fazer é mostrar que as razões para aceitar o relativismo moral são superiores às razões para rejeitá-lo. Ou seja, ele vai tomar parte nessa disputa, a favor do relativismo moral. Isso é exatamente o que *defender* é.

Nem sempre, contudo, a disputa da qual a teoria que está para ser defendida faz parte é apresentada de forma tão explícita assim. Um autor pode apresentar sua defesa de uma teoria mostrando as razões para aceitá-la, e sem enfatizar muito as objeções (que são as razões que o lado adversário vê para rejeitar). Dê uma olhada no abstract do artigo de Jerry Fodor, intitulado “O Apelo ao Conhecimento Tácito na Explicação Psicológica” (1968):

Nesse artigo quero defender concepções “intelectualistas” das competências mentais e sugerir que, ao atribuir conhecimento tácito a organismos, teorias intelectualistas exploram uma forma legítima de inferência não-demonstrativa: a inferência de efeitos semelhante a causas semelhantes. Brevemente, terei algumas coisas a dizer sobre a distinção entre saber como e saber que. **Fodor, J. A.** (1968). *The Appeal to Tacit Knowledge in Psychological Explanation*. *The Journal of Philosophy*, 65(20), 627.

No resumo, Fodor deixa bastante claro o que é que o artigo pretende obter: ele vai defender uma certa teoria, que ali está sendo chamada de “concepção intelectualista das competências mentais”. Como ele fará isso? Mostrando que essa teoria tem pontos fortes a seu favor (nesse caso, o ponto forte a ser posto em evidência é que essa teoria explora uma determinada forma legítima de inferência). Esse será o seu argumento central a favor dessa teoria. Além disso, o resumo indica que ao final do artigo será explorado (aquilo que parece ser) um desdobramento do que foi debatido ao longo do texto.

Mas observe que não fica imediatamente claro para o leitor (ao menos para o leitor pouco familiarizado) qual é a disputa com a qual essa teoria está envolvida, se é que ela está envolvida com alguma. Quem seria o “adversário” de Fodor aqui? Não está explícito. Embora esse modelo de texto também seja um modelo argumentativo clássico, e embora ele frequentemente resulte em textos originais e excelentes, se você for um estudante de graduação no começo da sua trajetória ou mesmo um aspirante, eu não recomendo começar assim.

Dê preferência para escrever textos defendendo teorias que você consiga localizar facilmente dentro de uma disputa, e deixe isso explícito já nos parágrafos iniciais. Prefira treinar suas habilidades de escrita argumentativa dentro dos cenários e contextos em que você possa conhecer bem o seu adversário. Argumentar diante de um adversário pouco definido é como travar uma batalha numa selva com neblina. Você não consegue ver direito o seu adversário, então você não sabe muito bem de onde os ataques (nesse caso, as críticas e objeções) vão vir. O inimigo pode estar logo na sua frente, sem que você tenha notado. Você se coloca, portanto, numa posição desfavorável.

Quando sabemos de onde os ataques vão vir, pelo menos os principais, tudo fica mais fácil, pois podemos nos preparar. Num texto argumentativo, essa preparação pode acontecer de muitas formas. As duas principais são: antecipar objeções e medir palavras. Antecipar objeções é já incluir, no próprio texto, partes abordando aquilo que o adversário poderia alegar contra você. Algo como “Uma possível objeção quanto a isso é...”. Ou “Nesse ponto, meu adversário [nomear adversário] poderia objetar que...”; ou mesmo “Uma objeção frequentemente apresentada contra isso é a de que...”. As objeções devem ser

apresentadas da forma mais intelectualmente honesta possível (nada de tentar fazê-las parecer mais fracas só para aliviar a sua barra!). Em seguida, você deve escrever um trecho respondendo a cada objeção.

Já a técnica de medir palavras consiste de escolher termos e expressões “sob medida” já pensando em tornar o texto mais palatável para o potencial objetor. Imagine que seu texto será lido não só pelos seus admiradores, pessoas que simpatizam com a posição que você está defendendo, mas sobretudo pelos seus críticos: pessoas que simpatizam com a posição oposta. Como fazer com que essas pessoas simpatizem mais com a sua posição, ou pelo menos antipatizem menos? Apresentar bons argumentos faz uma parte do trabalho, mas é possível fazer mais: evitando palavras que você sabe que o farão torcer o nariz.

Por exemplo: se você está escrevendo um texto em filosofia da mente e seu potencial adversário é um behaviorista inveterado, evite usar a palavra “mente” (a não ser, é claro, que o propósito do seu texto seja justamente defender o uso desse termo). Behavioristas tipicamente não gostam desse termo e da carga semântica que ele traz consigo. Se seu texto for na área de ética das virtudes, e a noção de caráter não for fundamental para a defesa da sua ideia, simplesmente evite usar a palavra “caráter”, para não dar pretextos para o situacionista convicto (um dos seus potenciais adversários) objetar, contra você, que não existe tal coisa. E assim por diante.

Tanto o artigo de Harman quanto o de Fodor são textos persuasivos de defesa: eles advogam em favor de uma determinada teoria. Mas há também textos persuasivos de um outro tipo, que se concentram mais em apresentar argumentos contra teorias, em vez de a favor delas. Esse

é o tipo persuasivo de ataque. Veja o parágrafo de abertura do texto “Crenças Morais” (1959), de Philippa Foot:

Para muitas pessoas, parece que o avanço mais notável na filosofia moral durante os últimos 50 anos ou mais tem sido a refutação do naturalismo; e eles estão um pouco chocados que nesta data tão tardia esse tópico esteja sendo reaberto. É fácil entender sua atitude: dadas certas suposições aparentemente inquestionáveis, seria tão sensato tentar reintroduzir o naturalismo quanto tentar fazer a quadratura do círculo. Aqueles que vêm assim se convenceram de que sabem de antemão que qualquer teoria naturalística deve ter uma pegadinha em algum lugar, e ficam chateados por ter que perder mais tempo expondo uma velha falácia. Este artigo é uma tentativa de persuadi-los a olhar criticamente para as premissas em que seus argumentos são baseados. **Foot, P.** (1959). *Moral Beliefs*. *Proceedings of the Aristotelian Society. New Series*, Vol. 59 (1958 - 1959), pp. 83-104.

Nesse texto Philippa Foot pretende convencer as pessoas que criticam o naturalismo a repensarem seus argumentos contra o naturalismo. Ou seja, ela vai atacar aqueles que atacam o naturalismo. Como isso é diferente de simplesmente defender? Embora o resultado final seja semelhante, do ponto de vista da “logística” do texto há uma diferença, que é sutil. Num caso como esse, de Foot, normalmente é de se esperar que a autora, em vez de se concentrar em mostrar ao leitor as razões que temos para aceitar aquela tese em favor da qual ela advoga (como Fodor fez no artigo que vimos há pouco), ela irá se concentrar em mostrar que as razões que alguém costuma ter para rejeitar essa tese não funcionam tão bem, ou simplesmente não funcionam de jeito nenhum. Que são más razões.

Tanto num caso quanto no outro o autor está tentando vender o peixe dele, no final das contas, digamos assim. Só que no texto de Fodor a estratégia era mostrar o quanto o peixe é atraente, ao passo que aqui, no texto de Foot, a estratégia é mostrar que o peixe que o adversário

comprou de alguém está podre, de modo que ele deve abandoná-lo (para então comprar o seu).

O que é melhor, defender a posição em que acreditamos, ou atacar aquela em que não acreditamos? Não há uma resposta simples para essa pergunta. As duas estratégias são válidas e ambas podem resultar em textos de excelente qualidade. Tudo vai depender do seu estilo pessoal e daquilo que você tem à mão, a sua “matéria prima”, por assim dizer. Independentemente disso, eu apenas gosto de alertar o escritor principiante para os riscos de cada uma das duas opções.

Se optar pelo modelo argumentativo de defesa, cuidado para não acabar “pregando para os já convertidos”. É muito fácil cair numa situação em que você tem um certo número de razões para apresentar em defesa da posição com a qual você simpatiza, porém acaba ignorando que há uma série de outras razões – eventualmente mais fortes – pelas quais alguém se sentiria tentado a rejeitá-la, e que precisam de um tratamento adequado.

Se o seu texto contiver apenas as razões pró, mas não as razões contra, ou seja, se a figura do adversário estiver um pouco “apagada” no seu texto, pode ser que ele cause uma boa impressão no leitor neutro, aquele que a princípio não estava nem do seu lado, nem do lado adversário. Mas possivelmente não causará tão boa impressão no leitor simpatizante do seu adversário, o mesmo naquele leitor mais bem informado. Um leitor pode ser neutro, apesar de muito bem informado – ele não tem identificação com nenhum dos lados, mas conhece com profundidade a disputa na qual você entrou. Se esse leitor perceber que você apresentou uma defesa persuasiva da sua posição de forma parcial demais, poderá ficar com a impressão de que você fez isso porque não

conhecia tão bem a posição adversária. Ou seja, o texto poderá transmitir uma impressão de ingenuidade. E se esse for um texto pelo qual você será avaliado (um artigo profissional a ser submetido a uma revista com revisão por pares, por exemplo, ou um trabalho de conclusão de curso, ou seu projeto de pesquisa para concorrer ao mestrado), queremos evitar isso a todo custo.

É possível remediar isso dedicando uma parte do seu texto a lidar com objeções, da forma como descrevi acima. Caso o seu argumento (de defesa) seja muito criativo, ou muito original, talvez você não precise dedicar uma parte tão grande do texto a essa tarefa, porque talvez haja poucas objeções eminentes. Se se tratar de um artigo, dedicar uma sessão, ou alguns parágrafos, pode bastar. De todo modo, é recomendável que, no mínimo, você deixe claro para o leitor que você sabe quais são as objeções que se aplicam.

Por outro lado, se você decidir se aventurar no modelo persuasivo de ataque, cuidado para não acabar apresentando uma visão caricatural do seu adversário. Não atire para todo lado – escolha um aspecto pelo qual a posição adversária merece ser criticada e foque nele. Se as razões que você tem a apresentar (contra) forem numerosas, elas precisam pelo menos estar articuladas, isto é, elas precisam parecer que fazem parte de uma crítica unificada e robusta, e não que você catou a dedo pretextos para atacá-lo. Se não fizer assim, você poderá acabar transmitindo a impressão de que tem muito a dizer sobre os defeitos do seu adversário, mas pouco a oferecer ao leitor em troca, e isso depõe contra você.

Você também não precisa tentar se prevenir contra isso de forma excessiva, dando uma quantidade desproporcional de destaque aos méritos do adversário. Quer dizer, não precisa transformar seu texto

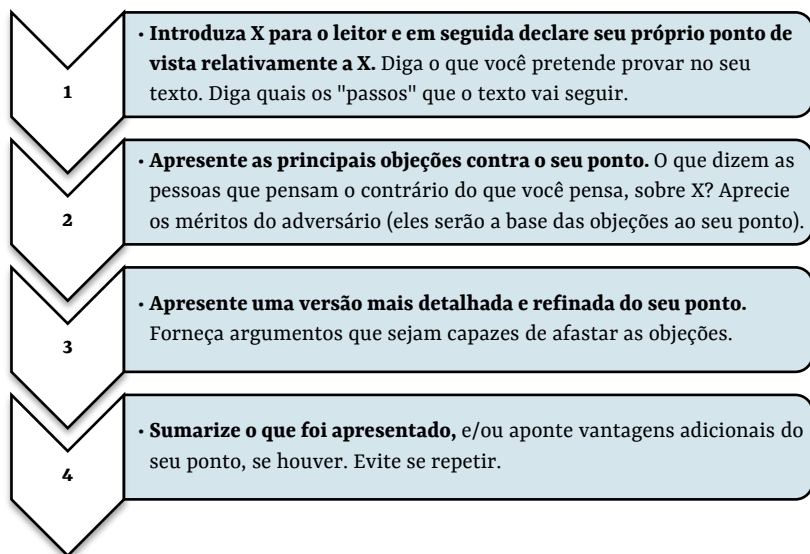
persuasivo de ataque num texto equilibrado convencional. Você pode implementar a estratégia persuasiva de ataque com grande êxito; apenas deve tomar cuidado para não soar como se o seu adversário não tivesse mérito algum.

Além desses potenciais percalços mais específicos, há dois outros comportamentos mais gerais que, dentro de qualquer texto persuasivo, serão fatais. O primeiro deles é quando o leitor dedica espaço e recursos desproporcionais à apresentação de opiniões dos outros (de seus adversários, por exemplo, ou mesmo de pessoas que pensam parecido com ele, ou de comentadores, caso esteja trabalhando com um filósofo que tenha sido comentado), em relação às suas próprias. Num texto persuasivo, a opinião do autor tem de “pular no colo” do leitor, por assim dizer. Ela não pode ficar camuflada em meio à apresentação de opiniões dos outros; nem pode ficar muito discreta, ou tímida. Ela tem de ser explícita.

O segundo comportamento “suicida” de um autor num texto argumentativo (e que é ainda mais fatal em textos do tipo persuasivo) é não apresentar argumentos. Parece óbvio, mas na realidade isso é algo difícil. Um texto exegético pode se estender por 15 páginas sem apresentar um argumento sequer a favor ou contra uma ideia; já num texto argumentativo isso não pode se dar. Você precisa conseguir elaborar argumentos bons e sólidos, com premissas e conclusões expressas de forma clara. Dedique-se a aprender isso, portanto. Se você não sabe muito bem por onde começar, indico o livro *Educando para a Argumentação* (2010), de Patrícia Velasco. Comece por aí e depois siga para livros mais aprofundados.

SCRIPT ARGUMENTATIVO PERSUASIVO

“Desafiando B” / “Por que B não se sustenta” / “Defendendo A”



Nesse script, “X” é um problema filosófico, um fenômeno a ser explicado ou mesmo uma tese. O script admite muitas variações. Por exemplo, os passos 2 e 3 podem ser mesclados e redivididos: você apresenta a primeira objeção, e responde a ela. Em seguida apresenta a segunda objeção, e responde a ela; e assim por diante.

Se você simpatizou com esse modelo, procure ler o máximo de textos que puder que tenham sido escritos assim (é fácil identificá-los pelo resumo, na maioria das vezes). Guarde seus favoritos para usar como inspiração. Navegar bem nesse modelo de ensaio argumentativo, por se tratar do modelo mais clássico, é fundamental para dominar sua escrita; e essa é uma habilidade que só irá beneficiá-lo.

2.4. ARGUMENTATIVO PERSUASIVO-TERAPÊUTICO

Há uma variação do modelo persuasivo que é caracterizada pela defesa de uma ideia bastante peculiar: a ideia de que o problema que está na raiz da disputa em questão na realidade não é um problema. Vamos chamar essa variação de modelo persuasivo *terapêutico*, já que nele o objetivo do autor é desfazer problemas, ou mostrar que aquilo que inicialmente parece ser um problema, no final das contas não é.

A estratégia terapêutica pode tomar muitas formas diferentes. Ela talvez seja a estratégia que possua a maior “plasticidade”, dentre as estratégias argumentativas. Vamos ver algumas dessas formas. O denominador comum entre elas é fácil de capturar: sempre o autor está focado em mostrar que aquilo que parece ser não é. Que as aparências enganam.

Uma das formas mais comuns como essa estratégia pode aparecer num texto é envolvendo a aparência de contradição entre teses, que dizer, quando duas teorias apenas parecem, mas não são, incompatíveis. Dê uma olhada nos parágrafos de abertura do artigo de Susan Haack intitulado “Pode a teoria da verdade de James ser tornada mais satisfatória?” (1984):

Nos escritos de James sobre a verdade, parece haver evidências que indicam que ele aceita duas alegações que são, pelo menos aparentemente, inconsistentes uma com a outra: por um lado, ele admite que a verdade é uma questão de acordo com uma realidade que é independente de nós, e que, em consequência, à medida que aprendemos sobre o mundo, descobrimos verdades que já eram verdadeiras antes de as descobriremos. Por outro lado, ele frequentemente insiste que a verdade é feita por nós, e que, em consequência, julgamentos se tornam verdadeiros sendo que não o eram antes de nós os termos tornado verdadeiros.

Resumidamente, vou representar essas duas tendências opostas como: Tese (1): (a) A verdade é descoberta; (b) um julgamento uma vez descoberto que é

verdade, sempre foi verdade. Tese (2): (a) A verdade é feita; (b) julgamentos que não foram verdadeiros anteriormente tornam-se verdadeiros. Prima facie, essas teses são inconsistentes. Uma interpretação que torne possível conciliá-las, se fosse viável, certamente seria desejável. A seguir, sugerirei que tal interpretação pode ser encontrada fazendo uso de duas distinções (...). **Haack, S.** (1984). *Can James's Theory of Truth Be Made More Satisfactory?* Transactions of the Charles S. Peirce Society, Vol. 20, No. 3 (Summer, 1984), pp. 269-278.

Nesse texto, Susan Haack irá tentar mostrar que duas teses que parecem contraditórias entre si na realidade não o são. Que o que temos é uma mera sensação de contradição, mas que essa sensação é enganadora. E que há uma maneira de interpretar essas duas teses que dissolve tal sensação. Essa estratégia é relativamente comum de ser aplicada por autores dentro do ambiente argumentativo. Na verdade ela é excelente para ser posta em prática todas as vezes que identificamos esse tipo de situação: quando há uma aparência ou sensação de que uma teoria está construída em cima de duas ideias que são incompatíveis, mas você consegue pensar numa forma de compatibilizá-las e, assim, de “salvar” a teoria.

No artigo de Haack, as duas teses que estão para ser compatibilizadas fazem parte de uma mesma teoria. Ou seja, o que ela pretende dissolver é um conflito interno. Mas também é possível aplicar esse modelo quando as duas teses em questão são, na realidade, duas teorias sobre algo. Da mesma forma como no modelo equilibrado do tipo semelhanças e diferenças o autor trabalha com duas teorias diferentes acerca de uma mesma questão ou mesmo problema, aqui também o autor trabalhará com isso. Porém, em vez de buscar destacar semelhanças e diferenças, o objetivo será mostrar que as duas teorias em questão não

são incompatíveis do modo como à primeira vista parecem ser. Que há uma falsa aparência de incompatibilidade.

Veja como Robert Stalnaker faz isso no primeiro parágrafo do artigo “Crença Indexical” (1981):

Há, ou parece haver, um conflito entre, por um lado, algumas doutrinas sobre atitudes proposicionais e seus objetos, e por outro lado, a existência de atitudes que parecem ser essencialmente indexicais. Muitas vezes é assumido que a crença, por exemplo, é uma relação entre uma pessoa e algum tipo de objeto abstrato que é atemporalmente verdadeiro ou falso. Mas é difícil ver como explicar muitas das crenças de uma pessoa sobre si mesma – sobre quem ou onde ela está – em termos de uma relação com tal objeto abstrato. O conflito foi diagnosticado e discutido há alguns anos em uma série de artigos por Hector-Neri Castañeda. Mais recentemente, John Perry e David Lewis escreveram sobre o conflito, cada um sugerindo, de diferentes maneiras, que devemos modificar ou rejeitar algumas das doutrinas em questão a fim de explicar a existência de atitudes essencialmente indexicais. Eu vou argumentar que, apesar da aparência de conflito, pode-se reconciliar as doutrinas com os fenômenos em questão, embora a reconciliação que vou sugerir produza uma concepção do objeto das atitudes que é bastante diferente do tradicional. **Stalnaker, R.** (1981). *Indexical Belief*. *Synthese*. Vol. 49, No. 1, Demonstrative and Indexical Reference, Part I (Oct., 1981), pp. 129-151.

Stalnaker configura o problema da seguinte forma. Há um determinado número de doutrinas que se baseiam na seguinte tese: “crenças são relações entre uma pessoa e algum tipo de objeto abstrato” (T1). E há também uma outra tese, amplamente aceita, conhecida como indexicalidade, que pode ser expressa do seguinte modo “há atitudes essencialmente indexicais” (T2). As teses T1 e T2 parecem ser incompatíveis porque muitas das crenças de uma pessoa sobre si mesma (crenças indexicais) não parecem poder ser explicadas por doutrinas baseadas em T1.

O que Stalnaker pretende fazer diante disso é mostrar como essa incompatibilidade é meramente aparente. Que na realidade as duas teses são compatíveis, ou que há meios de compreendê-las tal que elas podem ser aceitas simultaneamente. Como é possível fazer isso, na prática? Mostrando, como o autor destaca no final, que há uma maneira de T1 ser capaz de explicar as crenças indexicais (embora isso envolva ter de fazer modificações no escopo da própria tese).

Uma outra forma que esse tipo de texto pode assumir envolve aplicar o potencial terapêutico para demonstrar que uma tese ou conceito é dispensável, ou até nocivo, numa determinada área, porque gera perguntas mal-colocadas ou mesmo falsos problemas. Um bom exemplo desse formato é o texto de Amie Thomasson “Está uma Confusão Lá Fora: Como Falar Sobre Níveis Nos Desviou Do Caminho” (2014). Observe os parágrafos iniciais do artigo:

Frequentemente, ouve-se falar sobre algumas entidades serem de “nível superior” em relação a outras: os objetos sociais e culturais, por exemplo, costumam ser considerados entidades de nível superior em relação a organismos; as propriedades mentais são frequentemente consideradas de “nível superior” em relação às propriedades físicas ou neurológicas; e assim por diante. Às vezes, isso é expresso como a ideia de que a realidade vem em níveis ontológicos, estratos de ser (Morgan 1923; Post 1991; Poland 1994; Baker 2007). Eu argumentarei, no entanto, que a metafísica fica melhor sem fazer uso da ideia de “níveis”. A metáfora de níveis é enganosa e pode gerar pseudo-questões e pseudo-problemas. **Thomasson, A.** (2014). *It's a Jumble Out There: How Talk of Levels Leads Us Astray*. *American Philosophical Quarterly* 51 (4):285-296.

Esses parágrafos deixam claro o objetivo da autora: ela quer “curar” a metafísica dessa “doença”, que é a ideia de que as entidades pertencem a diversos “níveis”. Essa pode ser uma aplicação muito bem sucedida do modelo persuasivo terapêutico. Ela depende de que se tenha

identificado uma “doença” filosófica, o que nem sempre é uma coisa fácil ou óbvia. Mas uma vez que se tenha reconhecido que uma determinada ideia, distinção conceitual ou hábito intelectual está gerando mais prejuízos do que benefícios a um determinado campo da filosofia, o modelo pode ser aplicado. Na prática, o que o autor precisará fazer é mostrar que esse campo do saber filosófico ficaria melhor sem do que com a ideia ou distinção conceitual em questão.

Normalmente, isso envolve expor as consequências nocivas que o uso da ideia ou da distinção em questão produz. Thomasson fará isso: ela mostrará, como foi anunciado no segundo parágrafo, que da distinção entre níveis ontológicos nascem falsos problemas. O que é um falso problema, exatamente? Falsos problemas nada mais são do que problemas que nunca foram problemas, para começar. Por exemplo, digamos que eu tenha o seguinte problema: como unir a gema com a clara de um ovo recém botado? Isso é um falso problema, porque nunca foi um problema: em todo ovo recém botado, a clara já vem unida à gema. A questão sobre como separá-las pode ser um problema; mas essa, naturalmente, é outra questão. Às vezes teorias filosóficas padecem de (falsos) problemas como esse. Se você descobrir um, você terá em mãos um bom material para um texto persuasivo terapêutico.

Uma outra possibilidade de execução do modelo persuasivo terapêutico consiste de mostrar que aquilo que costuma ser visto como uma “doença” na verdade é uma coisa inofensiva. É mais ou menos o contrário da estratégia que acabamos de ver: nela, a autora queria mostrar que há uma doença onde ninguém está vendo; já aqui, o autor quer mostrar que não há doença alguma onde todos pensam haver.

Analise os parágrafos de abertura do artigo de Graham Priest intitulado “O que é tão mau a respeito das contradições?” (1998):

Abordarei a pergunta do título, e a resposta que darei é: talvez nada demais. Deixe-me primeiro explicar como, exatamente, a questão deve ser entendida. Devo interpretar como significando: O que há de errado em acreditar em algumas contradições? Enfatizo o “algumas”; a pergunta “O que há de errado em acreditar em todas as contradições” é bem diferente e, tenho certeza, tem uma resposta diferente. Seria irracional acreditar que sou um ovo frito (por que, podemos discutir; mas que, isso não é tão contencioso). A fortiori, é irracional acreditar que sou um ovo frito e não sou um ovo frito. É importante enfatizar essa distinção desde o início, uma vez que o deslize ilícito entre “alguns” e “todos” é endêmico nas discussões sobre a questão, como veremos.

Acho que não há nada de errado em acreditar em algumas contradições. Eu acredito, por exemplo, que é racional (racionalmente possível – na verdade, racionalmente obrigatório) acreditar que a sentença do mentiroso é verdadeira e falsa. Não vou argumentar em favor disso diretamente aqui, no entanto. Eu descobri, ao defender pontos de vista como esse, que o público as supõe como inaceitáveis a priori. Quando pressionados quanto ao motivo, eles apresentam vários argumentos. Vou considerar cinco dos mais importantes e mostrar sua falta de substância. Eles podem ser resumidos da seguinte forma:

- (1) As contradições implicam tudo.
- (2) As contradições não podem ser verdadeiras.
- (3) Não se pode acreditar racionalmente nas contradições.
- (4) Se as contradições fossem aceitáveis, as pessoas nunca seriam criticadas racionalmente.
- (5) Se as contradições fossem aceitáveis, ninguém poderia negar nada.

Tenho certeza de que deve haver outras objeções possíveis, mas as acima são as mais fundamentais que encontrei. Devo tomá-las nessa ordem. O que tenho a dizer sobre a primeira objeção é o mais longo, porque estabelece a base para todas as outras. **Priest, G. (1998). *What is so Bad about Contradictions?* The Journal of Philosophy, 95(8), 410.**

Nesse artigo, o objetivo de Priest é mostrar que onde parece haver um problema na realidade não há nenhum. É uma outra forma de “terapia”: em vez de se concentrar em “curar”, nesse modelo o autor foca

em mostrar que é possível conviver em harmonia com aquela “condição médica”, digamos assim.

Para a aplicação desse modelo ser bem sucedida, o autor precisa de duas coisas. Primeiro, precisa conseguir caracterizar a falsa “doença” de forma satisfatória, quer dizer, ele precisa estar lidando com algo que de fato é visto como uma doença pelo menos por algumas pessoas e precisa caracterizá-lo como tal, explicar por que ele é visto assim. Isso por envolver citar passagens de outros autores que evidenciam que eles vêem o elemento dessa maneira, ou mesmo apelar para intuições do senso comum. Em seguida, precisará mostrar de forma satisfatória (leia-se: com argumentos) que essa é uma maneira equivocada de enxergar o elemento em questão.

Note que tanto no artigo de Thomasson como no de Priest há referências diretas ao “adversário”, isto é, à pessoa que pensa precisamente o oposto do que o autor pretende defender. No texto de Thomasson o adversário tem nome (ela cita autores), ao passo que no de Priest o adversário é um pouco mais indefinido (ele se referiu, como vimos, a um interlocutor genérico, o “público”; mas tratou de explicitar quais são as objeções mais comuns que costumam vir desse adversário).

Seja como for, a presença de um adversário suficientemente caracterizado é muito importante para textos dessa espécie. A ausência de elementos que permitam identificar o adversário certamente comprometerá a excelência, pois assim o texto dará a impressão de que se está argumentando contra um interlocutor inexistente. Para retomar minha analogia com o problema do ovo: de que adianta eu tentar mostrar que o problema de como unir clara e gema é um falso problema, se não houve ninguém que realmente tenha dito alguma vez que isso era um

problema? Alguém precisa ter considerado isso como um problema, alguma vez, para que eu possa chegar e demonstrar que não é, do contrário a própria existência do meu texto perde um pouco a razão de ser.

Há ainda uma outra forma de implementação do modelo persuasivo terapêutico que envolve lidar com puzzles. Puzzles, em filosofia, são conjuntos de (três ou quatro, normalmente) teses plausíveis, separadamente defensáveis, mas que parecem não poder ser aceitas juntas; de tal maneira que você é pressionado a abandonar alguma delas, porém não é imediatamente óbvio qual. Normalmente, nesse tipo de texto, o autor está focado ou em dissolver o puzzle (mostrar que não se trata de um puzzle realmente, apesar da perplexidade que ele causa, na primeira impressão); ou em resolvê-lo (mostrar qual das teses deve ser abandonada).

Veja como Michael Tye faz isso no artigo “Os Paradoxos Sorites e a Semântica da Vagueza” (1994):

Às vezes, supõe-se que os paradoxos de Sorites são uma consequência inevitável da própria natureza da vagueza. Tome, por exemplo, o termo 'careca'. Se 'careca' for um termo vago, não terá limites precisos. Então

(1) Há um número definido, N , de modo que um homem com N fios de cabelo em sua cabeça é careca e um homem com $N + 1$ fios de cabelo na cabeça não é. (1) é falso. Mas, intuitivamente, a negação de (1) é equivalente à afirmação de

(2) Para qualquer número definido, N , se um homem com N cabelos na cabeça for careca, então um homem com $N + 1$ fios de cabelo na cabeça também é careca.

E (2), junto com a verdade óbvia

(3) Um homem sem cabelos na cabeça é careca acarreta a óbvia falsidade

(4) Um homem com um milhão de fios de cabelo na cabeça é careca por meio de um milhão de aplicações de *modus ponens* e instanciação universal. Tratar esta linha de raciocínio como uma redução da negação de (1) é conceder que 'careca' é não vago e, portanto, no caso geral, admitir que nenhum

predicado é vago. Essa conclusão é, naturalmente, paradoxal. O que, então, deu errado? Neste artigo, quero apresentar uma nova semântica de imprecisão que se mantém invulnerável a Paradoxos Sorites como o acima. **Tye, M.** (1994). *Sorites Paradoxes and the Semantics of Vagueness*. *Philosophical Perspectives*, 8, 189.

Como as sentenças finais explicitam, o que Tye vai fazer no artigo é lançar uma nova forma de ver as coisas tal que o paradoxo não apareça, ou seja, ele vai dissolver o puzzle. Outra pessoa poderia, se quisesse, apontar qual das proposições merece ser abandonada e escrever um texto justificando isso.

Essa espécie de texto costuma requerer um pouco mais de elaboração. Puzzles são um tipo especial de “doença” filosófica; mais difícil de tratar, digamos assim, devido à sua maior complexidade. Identificar novos puzzles costuma ser considerado um feito notório, em filosofia. Se você é um iniciante e quer treinar escrever esse tipo de texto, minha dica para você é: pegue um puzzle já conhecido (há muitos!) e ensaie tentativas de resolvê-lo. Quer dizer, treine escrever apontando para uma das teses como sendo aquela que precisa ser abandonada.

Você não precisa ter argumentos excelentes para experimentar isso. Na verdade você não precisa nem mesmo ter razões pelas quais acreditar que abandonar aquela tese, em particular, funciona melhor do que abandonar as outras. Seu objetivo nesse primeiro momento é escrever para se familiarizar com o “ritmo”, com os componentes que esse texto precisa conter e com o passo a passo para desenvolvê-lo.

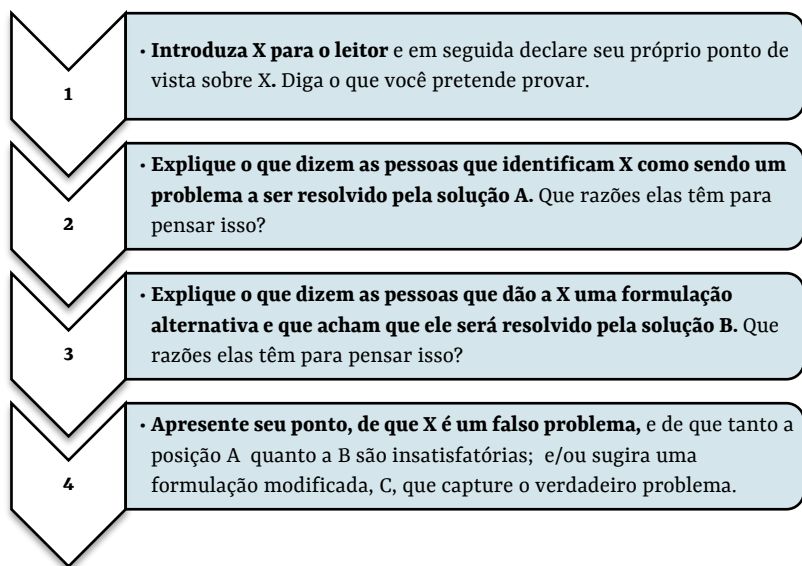
Acompanhe o script na página seguinte. Ali, “X” é um problema filosófico. Uma variação frequente envolve anunciar, já no passo 1, que X é um falso problema; ou então de que as soluções disponíveis (A e B) são ambas insatisfatórias. Uma outra variação seria apresentar C não como

uma formulação modificada do (falso)problema original, X, e sim como uma forma de descrever a realidade dentro da qual X não emerge.

SCRIPT ARGUMENTATIVO PERSUASIVO TERAPÊUTICO

“Por que B não é um problema” /

“Por que o debate entre A e B é um debate vazio”



2.5. ARGUMENTATIVO ESPECULATIVO

Aqui temos um outro modelo de texto argumentativo, significativamente distinto dos anteriores, o equilibrado e o persuasivo. Esse é possivelmente o modelo de texto que aparenta ser mais fluido, mais livre, mas que na realidade é o mais complexo de compreender e, na minha opinião, difícil de executar. Muitas vezes ele é construído em cima de perguntas da forma “O que é X, afinal de contas?”. Ou seja, ele toma a forma de uma tentativa de melhor definir ou delimitar algo. Joel Feinberg (2013: 110) chama esse tipo de “Ensaio tipo Requisição de

Definição”. Eu prefiro chamar de “Ensaio Especulativo”, porque muitas vezes a mesma “fôrma” é aplicada não a uma requisição de definição, e sim a uma requisição de explicação cumulativa. Nesses casos, a pergunta se assemelha mais a “Por que X, afinal de contas?”.

Observe o parágrafo de abertura do texto de Ian Hacking “Por que raça ainda importa?” (2005):

Por que a raça importou tanto em tantas épocas e lugares? Por que isso ainda importa? Colocado de forma mais precisa, por que existe uma tendência tão difundida de aplicar a categoria de raça e de considerar as pessoas de diferentes raças como tipos de pessoas essencialmente diferentes? Chame isso de 'primeira pergunta'. É claro que há muito mais perguntas que também devemos fazer: por que a opressão racial tem sido tão onipresente? Por que exploração racial? Por que escravidão racial? Talvez tenhamos a tendência de pensar nas raças como essencialmente diferentes apenas porque queremos desculpar ou justificar o domínio de uma raça por outra. Prosseguirei com a primeira questão coletando cinco respostas possíveis que invocam natureza, genealogia (no sentido de Michel Foucault), ciência cognitiva, império e regras de poluição. **Hacking, I.** (2005). *Why Race Still Matters*. Daedalus, Vol. 134, No. 1, On Race (Winter, 2005), pp. 102-116.

Como isso que temos aqui é diferente do que vimos agora há pouco nos modelos equilibrado e persuasivo e em suas variações? Aqui temos basicamente uma pergunta filosófica, que é uma pergunta complexa. O autor do texto irá tentar responder a essa pergunta. Nos textos equilibrado e persuasivo também tínhamos perguntas, mas lá elas normalmente estavam formuladas de maneira diferente: na forma de problema.

Um problema é uma questão com uma, duas ou três possibilidades de resposta (soluções) já podendo ser vislumbradas, ainda que de forma rudimentar. Nos textos equilibrados e persuasivos, sempre havia uma

disputa, na linha de frente ou no background, e essa era uma disputa entre as soluções possíveis para o problema. O autor se concentrava em desenvolver essas possibilidades (soluções) de maneira a demonstrar sua afiliação a uma delas. Isso porque essas possíveis respostas na realidade quase sempre eram expressões de certas teorias, teorias já conhecidas, ou que estão sendo desenvolvidas, em suas respectivas áreas. Tanto que os afiliados dessas teorias têm até nomes, e na discussão dos exemplos ao longo das sessões anteriores nós vimos alguns: behavioristas, mentalistas, externalistas, internalistas, expressivistas, expressivistas de Cornell, dialeteístas, naturalistas, e tantos outros.

Já aqui nós temos uma pergunta lançada de forma muito mais “crua”. Ela não pode ser imediatamente identificada a um problema, ou formulada na forma de problema. Ao menos não um problema que venha sendo discutido por certas correntes de pensamento. Também não conseguimos antever (pelo menos não imediatamente) duas possibilidades de resposta para essa pergunta que possam disputar entre si o título de “melhor resposta” ou “resposta certa”.

Além disso, a pergunta aqui é significativamente mais complexa, é uma pergunta muito “grande”. Ela pode ser quebrada numa série de perguntas menores e mais específicas, como o próprio autor indica (essas sim, talvez possam ser reformuladas como problemas); mas o ponto é que a pergunta central é tão geral e tão complexa que somos levados a aceitar que talvez ela não possa mesmo receber uma resposta unívoca e definitiva. Ou seja, parece que somos constrangidos a aceitar que ela precisará de *mais de uma resposta*, se quisermos respondê-la de forma significativa e interessante. Porém essas mais de uma respostas não serão competitivas entre si, e sim colaborativas. É como se cada uma delas

respondesse por uma “parte” da pergunta. Uma outra forma de dizer isso é: a resposta para a pergunta que dirige o texto tem um caráter *cumulativo*.

Se fôssemos demonstrar essas diferenças através de uma analogia, essa analogia seria mais ou menos assim. Um texto argumentativo equilibrado ou persuasivo é como uma estrada que se bifurca em dois ou três caminhos. A questão ali, tanto num quanto no outro, é qual caminho tomar, ou qual o melhor caminho. As estratégias para “escolher” o caminho são diferentes num modelo e no outro, mas tanto o equilibrado quanto o persuasivo estão atrás disso, no final das contas: definir o melhor caminho. Já o texto especulativo é menos como uma estrada com bifurcações e mais como uma receita culinária. Na verdade não exatamente a receita, em si, mas o prato já preparado. É como ter o prato diante de você e a questão que está colocada é: o que isso levou? Alguns ingredientes podem ser óbvios e pouco contenciosos, outros nem tanto. A questão é mais ou menos como fazer a “engenharia reversa” do prato, para tentar determinar a receita.

Veja a manobra de Ian Hacking no artigo. Primeiro, ele especifica a pergunta em termos mais técnicos: “Por que existe uma tendência tão difundida de aplicar a categoria de raça e de considerar as pessoas de diferentes raças como tipos de pessoas essencialmente diferentes?”. Depois ele diz que vai considerar cinco respostas possíveis, cada qual evocando um conceito distinto (os conceitos são: natureza, genealogia, ciência cognitiva, império e regras de poluição). Não sabemos qual é a relação entre essas cinco respostas, mas a julgar pelos cinco conceitos que elas vão invocar, parece que elas não apenas não são competitivas entre si como são cumulativas: cada uma delas diz algo importante, em

termos da pergunta que foi especificada; mas nenhuma delas diz tudo o que precisa ser dito. Ou seja, nenhuma delas, sozinha, parece satisfatória. Essa manobra tem um nome: isso se chama especular.

Especular, ou conjecturar, significa estudar um objeto, observar com atenção, não prática, mas teoricamente. Também está relacionado a formular hipóteses, porém sem estar de posse dos fundamentos ou fatos concretos que de outro modo permitiriam verificá-las, eliminar umas e elevar outras ao status de tese. Por isso é uma manobra comum de ser aplicada quando estamos lidando com questões que escapam ao fechamento, num certo sentido; como essa do artigo de Hacking.

Como poderíamos saber que uma explicação X que foi fornecida como sendo a razão pela qual existe uma tendência tão difundida de aplicar a categoria de raça e de considerar as pessoas de diferentes raças como sendo pessoas diferentes é suficiente para responder à pergunta? Não parece que exista a ferramenta capaz de nos proporcionar isso. Então precisamos nos contentar com respostas especulativas, ou conjecturas. As conjecturas ocupam o espaço que seria das razões suficientes, se pudéssemos obtê-las, digamos assim.

Isso significa que nesse tipo de texto, a figura da disputa não aparece imediatamente. Porque não vemos a explicação X ser oferecida *contra* o pano de fundo de uma explicação alternativa, Y. Quer dizer que o elemento “disputativo” está ausente desse tipo de texto? Na verdade não. Ele está presente, só que de uma maneira diferente.

Vimos que nos textos equilibrados o autor se coloca “do lado de fora” de uma disputa, por assim dizer; e que nos textos persuasivos ele se coloca “do lado de dentro” (ele é uma das partes em conflito). No texto especulativo o que o autor faz é se colocar “entre” uma rede de disputas.

A questão fundamental do texto pode ser “quebrada” numa série de perguntas menores e mais qualificadas, e cada uma delas é uma pergunta que admite respostas com as quais é possível concordar ou discordar. Ou seja, cada um dos “componentes” da resposta para a grande pergunta é, em si, um potencial gerador de disputa. Ao unir todos esses componentes no movimento especulativo, o autor desse texto está “costurando” essas várias disputas potenciais, por assim dizer.

Por exemplo, ainda no caso do texto de Hacking, ele afirma o seguinte: “Talvez queiramos desculpar ou justificar o domínio de uma raça por outra”. Isso é uma resposta possível para uma das “sub-perguntas” da pergunta-mãe, que é a sub-pergunta “por que dividimos as pessoas usando um critério racial?”. Algumas pessoas podem ver razões para concordar com essa hipótese, e achar que de fato dividimos seres humanos conforme raças para usar essa divisão como justificativa para a dominação de um grupo sobre outro. Outras pessoas podem ver razões para rejeitar essa hipótese, e pensar: não é esse o motivo pelo qual dividimos a humanidade usando critérios de raça, e sim outro. Havendo essa discordância, há uma potencial disputa. De uma forma indireta, ao realizar a especulação, Hacking se afilia a um dos lados em cada uma dessas sub-disputas, embora isso não esteja sob o holofote, digamos assim.

Boa parte das grandes questões filosóficas que inquietam os pensadores são dessa natureza – elas pedem por uma resposta especulativa. Questões, por exemplo, sobre o sentido da vida, sobre o que é ser humano, sobre o que é o tempo, dentre muitas outras. É em parte em virtude disso que muitos alunos nos estágios iniciais do curso de filosofia, ou mesmo outros aspirantes e simpatizantes, se encantam pelo

modelo especulativo e tentam desenvolvê-lo: esse modelo explora a mesma “energia” que os motivou a se interessar pelo estudo da filosofia, em primeiro lugar.

No entanto, é raro ver os alunos novatos e os aspirantes e simpatizantes realizarem essa tarefa de forma bem-sucedida. Especular é cotejar várias respostas possíveis para uma pergunta complexa, cuja resposta na realidade é uma conjunção de sub-respostas; e ver onde cada uma delas encontra dificuldades. Porém, se outros autores ou outros filósofos já tiverem defendido ou mesmo especulado sobre algumas dessas respostas possíveis, ou sub-respostas, o artigo deve incluir essas iniciativas e dialogar com elas, e é aqui que muitos alunos fracassam e acabam produzindo um texto lunático.

Deixe-me ilustrar isso utilizando um exemplo concreto, o texto “O que torna uma teoria política utópica?” (1989) de Thomas Nagel. Dê uma olhada no parágrafo de abertura desse artigo:

Meu assunto é uma variante da pergunta hobbesiana: como podemos dar aos indivíduos uma razão para se comportarem de certa maneira, já que cada um deles tem razões para querer que todos se comportem de certa maneira? Na versão de Hobbes da pergunta e em sua resposta, a base das razões operativas era um desejo de segurança pessoal e sobrevivência. Em minha versão, haverá mais razões em jogo, incluindo razões altruístas, e devo assumir que os indivíduos são motivacionalmente complexos, em que cada um deles simultaneamente ocupa diferentes pontos de vista, dentro dos quais desejos e razões podem surgir e entrar em conflito uns com os outros. Isso complica o problema, mas não altera sua estrutura básica. Ainda precisamos descobrir um arranjo que se relacione com a razão prática, qualquer que seja seu caráter, de duas maneiras: como um arranjo desejável em si mesmo e como um ao qual podemos razoavelmente nos conformar. Qualquer teoria política que não seja utópica deve reunir esses dois tipos de justificativa. **Nagel, T.** (1989). *What Makes a Political Theory Utopian?* Social Research, Vol. 56, No. 4, Philosophy and Politics (Winter 1989), pp. 903-920.

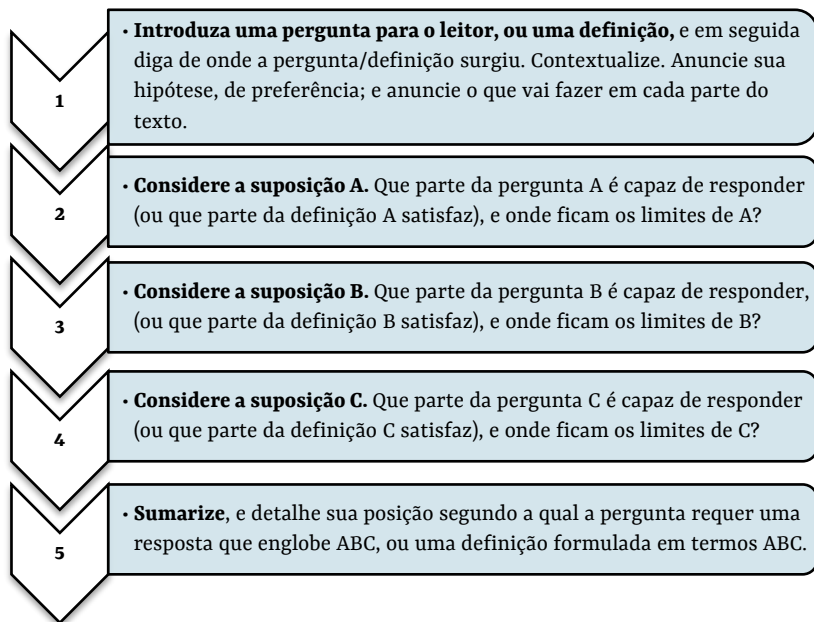
A manobra especulativa de Nagel inclui a compreensão de que sua especulação é diferente daquela que foi realizada por Hobbes acerca de uma pergunta semelhante. Ou seja, o que temos aqui é um reconhecimento, por parte de Nagel, de que a pergunta sobre a qual está se debruçando não é, ela própria, inteiramente original, mas também não é a pergunta de Hobbes. Não é nem algo revolucionariamente novo, nem a exata pergunta que outra pessoa já fez, e sim uma *variação* de uma pergunta que já foi colocada por outro filósofo, no caso, Hobbes. Isso envolve, naturalmente, esclarecer como a sua tentativa de responder à pergunta é diferente da tentativa de Hobbes. Já imaginou se Nagel não conhecesse Hobbes muito bem e acabasse escrevendo um texto que repetisse Hobbes? Que fizesse a mesma pergunta de Hobbes e desse basicamente a mesma resposta que Hobbes deu, só que com outras palavras? Seria um fiasco.

Considerando principalmente que perguntas inteiramente originais e mesmo variações de perguntas antigas são um item da maior raridade, na filosofia, você, enquanto aspirante a escrever um texto argumentativo especulativo, nunca deve deixar esse elemento escapar. Se sua pergunta não é, ela própria, original, você deve considerar, na sua “equação especulativa”, as tentativas de abordar a mesma pergunta que vieram antes de você.

SCRIPT ARGUMENTATIVO ESPECULATIVO

"Por que A?" / "Por que A importa, afinal de contas?" /

"O que é A, afinal de contas?" / "O que faz de A um B?"



Isso requer, naturalmente, um bom conhecimento de história das ideias. Você deve conhecer a história do problema, mais do que a história da filosofia entendida de uma perspectiva cronológica (que é como os manuais, e por vezes até mesmo os cursos, costumam nos ensinar). Ou seja, você precisa aprender olhar para a história da filosofia com outros olhos.

Assim, meu conselho para você é: resista à tentação de começar por aqui e deixe esse modelo por último. Treine primeiramente escrever textos argumentativos balanceados e persuasivos e suas variações; e deixe para experimentar com o modelo especulativo após ter adquirido uma boa compreensão prática de como a argumentação funciona nos outros modelos. Adicionalmente, procure estruturar seu estudo do

problema (o problema sobre o qual você vai escrever) a partir de um corte temático, por oposição a um corte cronológico. Isso irá te poupar muitas dores de cabeça.

Em termos de dificuldades práticas, são duas as grandes dificuldades postas para a pessoa pouco experiente que vai escrever o texto especulativo. Uma delas, como mencionei, é o risco de soar lunática. Quer dizer, é o risco de se acabar escrevendo uma série de coisas desorganizadas e desarticuladas, que têm mais ou menos a ver com a pergunta diretora, mas que parecem estar unidas umas às outras por aglutinação. Tenho um nome bem-humorado para isso: eu chamo de “ideias coladas com chiclete”.

Quando isso acontece, também é comum as ideias estarem totalmente desconectadas da filosofia entendida de um ponto de vista pragmático, isto é, do que outros filósofos já disseram. Para evitar isso, você deve saber muito bem o que os outros filósofos já disseram, ao menos aqueles que eventualmente já disseram coisas que são relevantes para a pergunta sobre a qual você quer especular; e deve conhecer bem as relações lógicas entre ideias (essas são uma “cola” propriamente dita, para você usar no lugar no chiclete).

A outra grande dificuldade é se pautar demais no que outros filósofos já disseram e cair numa espécie de exegese mal direcionada, que é aquela exegese em que o autor quer discordar do que filósofos eventualmente disseram a respeito de algo, mas não sabe muito bem como fazer isso de forma sistemática. Consequentemente, acaba fazendo uma miscelânea de argumentação e exegese, o que na maioria das vezes é fatal. Não que as duas coisas não possam se misturar, elas podem (o Capítulo 4 é todo sobre possibilidades bem-sucedidas de mescla). A

questão é a mistura ser feita “com categoria”, por assim dizer. Se não for, é muito difícil o texto ficar bom.

2.6. EXERCÍCIOS

A seguir estão alguns abstracts e parágrafos de abertura extraídos de textos argumentativos de diferentes tipos (a maioria são artigos), orientados por diferentes propostas. Leia-os e procure responder, a respeito de cada um deles, às perguntas seguintes. As respostas estão no último capítulo.

2.a. Quais elementos desse excerto te levam a crer que ele de fato corresponde a um texto argumentativo?

2.b. Baseado no título do texto e no conteúdo do excerto, você acha que o texto foi escrito segundo qual modelo argumentativo?

2.c. Por quê? Quais características você é capaz de apontar no excerto que te levam a imaginar que o texto foi escrito de acordo com esse modelo, e não com outro?

2.d. Qual a disputa que está jogo nesse texto? A qual dos “lados” nessa disputa o autor do texto é afiliado? Quem é seu adversário?

2.e. Como podemos expressar a tese de que o autor é partidário?

2.f. Como parte adicional do exercício, escolha alguns dos textos a que esses excertos pertencem, busque por eles na internet ou na biblioteca e procure lê-los. Observe a maneira particular como cada autor executou a estratégia de escrita do modelo que ele escolheu utilizar. Você consegue reconstituir o roteiro que o texto seguiu,

apontando cada um dos “passos” adotados pelo autor? Observação: lembre-se que cada modelo admite diversas variações em termos de roteiro; e que a maneira particular de executar um roteiro é livre.

EXCERTO 1

A imaginação sempre foi uma das faculdades mais obscuras da mente humana. Trabalhos recentes sobre a imaginação nas ciências cognitivas dissolvem muito precariamente os mistérios da imaginação. Mas abordagens cognitivas podem iluminar um traço central da imaginação – as semelhanças marcantes entre imaginar e acreditar. Nesse artigo eu vou explorar a ideia de que as semelhanças entre a imaginação e a crença são parcialmente explicadas pela hipótese de que imaginação e crença possuem um “código único”. Uma boa quantidade de etapas são necessárias para explicar essa ideia, mas eu vou argumentar que a hipótese do código único oferece uma teoria surpreendentemente poderosa de um dos aspectos da imaginação. **Nichols, S.** (2004) *Imagining and Believing: The Promise of a Single Code*. *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, Vol. 62, No. 2, Special Issue: Art, Mind, and Cognitive Science (Spring, 2004), pp. 129-139.

EXCERTO 2

A ocorrência ou aparente ocorrência de ações incontinentes desafia vários pontos de vista influentes na ética e na filosofia da mente, por exemplo, o prescritivismo de Hare e a ideia socrática de que sempre agimos à luz do maior bem imaginado. Também levanta, como explicarei, um problema interessante e instrutivo para os proponentes das teorias causais da ação. Mas enquanto Sócrates e Hare tentam evitar as dificuldades com as quais a akrasia os confronta negando – erroneamente, devo argumentar – que existem ações acráticas ([15], 352a-358d; [13], cap. 5), o teórico causal não precisa seguir essa abordagem infeliz. Neste artigo, argumentarei que a verdade de uma teoria causal da ação (TCA) é compatível com a ocorrência de ações acráticas e, em particular, com ações acráticas contra o que chamarei de intenção “aqui e agora” – isto é, uma intenção do agente de fazer um A aqui e agora. Vou sugerir que ações acráticas desse tipo claramente ocorrem, e tentarei explicar como elas podem ser acomodadas por uma teoria causal da ação. **Mele, A.** (1983). “Akrasia”, *Reasons, and Causes*. *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, Vol. 44, No. 3 (Nov., 1983), pp. 345-368.

EXCERTO 3

Em seu artigo recente “Funcionalismo e Conteúdo Amplo”, Frank Jackson e Philip Pettit introduzem uma distinção importante entre o que eles chamam de explicações de processos causais e explicações de programas causais. Nessa discussão eu gostaria de examinar essa distinção. Eu vou argumentar que apesar de essa distinção ser importante e correta, ela não cumpre exatamente o papel que Jackson e Pettit esperavam dela. **Rowlands, M.** (1989) *Discussion of Jackson and Pettit "Functionalism and Broad Content"*. *Mind. New Series*, Vol. 98, No. 390 (Apr., 1989), pp. 269-275.

EXCERTO 4

Pelo menos desde meados do século XX, os filósofos têm tendido a identificar fraqueza de vontade com akrasia – ou seja, agir, ou ter uma disposição para agir, contrário aos seus próprios julgamentos sobre o que é melhor fazer. No entanto, tem havido algum debate recente sobre se isso captura a noção comum de fraqueza de vontade. Richard Holton afirma que não, enquanto Alfred Mele argumenta que, até certo ponto, sim. Como Mele reconhece, a questão sobre um conceito comum aqui é adequada para investigação empírica. Avaliamos os estudos de Mele e relatamos alguns experimentos nossos a fim de investigar o que no mundo é o conceito comum de fraqueza de vontade. Concluímos que nem Mele nem Holton (anteriormente) estavam certos e oferecemos uma proposta provisória nossa: a noção comum é mais como um protótipo ou conceito cluster cuja aplicação é afetada por uma variedade de fatores. **May, J.; Holton, R.** (2012). *What in the world is weakness of will?* *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, Vol. 157, No. 3 (February 2012), pp. 341-360.

EXCERTO 5

De acordo com alguns cosmologistas, a cosmogonia do big bang e mesmo a teoria do estado estacionário (agora em grande parte extinta) representam um problema cientificamente insolúvel de criação de matéria-energia. Mas eu argumento que o problema genuíno da origem da matéria-energia ou do universo foi falaciosamente transmutado no pseudo-problema da criação por uma causa externa. A fortiori, verifica-se que os estados iniciais de vácuo “verdadeiro” e “falso” da cosmologia quântica não justificam de forma alguma a criação divina bíblica ex-nihilo. **Grünbaum, A.** (1989). *The Pseudo-Problem of Creation in Physical Cosmology*. *Philosophy of Science*. Vol. 56, No. 3 (Sep., 1989), pp. 373-394.

EXCERTO 6

As rãs são conscientes? E os peixes? E quanto às abelhas? Os paramécios têm experiências? Em algum lugar abaixo da escala filogenética, a consciência cessa. Mas onde? Esse é o tema deste artigo. Às vezes, supõe-se que, uma vez que começamos a refletir sobre seres muito mais simples do que nós – caracóis, por exemplo – não nos resta nada físico ou estrutural que pudéssemos tomar para nos ajudar a determinar se eles estão conscientes. O problema de outras mentes, no que se refere à consciência de tais criaturas, não tem solução. Não há realmente como saber se as aranhas estão conscientes de alguma coisa, enquanto tecem suas teias, ou se os peixes passam por alguma experiência fenomenal enquanto nadam no mar. **Tye, M.** (1997). *The Problem of Simple Minds: Is There Anything It Is like to Be a Honey Bee?* *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, Vol. 88, No. 3 (Dec., 1997), pp. 289-317.

EXCERTO 7

Vou descrever uma formulação variante da clássica lógica extensional de primeira ordem e contrastá-la com a formulação padrão. A formulação que darei é, em certo sentido, equivalente à padrão, e é uma tarefa rotineira mostrar que é equivalente a ela nesse sentido. Portanto, pode-se considerar minha formulação como uma mera variação notacional. Mas também há maneiras pelas quais as duas formulações que contrastarei não são equivalentes, e argumentarei que essas maneiras refletem uma diferença conceitual importante entre elas. As diferenças tornam-se mais importantes à medida que se generaliza ou estende a lógica clássica de várias maneiras, mas elas existem até mesmo nos sistemas clássicos. **Stalnaker, R.** (1977). *Complex Predicates*. *The Monist*, Vol. 60, No. 3, *New Directions in Semantics* (JULY, 1977), pp. 327-339.

3

MODELOS EXEGÉTICOS

Textos exegéticos, como vimos rapidamente na introdução, são aqueles que têm vocação “interpretativa” e “explicativa”, por oposição a uma vocação “disputativa”, como é a dos textos argumentativos. Essa vocação pode se concretizar de diferentes maneiras. Aqui vamos ver cinco delas, isto é, cinco modelos comuns de texto exegético.

3.1. EXEGÉTICO SINCRÔNICO CLÁSSICO

Esse é, possivelmente, o modelo mais clássico de trabalho exegético e um dos primeiros aos quais o aluno é apresentado, na academia, no Brasil. É um dos tipos clássicos de dissertação filosófica recomendados por Jean-Jacques Wunenburger e Dominique Folscheid no livro *Metodologia Filosófica* (2006). Como é típico dos trabalhos predominantemente exegéticos, esse modelo de texto é uma tentativa de *investigar para melhor compreender*.

Normalmente, ele se concentra numa temática particular, com um foco bem direcionado, quer dizer, com um funil estreito: se propõe a examinar um elemento, em uma obra, de um filósofo. Esse elemento normalmente é um conceito, mas também pode ser uma passagem (muito comum quando a obra que se está estudando é uma obra antiga); uma discussão ou mesmo um argumento. Qualquer que seja o elemento sendo investigado, o que o autor de um texto sincrônico clássico quer é mostrar ao leitor é como aquele filósofo entendia o elemento em

questão. É o clássico título “X, segundo o filósofo Y”, ou “O conceito Y-niano de X”.

O corte é sincrônico. O que isso quer dizer, exatamente? Significa que o autor não pretende olhar como o elemento evoluiu ao longo de diferentes etapas da vida do filósofo, ou ao longo de diferentes períodos históricos. O que ele pretende realmente é olhar é o como o elemento está colocado. Isto é, como ele aparece num determinado momento, “dentro” de uma determinada obra, daquele filósofo; e o que ele significa realmente. A finalidade última é ampliar a compreensão que se tem acerca do elemento em questão lançando sobre seu significado e papel um olhar técnico.

Observe o primeiro parágrafo do artigo de Mary Warnock intitulado “Uma nota sobre Categorias 6a 15 de Aristóteles” (1950):

Em Categorias 6a11, Aristóteles diz que embora seja uma característica das quantidades que elas não possam ter opostos, parece que não se dá o mesmo no caso das mensurações espaciais. Isso o leva a fazer uma observação geral sobre a noção de oposição, nomeadamente, que quando as pessoas falam de opostos elas usam metáforas de espaço; que elas entendem como “opostos” aquelas coisas que, pertencendo a uma mesma classe, estão separadas uma da outra pela maior distância possível. Há duas coisas para notar aqui. Primeiro, que Aristóteles pretende distinguir, ao menos de modo simplificado, entre tipos de termos, questionando se eles têm opostos ou não. Segundo, que, embora ele fale sobre uma metáfora espacial, sua única tentativa de elucidar essa metáfora consiste de traduzi-la para uma outra metáfora espacial, aquela da “maior distância entre”. **Warnock, M.** (1950). *A Note on Aristotle. Categories 6a 15*. *Mind*. Vol. 59, No. 236 (Oct., 1950), pp. 552-554.

O que Mary Warnock está fazendo aqui? Ela selecionou uma passagem (a passagem 6a11-15); em uma obra (*Categorias*) de um filósofo (Aristóteles). E vai interpretar essa passagem.

Interpretar é falar sobre uma coisa de maneiras que expressem o que a coisa é. Então, mais precisamente, a autora vai falar sobre como Aristóteles entendia a ideia que está expressa na passagem 6a11-15. Ela vai dar a versão dela de o que Aristóteles quis dizer ali. Se bem sucedida, a autora irá mudar nossa forma de compreender a passagem. Como? Passaremos a discordar de Aristóteles? Ou da compreensão que tínhamos dele antes? Não ou, pelo menos, não necessariamente. O que ocorrerá é: passaremos a notar algo que antes possivelmente havia passado despercebido no texto do próprio Aristóteles. Ou seja, é uma nova camada de sentido que a autora está desvelando, ou, podemos pensar, “adicionando”. Entenderemos aquela passagem de Aristóteles (e possivelmente entenderemos o próprio Aristóteles) de forma mais profunda, mais detalhada, uma vez tendo lido o texto de Warnock.

Percebe como isso é radicalmente diferente do que vínhamos vendo no capítulo anterior? Aqui não há disputa, não há “adversário”, não há tentativa de provar, de mostrar que (que uma coisa é o caso *ao invés* de outra). Em suma, não há argumentação num sentido estrito, já que não há defesa e ataque a teses, ou mesmo as ideias de “contra” e “a favor”. O que há é o trabalho, bastante técnico e muito criterioso, de *falar sobre, mostrando como*. É um outro paradigma de trabalho filosófico.

No texto de Warnock, o elemento que é objeto da exegese é uma passagem, isto é, um pedaço de texto, que podemos localizar na obra selecionada, porque ele tem um lugar “fixo”. Agora vamos dar uma olhada num exemplo de texto exegético que tem como objeto não uma passagem, e sim uma coisa mais abstrata: um conceito. Veja o abstract do artigo de

Alice Haddad intitulado “Sobre o Bem nas Memoráveis de Xenofonte” (2021):

Este artigo analisa o conceito de bem por meio de uma visão geral das Memoráveis de Xenofonte. Inicia-se com o diálogo entre Sócrates e Aristipo (3.8), em que o filósofo vincula o bem à utilidade, indicando a recorrência dessa concepção no diálogo com Eutidemo (4.6). Mostra como a concepção do bem como útil é expandida para o reino divino, identificando as passagens em que os deuses aparecem como benfeitores da humanidade. Em seguida, trata-se, ao contrário, da dificuldade humana de acessar o bem, seja por não reconhecê-lo, seja pela necessidade de prática preliminar da virtude, entendida como enkrateia, ou seja, contenção de prazeres. Nesse contexto, destaca-se a relevância do autoconhecimento como conhecimento do próprio poder (δύναμις). Por fim, o artigo destaca a figura de Sócrates como benfeitor, descrevendo a maneira como Xenofonte o retrata como um guia e um paradigma para quem queria aprender com ele.

Haddad, A. B. (2021). *Sobre o Bem nas Memoráveis de Xenofonte*. Revista Portuguesa de Filosofia 77, no. 1 (2021): 205–16.

O texto de Haddad, como o de Warnock, selecionou uma obra de um autor: a obra Memoráveis, de Xenofonte. Porém no texto de Haddad, diferentemente do de Warnock, não temos uma única passagem sendo interpretada. Isso é porque o objeto do texto de Haddad não é um trecho particular do texto de Xenofonte, e sim um conceito. Conceitos aparecem nos textos de filósofos, muitas das vezes, sem ter um lugar “fixo”. Quer dizer, costuma haver trechos mais “quentes” na obra do filósofo, parágrafos onde encontramos um determinado conceito sendo explicitamente apresentado; mas muitas das vezes o conceito, ou pelo menos uma parte relevante dele, excede aqueles parágrafos. Ele está “pulverizado” no meio do texto. Nas entrelinhas. Isso quer dizer que o exegeta precisará garimpar aqui e ali, isto é, capturar todos os pontos onde aparecerem considerações relevantes para a compreensão do conceito selecionado, e montar sua interpretação considerando todas essas passagens.

Se você optar por fazer esse tipo de exegese, as dificuldades que irá enfrentar serão um pouco diferentes daquelas que você enfrentaria se estivesse fazendo exegese de passagens. A dificuldade da exegese de passagens é que você, como exegeta, precisará escrever todo um texto (um artigo inteiro, pensemos assim: quinze páginas) sobre uma única linha, talvez duas linhas, do texto original. Como expandir uma linha de modo a que tenhamos tanto a dizer sobre ela que consiga preencher várias e várias páginas? E pense que têm de ser coisas relevantes; não adianta escrever coisas que têm mais ou menos a ver com a passagem, mas que não proporcionam uma verdadeira ampliação de sua compreensão (lembre-se: nada de colar ideias com chiclete!). Esse é possivelmente o maior desafio com a exegese de passagens.

Já a exegese de conceitos trará consigo um desafio diferente, quase que oposto a esse. É que você, enquanto exegeta, precisará considerar tudo o que relevante for para a ampliação da compreensão daquele conceito, que aparecer na obra selecionada. Se o conceito selecionado está pulverizado por todo o capítulo 5, digamos, da obra original, você precisará considerar, na sua “equação interpretativa”, tudo o que tiver sido dito nesse capítulo, implícita e explicitamente, e que releve para a compreensão do conceito. Não poderá basear seu texto só nas passagens mais óbvias, ou só nas mais popularmente conhecidas. A excelência dependerá do grau de rigor e tecnicidade com que você for capaz de considerar tudo o que interessa e extrair a “essência”, para que sua interpretação do conceito caiba elegantemente dentro do número de páginas do artigo.

Como os artigos de Warnock e Haddad ilustram, o elemento a ser explorado num texto exegetico sincrônico clássico muitas vezes (na

maioria das vezes, eu diria) é uma passagem ou um conceito. Mas, como dissemos, não tem necessariamente de ser uma passagem ou um conceito. Também pode ser uma discussão. Nesse caso, é a discussão inteira que se quer melhor compreender.

Para ver um exemplo, analise o parágrafo inicial do artigo de Harry Frankfurt “A discussão de Descartes sobre sua própria existência na Segunda Meditação” (1966):

A dúvida epidêmica que Descartes gera na primeira meditação é contida no início da segunda, quando ele descobre em sua própria existência uma crença aparentemente imune até mesmo ao mais virulento ceticismo. Existem versões dessa descoberta em muitas das obras de Descartes, mas são as *Meditações* que fornecem seu relato mais maduro e totalmente desenvolvido. Além disso, algumas de suas declarações mais importantes em outros lugares sobre a crença de que ele existe referem-se à discussão na Segunda Meditação. Meu objetivo aqui é entender o que ele diz nessa discussão.

Frankfurt, H. G. (1966). *Descartes's Discussion of his Existence in the Second Meditation*. *The Philosophical Review*, 75(3), 329.

Nesse artigo, Frankfurt toma como objeto a discussão empreendida por Descartes sobre sua própria existência, em uma obra específica (na verdade numa parte específica da obra *Meditações*: a Segunda Meditação). Discussões são conjuntos de ideias articuladas em torno de um problema. Não há um único conceito capaz de capturar uma discussão como um todo, então o que Frankfurt vai abordar é a própria discussão: as coisas que Descartes diz a respeito da sua própria existência nessa parte das *Meditações*. O objetivo do autor, como ele próprio declara, é entender perfeitamente o que é que Descartes diz. Normalmente, quando um autor procede desta forma, é porque o próprio texto do filósofo não é cem por cento claro. Quer dizer, há aspectos obscuros ou não inteiramente esclarecidos pelo próprio filósofo relativamente ao

elemento selecionado, e o que Frankfurt pretende é justamente eliminar essa obscuridade. A ideia é a de que, ao eliminar a obscuridade, compreenderemos melhor a discussão empreendida pelo filósofo.

A exegese de discussões é algo semelhante à exegese de passagens, porque normalmente discussões aparecem em partes específicas e bastante reconhecíveis da obra de filósofos. Conseguimos determinar com facilidade quais são as páginas relevantes, e os parágrafos mais relevantes, e são esses que deverão ter centralidade no texto exegético a ser escrito. Porém, diferentemente de passagens, discussões costumam ser maiores e mais complexas.

Ainda, em alguns casos, o elemento sendo abordado pela exegese pode ser um argumento, propriamente falando, em vez de uma passagem, um conceito ou de uma discussão. Dê uma olhada no abstract do artigo de John Heil intitulado “Somos cérebros em cubas? Grandes filósofos dizem que não” (1987):

Em *Reason, Truth, and History*, Hilary Putnam aborda a noção de que podemos todos ser cérebros em uma cuba de uma forma que tem sido amplamente discutida. O que se segue é uma tentativa de esclarecer o argumento de Putnam, mais particularmente, para determinar como exatamente esse argumento vai e o que precisamente ele deve estabelecer. A apresentação de Putnam não é inequívoca de nenhum modo, e nem é sempre tão claro quanto se poderia desejar. **Heil, J.** (1987). *Are We Brains in a Vat? Top Philosopher Says 'No'*. *Canadian Journal of Philosophy*, Vol. 17, No. 2 (Jun., 1987), pp. 427-436.

O resumo antecipa o tom do texto: é um texto que foi escrito para tornar algo de algum filósofo mais claro. Esse algo, nesse caso, é o argumento cético (dos cérebros em cubas); e o filósofo em questão é Hilary Putnam. Como é típico nos textos desse modelo, o autor opta por trabalhar com uma única obra (que nesse caso é *Reason, Truth and History*).

O fato de Heil ter tomado como objeto um argumento torna seu texto um texto argumentativo? Alguém poderia pensar isso. Mas a resposta é *não*. Esse texto continua sendo um texto exegético.

Esse é um equívoco comum, muitas pessoas tendem a pensar que se você estiver falando sobre um argumento, você estará argumentando. Mas isso não é exatamente correto. Falar sobre é muito diferente de debater com. Textos propriamente argumentativos são tipicamente marcados pela presença do debate, estando o autor dentro ou fora dele, e estando o próprio debate na linha de frente ou no background. Mas esse resumo deixa claro que o objetivo de Heil aqui é tornar mais claro algo que, no texto do filósofo escolhido, não está tão claro quanto gostaríamos. Isso – tornar algo mais claro – ser o objetivo principal do texto é um indicativo de que ele está mais no quadrante exegético do que no quadrante argumentativo, já que esse é justamente o espírito da exegese: interpretar.

Perceba também que não há menção à realização de julgamentos qualitativos do argumento. Isto é, o autor não parece pretender entrar no mérito de se o argumento cético funciona ou não, se está certo ou errado, etc. Em outras palavras: Heil não vai debater Putnam, nem vai expor pessoas que em outra ocasião debateram Putnam, ou que poderiam ter debatido. Ele não está preocupado com isso. Sua preocupação é proporcionar uma leitura de Putnam tal que o argumento cético avançado por ele se torne maximamente inteligível.

Normalmente, o sucesso dos textos exegéticos desse tipo depende de que o argumento selecionado para ser discutido esteja de fato ambíguo no texto original do filósofo. Quer dizer, ele precisa estar escrito lá de uma maneira que admita, ao menos em princípio, mais de uma interpretação.

Assim, a tarefa do autor no texto será a de discutir qual a maneira mais adequada de interpretar o argumento, qual a melhor forma de compreender o que o filósofo quis dizer, dentre as formas plausíveis. Se não houver mais de uma forma plausível, a logística do texto fica comprometida.

O mesmo se aplica aos textos sincrônicos clássicos que tomem como objeto passagens, conceitos ou discussões. A passagem, conceito ou discussão escolhidos têm de admitir, ao menos em princípio, serem lidos de mais de uma maneira, e devem admitir leituras com diferentes graus de profundidade. Se tudo o que houver para ser dito sobre a passagem, conceito, ou discussão em questão já estiver explícito no próprio texto do filósofo, a tarefa de escrever um texto exegético sobre ele perde, de certa forma, o sentido. O mesmo vale para argumentos, quando o objeto da exegese é um argumento.

Se você é um iniciante e pensa aprimorar a escrita desse tipo de texto, deve levar isso em conta, portanto. Ofereça ao seu leitor uma razão para querer ler o *seu* texto. Seu texto deve dar ao leitor algo mais do que o que ele iria obter caso optasse por ler apenas o próprio texto original do filósofo escolhido. De preferência, esse algo a mais deve ser algo que o leitor só poderia encontrar no seu texto, isto é, algo que só você poderia escrever. Estou falando de um plus de originalidade. Não pense só em esclarecer o conceito X do filósofo Y – pense em dizer coisas, a respeito desse conceito, que não sejam óbvias, e que só um pesquisador muito dedicado teria podido elaborar.

Esse pesquisador muito dedicado, é claro, é você. Se você não tem ainda algo a dizer que seja construtivo para a elucidação do elemento selecionado e não seja óbvio, então é porque você não é esse pesquisador

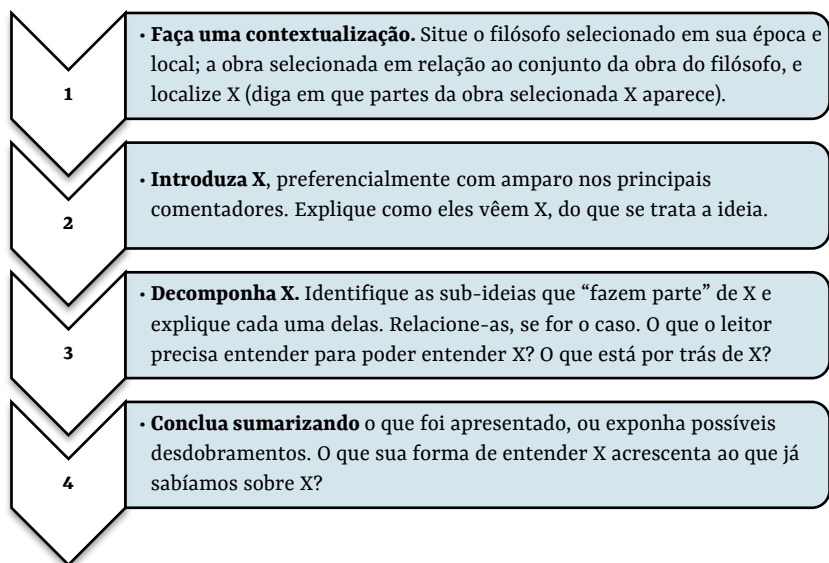
ainda. Nesse caso, intensifique sua pesquisa. Sistematize, faça diferente, olhe por outro ângulo. Não necessariamente você precisa pesquisar mais, talvez a questão seja pesquisar melhor. Invista nisso primeiro, portanto, em vez de correr para escrever o texto “oficial”. Escreva outros textos, primeiro (textos que não tenham a pretensão de ser um rascunho para o texto “oficial”, muito menos de ser o próprio texto “oficial”). Minha regra de ouro sobre isso é: a hora certa começar a trabalhar no texto “oficial” é quando você tem o elemento de originalidade e tem clareza absoluta sobre qual é ele.

Seja como for, a grande lição aqui é: não se limite a expor o conceito. Busque dar a ele uma verdadeira interpretação, tão nova quanto possível. Não se contente com falar com outras palavras o que já está visível na passagem – busque falar sobre que está lá de modo invisível.

Acompanhe na página seguinte um script básico para o modelo sincrônico clássico. As mesmas observações que fizemos sobre os scripts do capítulo anterior (ordem e tamanho dos quadrantes e possibilidade de mescla entre eles) se aplicam aqui.

SCRIPT EXEGÉTICO SINCRÔNICO CLÁSSICO

“A passagem X na obra Y do autor Z” / “O conceito de X na obra Y do autor Z”/
 “O argumento Zniano X” / A discussão Zniana de X na obra Y”



Aqui, “X” é um conceito, uma passagem, um argumento ou uma discussão. O script é bastante básico e admite dezenas de variações em cada um dos “passos” – por exemplo, os passos 2 e 3 podem trocar de lugar. Tome o script apenas como uma referência geral para o modelo sincrônico clássico, portanto.

Atenção especial ao quadrante 3, “decompor X”. Ali, a maneira como você “corta o bolo”, digamos assim, fornece sua chave de leitura pessoal. É a sua oportunidade de inserir o componente original do seu texto; porque qualquer elemento, principalmente conceitos e passagens, podem ser descritos (decompostos) de muitas maneiras. A maneira como você escolhe fazer isso, pela seleção das partes que você escolhe salientar, e pelo que você escolhe dizer, de interessante, acerca

de cada uma delas, deve ser única e produtiva – deve ampliar o entendimento que o seu leitor tinha do objeto. Naturalmente, esse será o quadrante mais trabalhoso de “preparar”. Apenas uma boa preparação desse quadrante pode garantir um quadrante 4 de qualidade.

3.2. EXEGÉTICO SINCRÔNICO APLICADO

Semelhante ao anterior, esse modelo trabalha com um corte sincrônico, delimitando (normalmente) um conceito, num autor, e preferencialmente em uma obra. Mas ao invés de essa investigação ser um fim em si mesmo, digamos assim, aqui ela tem uma finalidade ulterior, que é ver se o conceito em questão pode ser utilizado (i.e., aplicado) para ampliar a compreensão que temos acerca de determinada questão ou problema dentro de uma outra área. Normalmente é uma área bem específica, e que está para além da filosofia, tal como a arte, a educação, sociologia, dentre outras.

Dê uma olhada no resumo do artigo de Michael Schreyach, intitulado “Profundidade Pré-Objetiva em Merleau-Ponty e Jackson Pollock” (2013):

A técnica de gotejamento de Pollock gerou certas possibilidades representacionais não convencionais, incluindo a possibilidade de expressar o envolvimento pré-reflexivo de um sujeito intencional corporificado em um mundo perceptivo. Consequentemente, a arte de Pollock pode ser entendida para explorar ou investigar as condições pré-objetivas da consciência reflexiva e intelectual. Sua pintura – aqui considero o Número 1, 1949 – motiva os espectadores a considerar a relação entre intenção e significado conforme aparece nas dimensões primordial e reflexiva da experiência. O relato prossegue em três estágios. Primeiro, analiso as principais características do conceito merleau-pontyiano de pré-objetivo e tento esclarecer a natureza reflexiva dessa investigação considerando sua análise da técnica de Paul Cézanne. Segundo, considero a técnica de Pollock e algumas

respostas críticas a ela, enquanto analiso algumas de suas implicações para uma noção de endereço pictórico. Finalmente, eu examino os efeitos perceptivos do Número 1, 1949 e interpreto-nos segundo Merleau-Ponty, tendo em vista uma compreensão revisada da relação entre automatismo e intenção. **Schreyach, M.** (2013). *Pre-objective Depth in Merleau-Ponty and Jackson Pollock*. *Research in Phenomenology*, 43(1), 49–70.

O que está acontecendo aqui, exatamente? Ao que tudo indica, Schreyach está propondo uma interpretação merleau-pontyiana de uma pintura de Jackson Pollock, a pintura Número 1, 1949. Como isso funciona? Baseado no resumo, o que o autor quer aqui é emplacar a ideia de que alguns conceitos merleau-pontyianos, em particular o conceito de “pré-objetivo”, são capazes de ampliar nossa compreensão da pintura de Pollock. A ideia de que esse conceito nos ajuda a entender melhor essa arte, nos revela uma camada mais profunda de seu sentido.

O caminho que o autor segue no artigo é bem típico: primeiro, ele discute o conceito que foi selecionado, de pré-objetivo. Depois discute a pintura de Pollock (entendida de modo mais geral). Depois discute a obra selecionada, Número 1, 1949; e por último mostra como o conceito merleau-pontyano proporciona uma nova compreensão dessa obra.

Às vezes o elemento extra-filosófico que está para ser compreendido não é exatamente um item dentro de uma “área”, e sim uma parte do mundo. Um fato no mundo, digamos assim. E o instrumento teórico extraído da obra de um filósofo que servirá como ferramenta para a compreensão desse elemento não precisa ser um conceito, apenas. Pode ser todo o aparato conceitual de um filósofo. Dê uma olhada no abstract do artigo de José Silva Filho intitulado “O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil” (2008):

O artigo se apóia na filosofia da história da Walter Benjamin para denunciar a barbárie que se aloja na base da sociedade ocidental e promove a exclusão e o esquecimento das vítimas. Indica o papel político da memória na construção da democracia e no resgate da dignidade humana, reconhecida a partir da alteridade evidenciada no sofrimento, seguindo mais de perto a experiência das ditaduras latinoamericanas, em especial, a da ditadura militar brasileira. **Silva Filho, J. C. M.** (2008). *O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil*. Veritas (Porto Alegre), 53(2).

Veja o que temos aqui: toda a “bagagem”, digamos assim, da filosofia da história de Walter Benjamin será usada pelo autor para interpretar um elemento. Qual é esse elemento? Não é uma obra, como no caso do texto de Schreyach, e sim um acontecimento: é o advento das ditaduras latinoamericanas, em especial, da ditadura militar brasileira.

Um acontecimento é uma parte do mundo de uma forma diferente daquela como obras de arte são partes do mundo. No entanto, a nossa compreensão tanto de um acontecimento quanto de uma obra (de arte, ou não) pode ser expandida a partir da aplicação do instrumental teórico de filósofos. A maneira como entendemos a realidade pode se tornar mais profunda, mais detalhada, mais nuançada; de modo a que certas camadas do sentido daquele acontecimento ou obra são trazidos à luz, a partir dos elementos filosóficos. O que o texto sincrônico aplicado faz é pegar esses elementos filosóficos e usá-los para promover essa ampliação da compreensão, para lançar uma nova luz sobre o objeto em questão, revelando outras de suas facetas que de outro modo permaneceriam “ocultas”, ou não observadas.

Essa é, aliás, uma diferença fundamental entre o modelo exegético sincrônico aplicado e sincrônico clássico: o aplicado se propõe à tarefa dupla de interpretar um elemento filosófico em um autor e interpretar o mundo, isto é, uma parte do mundo (a parte sobre a qual o conceito

será aplicado). Quer dizer, aquilo em que esse texto resultará será não apenas uma interpretação de uma parte do mundo, mas também uma interpretação de uma parte da filosofia de alguém.

Pense no artigo de Silva Filho. O que Silva Filho quer levar o leitor a compreender, no final das contas, é: o que foram as ditaduras latino-americanas, de uma perspectiva benjaminiana? O que a ditadura militar brasileira significou, do ponto de vista de Walter Benjamin? (Benjamin, é claro, nunca falou sobre isso; então o que o autor precisa fazer é elaborar uma interpretação: o que Benjamin *falaria*, se fosse falar a respeito desses acontecimentos). Esse é, portanto, um tipo mais demandante do que o tipo clássico.

Em termos das dificuldades que advêm quando nos propomos a executar esse tipo de trabalho, são duas as principais. A primeira é que é preciso mostrar de maneira convincente que a aplicação do instrumental teórico de determinado filósofo sobre um elemento externo, seja ele qual for, de fato melhora nossa compreensão daquele elemento. Muitos alunos iniciantes e aspirantes se encantam por esse modelo de trabalho porque ele parece ser capaz de modificar a maneira como as pessoas lêem o mundo, e daí acabam se lançando nele de forma um pouco imprudente: escolhendo itens do mundo e filósofos que “não combinam”. Como é isso?

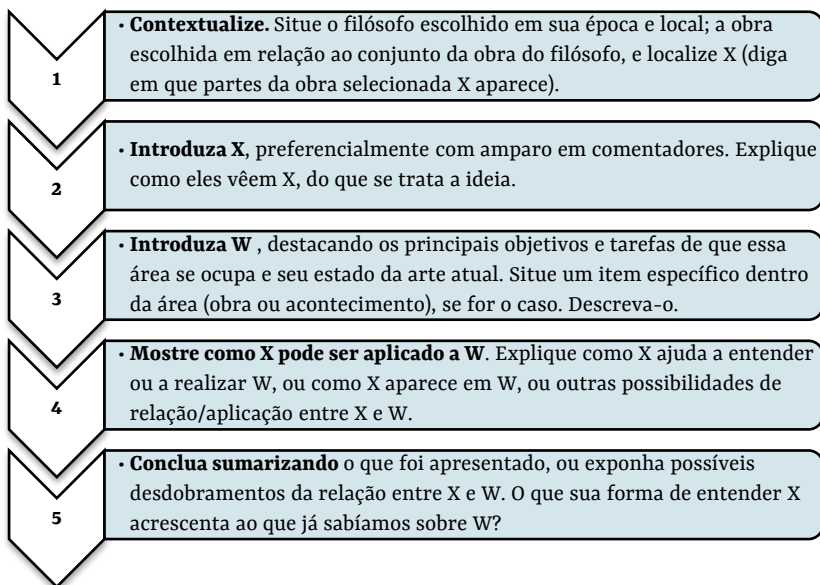
Você, enquanto autor desse tipo de texto, deve ser honesto consigo mesmo e cuidar sempre para não associar um elemento do mundo com um determinado filósofo só porque você tem grande apreço por ambos. Isso na maioria absoluta das vezes não é suficiente. Quer dizer, não é só porque você gosta de Platão, por exemplo, e gosta de skate, que será de fato possível proporcionar uma ampliação da compreensão que seu

leitor tem sobre skate baseado nas ideias de Patão. Pode ser que isso seja possível, mas, para tanto, será preciso mais do que afinidade pessoal.

Minha dica para você, nesse caso, é: se tiver que escolher por afinidade, escolha ou o filósofo, ou o elemento externo. Se tiver escolhido o filósofo, gaste um tempo (faça um trabalho de pesquisa, realmente) para tentar descobrir o seguinte: que elemento da realidade, ou que parte do mundo, pode ser mais bem compreendida por uma pessoa que já conhece aquela área a partir do momento em que ela passar a conhecer as ideias desse filósofo?

SCRIPT EXEGÉTICO SINCRÔNICO APLICADO

“O conceito de X do autor Z na área W” / “Uma leitura Zniana do evento W”



Do mesmo modo, se você tiver selecionado o elemento externo por afinidade, faça a pergunta inversa: qual filósofo tem um instrumental

que serve para explicar isso de uma forma que seja capaz de acrescentar ao que sabemos, em vez de meramente nos permitir descrever? Sempre submeta suas opções a esse crivo, e resista à tentação de colar filósofos a coisas do mundo com chiclete.

A segunda dificuldade que costuma surgir com esse tipo de texto, para os menos iniciados, é a tentação de falar sobre o que não se sabe. Filósofos, alunos de filosofia e aspirantes estão sob o risco permanente de cair nesse erro: falar sobre o que não se sabe a partir do que se sabe. Parte disso se deve, eu creio, ao fato de sentirmos que temos muita familiaridade com as ferramentas de entendimento do mundo. Mas não basta saber usar o bisturi, é preciso também saber anatomia. Ao selecionar uma obra de arte, um acontecimento, um elemento do mundo para executar um texto filosófico sincrônico aplicado, certifique-se de que você sabe do que é que está falando. Antes de tentar aplicar o instrumental de algum filósofo àquilo, procure estudar, de verdade, a coisa. E, claro, o mesmo se aplica ao filósofo que você selecionar – você tem obrigação de conhecê-lo muito bem.

A regra de ouro, aqui, é: se você ainda não pode escrever um texto sincrônico do tipo clássico excelente sobre algum filósofo, provavelmente o seu sincrônico aplicado envolvendo conceitos daquele filósofo também não poderá ficar excelente, ainda. Então, não economize esse esforço, estude o assunto. Vá treinando com o modelo sincrônico convencional à medida que estuda, e certifique-se de ter um embasamento mínimo antes de produzir a versão acabada de um modelo aplicado. Faça isso, e você estará se prevenindo contra um dos principais fatores que pode tornar o seu texto um fracasso.

3.3. EXEGÉTICO SINCRÔNICO-COMPARATIVO

Outra variação do modelo exegetico sincrônico, esse modelo escolhe não um único elemento, e sim dois, para serem comparados. Esses dois elementos (que podem ser conceitos, discussões, argumentos ou mesmo teorias) podem estar na obra de um mesmo filósofo, ou em dois filósofos diferentes. A busca é por ampliar a compreensão que se tem acerca da relação que há entre tais dois elementos. Essa relação pode ser de muitos tipos, sendo que os mais comuns são relação estrutural (quando um dos conceitos participa do outro), relação de antagonismo (quando um conceito desempenha um papel oposto, num sentido relevante, ao do outro); e relação do tipo semelhanças e diferenças (quando os conceitos se parecem, mas não são exatamente a mesma coisa; e distingui-los um do outro amplia a compreensão que se tem de ambos).

A forma mais típica de apresentação desse modelo envolve escolher dois conceitos e um filósofo. Normalmente, quando o texto tem essa forma, essa relação entre conceitos que está para ser investigada costuma ser estrutural ou antagônica, e raramente é do tipo semelhanças e diferenças. Isso quer dizer que o que o autor quer melhor compreender é qual papel um conceito desempenha relativamente ao outro, dentro do pensamento do filósofo. Em geral os conceitos escolhidos possuem uma articulação estreita, desempenhando papéis ou complementares ou antagônicos dentro do pensamento do filósofo, de modo que compreender a relação que existe entre eles tem um impacto sobre a compreensão que se tem acerca de cada um, e da obra como um todo.

Um bom exemplo da aplicação desse modelo é o artigo “Contingência e análise infinita em Leibniz” (2001), de Ulysses Pinheiro. Analise o abstract desse artigo:

Leibniz afirma em diversas ocasiões que a análise infinita é o conceito central para explicar a compatibilização entre determinismo e contingência. Não é evidente, no entanto, por que a aplicação analógica de um conceito matemático, tal como o de cálculo infinitesimal, poderia solucionar esse problema ontológico, nem em que sentido deve-se entender tal analogia. O objetivo deste artigo é esclarecer esses dois pontos. **Pinheiro, U. (2001). *Contingência e análise infinita em Leibniz*. Kriterion, Belo Horizonte, nº 104, Dez/2001, pp.72-96.**

O que temos aqui são dois conceitos, em um filósofo. O filósofo é Leibniz, e os conceitos são “análise infinita” e “contingência”. Observe como Pinheiro colocou a relação entre esses elementos: segundo ele, o conceito de análise infinita foi recrutado por Leibniz para tentar resolver um problema relacionado à contingência – o problema de como conciliar a ideia de que todos os acontecimentos do mundo são inteiramente determinados por suas causas (determinismo) com a ideia de que existem acontecimentos casuais, isto é, fatos do acaso (contingência). É uma relação estrutural: o conceito de análise infinita serve para um propósito teórico ligado ao conceito de contingência. Porém não está exatamente claro como é que o conceito de análise infinita ajuda a resolver esse problema. Leibniz diz que ajuda, mas não está claro como. Ou seja, não está completamente clara qual é a “manobra” de Leibniz ao lidar com esses conceitos. O que pinheiro vai fazer é tentar deixar isso mais claro.

Em alguns casos semelhantes a esse, o problema com a “manobra” realizada pelo filósofo ao manipular os dois conceitos não é a falta de clareza, e sim o fato de haver muitas coisas que se seguem dessa

manobra, e que poderiam ser ditas, mas não foram ditas. Para ver um exemplo disso, dê uma olhada no parágrafo inicial do artigo de Caleb Heldt intitulado “O Mágico e a Má-fé: reflexão, desejo e a imagem do valor” (2009):

Enquanto muito tem sido escrito sobre a empreitada ontológica que Sartre realiza em *O Ser e o Nada* e em seus escritos políticos posteriores, comparativamente pouca atenção tem sido dada aos trabalhos que precederam estes e aos temas desenvolvidos nesses escritos anteriores, particularmente no que diz respeito a concepções cruciais tais como desejo e má-fé (*mauvaise foi*), a capacidade de auto-engano que é uma possibilidade única da realidade humana. No que se segue, tentarei investigar um número dessas noções fundacionais e localizá-las dentro de um framework estrutural o qual, eu espero, lançará luz sobre as ideias que estão mais substancialmente desenvolvias em *O Ser e o Nada* e *Os Cadernos para uma Moral*. Atenção particular será dedicada à crítica sartreana da imaginação, ou consciência imaginativa, e ao papel da afetividade na construção de imagens em *O Imaginário*. **Heldt, C.** (2009). *The Magical and Bad Faith: Reflection, Desire and the Image of Value*. *Sartre Studies International*, Vol. 15, No. 1 (2009), pp. 54-73.

Nesse trecho, Heldt explicitou que são dois os elementos a serem investigados com especial atenção: um deles é a noção sartreana de imaginação (também chamada “consciência imaginativa”); e o outro é a afetividade. Então aqui, como no artigo de Pinheiro, temos dois conceitos. Ambos os elementos pertencem ao repertório sartreano, isto é, são elementos internos à obra de Sartre, embora a apresentação mais detalhada de cada um não apareça no mesmo livro (isso não é obrigatório – os dois conceitos que estão sendo relacionados podem receber tratamento mais detalhado em diferentes livros).

Porém aqui, diferentemente do que ocorria no artigo de Pinheiro, sobre Leibniz, o que ocorre é que um dos conceitos desempenha um papel na delimitação do outro. Como as últimas sentenças do parágrafo

destacam, a afetividade desempenha um papel em termos da construção de imagens, ou seja, ela está relacionada ao surgimento consciência imaginativa, de algum modo. O que o autor pretende, parece, é determinar qual é esse modo. Ele irá discorrer acerca dessa relação, caracterizando-a, explicando que papel é esse que um conceito desempenha relativamente ao outro, mostrando as consequências dessa relação, etc.

Esse modelo exegético sincrônico-comparativo também pode operar fazendo mais ou menos o contrário do que acabamos de ver nos textos de Pinheiro e de Heldt. Um autor pode escolher não dois conceitos num mesmo filósofo, como Pinheiro e Heldt fizeram, e sim um conceito em dois filósofos. A busca, nesse caso, é por ampliar a compreensão que se tem acerca da relação entre o conceito tal como pensado pelo filósofo A e o mesmo conceito tal como pensado pelo filósofo B, e quase sempre isso é feito ressaltando as semelhanças e diferenças.

Frequentemente os autores escolhidos para figurar nesse tipo de trabalho ocupam posições mais ou menos antagônicas na história da filosofia, dentro ou fora de uma mesma corrente, ou tradição; ou então são representantes (próximos ou distantes) de um mesmo movimento, porém com formas originais de desenvolver suas ideias. Veja por exemplo o artigo de Marcio Gimenes de Paula intitulado “O caso do Pastor Adler e do Anticristo: a filosofia da religião entre Kierkegaard e Nietzsche” (2005):

O propósito deste artigo é estudar a relação entre Kierkegaard e Nietzsche, desenvolvendo uma comparação entre *O livro sobre Adler* de Kierkegaard e o *Anticristo* de Nietzsche, o que será feito com o intuito de iluminar tanto as semelhanças quanto as dessemelhanças entre os dois filósofos em relação tanto ao cristianismo quanto ao que Kierkegaard chamava de cristandade.

Nesse sentido, de interesse particular é a caracterização da modernidade como um período de decadência espiritual, tema este desenvolvido através de diferentes obras de Kierkegaard e Nietzsche, não obstante o fato de ambos proporem soluções ou alternativas diferentes para o combate deste estado. Desse modo, uma análise destas duas visões em relação ao destino ou futuro do cristianismo se revela muito importante para a filosofia da religião e a ética. **de Paula, M. G.** (2005). *O caso do Pastor Adler e do Anticristo: a filosofia da religião entre Kierkegaard e Nietzsche*. Filosofia Unisinos, 6(3):312-321, set/dez 2005, pp. 312-321.

Aqui temos uma ideia, o cristianismo (mais exatamente, o futuro do cristianismo); e dois filósofos, Kierkegaard e Nietzsche. Esses dois filósofos podem ser vistos como ocupando lugares antagônicos, em certo sentido, na história da filosofia, com relação ao conceito selecionado, já que Kierkegaard era um cristão convicto e Nietzsche era qualquer coisa, menos cristão. Então o que o autor do texto vai fazer é olhar o que Kierkegaard eventualmente tem a dizer sobre o futuro do cristianismo; depois o que Nietzsche tem a dizer sobre o mesmo assunto, e compará-los, destacando convergências e divergências.

Também é possível aplicar essa variação do modelo, comparando uma mesma ideia em dois filósofos, quando um deles é uma espécie de “continuador” (ainda que um continuador remoto) do projeto do outro; em vez de serem filósofos que ocupam posições antagônicas na história da filosofia, como é o caso com Nietzsche e Kierkegaard no que diz respeito ao cristianismo.

Um bom exemplo dessa formatação é o texto de David Campbell, “Nietzsche, Heidegger e o Significado” (2003). Veja o parágrafo de abertura do artigo:

Nietzsche escreve mais ou menos não sistematicamente sobre muitos assuntos, incluindo moralidade, arte, religião e política. Neste artigo, exploro a possibilidade de que a investigação sobre o significado une seu

pensamento de forma substantiva. Este tópico é amplo, mas me concentro na sugestão dada em *A Genealogia da Moral, O Nascimento da Tragédia* e em obras menos sistemáticas de uma teoria da interpretação que explica como termos como “conhecimento”, “ser” e “verdade” passam a ter seu significado e, nos casos como o de Platão, como ele acredita, carecem de significado. Os comentadores muitas vezes tomam a noção de significado de Nietzsche como garantida; ao tentar uma explicação sustentada, considero Heidegger tanto como possuindo uma dívida com ele quanto como fornecendo uma resposta crítica. Assim, não apenas interpreto os escritos dos dois, mas trato-nos como um ponto de partida para a análise e a reflexão sistemática, consistentemente com o que eles dizem. A primeira parte do artigo considera criticamente a sugestão, dada nessas obras, de uma ética da virtude, baseada na autointerpretação, e também de uma teoria mais ampla do significado interpretativo. A segunda parte examina os comentários de Heidegger. **Campbell, D.** (2003). *Nietzsche, Heidegger, and Meaning*. *Journal of Nietzsche Studies*. No. 26 (Autumn 2003), pp. 25-54.

O elemento que Campbell selecionou foi uma teoria (a teoria sobre como as coisas obtêm seu significado), e dois autores, Nietzsche e Heidegger. No que diz respeito a essa teoria, em particular, Heidegger é uma espécie de continuador de Nietzsche, mais do que alguém que rompe com ele (embora possa ser visto como um des-continuador em relação a muitos outros aspectos e conceitos).

Na prática, o trabalho consiste de ver como Nietzsche acha que as coisas obtêm seu significado e, depois, como Heidegger acha; e comparar os dois. Num caso como esse, parece que há relações estruturais envolvidas (o autor afirma em certo momento que considera Heidegger um devedor de Nietzsche, no que diz respeito à noção de significado que está presente em seu trabalho; então é como se a maneira como Nietzsche entende significado participasse, de algum modo, da maneira como Heidegger entende). Mas não precisa necessariamente haver essas relações estruturais para o texto ser bem-sucedido. O trabalho pode se concentrar nas semelhanças e diferenças.

Por exemplo, veja o resumo do artigo de Susan Haack e Konstantin Kolenda intitulado “Dois Falibilistas à Procura da Verdade” (1977):

As semelhanças entre as epistemologias de Peirce e Popper – o que é notável, porque parece que a familiaridade de Popper com o trabalho de Peirce é bastante pequena – são impressionantes. Meu propósito em fazer uma comparação detalhada não é simplesmente histórico, no entanto, mas também epistemológico; minha esperança é a de que essas investigações lancem alguma luz sobre questões – especialmente sobre os papéis dos conceitos de verdade e crença em uma epistemologia falibilista – com os quais ambos estão centralmente preocupados. A tabela (p. 64) resume os pontos de comparação mais significativos que irei considerar; há semelhanças significativas, também, nas teorias metafísicas, notavelmente, o realismo e o indeterminismo – mas estes estão fora do escopo do presente artigo. **Haack, S.; Kolenda, K. (1977). *Two Fallibilists in Search of the Truth*. Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volumes, Vol. 51 (1977), pp. 63-104.**

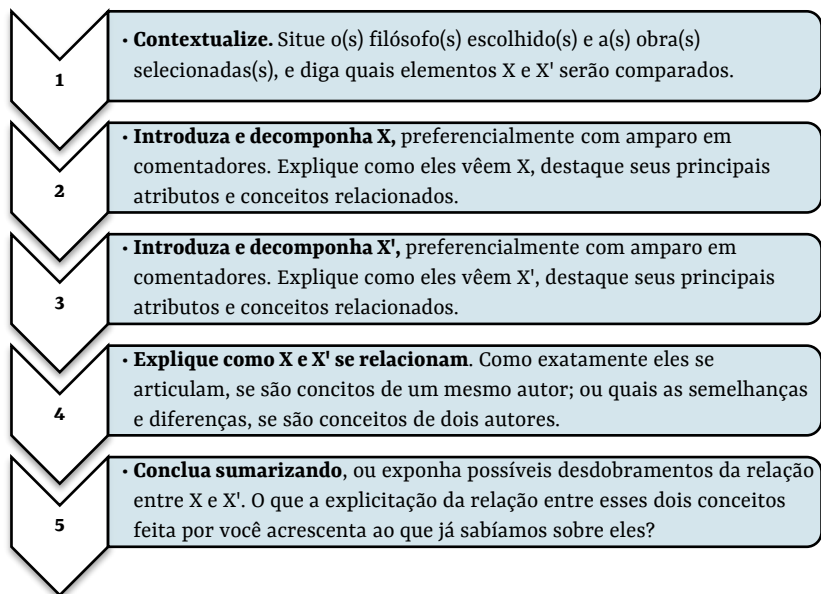
Novamente, temos um elemento e dois filósofos. Os filósofos são: Peirce e Popper; e o elemento é a epistemologia, entendida como um todo. Isto é, toda a teoria epistemológica, de cada autor. Segundo Haack e Kolenda, as epistemologias de Pierce e Popper são parecidas. O artigo vai investigar como elas são parecidas, ou seja, vai destacar semelhanças e eventuais diferenças. Aqui, diferentemente do que observamos no artigo de Campbell, não há a pressuposição de que um dos filósofos tenha efetivamente exercido influência sobre o outro.

Note, uma vez mais, que não há menção a um debate. Não é como se os autores do artigo estivessem reconstruindo um possível debate entre Peirce e Popper no que diz respeito a teses epistemológicas. A métrica é exegetica: trata-se de interpretar a maneira como cada filósofo pensou a epistemologia, de tal modo a que o entendimento de um lance luz sobre o do outro.

Acompanhe abaixo um script que ilustra brevemente uma das formas possíveis de organizar um texto exegético do tipo sincrônico-comparativo.

SCRIPT EXEGÉTICO SINCRÔNICO-COMPARATIVO

“Os conceitos de X e X' no autor Z” / “O conceito de X nos autores Z e Z'”



3.4. EXEGÉTICO DIACRÔNICO CLÁSSICO

Os modelos que acabamos de ver eram do tipo sincrônico – neles, o autor selecionava um ou dois elementos, em um ou dois filósofos, mas não estava preocupado com traçar a trajetória do(s) elemento(s) selecionado(s) ao longo de um período, ou em mostrar como o elemento variou ao longo da vida do(s) filósofo(s) em questão, ou da tradição da qual faz(em) parte. Já nos modelos exegéticos do tipo diacrônico, é exatamente essa a preocupação central. Esses modelos são baseados na

tentativa de entender *momentos* e *processos*, mais do que de entender *passagens*, *conceitos*, *discussões* e *argumentos*.

Essa estratégia diacrônica, assim como a diacrônica-comparativa, que veremos na sessão seguinte, são descritas por Verlaine Freitas no texto “A Pesquisa em Filosofia” (inédito). Diferentemente do texto de tipo sincrônico, o diacrônico pauta-se pela tentativa de reconstruir o desenvolvimento de um conceito ou de uma ideia *ao longo* de um período, ou, às vezes, ao longo de uma “fase” da obra de um filósofo, ou mesmo ao longo dos diferentes momentos de uma tradição. Aqui, quase sempre o elemento é um conceito ou uma teoria. É menos comum ver esse modelo sendo aplicado a discussões e a argumentos, e definitivamente raro vê-lo sendo aplicado a passagens. A ideia é entender quais foram as mudanças que o conceito ou teoria sofreu e quais foram os fatores que pesaram para essas mudanças. Considerações historiográficas, portanto, costumam ter bastante precedência aqui.

Para ter uma analogia que ilustra bem esse modelo, imagine o trabalho de um investigador de polícia que irá tentar reconstruir os passos do assassino no dia do crime. Como ele saiu de onde estava e chegou até a cena do crime, a que horas exatamente ele chegou; por onde passou, etc. Após o crime, como ele evadiu do local, que pistas deixou que nos levam a pensar que foi por ali que passou, etc. O trabalho de um exegeta que se propõe a produzir um texto diacrônico clássico é parecido com isso.

Como Freitas salienta, esse tipo de modelo tem baixa implementabilidade em textos ou em projetos curtos, como artigos, monografias (TCC's) ou mesmo dissertações de mestrado, devido à sua abrangência. Afinal, se você se propõe a apresentar as transformações de um conceito

ao longo do tempo e os fatores que mais contribuíram para isso, chances há de que você precise falar muitas coisas. Para cumprir a tarefa sem torná-la superficial, você precisará de muito tempo e de muito espaço. Isso pode não caber num artigo, ou num texto de menor extensão. Em compensação, para teses de doutorado ou mesmo para livros e capítulos de livro é uma abordagem relativamente frequente. Muitos dos livros que adotam esse modelo são os do tipo coletânea de artigos, que são esforços conjuntos, realizados por diversos autores.

Apesar de raro, às vezes encontramos esse modelo sendo executado em artigos. Observe o abstract do artigo “O Desenvolvimento da Teoria Semiótica de Husserl de 1890 a 1901” (2020), de Daniel Guilhermino:

O artigo tem por objetivo analisar a mudança no regime do signo que ocorreu na filosofia de Husserl entre os anos de 1890 e 1901. Para tanto, partimos da reconstrução da teoria do simbolismo apresentada em *Sobre a Lógica dos Signos (Semiótica)*, de 1890, e analisamos a recepção de algumas de suas teses centrais em *Investigações Lógicas*, de 1901. Quer-se, com isso, sublinhar a relevância histórica deste pequeno tratado de 1890 para a fenomenologia madura de Husserl. Ver-se-á, especificamente, que (1) a crítica ao princípio da economia do pensar apresentada em *Prolegômenos à Lógica Pura* é o prolongamento de uma tese de 1890 e (2) que o conceito de intenção simbólica vazia de 1901 é a resposta de Husserl aos impasses de sua primeira teoria do signo enquanto substituto. Conclui-se, por fim, mostrando como essa mudança no regime do signo é condição de possibilidade para a análise correlativa característica de *Investigações Lógicas*. **Guilhermino, D. P.** (2020). *O Desenvolvimento da Teoria Semiótica de Husserl de 1890 a 1901*. Kriterion, Belo Horizonte, nº 147, Dez./2020, pp. 649-674.

O que temos aqui: temos um filósofo (Husserl), um período, bem delimitado (o período de 11 anos compreendido entre 1890 e 1901); e temos um elemento (a teoria semiótica). O objetivo de Guilhermino aqui é entender o que esse período foi para esse elemento, isto é, para essa

teoria husserliana. Ou seja, o autor quer compreender não como é a teoria semiótica husserliana, em geral, e sim como foi que essa teoria veio a ser, no período demarcado. Em outras palavras, ele quer compreender aquele período da trajetória filosófica de Husserl, no que diz respeito à teoria semiótica.

No caso do texto de Guilhermino, temos um elemento e um período que foram demarcados “dentro” de um filósofo, que no caso é Husserl. Mas a empreitada diacrônica não precisa necessariamente ser executada tendo em mente um único filósofo, ou algo que faz parte de um único filósofo. Às vezes o período demarcado é bem mais extenso, compreendendo até mesmo mais de um século; e o elemento em questão envolve vários filósofos. Podemos querer investigar uma tradição filosófica, ou uma determinada fase de uma tradição filosófica.

Veja, por exemplo, o parágrafo de abertura do artigo “Filosofia Grega Tardia e Retórica” (1980), de George Kennedy:

O objetivo deste artigo é apresentar um breve panorama da teoria retórica ensinada em grego por filósofos neoplatônicos entre o terceiro e o sexto século da era cristã. O material é de difícil acesso para não especialistas: as fontes primárias estão disponíveis apenas em grego; as discussões secundárias, poucas em número e em grande parte o trabalho de estudiosos alemães do início do século XX, são amplamente dedicadas a problemas de texto e fontes e não fornecem uma imagem fácil dos desenvolvimentos. O assunto é, no entanto, de interesse por sua tentativa por combinar o platonismo, o aristotelismo e a tradição da retórica técnica, e porque constituiu a base do entendimento da retórica durante os mil anos de história bizantina, com influência esporádica no Ocidente. Meu livro recente, *Retórica Clássica e sua Tradição Cristã e Secular da Antiguidade aos Tempos Modernos*, alude ao assunto, mas não o expõe. Conforme indicado no Prefácio, essa obra é uma declaração preliminar que pretendo revisar e ampliar. Este artigo é o primeiro suplemento desse tipo. **Kennedy, G. (1980). *Later Greek Philosophy and Rhetoric*. Source: *Philosophy & Rhetoric*, Vol. 13, No. 3 (Summer, 1980), pp. 181-197.**

Esse resumo deixou bem clara a proposta do artigo. Irá apresentar uma teoria (a teoria retórica) tal como a encontramos ao longo de um certo período histórico (o período compreendido entre o terceiro e o sexto séculos da era cristã). Observe como a meta aqui é mais a de entender a época, aquela fatia da história da retórica, do que a de entender o que é retórica “em si”, ou o que é retórica para alguém, ou segundo alguém.

Diferentemente do que vimos no texto de Guilhermino, no caso desse texto, de Kennedy, a teoria em questão não está presente nos textos de um único filósofo, mas sim nos textos de vários filósofos dentro de uma tradição filosófica: a dos neoplatônicos. E certamente não se apresenta de modo idêntico em todos os neoplatônicos. Dificilmente qualquer coisa permanece inalterada passados três séculos, ou deixa de variar de um filósofo para o outro. Então possivelmente ela varia bastante, entre uns neoplatônicos e outros. Tudo isso compõe o objeto que está para ser compreendido pelo exegeta, num caso como esse.

Veja como isso é uma instância de exegese: o autor vai interpretar textos dos filósofos neoplatônicos de modo a deixar claro como a retórica aparece e é tratada lá. O processo certamente irá destacar o que é que há de comum e de diferente no modo como cada um deles via a retórica. E o resultado vai ser que o leitor, após ter lido esse texto, passará a compreender melhor aquela época, aquele momento da história da retórica.

Esse tipo de trabalho é de imensa importância para a empresa filosófica, entendida como um todo, principalmente pelo seguinte motivo: compreender esse tipo de coisa (como os neoplatônicos viam a retórica, ou como foi a retórica nessa tradição dentro daqueles

trezentos anos que compõem o período selecionado) pressupõe que se tenha uma série de outros conhecimentos a respeito dessa tradição filosófica, já que você não vai encontrar nos textos deles uma frase curta e direta, como “A teoria retórica, para nós, é...”. Isso não estará *escrito* lá. É preciso ler nas entrelinhas. E esse trabalho de ler nas entrelinhas, que é um trabalho exegético por excelência, é algo que precisa ser feito por um especialista no assunto, já que normalmente só especialistas conhecem a quantidade de elementos que precisam ser conhecidos para que seja possível escavar as estrelinhas.

Além disso, o especialista precisará ler nas entrelinhas não de um, mas de vários neoplatônicos do período histórico relevante. É uma empreitada de grande porte. Sem esse especialista, o texto possivelmente não chegaria a existir, e nós não chegaríamos a entender com a devida profundidade a história da filosofia. Em suma, a filosofia depende desse tipo de especialista para que sua história venha a ser conhecida.

Esse tipo de abordagem costuma fascinar os alunos de graduação, os aspirantes e os simpatizantes, porque ela realmente nos abre um mundo novo. Uma parte considerável dos chamados “comentadores” trabalham com esse modelo; nós os lemos e nos sentimos inspirados. Muitas vezes, queremos ser como eles.

Mas há que se ter em mente que essa não é a melhor opção para começar a jornada. Você não quer aprender apenas a redigir textos filosóficos, e sim a redigir textos filosóficos excelentes, certo? Confie em mim: um texto exegético diacrônico só terá chances de ser excelente se você já tiver assimilado o “espírito” da atividade exegética e já estiver dominando muito bem a escrita dos textos do tipo sincrônico. Isso porque num texto diacrônico o que você precisará fazer, no final, das contas

é uma exegese sincrônica “duas vezes”, ou “várias vezes”. A compreensão diacrônica surge a partir da compreensão sincrônica feita repetidas vezes. Então comece por eles, os sincrônicos. Vá se especializando aos poucos. Quando escrever um texto sincrônico excelente tiver se tornado algo fácil para você, você está pronto para experimentar o diacrônico.

Agora veja uma outra aplicação do modelo diacrônico clássico, ligeiramente diferente da de Guilhermino e da de Kennedy, que acabamos de ver. O parágrafo a seguir é um trecho extraído da introdução de um livro, o livro *Misoginia na Tradição Filosófica Ocidental* (1999), por Beverly Clack.

As principais figuras da tradição filosófica ocidental denegriram consistentemente a importância e o status das mulheres. Essa atitude foi perpetuada de duas maneiras principais. Em alguns textos, uma misoginia flagrante está em evidência. A linguagem usada para mulher e os conceitos derivados dela são estritamente negativos. Em outros, uma abordagem diferente é adotada. A mulher é descrita em termos aparentemente positivos. Seu papel na vida pode ser diferente daquele atribuído ao homem, mas é igualmente importante. Por trás dessa linguagem de “diferença” está uma hierarquia implícita de valores. Os valores equiparados ao “masculino” (e, além disso, à masculinidade) são de status mais elevado do que aqueles equiparados ao feminino (e, conseqüentemente, à feminilidade). Aparentemente, esses textos podem parecer oferecer visões fundamentalmente diferentes sobre a natureza da mulher. Pode ser mais apropriado ver essas abordagens como o uso de discursos diferentes para manter a inferioridade da mulher. Ambas as abordagens aceitam uma compreensão hierárquica da relação entre homem e mulher. O homem, como 'norma', define o humano, e a mulher é definida em relação ao homem. **Clack, B. (1999). *Misogyny in the Western Philosophical Tradition: A Reader*. Publisher: Palgrave Macmillan UK.**

Esse trecho da introdução nos revela o que o livro pretende. É um trabalho de mostrar como a misoginia aparece ao longo da tradição ocidental, em textos de diferentes filósofos. Na realidade o livro não vai exatamente estudar o conceito de misoginia tal como apresentado por

filósofos, porque ele não é realmente apresentado por nenhum. Nenhum dos filósofos que é abordado no livro escreveu algo como “A misoginia para mim é...”. A questão é que a misoginia aparece, meio que sub-repticiamente, nos textos dos diversos pensadores ocidentais; ela está presente nas entrelinhas, e transparece (para um leitor informado) na maneira como eles descreveram a realidade. O que o livro vai fazer é revelar isso.

Porém o recorte temporal é imenso – o livro começa nos gregos e vai até o período moderno, ou seja, é um recorte de mais de mil e quinhentos anos. Apesar de o recorte temático ser bem estreito, a fatia de tempo a ser estudada é muito grande, então é um trabalho formidável para ser feito por um único exegeta. Ainda assim há muitos que executam esse tipo de trabalho, e muito bem.

“Mas isso não é” – alguém poderia objetar de imediato – “quase argumentar?” Se nenhum dos filósofos que é abordado no livro afirmou que a misoginia é isso ou aquilo, ou escreveu passagens apresentando uma certa concepção de misoginia, o que a autora desse livro está fazendo no final das contas não é argumentando *que* tais e tais filósofos eram misóginos? A resposta que considero mais apropriada é: não.

Precisamente porque nenhum dos filósofos abordados no livro afirmou que a misoginia é isso ou aquilo é que se trata (a tarefa de Beverly Clack) de uma exegese, isto é, de uma interpretação; e não de argumentação. Se algum desses autores tivesse dito alguma coisa sobre misoginia ou se identificado como misógino, aí sim, a autora poderia concordar ou discordar (ao fazer isso, ela os estaria debatendo, portanto). Mas como essas coisas não são afirmadas ou tematizadas por nenhum deles, nem indiretamente, não é possível debater *com* eles que

eles sejam ou não misóginos. Não podemos debater o que alguém não disse, concordar ou discordar de uma tese a que ninguém se afiliou. O que pode ser feito é pegar o que foi dito e interpretar segundo uma certa chave de leitura. É exatamente isso o que a autora faz aqui – ela interpreta os filósofos em questão de uma certa maneira, isto é, como misóginos. No livro, ela vai construir essa interpretação, mostrando como cada um dos filósofos abordados pode ser lido dessa forma, como misógino. Esse assunto confunde muitas pessoas, mas aí é que está a mágica da exegese: uma exegese bem feita tem a mesma tecnicidade de uma argumentação.

Uma outra forma de entender isso é pensar que isso que a autora está fazendo é diferente de argumentar, num sentido estrito, porque a ideia que dirige o livro (de que os filósofos ocidentais eram misóginos) não é apresentada contra o pano de fundo da visão oposta. Não aparece ali, nem de maneira remota, um debate contra a visão de um “adversário”, isto é, alguém que pense que na realidade eles não eram misóginos, e sim filóginos (que é o oposto de misógino). A figura, ainda que abstrata, do adversário, do *contra versus* a favor, da posição X sendo defendida contra a posição não-X, não aparece ali, balizando o texto. Ali, a preocupação da autora é dar carne a uma determinada maneira de ver os filósofos em questão, ou seja, dar carne a uma interpretação dos escritos deles.

Podemos chamar isso de “argumento”, ou de “quase-argumentar”? Podemos, mas tendo sempre em mente essa diferença prática. Num texto como o desse livro que acabamos de ver, não encontraremos argumentos propriamente ditos, tecnicamente expressos, a favor de que os filósofos tais e quais eram misóginos, nem o enfrentamento a

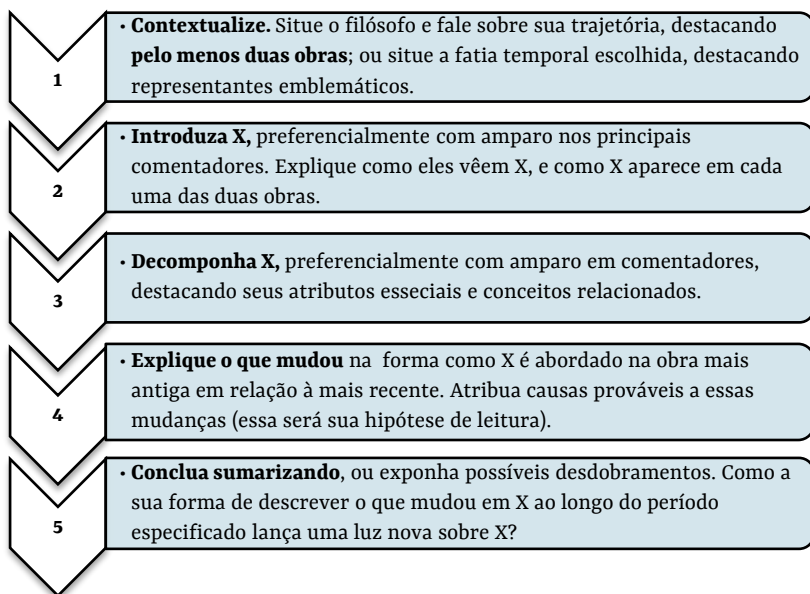
possíveis objeções segundo as quais eles não eram. O que encontramos é uma interpretação de textos de filósofos feita a partir de uma certa chave de leitura.

O script da página seguinte ilustra uma estrutura possível para um texto exegético diacrônico clássico. Nele, “X” é um conceito ou um problema filosófico.

SCRIPT EXEGÉTICO DIACRÔNICO CLÁSSICO

“O conceito de X ao longo da trajetória do autor Z” /

“O problema X ao longo do período Y”



3.5. EXEGÉTICO DIACRÔNICO-COMPARATIVO

Por fim, o modelo exegético diacrônico-comparativo procura estudar o desenvolvimento do pensamento de um filósofo em outro, ou segundo outro (geralmente são filósofos localizados em momentos diferentes da história da filosofia). Ou seja, esse tipo de texto tem a

finalidade de ampliar a compreensão que temos da *influência* de determinado filósofo, escola ou tradição sobre o pensamento de outro(s).

Às vezes essa influência é direta – nesse caso o autor se preocupa em compreender a maneira como a obra de determinado filósofo, escola ou tradição foi recebida por um autor, escola ou tradição posterior(es). Quer dizer que o filósofo posterior teve acesso à obra do mais antigo e deu, ele próprio, uma interpretação. Nem sempre, contudo, é assim. Muitas vezes o que estamos buscando compreender são traços do pensamento de um filósofo mais antigo na obra de um mais recente. A ideia, nesses casos, é que o filósofo mais recente recebeu influência do mais antigo, independentemente de tê-lo lido e dito algo sobre ele ou não.

Assim como o modelo anterior, esse também é difícil de ser implementado em projetos menores, por ser mais complexo; e é relativamente mais comum de ser encontrado em trabalhos de maior porte. Apesar disso, encontramos um bom número de artigos que implementam o modelo, e isso inclusive é algo comum no Brasil. Dê uma olhada no resumo do artigo de P. H. De Lacy, “Lucrécio e a História do Epicurismo” (1948):

De Rerum Natura de Lucrécio reflete certos desenvolvimentos que apareceram na escola epicurista após a morte de Epicuro. Esses novos desenvolvimentos incluem (1) uma transferência para as controvérsias com os estoicos de argumentos que o próprio Epicuro dirigiu contra os filósofos de uma geração anterior; (2) o empréstimo de argumentos de Carneades para refutar a doutrina crisipéia da providência; (3) e a composição de ensaios filosóficos populares. A relação assim estabelecida entre Lucrécio e os membros gregos posteriores da escola apóia a visão de que o epicurismo de Lucrécio não é derivado apenas das obras do próprio Epicuro. **De Lacy, P. H.** (1948). *Lucretius and the History of Epicureanism*. Transactions and Proceedings of the American Philological Association, 79, 12.

Esse artigo é sobre a influência de Epicuro sobre Lucrécio, um epicurista tardio. Estamos falando, por tanto, de dois filósofos da mesma escola, ou da mesma tradição, mas que viveram em períodos históricos diferentes. Epicuro viveu na Grécia por volta do século III a.C., ao passo que Lucrécio viveu em Roma entre os séculos I e II d.C. – ou seja, eles estão separados por mais ou menos 400 anos. Apesar da distância espaço-temporal, Lucrécio é uma espécie de continuador do epicurismo, na medida em que recebeu influência direta de Epicuro. O artigo apresenta e discute três manifestações dessa influência, assim como seus limites (afinal, Epicuro não foi o único filósofo que influenciou Lucrécio – esse certamente incorporou outras referências ao seu próprio pensamento, como o autor destaca nas sentenças finais).

Os dois “núcleos” que são objeto desse texto, Epicuro e Lucrécio, estão em épocas diferentes, mas na mesma tradição. Muitas vezes, contudo, os dois núcleos que são objetos do texto diacrônico comparativo pertencem não apenas a épocas diferentes, mas também a tradições diferentes. Veja o abstract do artigo de Marco Aurélio Werle, intitulado “Hegel e W. Benjamin: variações em torno da crise da arte na época moderna” (2004):

Este artigo analisa e compara a reflexão de Hegel e de W. Benjamin sobre a crise da arte na época moderna, a partir de semelhanças e diferenças entre a tese do fim da arte, defendida pelo primeiro, e a concepção da perda da aura na arte, afirmada pelo segundo. Ao contrário de W Benjamin, que se detém na mudança do conceito de arte promovida pelos meios técnicos, Hegel pensa a transformação da arte a partir de um ponto de vista histórico amplo, que envolve toda a história da arte, desde os tempos antigos até a época moderna. **Werle, M. A.** (2004). *Hegel e W. Benjamin: variações em torno da crise da arte na época moderna*. Kriterion, Belo Horizonte, n° 109, Jun/2004, pp. 32-45.

Aqui temos uma ideia, ou problema (a crise da arte) e dois filósofos: Hegel e Benjamin. Esses filósofos fazem parte não só de períodos históricos distintos, mas também de escolas, ou correntes filosóficas, distintas. Hegel está no final do século XVIII e começo do XIX, enquanto Benjamin está na primeira metade do século XX. Hegel está associado ao chamado Idealismo Alemão, enquanto Benjamin está associado à chamada Escola de Frankfurt. Embora os dois fossem alemães, viveram em mundos bastante diferentes e os problemas com os quais se ocuparam eram diferentes. Eles não estão na mesma “linhagem”, por assim dizer, como Lucrecio e Epicuro estavam.

No entanto, ambos têm algo a dizer sobre o problema da crise da arte moderna. Se tomarmos como objeto esse problema, poderemos traçar uma espécie de “evolução” da maneira como ele é visto, de Hegel a Benjamin. Ou seja, poderemos comparar o modo como Hegel via o problema com o modo como Benjamin via o problema, e assim tirar certas conclusões sobre o rumo que o problema tomou ao longo dos cerca de 100 anos que separam os dois filósofos selecionados. O que Werle pretende fazer nesse artigo é precisamente isso: comparar as respostas que esses dois filósofos têm a dar para o problema, destacando semelhanças e diferenças; obtendo, com isso, uma janela para a história do problema.

Embora ambos sejam trabalhos exegeticos do tipo diacrônico-comparativo, o artigo de De Lacy e o de Werle têm uma diferença fundamental: o primeiro explora a influência, propriamente dita, ao passo que o segundo opera a comparação destacando semelhanças e diferenças. Textos que se concentram em destacar semelhanças e diferenças normalmente são realizados quando não se tem evidência suficiente para falar em influência, propriamente dita, de um filósofo sobre outro;

mas as semelhanças são inegáveis e o paralelo que pode ser estabelecido amplia a compreensão que tem deles, porque mostra como o problema (que é o objeto central do estudo) progrediu desde o filósofo mais distante até o mais próximo de nós.

Por isso esse modelo de texto funciona mesmo quando os dois filósofos em questão estão espaço-temporalmente muito separados (já que o que se quer é estudar como o problema variou espaço-temporalmente). Veja por exemplo o resumo do artigo de Theodore Sabo, “Plotino e o Budismo” (2017):

A relação entre Plotino e o budismo não foi excessivamente estudada, em parte devido à escassez de evidências. Este artigo reconstitui alguns terrenos familiares, enumerando paralelos entre a filosofia de Plotino e a do Yogācārin Vasubandhu e seus herdeiros indianos e chineses. Semelhanças são notadas entre o pensamento de Plotino e o zen-budismo, que era uma consequência natural da filosofia de Vasubandhu, e, mais importante, entre Plotino e o tantra budista. No entanto, admite-se que há mais semelhanças entre o Tantra e os neoplatônicos posteriores do que entre o Tantra e Plotino. Distintivos neste artigo são os elementos plotinianos descritos nas vidas de Vasubandhu e do tantrista tibetano Ra Lotsāwa. **Sabo, T.** (2017). *Plotinus and Buddhism*. *Philosophy East and West*. Vol. 67, No. 2 (April 2017), pp. 494–505.

Num caso como esse, possivelmente não se tem o suficiente para demonstrar que Yogācārin Vasubandhu tenha entrado em contato com as ideias de Plotino. Apesar disso, há um número significativo de traços em comum entre as obras dos dois filósofos, de tal maneira que não vem ao caso se um efetivamente soube do outro ou não; o ponto é destacar as semelhanças para, com isso, abrir uma nova camada de significado sobre as duas obras. Consequentemente, abre-se uma nova camada de significado sobre o problema: passamos a entender melhor como um problema variou.

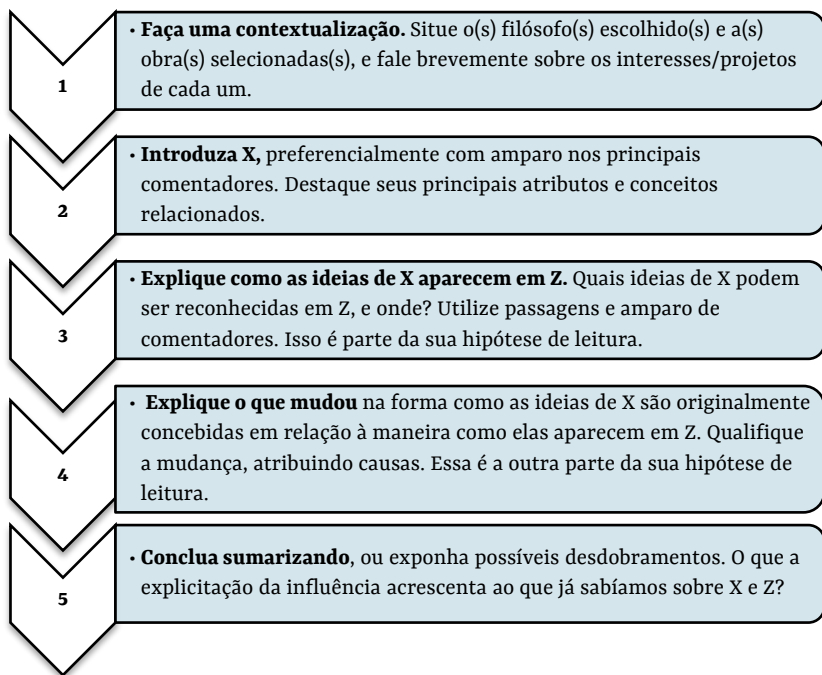
Vale lembrar que um dos desafios do texto diacrônico comparativo é que nem sempre temos o que “gostaríamos” de ter para poder fazer um estudo diacrônico de um problema. Ainda que esse tipo de estudo seja possível mesmo quando as evidências da influência direta são insuficientes, lembre-se que trabalhar de forma diacrônica é procurar traçar uma “linhagem”. É literalmente escrever a história de uma ideia. Então não basta haver semelhanças, é preciso haver uma hipótese plausível de reconstrução da “evolução” da ideia selecionada ao longo do período em questão.

Acompanhe na página seguinte uma possibilidade de script para estruturar um texto exegético do tipo diacrônico comparativo.

SCRIPT EXEGÉTICO DIACRÔNICO-COMPARATIVO

“A influência de X sobre/em Z”

“A recepção da obra de X por Z”



Aqui, “X” é um autor, obra ou escola filosófica, assim como “Z”. Observe que o passo 4, explicar o que mudou de X para Z, e qualificar a(s) mudança(s) atribuindo causas, corresponde à parte mais “autoral” da sua hipótese de leitura. Ela deve ser original e produtiva, isto é, ela deve ampliar a compreensão que temos de X e de Z.

3.6. EXERCÍCIOS

A seguir estão alguns abstracts e parágrafos de abertura extraídos de textos exegéticos de diferentes tipos, orientados por diferentes propostas. Leia-os e procure responder, a respeito de cada um deles, às perguntas seguintes. As respostas estão no último capítulo.

3.a. Quais elementos desse excerto sugerem que ele de fato corresponde a um texto exegético?

3.b. Baseado no título do texto e no conteúdo do excerto, você acha que o texto foi escrito segundo qual modelo exegético?

3.c. Por quê? Quais características você é capaz de apontar no excerto que te levam a imaginar que o texto foi escrito de acordo com esse modelo, e não com outro?

3.d. Qual o elemento que se quer tornar mais claro nesse texto?

3.e. Como parte adicional do exercício, escolha alguns dos textos a que esses excertos pertencem, busque por eles na internet ou na biblioteca e procure lê-los. Observe a maneira particular como cada autor executou a estratégia de escrita do modelo que ele escolheu utilizar. Você consegue reconstituir o roteiro que o texto seguiu, apontando cada um dos “passos” adotados pelo autor? Observação:

lembre-se que cada modelo admite diversas variações em termos de roteiro; e que a maneira particular de executar um roteiro é livre.

EXCERTO 1

Este artigo discute o uso que Werner Heisenberg faz da filosofia grega clássica no âmbito dos debates acerca da teoria quântica realizados na primeira metade do século xx. Para esse autor, a ciência foi determinada pelo influxo de duas correntes de pensamento que surgiram na Grécia antiga: o materialismo e o idealismo. A partir de tal clivagem, Heisenberg fundamenta sua crítica aos opositores da Interpretação de Copenhague, além de justificar filosoficamente suas próprias teses sobre a mecânica quântica. Apesar de suas concepções filosóficas não serem passíveis de uma sistematização completa, a relação que Heisenberg estabeleceu entre a filosofia grega e os problemas da teoria dos quanta acabou por resultar em uma interpretação da realidade física na qual é predominante um platonismo e um incipiente estruturalismo matemático. **Leite, A., & Simon, S.** (2010). *Werner Heisenberg e a Interpretação de Copenhague: a filosofia platônica e a consolidação da teoria quântica*. *Scientiae Studia*, 8(2), 213–241.

EXCERTO 2

Husserl e Foucault parecem ter pouco em comum quando se trata da questão da normalidade. Husserl frequentemente discute o surgimento ou constituição de normas de uma perspectiva subjetiva, enquanto Foucault considera as normas um problema coercitivo. Mas se reconhecermos que o corpo é o locus de preocupação para ambos os pensadores, então podemos ver que o interesse de Husserl na otimização de normas está de acordo com a crítica genealógica de Foucault ao bio-poder. O ensaio traça uma linha de comparação entre Husserl e Foucault em torno da ideia de uma prática otimizada. **Gyllenhammer, P.** (2009). *Normality in Husserl and Foucault*. *Research in Phenomenology* Vol. 39, No. 1 (2009), pp. 52–68.

EXCERTO 3

Gyges foi o primeiro tirano a reinar na Lídia pela casa dos Mermenadae por volta do séc. VII a. C. Ele foi também o primeiro grande bárbaro com o qual os gregos estabeleceram contato. Seu caráter complexo fez com que se desenvolvessem diversas histórias a seu respeito, sendo a mais famosa aquela que conta a maneira como ele chegou ao poder. Sua fama percorreu o mundo grego e influenciou a poesia lírica de sua época e, posteriormente, a

história, a filosofia e a retórica, principalmente no que diz respeito ao seu poder e riqueza. Em Platão, Gyges aparece ligado à narrativa de Gláucon no Livro II da República (359b-360b), onde este conta os feitos daquele para se tornar o soberano da Lídia. No entanto, uma dificuldade na passagem 359d faz com a identificação direta de Gyges com a narrativa seja prejudicada. Pretendemos através deste trabalho apresentar algumas propostas para a passagem, utilizando-se para isso não só do texto de Platão como das fontes líricas e históricas anteriores a ele. **Menezes, L. M. B. R.** (2012). *Nova interpretação da passagem 359d da República de Platão*. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 125, Jun./2012, p. 29-39.

EXCERTO 4

A concepção de filosofia de Bertrand Russell evoluiu dramaticamente em 1911 – o ano em que ele se apaixonou por Lady Ottoline Morrell. Por muitos anos, Russell foi um defensor fervoroso da visão de que os filósofos deveriam buscar verdades que são certas. O co-autor de *Principia Mathematica* alterou seu compromisso com a certeza na filosofia em 1911. Uma análise de suas opiniões publicadas e correspondência dessa época sugere fortemente que a transformação radical foi induzida por uma epifania provocada por seu envolvimento emocional com sua amante. **Schwerin, A. K.** (2019). *Did Russell Experience an Epiphany in 1911?* *Principia* 23(1): 1–17.

EXCERTO 5

Assumir uma visão existencialista sartriana em relação à ética empresarial, em particular, no que diz respeito à questão da natureza do caráter moral dos empresários, fornece um conjunto de reflexões dramaticamente distinto daqueles proporcionados pela visão recebida sobre o caráter, a saber, a ética da virtude de base aristotélica. Na medida em que a filosofia de Sartre coloca a liberdade humana no centro do palco, argumento que a autenticidade com que uma pessoa de negócios aborda situações morais depende do grau de consciência que ele ou ela tem das várias escolhas em jogo. Finalmente, considero algumas mudanças práticas na educação ética nos negócios, na tomada de decisões gerenciais e nas organizações empresariais que as reflexões sartreanas podem provocar. **Jackson, K.** (2005). *Towards Authenticity: A Sartrean Perspective on Business Ethics*. *Journal of Business Ethics*, Vol. 58, No. 4 (Jun., 2005), pp. 307-325.

EXCERTO 6

Blaise Pascal é altamente considerado um moralista religioso, mas raramente recebeu o devido valor como teórico da ética. O objetivo deste artigo

é reunir os pensamentos dispersos de Pascal sobre o julgamento moral e os erros morais em uma explicação explícita e coerente que pode servir de base para uma reflexão acadêmica posterior sobre sua ética. Em minha leitura, Pascal afirma uma explicação axiológica e social-intuicionista do julgamento moral e dos delitos morais. Ele argumenta que um julgamento moral é uma percepção imediata e intuitiva do valor moral que deliberadamente desconsideramos em favor das atraentes, embora auto-enganosas, liberações de nossa imaginação socialmente construída. Podemos nos enganar tão facilmente porque nossa capacidade de avaliar os bens está quebrada, um legado sombrio da queda. Na seção final do artigo, comparo brevemente Pascal aos eticistas contemporâneos e sugiro direções para pesquisas futuras. **Wood, W. D.** (2009). *Axiology, Self-Deception, and Moral Wrongdoing in Blaise Pascal's "Pensées"*. *The Journal of Religious Ethics*, Vol. 37, No. 2 (Jun., 2009), pp. 355-384.

EXCERTO 7

Depois de apresentar brevemente as abordagens relativas à Teoria do Preço desenvolvidas na Escolástica colonial americana por Tomás de Mercado, Bartolomé de Albornoz e Juan de Matienzo, pretendemos demonstrar o papel preponderante exercido por Aristóteles e a peculiar recepção dada a ele por estes autores nas suas respectivas obras. **Culleton, A.** (2019). *The influence of Aristotle's practical philosophy on the formulation of a philosophy of economics in colonial scholasticism*. *Veritas (Porto Alegre)*, 64(3), e352-62.

4

MODELOS MISTOS

Bem-vindo ao capítulo mais interessante do livro: aqui vamos falar de mesclas. Alguns dos autores mais perspicazes que já li escreviam textos de natureza exegético-argumentativa. Era visível em seus escritos que eles sabiam muito sobre o(s) filósofo(s) que escolheram abordar, ao mesmo tempo em que dominavam com maestria as principais ferramentas que permitem discutir se determinadas teses se sustentam ou não, isto é, dominavam as ferramentas argumentativas. Esses autores eram capazes de combinar o rigor hermenêutico dos exegetas com a lógica da persuasão. Nesse capítulo, veremos cinco boas maneiras como essa combinação pode acontecer. Eu disse cinco *boas* maneiras, e não simplesmente cinco maneiras, porque, como apontamos na introdução, é extremamente fácil uma combinação entre exegese e argumentação ser mal-sucedida. Aqui veremos algumas formas bem-sucedidas, e seus respectivos requisitos.

4.1. EXEGÉTICO-ARGUMENTATIVO ATRIBUTIVO

Uma das muitas estratégias mistas entre argumentação e exegese é o que podemos chamar de texto de investigação atributiva. Seu objeto central é a questão sobre se certa posição ou comprometimento podem ser atribuídos a certo filósofo.

A forma mais comum em que esse tipo de texto se apresenta é como uma tentativa de compreender se determinada tese pode ser atribuída

a alguém. Essa estratégia é muito utilizada quando o objetivo do autor é ampliar a compressão que se tem do pensamento de um filósofo em situações em que o próprio filósofo não deixou explícita sua adesão ou sua rejeição à tese em questão, ou em situações em que uma tese costuma ser atribuída ao filósofo, mas um olhar mais atento ao texto levanta dúvidas sobre se essa atribuição é realmente devida. Também é uma estratégia extremamente comum em situações em que o(s) texto(s) original(ais) do filósofo apresentam(m) algum nível de ambiguidade, i.e., parece(m) poder ser entendido(s) das duas maneiras.

Observe o parágrafo inicial do artigo “Leibniz e a Lei de Leibniz” (1970), de Fred Feldman:

Uma certa visão fundamental sobre identidade está associada a Leibniz. Muitos filósofos contemporâneos chamam o princípio que expressa essa visão de “Lei de Leibniz”. Alguns vão mais longe e falam de “identidade de Leibniz” ou “identidade no sentido de Leibniz”. Uma declaração particularmente explícita do ponto mais moderado pode ser encontrada na Introdução à Lógica de Tarski: “Entre as leis lógicas relativas ao conceito de identidade, a mais fundamental é a seguinte: $x = y$ se, e somente se, x tem todas as propriedades que y tem, e y tem todas as propriedades de x . Esta lei foi declarada pela primeira vez por Leibniz (embora em termos um pouco diferentes) e, portanto, pode ser chamada de Lei de Leibniz”. Tarski não forneceu uma referência ao lugar onde, segundo ele, Leibniz declarou essa lei. Na verdade, não está absolutamente claro onde ou como Leibniz supostamente declarou esse princípio, embora muitos filósofos suponham que ele o tenha afirmado em algum lugar e de alguma forma. Meu objetivo neste artigo é investigar a questão de saber se Leibniz alguma vez, de fato, afirmou esse princípio mais fundamental a respeito do conceito de identidade. **Feldman, F.** (1970). *Leibniz and Leibniz’s Law*. *The Philosophical Review*, Vol. 79, No. 4 (Oct., 1970), pp. 510–522.

O objetivo de Feldman nesse artigo é investigar se Leibniz de fato lançou e propôs isso que costumamos chamar de “Lei de Leibniz”. Em outras palavras, ele quer descobrir se a famosa Lei de Leibniz de fato

pode ser atribuída a Leibniz, pois, como ele próprio destaca, embora muitos autores acreditem que sim e vejam isso como ponto pacífico, se voltarmos aos textos do próprio Leibniz, isso não é tão óbvio assim.

Isso deixa claro que a natureza do objetivo de Feldman é híbrida. Sua tarefa é dupla: ele vai navegar pelos textos originais de Leibniz tendo em mente interpretar o que o filósofo disse, o que é um movimento tipicamente exegético; e ao mesmo tempo vai se posicionar relativamente a uma disputa. Há uma disputa sutil no background, que é a seguinte: existe a possibilidade de que Leibniz não tenha nem formulado nem proposto isso a que chamamos “Lei de Leibniz”. Ou seja, há a possibilidade de que os vários autores que tenham tratado e venham tratando Leibniz como sendo o autor da Lei de Leibniz estejam simplesmente errados. Esse movimento – buscar tomar partido quanto a se alguém está certo ou errado – é um movimento tipicamente argumentativo.

Normalmente essa modalidade de texto tem um aspecto persuasivo: o autor possui uma “agenda” própria, digamos; uma posição individual, na medida em que, antes de escrever, ele já leu, já interpretou e já formou uma opinião a respeito da atribuição da tese em questão. Ou seja, ele já acha ou que a tese X pode ser atribuída ao filósofo F, ou que não pode. Nos dois casos, o objetivo persuasivo do autor no texto é mostrar isso ao leitor; é convencê-lo.

Esse é um aspecto crucial do texto exegético-argumentativo do tipo atributivo: ainda que o texto comece dando a impressão de que há incerteza ou ambiguidade, o autor está comprometido com sua agenda pessoal desde o princípio. O texto não pode, portanto, terminar em cima do muro. Pode começar em cima do muro, mas não pode terminar assim. Esse tipo

de texto sempre termina com o autor fazendo o caso forte de que ou a tese tem de ser atribuída ao filósofo, ou de que ela não pode ser.

Apesar desse componente persuasivo, esse texto ainda tem um caráter fortemente exegético, já que o objetivo não é o discutir se a tese X é razoável ou não, nem se ela própria é certa ou errada – o foco é no filósofo. Trata-se de uma tentativa de avançar uma interpretação sobre um filósofo, de acordo com a qual ou ele estava comprometido com a tese em questão, ou não estava. É um texto sobre filósofos, portanto, mais do que um texto que debate argumentos. O efeito desse texto é mais o de ampliar a compreensão que temos do filósofo do que ampliar a base argumentativa em favor, ou contra, a posição X. Isso, a presença desse traço tipicamente exegético, é precisamente a razão pela qual a abordagem é mista: trata-se de *defender uma interpretação*.

Em alguns casos, o que se está discutindo num texto misto do tipo atributivo não é exatamente se uma determinada tese pode ser atribuída a um filósofo, e sim se podemos atribuir a ele determinado “rótulo”. Ser digno de um rótulo não é exatamente a mesma coisa de estar comprometido com uma tese. O rótulo muitas vezes abrange um conjunto de teses, e estas, por sua vez, nem sempre são inteiramente claras ou possuem uma formulação estrita. Dito de outro modo, rótulos são visões de mundo. Geralmente são mais abrangentes e mais comprometedores do que uma tese específica, justamente por serem mais vagos. Nessa variedade do texto atributivo, o objetivo do autor é discutir se o filósofo F era um X-ista ou não era um X-ista, onde “X” é um rótulo do tipo: compatibilista, dualista, feminista, dentre outros, relacionado a um domínio particular do discurso filosófico.

Dê uma olhada no abstract do artigo “A República de Platão e o Feminismo” (1976), de Julia Annas:

Poucos filósofos lidaram seriamente com os problemas dos direitos e status das mulheres, e aqueles que o fizeram, infelizmente, muitas vezes estiveram do lado errado. Na verdade, Platão e Mill são os únicos grandes filósofos que podem ser plausivelmente chamados de feministas. Mas surpreendentemente poucos esforços sérios foram feitos para analisar seus argumentos; talvez porque tenha parecido passar por cima de um terreno já ganho. Este artigo trata apenas de Platão. Devo sustentar o que pode surpreender alguns: que é totalmente errado pensar em Platão como “o primeiro feminista”. Seus argumentos são inaceitáveis para uma feminista, e as propostas feitas em República V são irrelevantes para o debate contemporâneo.

Annas, J. (1976) *Plato's Republic and Feminism*. *Philosophy* 51 (197), 307-321.

O que temos aqui? Julia Annas vai argumentar que Platão não era um feminista. Que o feminismo, entendido como posição filosófica, não pode ser atribuído a Platão. “O feminismo” é mais do que uma tese, em particular – ele é um rótulo, na medida em que ser um feminista requer estar comprometido não com uma, e sim com um conjunto de teses. E essas teses podem ser formuladas de diferentes maneiras, com escopos mais e menos fortes.

Repare a natureza híbrida da proposta de Annas: é um texto exegético, já que propõe uma interpretação de Platão, e interpretar filósofos, entender o que disseram, é uma tarefa tipicamente exegética. Mas é também um texto argumentativo, já que se propõe a defender uma determinada tese: a tese de que é errado ver Platão como sendo um feminista. A própria tese que é objeto do texto é uma tese de natureza “interpretativa”, por assim dizer.

Além disso, o texto parece conter outros elementos que o aproximam do universo argumentativo. Por exemplo, ele gravita em torno de uma disputa conceitual. Há pessoas que lêem Platão como sendo um

feminista, então existem “dois lados” em confronto aqui. Isso significa que Annas tem um adversário intelectual: o scholar que lê Platão como sendo um feminista, ou seja, que pensa o contrário do que ela pensa. Isso é independente da quantidade de relevo que esse lado “adversário” tem no texto da própria Annas, quer dizer, a existência da disputa não depende de o quanto Annas enfatize, no seu próprio texto, a presença do adversário. Se ela decidiu escrever um texto mostrando que Platão não é um X-ista é porque existem pessoas que vêem Platão como um X-ista, e que eventualmente tornaram isso público na comunidade intelectual (publicaram material) apresentando-o como comprometido com X.

Também é importante notar o procedimento anunciado por Annas: ela vai mostrar que os argumentos de Platão são inaceitáveis para um feminista. Isso envolverá reconstruir os argumentos, destacando premissas ocultas e olhando o que se segue. Esse trabalho de “esquadrinhamento” é um trabalho tipicamente argumentativo.

Por todas essas características, o texto de Julia Annas pode ser pensado como um híbrido entre o **exegético sincrônico clássico**, que é apresentar o que um filósofo pensou; e o **argumentativo persuasivo**, que é convencer o leitor de que o ponto de vista sendo apresentado no texto é o correto por oposição ao ponto adversário, que seria incorreto.

Também há uma variação do texto atributivo que é um híbrido entre o **exegético sincrônico clássico** e o **argumentativo equilibrado**. Dê uma olhada no parágrafo de abertura do artigo “Mundos Plurais em Anaximandro” (1994), de Aryeh Finkelberg:

Os antigos atribuíram a Anaximandro a crença em mundos plurais, mas as evidências textuais não deixam imediatamente claro se esses mundos seriam coexistentes ou sucessivos. Zeller argumentou que eles não poderiam ser coexistentes, mas essa visão foi desafiada por Burnet; e ainda Cornford,

como Kirk diz, “demonstrou que o argumento de Burnet... está alicerçado numa falsa compreensão das evidências doxográficas sobre esse ponto, assim como sobre uma interpretação equivocada de diversos Pré-socráticos tardios”. Até aí tudo bem, mas Kirk vai além e afirma que não apenas os mundos coexistentes têm sido erroneamente atribuídos a Anaximandro, como Zeller e Cornford fizeram, mas também que mundos sucessivos são um erro doxográfico; e uma visão semelhante é defendida por Kahn. Nesse artigo, me proponho a escrutinar nossa evidência sobre os mundos plurais de Anaximandro e a examinar, sistemática e exaustivamente, as críticas de Kirk e de Kahn sobre essa evidência – ambas as tarefas contra o testemunho doxográfico e com méritos independentes. **Finkelberg, A.** (1994). *Plural Worlds in Anaximander*. *The American Journal of Philology*. Vol. 115, No. 4 (Winter, 1994), pp. 485-506.

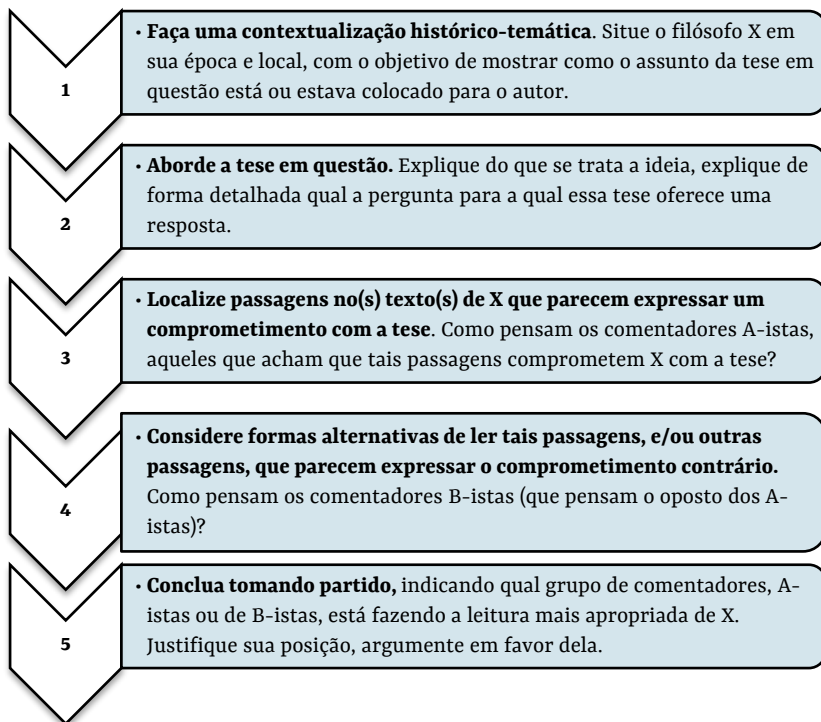
O que temos nesse artigo? Aqui, Finkelberg se reportou a uma disputa, envolvendo diversos nomes. Inicialmente, quer dizer, na primeira “rodada” dessa disputa, temos Burnet, de um lado; e Zeller e Cornford, do outro. Na segunda “rodada” temos Kirk e Kahn contra Zeller e Cornford. O autor desse texto, Finkelberg, está entrando em cena numa terceira “rodada”, por assim dizer, já que ele irá examinar a rodada dois e, após, irá se posicionar, de um lado ou de outro.

Isso por si só já é suficiente para caracterizar esse artigo como sendo, indiscutivelmente num texto de caráter argumentativo: textos que tomam parte em disputas são textos argumentativos. Além disso, é visível que esse artigo possui um aspecto equilibrado. Isso porque Finkelberg vai avaliar os argumentos que Kirk e Kahn apresentaram contra Zeller e Cornford e, após isso, vai tomar parte sobre se esses argumentos obtêm o êxito ou não. Para isso ele terá de apresentar a própria posição de Zeller e Cornford, a fim de permitir que os argumentos de seus adversários sejam examinados criticamente. Que tipo de texto argumentativo procede dessa forma, apresentando um lado da disputa, e depois o outro lado? O texto do tipo equilibrado.

Mas observe que o texto de Finkelberg não é só um texto argumentativo equilibrado. Isso porque o objeto que está sendo disputado ali, no final das contas, é aquilo que um filósofo disse. Quer dizer, o que esses autores todos estão disputando entre si, nas diversas “rodadas” dessa disputa, é uma *interpretação* de Anaximandro – é como Anaximandro deve ser lido. O que Anaximandro disse foi A, ou foi A’? Ou, mais tecnicamente: a afirmação de Anaximandro de que há diversos mundos deve ser interpretada como esses mundos sendo coexistentes (A), ou como eles sendo sucessivos (A’)? O tipo de texto que se ocupa de questões desse tipo é o texto exegético, especificamente, o sincrônico clássico. Então esse artigo, de Finkelberg, também possui um forte componente exegético, que é o esclarecimento da ambiguidade na leitura. Ele é, portanto, um texto misto por excelência.

SCRIPT EXEGÉTICO-ARGUMENTATIVO ATRIBUTIVO

“O filósofo X era um A-ista?” / “A tese B pode ser atribuída ao filósofo X?” /
 “A-istas e B-istas sobre o filósofo X”



A implementação desse modelo de texto misto requer que haja discordâncias entre os intérpretes de um filósofo. Isto é, é necessário que haja comentadores que consideram que o filósofo aceita a tese em questão, ou que ele deve ser lido da maneira A, e outros que acreditam que ele rejeita a mesma tese, ou que deve ser lido da maneira B (que é incompatível com A).

Esses comentadores não precisam ter debatido entre si, como os comentadores abordados por Finkelberg, que se remetem uns aos outros diretamente. Quer dizer, um pode até mesmo não saber do outro; mas a

existência de pelo menos dois pontos de vista distintos e aparentemente incompatíveis acerca da atribuição de uma tese ou de um rótulo a um filósofo é um elemento necessário para que esse modelo de texto híbrido tenha lugar. É a existência desse tipo de discordância que permitirá a você executar um plano argumentativo (equilibrado ou persuasivo) para lidar com as posições exegéticas divergentes dos intérpretes.

Uma outra variação do texto misto do tipo atributivo com um componente equilibrado envolve discutir, entre duas maneiras plausíveis de se interpretar uma passagem, qual é a mais adequada. Essa variação seleciona algo bem específico, uma única passagem, que normalmente (mas nem sempre) é uma passagem tremendamente ambígua ou misteriosa. O autor que executa esse tipo de texto geralmente apresenta pelo menos duas interpretações possíveis (que podem ou não ter sido defendidas em outros momentos por outros autores) e em seguida defende uma delas. Ou seja, realiza a tarefa dupla de interpretar e argumentar contra, ou a favor.

Um exemplo desse tipo de trabalho pode ser encontrado no artigo “Boa Deliberação (*Euboulía*) e o Problema da Moralidade dos Meios em Aristóteles” (2019), de Jaqueline Stefani. Veja como a tarefa é apresentada no abstract do artigo:

O escopo da pesquisa é a análise de 1142b 17-28 da “Ética Nicomaqueia”, trecho em que Aristóteles disserta sobre a correção (*orthotes*), tendo em vista que a boa deliberação (*euboulía*) é uma espécie de correção. A passagem não é clara e sugere que: i) na boa deliberação, a moralidade restringe-se aos fins, cabendo aos meios apenas a característica de serem eficazes na obtenção dos fins; ou que ii) na boa deliberação, a moralidade recai sobre meios e sobre fins pois, com a expressão “usar os meios corretos na obtenção do fim”, Aristóteles estaria incluindo o critério moral dos meios como condição necessária à boa deliberação. Opto por “i)” e defendo que a boa deliberação consiste tão somente em uma habilidade exitosa na obtenção

de um fim bom, habilidade que leva em conta o que é melhor, mais fácil, mais eficaz, feita em tempo oportuno. **Stefani, J.** (2019). "*Boa Deliberação (Euboulía) e o Problema da Moralidade dos Meios em Aristóteles*". *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 144, Dez./2019, p. 609-628.

Esse texto é exegético, na medida em que tem como objetivo compreender uma passagem, a passagem 1142b 17-28 da *Ética a Nicômaco*. E é também um texto argumentativo, na medida em que toma partido em favor de uma das interpretações disponíveis para a passagem, e contra outra.

A viabilidade dessa versão do texto misto do tipo atributivo depende de haver mais de uma interpretação plausível para a passagem em questão. Isto é, depende de que a passagem seja genuinamente ambígua. Também depende de que o autor seja capaz de mostrar de forma satisfatória que as duas interpretações são plausíveis, ou seja, depende de que ele seja capaz de fazer uma apresentação equilibrada das duas interpretações, com ou sem o amparo de comentadores; e de apresentar razões decisivas em favor daquela interpretação que lhe parece mais favorável e/ou contra a outra.

4.2. EXEGÉTICO-ARGUMENTATIVO DE ESCLARECIMENTO

Uma outra possibilidade de mescla entre modelos exegéticos e argumentativos envolve estruturar o texto tendo como intuito central esclarecer o escopo de um conceito ou de uma teoria. Esse tipo pode ser pensado como um híbrido entre o **exegético sincrônico comparativo** e o **argumentativo especulativo**. Veja o primeiro parágrafo do artigo de Robert Stalnaker, intitulado "Variedades de Superveniência" (1996):

“Superveniência” foi definida de várias maneiras e diferentes e coisas conflitantes foram ditas sobre as relações entre os diferentes conceitos de sobreveniência. Os conceitos foram implantados na discussão de uma série de problemas filosóficos diferentes, às vezes para formular uma tese a ser defendida (uma versão do materialismo sobre a mente, ou internalismo sobre estados intencionais ou experienciais, uma tese humeana sobre a conexão necessária, uma “tese reducionista” da identidade pessoal), às vezes foi usado para esclarecer ou aguçar um problema explicando o terreno comum entre teses conflitantes. (Teses contrastantes em metaética ou filosofia da mente podem concordar que avaliações ou atribuições de estados mentais são supervenientes em fatos naturais ou físicos. Teses contrastantes sobre critérios de identidade pessoal podem concordar que fatos sobre identidade ao longo do tempo são supervenientes sobre estados mentais e físicos momentâneos e relações causais entre eles); às vezes foi usado para levantar um problema em vez de resolvê-lo (como as propriedades morais podem ser supervenientes nas propriedades naturais e, ainda assim, não serem analiticamente implicadas por elas?). Meu objetivo neste artigo será modesto; trata-se de esclarecer algumas das dimensões nas quais os diferentes conceitos de superveniência diferem, e sobre o papel que eles desempenham na formulação de teses e problemas filosóficos. Não é minha intenção defender ou atacar qualquer tese de superveniência em particular, mas explorar os conceitos abstratos de superveniência e as idéias intuitivas que os motivam. Sobre as definições abstratas, farei algumas afirmações, mas minha principal preocupação é com as idéias intuitivas e aplicações filosóficas. **Stalnaker, R.** (1996). *Varieties of Supervenience*. *Noûs*, 30, 221-241.

Vamos compreender o que temos aqui. Há um conceito, o conceito de superveniência. Como consta no trecho, esse conceito já foi definido de várias maneiras, por diferentes pessoas. Isso é o equivalente a dizer que na realidade há vários conceitos de superveniência, em vez de apenas um. O que Stalnaker vai fazer no artigo é esclarecer como esses vários conceitos de superveniência diferem uns dos outros. Como ele próprio já anuncia no parágrafo, cada um desses conceitos serviu a um propósito diferente e foi usado num contexto distinto. A tarefa é a de mostrar quantos e quais são esses conceitos, e de que maneira eles são diferentes uns dos outros.

Pense na tarefa de Stalnaker nesse artigo através da seguinte analogia. Existe uma ferramenta chamada alicate. Em geral sabemos o que um alicate é, somos capazes de reconhecer um alicate quando vemos um. Porém, na realidade, o que há não é um único alicate, isto é, um alicate “geral”. O que há é uma miríade de tipos de alicate, ou uma miríade de alicates diferentes, se quisermos falar assim. Há o alicate de bico meia-cana, que é utilizado para puxar, segurar e dobrar fios metálicos. Há o alicate bomba d’água, que é utilizado para serviços hidráulicos. Há o alicate de crimpar, em geral usado na manutenção de computadores. E assim por diante.

O que Stalnaker vai fazer é comparável a isso que acabei de fazer, guardadas as devidas proporções. É a tarefa de explicar quais são esses tipos do elemento em questão, quais as características de cada um, e para quê cada um serve. Só que com uma diferença fundamental: minha explicação sobre alicates é impessoal e atemporal (ela não cita nomes nem contextos, quer dizer, ocasiões e que determinado tipo de alicate foi usado por alguém para determinado fim, ou vezes em que uma nova modalidade de alicate foi inventada). Já a explicação que Stalnaker vai dar possivelmente será pessoal e temporal – ele irá se remeter a certos debates entre certos autores, a certas ocasiões em que pessoas debateram um certo uso do conceito de superveniência. E é precisamente graças a esse elemento que o artigo de Stalnaker pode ser considerado misto.

Podemos entender isso melhor. Há um componente exegetico, que é a tentativa de tornar algo mais claro. Tornar claro o que não está perfeitamente claro é uma tarefa tipicamente exegetica. Mas não se trata de exegese tradicional aqui. Na exegese tradicional, geralmente queremos tornar claro o que um filósofo disse, ou tentou dizer. Já no caso desse

artigo, o que Stalnaker quer tornar claro é o que certos filósofos fizeram, ou estavam tentando fazer, quando recrutaram certo conceito de superveniência; e não exatamente tornar claro o que está escrito (como se os textos deles estivessem obscuros). Possivelmente, se formos aos textos desses filósofos, não haverá nada obscuro lá: na letra fria, o texto estará perfeitamente claro, sem margens para ambiguidades. Mas isso não quer dizer que não haja uma camada mais profunda de sentido naquilo que eles estavam tentando fazer. É isso que Stalnaker quer explorar. Além disso, há um componente comparativo, já que o que Stalnaker está fazendo é comparando os vários recrutamentos que o conceito de superveniência sofreu, em diferentes ocasiões e contextos; ou seja: comparando as diferentes variantes do conceito de superveniência.

Além desse componente exegético, de natureza sincrônico-comparativa, temos também um componente argumentativo aqui. Mas também não se trata de um componente argumentativo tradicional. No trecho destacado, observamos Stalnaker declarar abertamente que não pretende defender ou atacar qualquer tese de superveniência em particular, o que nos indica que o elemento “disputativo” não estará sob os holofotes, e sim no background. Stalnaker está lidando com uma pergunta ampla, no final das contas, que é a pergunta “O que é superveniência, afinal?”. E a resposta que ele pretende dar é uma resposta abrangente, conjuntiva: há variedades de superveniência. Superveniência é A, mas também é A', também é A"... e assim por diante. Cada uma dessas corresponde a uma parte da resposta para a grande pergunta “o que é superveniência?”.

Porém, em relação a cada uma dessas partes, cabe a pergunta sobre se isso é realmente uma instância de superveniência. Se os autores que

usaram superveniência dessa forma realmente estavam fazendo um uso legítimo do conceito, ou não. Esse é o elemento “disputativo” no background do texto de Stalnaker. Ao construir o conceito de superveniência em termos de sua variedade de aplicações, ele está tomando parte nessas diversas sub-disputas. Qual o tipo de texto argumentativo que tem esse traço? O especulativo. Então o artigo de Stalnaker possui um componente argumentativo especulativo, em associação com o componente exegético sincrônico-comparativo.

Agora dê uma olhada no parágrafo de abertura de um artigo da mesma espécie, porém construído em bases ligeiramente diferentes, também por Robert Stalnaker. É o artigo “O que será que é o conteúdo não conceitual?” (1998).

Começo com um pouco de jargão filosófico, introduzido pela primeira vez por Gareth Evans, mas usado desde então por muitos outros que citam Evans, incluindo Christopher Peacocke, John McDowell e Michael Tye. Minha pergunta inicial era: o que esses filósofos querem dizer com “conteúdo não conceitual” e seu contraste, “conteúdo conceitual”? Que tipos de objetos são esses diferentes tipos de conteúdo e como eles são usados para caracterizar a percepção e o pensamento? É controverso entre aqueles que falam de conteúdo não conceitual se existe tal coisa, e se os estados perceptivos têm um tipo de conteúdo diferente do tipo que caracteriza os estados de crença e atos de fala. Mas Evans não nos dá nenhuma caracterização direta e explícita da noção de conteúdo não conceitual que ele introduz – pelo menos nenhuma que eu possa encontrar. E não está claro para mim que os diferentes filósofos que usam esse termo tenham o mesmo significado. Sem alguma explicação sobre o que podem ser os conteúdos não conceituais e conceituais, é difícil ter mais do que uma impressão geral do que se trata esta controvérsia. **Stalnaker, R. (1998). *What Might Nonconceptual Content Be?* Philosophical Issues, Vol. 9, Concepts (1998), pp. 339-352.**

Esse artigo tem semelhanças com o anterior, em que ambos parecem ter sido construídos segundo um modelo que mescla elementos

exegético-sincrônico-comparativos (comparar o que várias pessoas disseram) com elementos argumentativos especulativos (tentar responder uma pergunta ampla de forma cumulativa). Porém nesse artigo, diferentemente do que vimos no anterior, temos o seguinte: o filósofo que lançou o conceito que está sendo investigado (o conceito de conteúdo não-conceitual), Gareth Evans, não foi completamente claro sobre como ele próprio gostaria de ser entendido.

O texto de Evans dá margens a diferentes interpretações, e daí se originaram as diferentes variantes do conceito de conteúdo não-conceitual. Evans simplesmente usou a noção de conteúdo não-conceitual de uma certa maneira, para um determinado fim, sem maiores elucidações; e com isso ficou em aberto a pergunta sobre se esse conceito também poderia ser usado de outras maneiras, para outros fins.

Vemos que há um componente exegético forte: esclarecer o que não está tão claro. Mas note como esse componente é heterodoxo, se comparado ao que costumamos ver nos textos puramente exegéticos: Stalnaker não pretende desvelar o que foi que Evans quis dizer. Não é exatamente essa a proposta. A proposta é desvelar o que o conteúdo não-conceitual é, se é que ele realmente existe; e não o que Evans escreveu sobre ele. É uma outra forma de exegese – é exegese com foco no conceito (ou com foco na pergunta, se quisermos falar assim), por oposição à exegese com foco no autor.

Essa exegese vai, naturalmente, precisar considerar o que Evans disse, mas isso não é o ponto focal, o centro; até porque Evans é apenas um dos autores que serão considerados, e não o principal. Diversos filósofos já usaram, para diferentes propósitos e com diferentes sentidos, a noção de conteúdo não-conceitual em seus textos. O fato de Evans ter

sido o primeiro não lhe dá nenhuma autoridade privilegiada sobre essa noção, nesse caso; quer dizer, a palavra final sobre o que o conteúdo não-conceitual de fato é não será encontrada em Evans (como esperaríamos que ocorresse numa exegese clássica). A resposta para esse pergunta será obtida de modo cumulativo, como é típico do procedimento especulativo, que é um procedimento argumentativo.

Além disso, há outros traços a serem observados. Um deles é que aqui o procedimento especulativo parece admitir alternativas excludentes. Como vimos, diversos filósofos que ao longo das últimas décadas têm utilizado a noção de conteúdo não-conceitual com diferentes propósitos e, ao que tudo indica, com diferentes sentidos. Porém aqui as coisas estão colocadas de tal maneira que, parece, se alguns desses filósofos estiverem legitimados e certos, outros filósofos estarão errados e/ou não estarão legitimados. Isso porque, como o próprio Stalnaker destaca, não há consenso entre esses vários filósofos até mesmo sobre se o conteúdo não-conceitual de fato existe, ou não.

Isso significa que o elemento “disputativo” aqui está presente de uma maneira diferente – as diversas “sub-respostas” que concorrem para serem partes da “grande resposta” para a pergunta “o que o conteúdo não-conceitual realmente é?” podem excluir umas às outras, de tal maneira que se aceitarmos umas (como parte dessa grande resposta) precisaremos abandonar outras. Há uma controvérsia, ou pelo menos uma aparência de controvérsia, que não havia ou pelo menos que não estava em evidência no artigo anterior, sobre superveniência.

Uma outra maneira de estruturar um texto misto do tipo esclarecimento é selecionar conceitos obscuros, ou selecionar um tópico que tem sido objeto de confusões conceituais. É mais ou menos essa a

proposta de Michael Antony no artigo “Conceitos de Consciência, Tipos de Consciência, Significados de ‘Consciência’ ” (2002). Veja o abstract desse artigo:

O uso de expressões como ‘conceitos de consciência’, ‘tipos de consciência’ e ‘significados de’ consciência é indistintamente onipresente na literatura sobre consciência. Argumenta-se que essa prática pode ter sentido apenas de duas maneiras. O primeiro envolve interpretar ‘conceitos de consciência’ e ‘tipos de consciência’ metalinguisticamente para significar, grosso modo, conceitos expressos por ‘consciência’ e tipos expressos por ‘consciência’; e a segunda envolve certas interpretações literais, embora semanticamente desviantes, dessas expressões. O problema é que os pesquisadores frequentemente usam as expressões acima de forma intercambiável, sem satisfazer nenhuma das formas de fazê-lo de forma coerente. O resultado são erros e confusões consideráveis, o que é demonstrado nas obras dos filósofos atualmente escrevendo sobre a consciência. **Antony, M.** (2002). *Concepts of Consciousness, Kinds of Consciousness, Meanings of 'Consciousness'*. *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*. Vol. 109, No. 1 (May, 2002), pp. 1-16.

Esse é um texto exegético-argumentativo por excelência. É exegético porque, para demonstrar que de fato há uma confusão conceitual no uso dos termos ligados à consciência, Antony precisará interpretar os diversos textos dos diversos filósofos onde esses termos ocorrem. E é um texto argumentativo porque há uma tese sendo advogada: a tese de que há uma confusão conceitual no uso dos termos ligados à consciência. Essa tese precisará ser defendida no texto, quer dizer, o autor precisará apresentar “provas”, por assim dizer; e essas “provas” são obtidas por meio de um procedimento exegético. Elas devem ser capazes de atestar que em várias das ocasiões em que os termos relevantes foram usados de forma intercambiável o sentido pretendido era diferente daquele que os mesmos termos denotavam quando utilizados em outros contextos, ou por outros autores.

No texto de Antony e nos dois textos de Stalnaker o objeto selecionado para ser esclarecido era um conceito. Mas o modelo exegético-argumentativo de esclarecimento também pode ser aplicado a teorias. Nesse caso, o que o autor tem como objetivo esclarecer não é o escopo, ou o significado, de um conceito, e sim qual o escopo ou o alcance de uma teoria. Às vezes aquilo que parece ser uma teoria unificada admite variações, ou versões. Às vezes, por outro lado, aquilo que é comumente aceito como sendo variações de uma teoria, ou teorias vizinhas, podem ser na realidade a mesma teoria, descrita de duas maneiras distintas. Às vezes uma teoria que parece se aplicar a um certo domínio se estende para além dele, ou permanece aquém.

Para ver um exemplo, analise o abstract do artigo de Marcia Baron, intitulado “Variedades de Ética de Virtudes” (1985):

Nos últimos anos, tem havido um interesse crescente em uma visão sustentada por muitos dos críticos de Kant de que a pessoa perfeitamente moral não precisa (talvez nem deva) ser governada por um senso de dever. Entre aqueles que indicaram seu apoio a esta posição estão Rodger Beehler, Philippa Foot, Susan Wolf e, pelo menos em algumas passagens, Michael Stocker e Bernard Williams. É importante tentar esclarecer essa visão, pois parece estar ganhando popularidade, mas não em precisão. Em outro texto eu isolei essa visão de pontos de vista com os quais às vezes é confundida e que, como o ponto de vista em questão, às vezes são chamados de “ética da virtude”. Neste artigo, quero distinguir uma série de posições diferentes que um proponente da ética da virtude (no sentido restritivo a ser explicado) pode ter e avaliar essas posições. **Baron, M.** (1985). *Varieties of Ethics of Virtue*. *American Philosophical Quarterly*, Vol. 22, No. 1 (Jan., 1985), pp. 47-53.

Aqui percebemos que o objeto de estudo da autora não é um conceito, e sim um ponto de vista – o ponto de vista da ética da virtude. Segundo Baron, um proponente da ética da virtude pode estar comprometido com uma série de proposições. O que a autora vai fazer é elucidar

quais são essas proposições. A depender de com quantas e quais delas um filósofo está comprometido, teremos variedades de ética de virtudes, isto é, versões dessa teoria, por oposição a uma teoria monolítica, unívoca. A partir dessa análise, ficará claro quais são essas variedades.

O trabalho de esclarecer quais são essas variedades é um trabalho exegético na medida em que requer leitura e interpretação comparativa dos diversos autores que declararam estar comprometidos com alguma forma de ética da virtude (Baron cita alguns: Rodger Beehler, Philippa Foot, Susan Wolf, Michael Stocker e Bernard Williams). Ou seja, ela precisará interpretar os textos desses filósofos para identificar como a ética de virtudes que cada um deles apóia é diferente da(s) que os outros apóiam.

Além desse componente exegético, o trabalho tem também um componente argumentativo: como a autora declara, ela irá distinguir e avaliar as diferentes posições que um proponente da ética das virtudes pode ter. A tarefa de avaliar envolve, ainda que de modo sutil, qualificar as posições como mais razoáveis ou menos razoáveis; melhores ou piores, que é uma tarefa tipicamente argumentativa.

Adicionalmente, há o intuito mais geral de responder a uma pergunta que poderíamos definir como “o que é ética de virtudes, afinal de contas?”. Responder a essa pergunta seria uma tarefa especulativa, no sentido de que ninguém detém a palavra final sobre isso. Não há alguém a quem possamos fazer essa pergunta e obter uma resposta segura e definitiva. É necessário cotejar várias respostas, especular. E a resposta para a pergunta possivelmente seria cumulativa: ética de virtudes é a ética que Rodger Beehler defendeu; é também a que Philippa Foot

defendeu; também a que Susan Wolf defendeu, e assim por diante. Todas as variedades participam da noção mais ampla de ética de virtudes.

Por fim, uma outra modalidade de texto exegético-argumentativo de esclarecimento é aquele que se volta para uma determinada tradição, ou escola, a fim de tentar responder a uma pergunta teórica. Como no exemplo anterior, essa variação mescla componentes do estilo exegético, entendido de forma mais ampla, com componentes do argumentativo-especulativo. Para um exemplo, veja o abstract do artigo “Percepção e Crença” (2001), de David Smith:

É feita uma tentativa de apontar a maneira pela qual a percepção está relacionada à crença. Embora, por razões familiares, não seja verdade dizer que necessariamente acreditamos na existência dos objetos que percebemos, nem que eles realmente tenham suas características ostensivas, argumenta-se que a relação entre percepção e crença é mais do que meramente contingente. São duas questões principais a serem abordadas. A primeira é que as crenças “colaterais” podem impedir a crença perceptual. Argumenta-se que isso ainda atribui um papel essencial à crença na percepção, embora a crença possa ser de uma forma atenuada. A segunda é a afirmação de Fred Dretske de que mesmo a crença atenuada pode estar inteiramente ausente da percepção. Argumenta-se que (a) a percepção 'não epistêmica' pode ser entendida apenas pelo emprego do conceito de percepção 'epistêmica'; (b) que o primeiro pode ocorrer apenas parcialmente – isto é, dentro de percepções que são de outra forma epistêmicas; e (c) que mudando a atenção de da percepção de objetos para a preocupação da tradição fenomenológica com a percepção de mundo, podemos ver que a percepção deve ser inteiramente permeada de força 'doxástica'. **Smith, A. D.** (2001). *Perception and Belief*. *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 62, No. 2 (Mar., 2001), pp. 283-309.

Nessa variação do texto exegético-argumentativo de esclarecimento vemos o autor se ocupar da tarefa de responder à seguinte pergunta: como a percepção se relaciona com as crenças? Essa seria uma tarefa especulativa, por motivos semelhantes aos que vimos no exemplo

anterior – porque essa é uma pergunta complexa, que requer uma resposta complexa, possivelmente abrangendo uma conjunção de elementos. Mas aqui há um diferencial, que é o seguinte: Smith vai buscar na tradição fenomenológica os meios para elaborar a sua resposta pessoal para a pergunta.

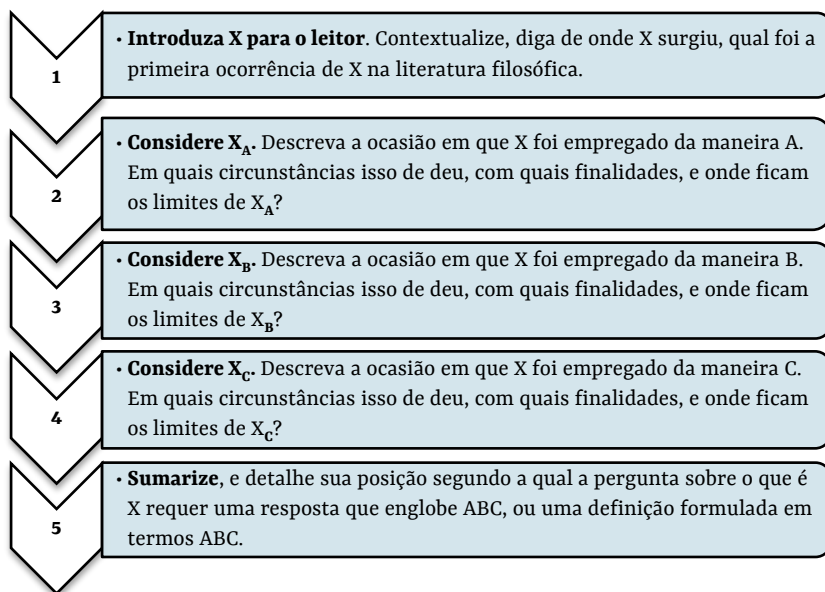
Como é indicado no final do resumo, o autor argumentará favoravelmente a três proposições, que ali ele chamou de **a**, **b** e **c**. A proposição **c** é de inspiração fenomenológica, e certamente é obtida a partir de uma certa interpretação da fenomenologia. Isso significa que um dos argumentos de Smith para defender a sua posição individual acerca da relação entre percepção e crença é extraído da fenomenologia, o que só pode ser feito a partir de um esforço exegético; e por isso o texto é misto.

Observe como os componentes argumentativo e exegético parecem estar intrincados, nesse caso. Não temos uma noção clara de onde “termina” um deles e “começa” o outro. O elemento exegético participa ativamente do argumento que Smith vai apresentar.

Acompanhe na página seguinte um script simplificado do texto exegético-argumentativo de esclarecimento. Ali, “X” pode ser um termo, um conceito ou uma teoria. Note como o script é bem parecido com o do texto argumentativo especulativo, mas os passos 2, 3 e 4 são eminentemente exegéticos.

SCRIPT EXEGÉTICO-ARGUMENTATIVO DE ESCLARECIMENTO

“O que é X, afinal de contas?” / “Variedades de X”



Esse tipo de texto requer, para ser bem-sucedido, que de fato haja na literatura as tais variações de “X”, ainda que isto não esteja explícito. Uma das principais circunstâncias em que esse modelo se torna um texto mal-sucedido é quando o autor não consegue mostrar de forma convincente que as variações X_A , X_B e X_C de fato possuem diferenças significativas umas em relação às outras.

4.3. EXEGÉTICO-ARGUMENTATIVO TIPO LEITURA CRÍTICA

Outra mescla envolvendo o modelo **sincrônico clássico** e o **argumentativo persuasivo**, o texto híbrido do tipo leitura crítica compreende elementos das duas abordagens, porém quase sempre sem efetivamente misturá-los, como acontecia nos anteriores. É o tipo

leitura crítica: leitura é exegese, e crítica é argumentação. Vamos entender como isso funciona.

O trecho a seguir é o parágrafo inicial do artigo “Sartre, Emoções e o Atolar-se” (1996), de David Weberman. Atente para a estratégia anunciada pelo autor.

Este artigo procura esclarecer e avaliar a afirmação central do pequeno livro de Sartre, *Esboço para uma Teoria das Emoções*. Essa afirmação diz que as emoções são essencialmente modos de consciência que apreendem o mundo de modo a resolver ou reduzir os conflitos internos e para permitir que os indivíduos escapem da necessidade de uma ação efetiva. Como os comentaristas da teoria das emoções de Sartre, de maneira bastante surpreendente, muitas vezes negligenciaram ou subexaminaram essa afirmação, começo por reconstruí-la. Em seguida, argumento que é plausível apenas se limitada a uma certa gama de emoções. Esta não é uma crítica nova, mas descrevo os tipos de limitações necessárias. Em seguida, mostro que a análise de Sartre da essência das emoções é inadequada não apenas para certos tipos de emoções, mas para qualquer tipo de emoção. Isso porque ele confunde a questão do que é uma emoção com a questão de como uma emoção funciona. **Weberman, D. (1996). *Sartre, Emotions, and Wallowing*. American Philosophical Quarterly. Vol. 33, No. 4 (1996), pp. 393-407.**

O que Weberman vai fazer nesse texto é uma tarefa dupla, de interpretar e argumentar. Porém diferente do que vínhamos vendo nos outros modelos mistos, aqui essas duas tarefas não estão efetivamente “misturadas”. O artigo possui um momento exegético, inicial, e um momento argumentativo, posterior. Quer dizer, na primeira parte do artigo, Weberman irá executar uma interpretação de um elemento da obra de Sartre, que nesse caso é uma tese – a tese de que emoções são modos de consciência que apreendem o mundo de modo a substituir ações. Essa tese encontra-se apresentada na obra *Esboço para uma Teoria das Emoções*. Então, ao se propor à tarefa de esclarecer essa tese, Weberman está executando o script elementar do modelo exegético

sincrônico clássico: ele está examinando um elemento, em uma obra, de um filósofo.

Como o autor destaca, esse elemento que ele selecionou para esclarecer tem sido significativamente negligenciado pelos comentadores. Isso significa que autores que são especialistas no assunto e aqueles que eventualmente escreveram sobre teoria das emoções em Sartre tomaram essa afirmação como “garantida”, digamos assim; como se ela já estivesse suficientemente clara no texto do próprio Sartre. Mas Weberman julga que essa tese requer esclarecimentos, para que se possa entender o que Sartre realmente tinha em mente. Então ele vai encarar esse trabalho de esclarecê-la. Esse é um trabalho exegetico típico.

No entanto, Weberman não julga só que essa tese requer esclarecimentos. Ele julga também que ela é problemática. Mais especificamente, ele julga que a plausibilidade dessa tese está circunscrita a um domínio menor do que aquele a que Sartre aparentemente esperava que ela se aplicasse. Essa tese, conforme Weberman vai demonstrar na segunda parte do artigo, não se aplica a todas as emoções, ou a emoções em geral, como Sartre pretendia; e sim apenas a algumas das emoções. Isso é exatamente tecer uma crítica a Sartre.

A crítica de Weberman vai além. Após mostrar que o real domínio de aplicabilidade da tese é significativamente menor do que o que Sartre havia projetado para ela, ele avança para afirmar que essa tese na realidade é inadequada. E que Sartre cometeu um erro, ao confundir a ontologia de emoções com sua funcionalidade. Note como a crítica de Weberman é construída em “camadas” – ele começa mostrando que a tese em questão não era exatamente o que Sartre queria que ela fosse, para em seguida mostrar que ela é uma tese ruim; para em seguida

mostrar a “origem” do problema (o problema reside numa confusão conceitual cometida por Sartre). Ou seja, a julgar pelo resumo, é uma crítica robusta e bem construída, na medida em que é proveniente de um trabalho interpretativo realizado primeiro.

O elemento mais marcante desse modelo híbrido de texto, o texto tipo leitura crítica, é a separação dos dois “esforços”, o esforço exegético e o esforço argumentativo. No caso do artigo de Weberman, o esforço argumentativo só começa após ter sido apresentada uma exegese; ele nasce a partir da exegese, e esta, por sua vez, fornece à crítica as bases para ser persuasiva. O momento do artigo que é dedicado à crítica é inteiramente persuasivo: ali Webeman tentará convencer o leitor de seu ponto, qual seja, de que a tese de Sartre é inadequada.

Agora vamos ver um exemplo em que essas duas “etapas” não estão separadas de forma tão óbvia quanto no artigo de Weberman. O trecho abaixo é parte do parágrafo de abertura do artigo de John Greco, intitulado “A crítica de Reid a Berkeley e Hume: qual é a grande ideia?” (1995). Atente para como a tarefa a ser realizada pelo autor parece ter sido planejada.

Thomas Reid pensava que o eixo de sua resposta a Berkeley e Hume era sua rejeição da teoria comum das idéias. Nesse ponto, seus comentaristas geralmente acreditaram em sua palavra, tanto que é difícil encontrar alguém que discorde explicitamente. Neste artigo, argumentarei que a avaliação de Reid sobre seu próprio trabalho está incorreta. Especificamente, argumentarei que existem dois argumentos principais para o ceticismo em Berkeley e Hume, embora Reid nunca os distinga com clareza e, de fato, tenda a colocá-los juntos. Um desses argumentos, que chamarei de 'argumento da inconcebibilidade para o ceticismo', começa estabelecendo a impossibilidade da concepção de objetos externos e suas qualidades. Mas, uma vez que a crença requer concepção e o conhecimento requer crença, segue-se que não podemos ter conhecimento do mundo externo. O segundo argumento para o ceticismo, que chamarei de 'o argumento probatório', gira em torno

da impossibilidade de fornecermos evidências adequadas para nossas crenças sobre o mundo externo. Minha tese será que Reid está correto sobre a centralidade da teoria das idéias no primeiro argumento para o ceticismo, mas ele está incorreto sobre a centralidade da teoria no segundo. **Greco, J.** (1995). *Reid's Critique of Berkeley and Hume: What's the Big Idea?* *Philosophy and Phenomenological Research*, 55(2), 279.

Observe o que temos anunciado nesse parágrafo. É fácil ver que o artigo possui um componente argumentativo, uma crítica – Greco vai argumentar que a avaliação de Reid sobre seu próprio trabalho está incorreta. Ou seja, Greco vai criticar Reid. Isso é semelhante ao elemento persuasivo do artigo que vimos anteriormente, de Weberman, sobre Sartre. Weberman também tinha como meta criticar Sartre, mostrando que a avaliação de Sartre sobre o alcance e êxito de sua própria tese estava incorreta. Também temos aqui um componente exegético. Só que o componente exegético desse artigo não está separado do componente argumentativo da mesma forma como esses componentes estavam separados no artigo de Weberman. As formas de separação são diferentes. Vamos entender como.

No artigo de Weberman, o componente exegético ocupava a primeira “porção” do artigo, digamos assim; e era ele que preparava o terreno para a chegada da crítica. Já no artigo de Greco, é um pouco mais difícil identificar onde esse componente “está”, porque não parece que ele esteja antes do componente argumentativo. Isso é porque a exegese que Greco vai fazer é de um tipo especial: ele vai interpretar a maneira como Reid interpretou outros filósofos, nomeadamente, Hume e Berkeley. Mais especificamente, ele vai interpretar a maneira como Reid interpretou os argumentos de Hume e de Berkeley, dois argumentos. É, no final das contas uma exegese da exegese de argumentos. Como os dois componentes, tanto o exegético quanto o argumentativo, envolvem

argumentos e envolvem interpretação, há uma falsa aparência de que eles estão profundamente misturados; mas na realidade a leitura e a crítica são tarefas distintas no texto.

A parte exegética, em que Greco interpreta a maneira como Reid interpretou os argumentos de Hume e de Berkeley, vem para endossar o argumento central de Greco no artigo. Ou seja, aqui, diferentemente do artigo de Weberman, não é o argumento que brota a partir dos resultados da exegese previamente apresentados. Aqui é a exegese que entra para compor os passos do argumento. É mais difícil, portanto, distinguir esses dois componentes no texto de Greco. Eles não estão misturados, mas também não estão organizados de maneira perfeitamente linear, com uma separação mais ou menos “brusca” no meio.

De modo geral, quanto menos nítida é essa separação (entre os componentes exegético e argumentativo) mais difícil é para o leitor captar a proposta do texto. Não quer dizer que ele não irá compreender, quer dizer apenas que precisará de um pouco mais de concentração, ou de trabalho intelectual, digamos assim. Quando a separação é linear, nítida, a vida do leitor fica mais fácil, porque o texto diz a que veio de forma mais direta.

É nesse ponto, também, que encontramos a principal dificuldade do escritor iniciante que pretende escrever um texto dessa espécie: confundir exegese e argumentação, misturando as duas sem querer, ou misturando de forma pouco consciente. Isso certamente é um dos principais fatores de insucesso em textos dessa espécie, que acabam causando no leitor a impressão de que o autor não sabia muito bem o que estava fazendo.

Também é possível executar um plano de leitura crítica da seguinte forma: reconstruindo o que comentadores disseram, e depois criticando-os. Nesse caso, quem está sendo lido e criticado não é exatamente o filósofo, e sim um comentador de um filósofo, ou, em outras palavras, é a leitura de um filósofo segundo um comentador. Trata-se, portanto, de uma leitura da leitura, seguida de uma crítica. O artigo “Da fenomenologia à ontologia formal: como Barry Smith e Kevin Mulligan transformaram a psicologia descritiva de Husserl em uma forma de realismo” (2015), de Marco Tedeschini, é um exemplo. Observe como a estratégia é apresentada no abstract do artigo:

Neste artigo, discutirei a revisão de Barry Smith e Kevin Mulligan da fenomenologia de Husserl, partindo do fato de que muitos estudiosos italianos parecem segui-los em certo sentido, ao lidar com a fenomenologia como uma espécie de ontologia a priori. Portanto, primeiro reconstruirei a tentativa de Smith e Mulligan e seus objetivos, depois mostrarei como ela está enraizada na escola de Brentano e, em particular, na fenomenologia de Husserl. Finalmente, apresentarei alguns argumentos contra essa tentativa: em primeiro lugar, que ela não atinge uma descrição melhor do mundo; em segundo lugar, que a fenomenologia faz o trabalho da ontologia formal melhor do que esta última. **Tedeschini, M** (2015). *From Phenomenology to Formal Ontology: How Barry Smith and Kevin Mulligan Made Husserl's Descriptive Psychology into a Form of Realism*. *Archivio di Filosofia*. Vol. 83, No. 3, pp. 177-188.

Qual é a estratégia aqui? Tedeschini vai primeiro reconstruir a leitura que Barry Smith e Kevin Mulligan fazem de Husserl. Reconstruir é apresentá-la de forma sistemática, mostrando quais são suas partes, e explicando como ela funciona. Em suma, nesse primeiro momento o autor vai mostrar como é o Husserl de Smith & Mulligan. É um trabalho exegético. Em seguida, ele vai apresentar argumentos contra essa leitura, o que naturalmente é um movimento argumentativo: a tentativa

de mostrar que Smith & Mulligan estão errados em sua forma de ver Husserl.

Esse modelo de texto é bastante comum e versátil. Ele pode se desenvolver de modo a se assemelhar mais tanto ao estilo exegético (conforme o autor escolha priorizar outras marcas desse estilo, como vocabulário e linguagem, por exemplo) quanto ao argumentativo (caso o autor opte por uma maneira mais “seca” de se expressar, pelo uso da primeira pessoa do singular, etc.). Ou seja, é um modelo “camaleônico”, ele pode ser moldado conforme o ambiente para o qual foi pensado.

Uma outra variação do texto exegético-argumentativo do tipo leitura crítica envolve reconstruir um argumento de um filósofo, para então apontar nele alguma dificuldade ou insuficiência. Observe como isso é feito no artigo “Entendimento e Religião no Emílio de Rousseau” (1985), de John Darling. O trecho a seguir é o parágrafo inicial do artigo.

‘Aos quinze anos ele nem vai saber que tem uma alma’... ‘(ele) mal já escutou o nome de Deus.’ Assim escreve o mais ilustre teórico educacional da Europa moderna sobre seu aluno modelo. Evidentemente, aos quinze anos, Emílio não recebeu nenhuma educação religiosa e, uma vez que sua educação foi planejada e controlada por um tutor que é efetivamente o alter ego de Rousseau, tal omissão do “currículo” do menino não deve ser devida a negligência, mas a política deliberada. Este artigo explora os argumentos de Rousseau para tal política e sugere que sua inadequação deve nos levar a reconsiderar a natureza do entendimento. **Darling, J.** (1985). *Understanding and Religion in Rousseau's "Emile"*. *British Journal of Educational Studies*, Vol. 33, No. 1 (Feb., 1985), pp. 20-34.

Semelhante ao anterior, aqui as tarefas exegética e argumentativa estão circunscritas a dois momentos. No primeiro momento será executada a tarefa exegética de explorar os argumentos de Rousseau. Isso é a aplicação, dentro do texto, da estratégia sincrônica clássica: entender melhor o elemento X na obra do filósofo Z, sendo que aqui Z é

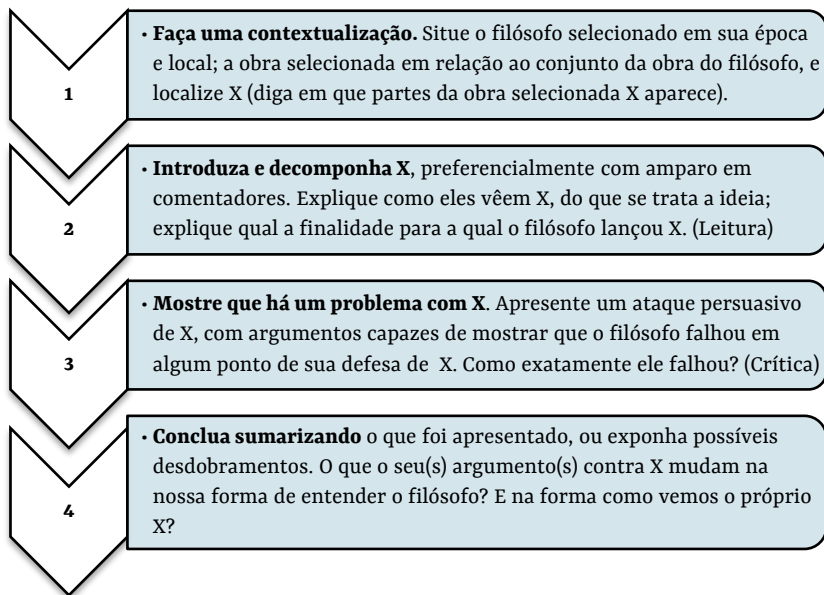
Rousseau e X é o argumento de Rousseau contra o ensino religioso. Darling se propõe a entender o que Rousseau realmente pretendia, ao lançar esse argumento. Já no segundo momento, Darling vai atacar Rousseau, num movimento tipicamente argumentativo de ataque: ele vai mostrar como o argumento em questão é inadequado, isto é, como Rousseau estava errado, nesse ponto, em particular.

Essa variante é um pouco menos “camaleônica” do que a anterior, porque é um pouco mais difícil desenvolver um texto como esse de modo a fazê-lo se assemelhar mais ao estilo exegetico. Isso é porque nesse texto, diferentemente do texto anterior, o adversário a ser atacado é o próprio filósofo (no texto anterior, de Tedeschini, o adversário a ser atacado eram comentadores). É mais difícil soar exegetico, de um ponto de vista estilístico, quando o que se está dizendo, direta ou indiretamente, é que um filósofo está errado. Isso é argumentativo “demais”, por assim dizer.

Veja abaixo um script simplificado para esse modelo de texto.

SCRIPT EXEGÉTICO-ARGUMENTATIVO**TIPO LEITURA CRÍTICA**

"X-ismo no filósofo Z" / "O argumento Zniano a favor de X"

**4.4. EXEGÉTICO-ARGUMENTATIVO TIPO REESCREVENDO A HISTÓRIA**

Há uma maneira de associar exegese e persuasão que envolve o seguinte: argumentar que o modo como uma “história” costuma ser contada, digamos assim, não é o modo como ela deveria estar sendo contada. Essa pode ser a história de um conceito, pode ser a história de como um filósofo reformulou uma ideia a partir de seu contato com outro filósofo, pode ser a história da recepção de uma obra, dentre outros. Qualquer fato relevante sobre a história da filosofia pode ser “reescrito”, se, é claro, o autor puder oferecer argumentos que justifiquem a reescrever.

Em geral, o texto exegético-argumentativo tipo reescrevendo a história é uma mescla entre o modelo **argumentativo persuasivo** e o **exegético diacrônico comparativo**. Diferente dos modelos mistos que vimos anteriormente, esse inclui um corte diacrônico. Isso significa que seu foco leva em consideração um período de tempo – como as coisas evoluíram, ou como aconteceram, entre dois momentos na história da ideias, ou entre dois filósofos situados em posições diferentes, espaço-temporalmente falando.

Mais especificamente, esse tipo de texto envolve considerações sobre a influência de um filósofo sobre outro, ou de uma escola sobre a outra, que são preocupações típicas dos trabalhos exegéticos diacrônico-comparativos. Então, na prática, o modelo misto do tipo reescrevendo a história envolve argumentar que a influência de determinado filósofo sobre outro, ou de determinada escola sobre outra, não se deu da maneira que alguém disse, e sim de outra maneira.

Dê uma olhada no abstract do artigo de Simon Gusman intitulado “Até os próprios nada: a influência de Husserl na noção de nada de Sartre” (2018):

Neste artigo, argumento que as noções de Sartre de nada e ‘negatividade’ não são, como ele as apresenta, principalmente reações a Hegel e Heidegger. Em vez disso, eles são uma reação a uma luta contínua com a noção de intencionalidade de Husserl e noções relacionadas. Eu faço isso comparando a crítica dirigida a Husserl em *O Ser e o Nada*, de Sartre, com aquela apresentada em sua obra anterior, *A Imaginação*, onde ele discute Husserl de forma mais elaborada. Além disso, comparo sua crítica à própria crítica de Husserl à ‘doutrina dos objetos imanentes’, a fim de mostrar que a noção de Sartre de nada é uma continuação da crítica de Husserl, e que ele vira os próprios argumentos de Husserl contra si mesmo. **Gusman, S.** (2018). *To the Nothingnesses Themselves: Husserl’s Influence on Sartre’s Notion of Nothingness*. *Journal of the British Society for Phenomenology* 49 (1):55-70.

Veja o que temos aqui. Alguém contou uma “história” de acordo com a qual os conceitos sartreanos de “nada” e “negatividade” são reações a Hegel e a Heidegger, isto é, que foram cunhados como que para responder a Hegel e a Heidegger. Isso equivale a dizer que tais conceitos foram elaborados a partir da influência de Hegel e Heidegger. Quem contou essa “história” foi o próprio Sartre. O que o autor desse artigo, Simon Gusman, pretende fazer é mostrar que a história não é bem assim. Que, na realidade, os conceitos sartreanos de “negatividade” e “nada” são uma resposta a Husserl, e não a Hegel e Heidegger. Dito de outro modo, trata-se de afirmar que a influência mais relevante para a elaboração de tais conceitos por parte de Sartre não veio de Hegel e Heidegger, e sim de outro filósofo: Husserl. Essa tarefa equivale, no final das contas, à tarefa de discordar de Sartre, de mostrar que ele estava errado. Mostrar que alguém está certo ou errado é um trabalho tipicamente argumentativo, é um trabalho de persuasão; então o componente argumentativo desse texto é bastante nítido.

No entanto, temos também um componente exegético aqui. Isso porque o que está sendo disputado não é exatamente uma tese filosófica, e sim uma certa versão dos fatos. Esses fatos são fatos relativos à influência de um filósofo sobre o outro. Investigar isso, ter isso como objeto, é algo típico de trabalhos exegéticos estruturados segundo o modelo diacrônico-comparativo.

Nessa espécie de modelo misto, a versão “oficial” de uma história (a que está para ser questionada pelo autor) não precisa ter sido efetivamente contada por alguém, isto é, ela não precisa remontar a uma publicação específica, de um autor. Pode simplesmente se tratar da versão mais “natural”, quer dizer, aquela que parece mais óbvia de ser

assumida a partir do contato com os textos relevantes. Isso quer dizer que você, enquanto autor, pode estruturar seu texto misto do tipo reescrevendo a história com a finalidade de mostrar que a maneira como somos inclinados a pensar que uma coisa aconteceu não é a maneira como ela aconteceu de fato.

Um exemplo disso é quando um autor escreve argumentando que a recepção de uma ideia por um filósofo não se deu da maneira que tendemos a pensar, e sim de uma outra maneira. Analise o abstract do artigo “A recepção do taoísmo por Heidegger: A necessidade do desnecessário (無用之用) em uma sociedade performática” (2017), de Choong-Su Han:

A presente contribuição analisa dois escritos de Heidegger que quase nunca foram examinados até agora: *A singularidade do poeta* (1943) e *Conversa noturna: em um campo de prisioneiros de guerra na Rússia entre um jovem e um idoso* (1945). Esses escritos são muito importantes para o estudo comparativo da filosofia de Heidegger e do pensamento do Leste Asiático, até porque se baseiam na ideia taoísta da necessidade do desnecessário (無用之用, wuyongzhiyong). A recepção de Heidegger dessa ideia é, como mostrado nesta contribuição, não simplesmente uma adoção simples, mas sim uma apropriação criativa do pensamento do Leste Asiático para seu próprio pensamento do Ser. Em primeiro lugar, esta contribuição mostra o confronto de Heidegger com a ideia de wuyongzhiyong. Em seguida, tenta refletir sobre até que ponto a obra de arte, como aquilo que parece ser inútil, é necessária em uma sociedade orientada a resultados, olhando para a filosofia da arte de Heidegger. **Han, Choong-Su** (2017). *Heideggers Rezeption des Taoismus: Die Notwendigkeit des Unnötigen (無用之用) in der Leistungsgesellschaft*. Kriterion, Belo Horizonte, n° 138, Setembro/ Dezembro./2017, pp. 509-520.

Nesse abstract, vemos que a estratégia de Choong-Su Han é questionar a maneira default como Heidegger é entendido, isto é, a maneira como tendemos a vê-lo. Tendemos a ver Heidegger como tendo

simplesmente adotado a ideia taoísta da necessidade do desnecessário. Choong-Su Han vai argumentar que na verdade não foi bem assim – Heidegger não simplesmente adotou essa ideia. O que ele fez foi uma apropriação. Ele se apropriou da ideia de forma criativa, isto é, transformando-a, adaptando-a. Choong-Su Han precisa mostrar *como*, exatamente apropriar é diferente de adotar. Como no exemplo anterior, o de Simon Gusman, aqui temos a tarefa exegética do tipo diacrônico-comparativa, que se preocupa em compreender a influência de um filósofo ou escola sobre outro(s); e temos a tarefa argumentativa, que consiste de mostrar que há uma maneira certa e uma maneira errada de se caracterizar essa influência.

Uma outra forma como o texto misto do tipo reescrevendo a história pode se apresentar é através de um questionamento sobre um critério historiográfico de demarcação. Nesse modelo, o autor argumenta que o “lugar” onde determinado marco de separação foi colocado não está correto; que tal marco deveria ter sido colocado em um “lugar” diferente. Basicamente, quando um autor faz isso, o que ele está propondo é alguma forma de reclassificação. Ele acredita que devemos recortar a história da filosofia de uma outra maneira, e vai argumentar favoravelmente a essa nova maneira.

Dê uma olhada no abstract do artigo de Ernesto Perini, intitulado “Por que Agostinho não é um filósofo medieval (e por que é importante compreender isso)” (2015):

Agostinho é um filósofo medieval ou um filósofo antigo? Alguns autores defendem que ele é um filósofo medieval porque desempenhou um papel central na absorção da filosofia grega num quadro teórico cristão. Sua importância na constituição do pensamento cristão é sem dúvida enorme, mas não fornece um bom argumento para uma tese sobre a periodização em

história da filosofia. Agostinho é um filósofo antigo porque pertence ao mundo antigo, não ao mundo medieval, e esta fronteira histórica corresponde à queda do Império Romano do Ocidente. Os fatos que parecem sustentar ambas as respostas são bem conhecidos, o que deve ser ajustado, portanto, é a pergunta: o que explica modificações amplas pelas quais a filosofia passou ao longo tempo? Os mecanismos envolvidos nessas modificações podem ser compreendidos uma vez que vemos a filosofia como parte da cultura, e parece claro haver uma ruptura muito importante entre os séculos V e XI. Mais interessante do que saber em que período classificar Agostinho é podermos colocar perguntas mais explicativas sobre essas mudanças: como tradições filosóficas nascem e morrem? Minha proposta é utilizar o modelo da epidemiologia da cultura, de Dan Sperber, para responder esta pergunta. **Perini-Santos, E.** (2015). *Por que Agostinho não é um filósofo medieval (e por que é importante compreender isso)*. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 131, Jun./2015, pp. 213-237.

Como exatamente essa proposta de texto pode ser considerada um híbrido entre argumentação e exegese? Vamos entender. Há um movimento argumentativo, uma vez que o resumo começa com os modos de apresentação típicos dos textos argumentativos: “Alguns autores defendem que A...”, “Outros defendem que não-A...”. O autor menciona e caracteriza esses dois grupos de autores, ou essas duas teses contrastantes, com seus respectivos argumentos, porque pretende se posicionar frente a essa disputa. Se posicionar em disputas é uma manobra argumentativa. Porém, há também um componente exegético aqui.

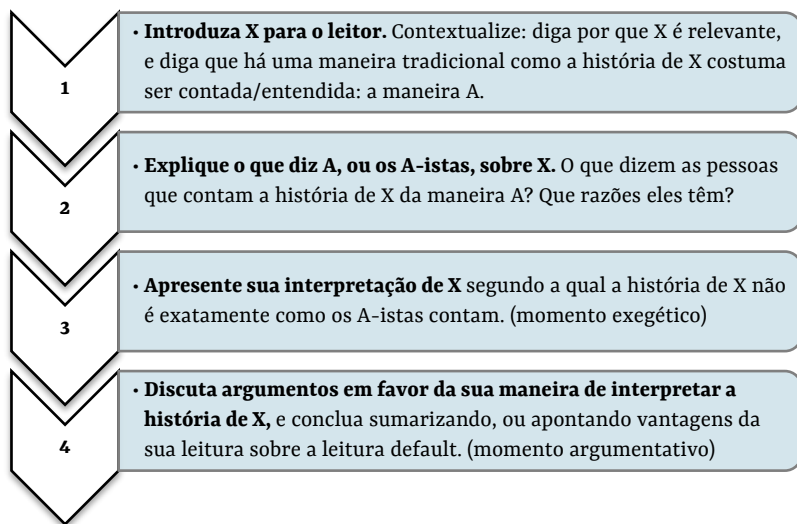
Isso porque a posição que Perini toma é a de que a pergunta (sobre se Agostinho é um filósofo antigo ou medieval) merece ser reformulada, mais ou menos como costumamos ver nos textos persuasivos terapêuticos; e essa posição pressupõe a interpretação dos escritos de Agostinho. Mais do que isso, ela pressupõe um olhar tipicamente diacrônico-comparativo sobre Agostinho, isto é, um olhar preocupado com

recepções, processos, rupturas históricas. É preciso ver as influências recebidas por Agostinho com o olhar hermenêutico, isto é, procurando ver mais do que o que é imediatamente aparente, a fim de poder entender por que a pergunta original merece ser reformulada. Reformular a pergunta da maneira como Perini propõe é reescrever a história, em certo sentido – é modificar a forma como “classificamos” as coisas. Em suma, o argumento do autor *requer* a exegese diacrônica para ser estabelecido, e por isso o texto é misto.

Acompanhe abaixo um script simplificado desse modelo. Nele, “X” é influência de um autor sobre outro, ou de uma escola sobre a outra; e “A” é maneira default como a “história” dessa influência é contada, ou costuma ser contada.

SCRIPT EXEGÉTICO-ARGUMENTATIVO TIPO REESCREVENDO A HISTÓRIA

“A-istas *versus* B-istas sobre a história de X” / “Foi X realmente do jeito A?”



4.5. EXEGÉTICO-ARGUMENTATIVO TIPO COMPREENDER E TRANSFORMAR O MUNDO

Esse tipo de texto híbrido pode ser entendido como uma possibilidade de mescla entre o modelo **argumentativo especulativo** e o modelo **exegético sincrônico aplicado**. Ele incorpora elementos especulativos, na medida em que sua proposta é responder a uma pergunta ampla cuja resposta possivelmente tem um caráter cumulativo, que requer múltiplas considerações. Mas também incorpora elementos da exegese sincrônica aplicada, uma vez que se estende para além do domínio propriamente filosófico e se volta para o mundo (para algum aspecto do mundo).

O tipo de pergunta diretora dessa espécie de texto normalmente é formulada nos seguintes termos: “Pode um filósofo nos ajudar a resolver o problema X?”, onde “X” é um problema no mundo, em vez de ser um problema conceitual, ou problema filosófico. É algo que devemos resolver “com nossas mãos”, em vez de com o nosso intelecto, ou com a escrita de mais textos.

Dê uma olhada no resumo do artigo de Michael Contat, “Era Sartre um Democrata?” (1996):

Até a década de 1960, Sartre foi o porta-estandarte intelectual da esquerda do período pós-guerra. No entanto, hoje a esquerda democrática corre o risco de desaparecer quase em toda parte. Penso que a tarefa dos intelectuais e cidadãos, e dos intelectuais como cidadãos sem privilégios, tanto para a presente década como para o século XXI é repensar a democracia e, principalmente, aplicar seus princípios. Estes venceram ideologicamente, mas permanecem letra morta em grande parte do mundo e até mesmo para um segmento importante da população nos países desenvolvidos. Não é como pensador político, mas como crítico literário e especialista de Sartre que gostaria de esboçar a resposta à seguinte questão: Sartre pode nos ajudar a realizar hoje o projeto democrático? Para alguns, isso é um sonho; para

outros, um projeto; no entanto é um empreendimento que deve ser assumido por todos porque, afinal, a democracia não está morta, tem que ser concretizada; e a literatura participa neste empreendimento. **Contat, M.** (1996). *Was Sartre a Democrat?* Sartre Studies International, Vol. 2, No. 1 (1996), pp. 1-17.

Embora o título desse artigo possa sugerir que se trata de um texto misto do tipo atributivo, se examinarmos melhor o conteúdo do resumo veremos que a proposta não é exatamente a de saber se o rótulo “democrata” pode ou não pode ser atribuído a Jean-Paul Sartre, como naturalmente esperaríamos de um texto atributivo. A proposta aqui tem mais a ver com saber o que é que Sartre tem a dizer acerca dos problemas que a democracia enfrenta hoje. Será que ele tem algo a dizer que pode nos ajudar a resolver esses problemas?

Podemos rephrasear isso da seguinte forma: o que é que a esquerda democrática precisa modificar *hoje* na sua forma de atuação para deixar de correr o risco de desaparecer? Como Sartre pode ajudá-la a efetivar essas modificações? O que os intelectuais da esquerda democrática devem parar de fazer, de um ponto de vista sartreano?

Observe como isso é uma tarefa exegética: Sartre não vive nos dias de hoje, portanto tecnicamente falando ele não tem nada a dizer diretamente para os intelectuais grupos políticos de hoje. Se formos aos seus textos, não encontraremos nada escrito lá do tipo “A esquerda democrática em 1996 [ano em que o artigo de Michael Contat foi escrito] precisa...”. Ou seja, caberá ao autor, Michael Contat, interpretar os textos de Sartre para transformar o que ele disse a respeito da esquerda democrática de décadas anteriores em algo que sirva para a esquerda democrática de 1996. Esse trabalho interpretativo é um trabalho

exegético, e é um trabalho do tipo aplicado porque “a esquerda democrática” é uma parte do mundo. Não é um outro texto, ou uma teoria filosófica.

Agora observe também como a tarefa de Contat é ao mesmo tempo uma tarefa argumentativa: ele certamente pretende terminar esse estudo formulando algo do tipo “Sartre pode, sim, ajudar a esquerda democrática dos dias de hoje a se reinventar”. Isso equivale a defender uma tese: a de que Sartre pode nos ajudar a realizar o projeto democrático. Essa tese, contudo, é composta. Quando Contat disser que Sartre pode, sim, ajudar a esquerda democrática dos dias de hoje a se reinventar, ele precisará dizer como; e isso envolverá a articulação cumulativa de elementos. Sartre pode ajudar a esquerda democrática a se reinventar da maneira A; também pode ajudar da maneira B, também pode ajudar da maneira C (...). Essas várias maneiras, ou esses vários elementos, cumulam para a resposta à pergunta levantada pelo texto; e por isso a porção argumentativa do texto é do tipo especulativo.

Em alguns casos, o tipo de pergunta que dirige essa espécie de texto – “Pode um filósofo nos ajudar a resolver o problema X?” não diz respeito exatamente a um problema do mundo. “X” pode ser também um problema em nossas vidas. Veja um exemplo disso no abstract do artigo “Como devemos viver? Duas formulações do tema a partir do livro I da *República*” (2019), de Olímpio Pimenta:

Tendo o Livro I da “*República*” de Platão como seu horizonte de referência, este artigo pretende, enquanto apresenta sumariamente as posições defendidas por Sócrates e Trasímaco sobre a justiça, examinar suas principais implicações para nós, no sentido de estabelecer algumas pistas sobre como responder à pergunta feita em seu título, a saber, “como devemos viver?”

Pimenta, O. (2019). *Como devemos viver? Duas formulações do tema a partir do*

livro I da “República”. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 144, Dez./2019, pp. 651-669.

A pergunta “Como devemos viver?” é uma pergunta filosófica, porém a dimensão dessa pergunta que está sendo enfatizada aqui é a sua dimensão prática, em vez de sua dimensão teórica. Isso é, o que o que Olímpio Pimenta deseja fazer, em primeiro lugar, parece, não é oferecer ao leitor uma teoria sobre como devemos viver, e sim entender o que devemos mudar na maneira como estamos vivendo. O interesse fundamental é mais o nosso interesse (prático) de mudar nossa forma de viver, do que o interesse (teórico) de falar sobre ética.

Como é dito no resumo, as posições defendidas por Sócrates e Trásímaco sobre a justiça no Livro I da *República* têm implicações para nós (isto é, em termos da maneira como vivemos). Parte do seu trabalho será o de interpretar essas posições. Um trabalho exegético, portanto. A outra parte consistirá de elaborar uma resposta para a pergunta, uma que incorpore os elementos pertencentes às posições analisadas. Esse esforço, de apresentar e defender uma resposta para a pergunta em questão, é argumentativo.

Por fim, temos os casos em que o texto é construído em cima da ideia de que uma certa interpretação de algum filósofo pode nos ajudar a explicar algum acontecimento negativo complexo no mundo e, por conseguinte, pode nos fornecer a chave para que possamos evitar que acontecimentos semelhantes se repitam no futuro. Um bom exemplo dessa variante é o artigo “Como a Teoria Ética pode melhorar a prática: lições de Abu Ghraib” (2009), de Nancy Snow.

Os abusos na prisão de Abu Ghraib, no Iraque, nos confrontam com a questão de como soldados aparentemente comuns poderiam ter cometido danos

contra prisioneiros. Neste ensaio, argumento que uma abordagem estoíca das virtudes pode fornecer um baluarte contra as forças sociais e pessoais que podem levar ao comportamento abusivo. Na parte um, discuto Abu Ghraib. Em dois, examino as explicações psicológicas sociais de como pessoas comuns e aparentemente decentes são capazes de cometer atrocidades. Em três, abordo uma série de questões: por que devemos recorrer à ética para nos ajudar com esses problemas e por que, em particular, ao estoicismo em vez de outras teorias éticas, como o utilitarismo ou o kantismo? Dado o poder das situações em influenciar o comportamento, uma mudança para a ética do caráter é uma resposta viável a problemas como os de Abu Ghraib? Na quarta parte, argumento que a formação do caráter baseada nos valores estoícos pode fornecer aos soldados a resiliência interna para resistir aos fatores situacionais que os pressionam a uma agressão injustificada. **Snow, N.** (2009). *How Ethical Theory Can Improve Practice: Lessons from Abu Ghraib. Ethical Theory and Moral Practice*. Vol. 12, No. 5, *Ethical Theory and Moral Practice: How do They Relate?* (November 2009), pp. 555-568.

Nesse texto, Nancy Snow se propõe o objetivo duplo de fornecer uma interpretação da ética estoíca e de defender teses envolvendo essa ética. A interpretação é do tipo sincrônica aplicada, isto é, é pautada na tentativa de capturar como é que a filosofia estoíca lança luz sobre algo que pertence a outro domínio, para além da filosofia. Nesse caso, é um acontecimento – são os abusos cometidos por soldados comuns contra prisioneiros da prisão de Abu Ghraib, no Iraque.

Já a porção argumentativa é construída em várias etapas. No final das contas, o que Snow vai tentar provar é que a incorporação da ética estoíca é capaz de ajudar a evitar que abusos como os da prisão de Abu Ghraib se repitam. Ou seja, a aposta da autora é a de que os filósofos estoícos podem nos ajudar a resolver um problema no mundo: o problema de evitar que abusos como os mencionados voltem a ocorrer.

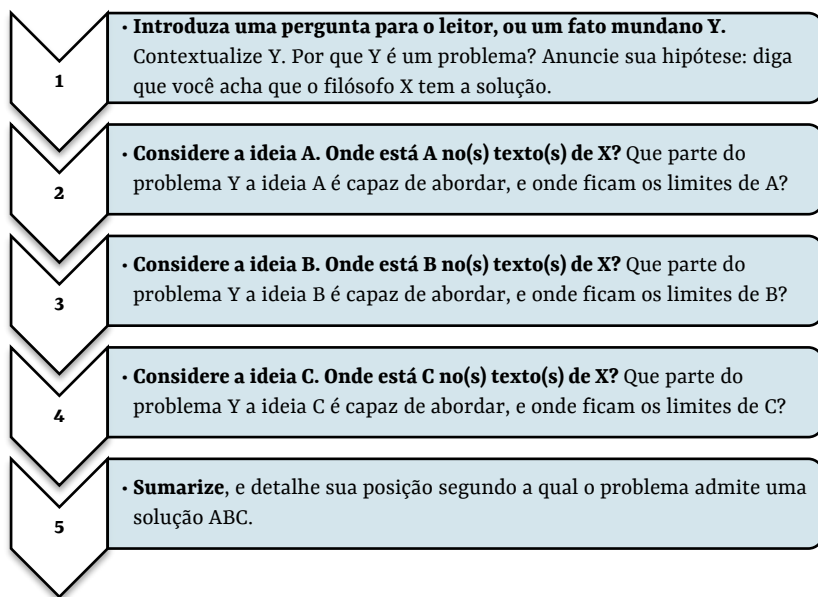
A parte mais propriamente especulativa desse trabalho está concentrada na etapa três: ali a autora vai se engajar num movimento propriamente especulativo, na medida em que vai abordar uma série de

questões. O que há de especial no estoicismo (relativamente a outras éticas, como a ética kantiana e a ética utilitarista) em termos dos problemas de evitar abusos? (A resposta para essa pergunta é uma resposta persuasiva e constitui parte da grande resposta para a grande pergunta que dirige o artigo). Dada a objeção situacionista, que frequentemente é apresentada como um obstáculo às éticas baseadas na noção de caráter (como é o caso da ética estoica), ainda pode o estoicismo ser útil para o fim em questão? (A resposta para essa pergunta também é persuasiva, envolve contornar a objeção situacionista, apresentar argumentos que permitam escapar a ela. Paralelamente, essa resposta constitui uma outra parte da grande resposta para a grande pergunta que dirige o artigo). E assim por diante. A grande resposta para a grande pergunta que dirige o artigo contém todas essas respostas menores.

Acompanhe na página seguinte um script simplificado para o modelo misto do tipo compreender e transformar o mundo.

SCRIPT EXEGÉTICO-ARGUMENTATIVO TIPO COMPREENDER E TRANSFORMAR O MUNDO

“Pode o filósofo X nos ajudar a resolver o problema Y?”



Nesse script, “X” é um filósofo ou escola filosófica, “Y” é uma parte do mundo ou de nossas vidas que está errada e precisa ser transformada para ficar diferente; e A, B e C são ideias, conceitos ou teses de X.

Antes de passar para a sessão de exercícios, uma reflexão breve sobre o que já vimos até aqui. Vimos 15 tipos diferentes de texto filosófico. Dada a existência de uma gama tão vasta de possibilidades de textos a serem escritos, é comum, a essa altura, surgir uma pergunta: com é feita a escolha de um caminho? Como os autores decidem, ou escolhem, que tipo de abordagem adotar para a escrita de seu texto, e que modelo seguir? Essa escolha envolve muitos fatores.

Um dos fatores importantes na seleção de um modelo a ser seguido é a afinidade, isto é, o gosto pessoal do autor. Algumas pessoas gostam mais de escrever sobre do que de discutir com. Já outras têm a preferência oposta. E há também as que gostam das duas coisas. Adotar o modo de trabalho que mais se gosta tem um grande impacto sobre a qualidade do trabalho final: quando fazemos o que gostamos temos chances maiores de êxito porque conseguimos nos dedicar durante mais tempo à tarefa e, conseqüentemente, temos chances maiores de ficarmos muito bons naquilo que fazemos.

Mas o gosto pessoal não deve ser o único critério. Também é preciso levar em conta o que se tem, isto é, os resultados parciais da própria pesquisa. Todo bom texto filosófico é resultado de uma boa pesquisa. Tipicamente, a maior parte de uma pesquisa em filosofia é composta de leitura e um período de reflexão sobre aquilo que foi lido, uma espécie de “digestão” do que se leu. É quando o que foi lido é assentado e reelaborado. Essa reelaboração deve fornecer o suficiente para a seleção de um modelo: uma vez que você já saiba quais são os “ingredientes” que cada modelo requer, fica mais fácil ver quais deles você tem, quais não tem e quais precisa trabalhar para ter, caso algum modelo de texto em particular te agrade e você não tenha ainda todos os elementos necessários para executá-lo.

Quer dizer, é necessário avaliar se o material disponível permite ser tratado em termos argumentativos, ou em termos exegéticos, ou em ambos. Se os textos disponíveis (os que estão sendo pesquisados) forem todos exegéticos, quer dizer, se não for possível identificar uma disputa em meio aos textos, provavelmente a investigação argumentativa terá encontrado um obstáculo logístico. Por outro lado, se todo o material

disponível trata de disputas, e se não há nada exatamente obscuro em meio a essas disputas, fazer uma exegese cuidadosa e que busque ampliar a compreensão geral que se tem de um determinado conceito talvez não seja muito produtivo.

Um autor deve procurar observar o que é que tem em mãos e pensar: que tipo de pesquisa poderia surtir efeitos aqui? Há algo não muito claro, que precise ser mais bem esclarecido? Há alguma relação entre ideias ou entre conceitos que ninguém está enxergando e que, se explorada, contribuiria para uma compreensão mais aprofundada de tal filósofo? Há intérpretes discordando entre si, ou sustentando pontos de vista opostos sobre uma mesma coisa? Alguém está dizendo algo de que eu discordo? O quê, exatamente? Fazer a si mesmo esse tipo de pergunta ajuda a adquirir clareza sobre que tipo de pesquisa o material permite.

Por último, também é importante conhecer o círculo onde o trabalho será recebido. Há ambientes predominantemente exegéticos e há ambientes predominantemente argumentativos. Um autor precisa dar uma olhada em que tipo de material é produzido pelas pessoas que compõem o ambiente onde ele pretende que o texto seja lido e onde ele pretende ser aceito enquanto autor ou pesquisador, a fim de tentar identificar qual tipo de trabalho tem boa recepção dentro desse ambiente e qual não tem. Orientadores, tutores, supervisores e mesmo os colegas mais adiantados podem ajudar nisso, mas uma boa ideia é passar a “frequentar” o ambiente onde se pretende que o futuro texto seja lido.

Frequentar é algo que se pode fazer de maneira literal – participar de círculos, debates e reuniões em grupos de estudo, grupos de pesquisa, eventos, conferências, e etc. – mas também de maneira metafórica, digamos assim: é possível, e recomendável, ler os textos oriundos do

ambiente intelectual de interesse, ler o que é publicado nas revistas onde se pretende publicar, etc. Acompanhando, dessa forma, a produção intelectual de cada ambiente, é possível adquirir uma boa noção sobre que tipo de trabalho cairia bem em cada círculo e sobre quais os círculos mais indicados para receber o tipo de trabalho que se pretende fazer.

4.6. EXERCÍCIOS

A seguir estão alguns abstracts e parágrafos de abertura extraídos de diferentes textos exegético-argumentativos, orientados por diferentes propostas. Leia-os e procure responder, a respeito de cada um deles, às perguntas seguintes. As respostas estão no último capítulo.

4.a. Quais elementos desse excerto sugerem que ele de fato corresponde a um texto exegético-argumentativo?

4.b. Baseado no título do texto e no conteúdo do excerto, você acha que o texto foi escrito segundo qual modelo?

4.c. Por quê? Quais características você é capaz de apontar no excerto que te levam a imaginar que o texto foi escrito de acordo com esse modelo, e não com outro?

4.d. Qual a tarefa dupla que está para ser executada nesse texto?

4.e. Como parte adicional do exercício, escolha alguns dos textos a que esses excertos pertencem, busque por eles na internet ou na biblioteca e procure lê-los. Observe a maneira particular como cada autor executou a estratégia de escrita do modelo que ele escolheu utilizar. Você consegue reconstituir o roteiro que o texto seguiu, apontando cada um dos “passos” adotados pelo autor? Observação: lembre-se que cada modelo admite diversas variações em termos

de roteiro; e que a maneira particular de executar um roteiro é livre.

EXCERTO 1

O artigo enfoca, numa ordem aproximadamente cronológica, os acontecimentos mais marcantes no relacionamento entre os expoentes da chamada “Escola de Frankfurt” – especialmente Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse, dentre outros – e os estudantes politicamente organizados da Universidade Wolfgang Goethe, sediada na cidade alemã que deu nome àquela corrente de pensamento. O texto procura mostrar que esse relacionamento sempre foi marcado por certa ambiguidade, na medida em que os principais líderes do movimento estudantil daquela instituição, dentre os quais se destaca Hans Jürgen Krahel, se consideravam inspirados pelos representantes da Teoria Crítica em termos teóricos, ao mesmo tempo em que se sentiam traídos por eles (excetuando-se talvez por Marcuse) no tocante ao posicionamento e à atividade política naquele momento difícil enfrentado pelos estudantes. **Duarte, R.** (2021). *O Movimento Estudantil Alemão na Década de 1960 e a Teoria Crítica da Sociedade: Algumas Anotações*. Revista Kriterion. Kriterion, Belo Horizonte, Edição Especial, Jan./2021, pp. 207–223.

EXCERTO 2

A teoria crítica tardia de Theodor W. Adorno é considerada por muitos como quietista e resignada. O presente artigo busca questionar tal veredito por meio de uma análise tanto do diagnóstico de época, feito pelo autor, quanto da relação entre teoria e práxis delineada nas obras do período tardio do pensador frankfurtiano. Sugere-se que, em vez de resignada, a teoria crítica de Adorno está engajada seja nos processos de resistência à barbárie latente, seja nas melhorias pontuais que poderiam ser conseguidas no interior da ordem vigente. Tal engajamento, no entanto, não significa um abrandamento da tese de que a possibilidade de emancipação estaria bloqueada. **Fleck, A.** (2017). *Resignação? Práxis e política na teoria crítica tardia de Theodor W. Adorno*. Kriterion, Belo Horizonte, n° 138, Setembro/Dezembro./2017, pp. 467–490.

EXCERTO 3

Tendo assegurado a Protágoras para a identidade de piedade, justiça, sabedoria e temperança, Sócrates tenta completar sua prova da unidade das virtudes, demonstrando a identidade de coragem e sabedoria. Depois de

uma incursão inicial nessa direção (o “quarto argumento”), é rebatido por Protágoras, que o acusa de cometer uma falácia simples (349e1-351b2). Sócrates então se lança ao longo e complexo argumento final (“quinto argumento” do Protágoras). Este argumento, que contém a declaração única mais completa de Platão dos paradoxos socráticos, recebeu muita atenção nos últimos anos, mas seu segmento mais importante, a tentativa de Sócrates de provar a inexistência de fraqueza moral, ou *akrasia* (uma palavra que não é usada no Protágoras), ainda é objeto de muita controvérsia. Em particular, há uma discordância generalizada sobre suas provas (a) de que a crença de muitos – que as pessoas realizam certas ações, embora sabendo que estão erradas, embora não tenham que fazê-las, porque são “dominadas pelo prazer” – é um absurdo; e (b) que as ações são realmente devido à ignorância. À luz dessa divergência generalizada, esses pontos, que são centrais não apenas para a interpretação do Protágoras, mas para os primeiros diálogos de Platão como um todo, merecem ser examinados novamente. A posição assumida neste artigo é que a interpretação de Sócrates da *akrasia* no Protágoras depende de uma certa visão da motivação humana, que podemos chamar de egoísmo – sua natureza precisa é discutida abaixo. Em particular, argumentarei que Sócrates é capaz de reduzir o relato de muitos sobre a *akrasia* ao absurdo, mostrando que ele está em conflito com a verdade óbvia do egoísmo. Embora alguma versão dessa visão tenha sido argumentada antes, mais notavelmente por Santas, ela foi recentemente atacada por C. C. W. Taylor, em seu comentário extremamente útil sobre o Protágoras. O objetivo deste artigo é defender a visão do Egoísmo. **Klosko, G.** (1980). *On the Analysis of “Protagoras”* 351B-360E. *Phoenix*, Vol. 34, No. 4 (Winter, 1980), pp. 307-322.

EXCERTO 4

Grande parte do caso que Joseph Almog tenta construir em seu livro *What Am I? Descartes and the Mind-Body Problem* baseia-se em suas interpretações de duas passagens de Descartes (e Arnauld). A seguir, argumentarei que ambas as interpretações estão erradas. Também argumentarei que, quando corretamente compreendidas, essas passagens não sustentam mais os argumentos que Almog baseia nelas. **Ablondi, F.** (2005). *Almog's Descartes*. *Source: Philosophy*, Vol. 80, No. 313 (Jul., 2005), pp. 423-431.

EXCERTO 5

A filosofia ocidental do século XX se divide desordenadamente em duas tradições, analítica e continental, e duas figuras se destacam na bifurcação dos caminhos – os filósofos Gottlob Frege e Edmund Husserl. No entanto, a

divisão não pode ser reduzida a essa alternativa conveniente entre dois grandes contemporâneos igualmente comprometidos com o fornecimento de bases sólidas para o avanço da filosofia. A primeira (e mais longa) parte do meu artigo examina como podemos distinguir as duas tradições por meio da generalização. O que constitui a divisão entre filosofia analítica e filosofia continental, senão fatores de geografia e contingência histórica? Como podemos interpretar a divisão em função da prática filosófica de cada lado da divisão? Dada a heterogeneidade doutrinária interna a cada tradição, o que parece permitir quaisquer observações gerais que possamos arriscar um mínimo de validade é o foco no contraste estilístico. Portanto, a tese inicial é que as duas tradições diferem no que diz respeito ao estilo filosófico. A segunda parte do artigo questiona o status da divisão e considera um caso de reconciliação argumentado por Reed Way Dasenbrock no ensaio introdutório à coleção intitulada *Redesenhando as Linhas: Filosofia Analítica, Desconstrução e Teoria Literária*. **Humphries, R.** (1999). *Analytic and Continental: The Division in Philosophy*. The Monist. Vol. 82, No. 2, Continental Philosophy: For & Against (APRIL 1999), pp. 253-277.

EXCERTO 6

Como as feministas brancas socialmente privilegiadas (e outras) devem lidar com seus privilégios? Frequentemente, os indivíduos são instados a superar seu racismo pessoal por meio de uma política de autotransformação. O artigo argumenta que essa estratégia pode ser problemática, uma vez que se baseia em uma concepção autônoma do self. O artigo volta-se para Simone de Beauvoir para uma explicação alternativa do self, como “situado”, e explora o que isso significa para uma política de privilégio. **Kruks, S.** (2005). *Simone de Beauvoir and the Politics of Privilege*. Hypatia, Vol. 20, No. 1 (Winter, 2005), pp. 178-205.

EXCERTO 7

A tese deste artigo é altamente incomum, mas é perfeitamente direta. É que quando Sócrates disse “A virtude é uma”, ele quis dizer isso literalmente! É verdade que a sabedoria filosófica convencional – que infectou intérpretes classicistas de Sócrates, bem como intérpretes filosóficos – torna uma leitura literal da doutrina totalmente impossível. Mas a sabedoria filosófica convencional é confundida com filosofia e anacrônica como exegese de Sócrates. Portanto, há todos os motivos para procurar uma interpretação alternativa de Sócrates – e o que é mais natural do que ele dizer o que disse? Minha tarefa, então, é filosófica e exegética. Eu me concentro na metade filosófica da tarefa nas Seções I e II do artigo, estabelecendo as suposições

filosóficas que foram tradicionalmente feitas e mostrando que é desnecessário fazê-las, e esboçando por contraste a interpretação alternativa que estou propondo. Na Seção III, mostro como, na interpretação literal, os argumentos de Sócrates no Protágoras que pretendem mostrar que “A virtude é uma” foram muito melhorados em relação ao que normalmente se supõe que sejam. Na Seção IV, a interpretação literal é estendida para os Laques e os Cármenes, e a única entidade em questão, a virtude, identificada com o conhecimento (ciência) do bem e do mal. É prometida a caracterização posterior desta entidade única e de seu lugar em uma teoria socrática de ação e motivação para um artigo posterior. **Penner, T.** (1973). *The Unity of Virtue*. *The Philosophical Review*. Vol. 82, No. 1 (Jan., 1973), pp. 35-68.

EXCERTO 8

Um número de fatores na cena atual sugere a necessidade de um reexame do significado da frase “filosofia empírica”. Destaca-se entre eles a confusão associada à frase conforme ocorre no discurso filosófico contemporâneo; um exemplo típico pode ser encontrado na controvérsia de Lamprecht, Bertocci e Pratt; todos os três escritores são empiristas, mas parece haver divergências básicas entre eles. Um segundo fator é o interesse geral na significância e verificabilidade, estimulado pelos escritos dos positivistas lógicos (que agora preferem ser chamados de “empiristas lógicos” ou “empiristas científicos”), mas rapidamente se espalhando para fora das fronteiras deste grupo e envolvendo a atenção de vários escritores em epistemologia. Finalmente, deve-se mencionar o fato de que é difícil, senão impossível, encontrar um filósofo não empírico hoje; isso sugere a necessidade de reorientar a discussão tradicional. O problema não é mais se alguém deve ser racionalista ou empirista, mas que tipo de empirista deve ser. Tentarei neste artigo oferecer algumas considerações relevantes para o esclarecimento dessa questão. **Benjamin, A. C.** (1939). *What is Empirical Philosophy?* *The Journal of Philosophy* Vol. 36, No. 19 (Sep. 14, 1939), pp. 517-525.

5

TÉCNICAS DE COMPOSIÇÃO

Digamos que Pasárgada seja um lugar muitíssimo longe cuja localização exata você desconhece, tendo apenas alguma noção vaga. Como você acha que é mais fácil ir até Pasárgada: seguindo um mapa, ou um conjunto de instruções que especificam como ir do ponto onde você está, ou rodando de maneira livre, sem ajuda de instruções, deixando para ir descobrindo na hora e confiando apenas na intuição de que está seguindo na direção certa?

Como você acha que é mais *seguro* ir até Pasárgada? E menos angustiante? E mais rápido? Se você tivesse que ser avaliado pela sua performance de ida até Pasárgada, sendo penalizado por erros, atrasos e eventuais desvios não-justificados no trajeto, como você acha que seria mais sábio ir – com mapa, ou sem?

Se você respondeu “com mapa” para a maioria das perguntas acima, você foi razoável: existindo um mapa, é muito mais inteligente ir com ele. Exatamente as mesmas ponderações valem para a produção de textos sérios e profissionais. Seu texto, que ainda não existe, é esse lugar desconhecido e longínquo, Pasárgada.

Textos sérios e profissionais são trajetos que trilhamos para realizar determinados objetivos, que frequentemente sabemos quais são mas que nem sempre sabemos como atingir. Quando não sabemos com exatidão como atingir os objetivos em questão, é mil vezes melhor, mais seguro, menos angustiante e mais rápido ter um plano, um roteiro, com instruções; do que confiar na sua espontaneidade.

A diferença relevante é que no caso da produção de texto não há como obter instruções de alguém. No caso dos mapas, podemos obter de alguém um mapa já pronto e usá-lo. No caso da escrita (de um texto sério e pretensamente original), o máximo que você pode obter de alguém é o script geral, como os que ofereci nos capítulos anteriores. Mas, em termos de instruções específicas, não há instruções já prontas – você mesmo é que terá que elaborá-las.

Você poderá fazer isso reunindo num mesmo local (uma folha, ou arquivo) todas as informações que você já obteve acerca do destino pretendido, e sem seguida organizá-las. Elas possivelmente estão “espalhadas” na sua cabeça e em anotações de cadernos e documentos, de forma pouco organizada, não sistemática e com lacunas. O que você deverá fazer é juntá-las todas num mesmo lugar e organizá-las para dar a elas sistematicidade, uma sistematicidade que permita evidenciar onde estão as lacunas e decidir como fazer a articulação entre as partes. Fazer isso tem um nome: chama-se composição.

Algumas pessoas identificam (também podemos dizer *confundem*) composição com redação. Eu prefiro pensar nessas duas coisas como etapas separadas, ao menos minimamente separadas, do processo de produção do texto. A redação é a escrita propriamente dita de uma versão do texto “oficial”. A composição é a definição da *maneira* como aquela versão do texto “oficial” será escrita, ou a escolha de uma “metodologia” de escrita, digamos assim.

Pense num filme: normalmente, um filme não é gravado de forma completamente empírica, espontânea, certo? As cenas não saem diretamente da mente do diretor para serem concretizadas no set de

filmagem – normalmente, segue-se um roteiro. O que é executado no set de filmagem é o que está previsto no roteiro.

Para isso, o roteiro precisa existir, e com isso eu quero dizer existir *concretamente*. O roteiro precisa ser mais do que um conjunto de ideias sobre o que fazer que só possuem uma existência abstrata na mente do diretor. Normalmente, roteiros de filme têm uma existência física, mesmo: há um documento chamado “roteiro” que é seguido durante as filmagens. Agora, de onde veio o roteiro? Entendemos que o filme não sai diretamente da mente do diretor, ele vai sendo executado conforme o roteiro. Mas e o roteiro, saiu de onde? A resposta é simples de entender, mas não tão simples de assimilar em nossa vida prática: alguém *fez* o roteiro. Então temos aqui duas etapas de ação, ou duas atividades das quais você precisa dar conta: gravar o filme e criar o roteiro. Naturalmente, a criação do roteiro acontece primeiro, então na realidade temos: criar o roteiro e gravar o filme.

Revertendo a analogia, o que temos é o seguinte: a etapa de escrita corresponde à execução de um dos scripts dos modelos que vimos nos capítulos anteriores. Nos capítulos 2, 3, e 4 você conheceu quinze modelos básicos de texto filosófico e pôde ver como, mais ou menos, cada um deles opera, quais as partes que cada um precisa ter. Isso lhe deu o suficiente para escolher um desses modelos. Agora você precisa pegar o script geral do modelo escolhido e adaptá-lo ao seu caso particular. Diremos que com isso você terá um script específico, personalizado.

Pois bem, a etapa de redação, ou escrita propriamente dita, é a execução do script personalizado. Essa etapa de redação é análoga à etapa de gravação do filme, para seguirmos com a analogia cinematográfica. Agora, antes dessa etapa, é preciso ter criado o script personalizado.

Trata-se de criar um plano para transformar o script geral num *draft*, que é a primeira versão de um texto. É toda uma etapa à parte, a etapa que eu chamo de composição.

Na prática, compor consiste de tomar uma série de decisões sobre como converter algo conceitual, minimalista e escrito na forma de tópicos (o script geral, que contém só o que é estritamente, essencial) num texto em linhas corridas, em prosa. Ou seja, é planejar o *como*. É escolher, entre as maneiras possíveis de se fazer as linhas corridas, qual a mais adequada.

Muitas pessoas insistem em queimar essa etapa e ir direto para a escrita, o que eu completamente des-recomendo. A principal razão pela qual planejar o *como* é essencial é que nem sempre a melhor ordem para apresentar as informações num texto acabado coincide com a ordem em que elas foram “produzidas”, ou “descobertas”, digamos assim. Se quisermos continuar com a analogia com filmes, pense que não necessariamente a primeira cena do filme, aquela que você assiste primeiro, é a cena que foi gravada primeiro; e o roteiro deve prever isso. Não prever isso, num texto, pode ser fatal.

Além disso, a etapa de gravação de um filme irá requerer artifícios que você precisará já ter “calculado”, digamos assim. Por exemplo, suponha que uma das cenas do filme em questão se passa num cenário de deserto. Se você é o responsável pela produção, você precisa decidir (quer dizer, você precisa já ter decidido previamente) como isso será feito. Você levará o elenco para o meio do Saara? Ou levará para alguma província com paisagem desértica no Marrocos? Ou filmará com *chroma key* e delegará à equipe de computação gráfica a tarefa de fazer aparecer um deserto onde antes tínhamos um painel verde? É sobre esse

tipo de decisão que estou falando. Decisões desse tipo são tomadas antes, e não durante a filmagem. Do mesmo modo, é antes de se concentrar na escrita que você deve decidir como a “mágica” será feita, e não durante. Isso lhe poupará tempo e evitará angústia.

Em suma, pense na composição como um plano de ação, com decisões estratégicas. Ela diz respeito ao seu trabalho enquanto escritor. Ela é a resposta para a pergunta sobre como você, escritor, vai transformar o script de um modelo de texto no seu texto.

Há várias formas de se fazer uma composição. Nesse capítulo apresentarei três, em ordem crescente de sofisticação, isto é, da mais rústica para a mais elaborada: composição por rascunho simples, composição expansiva e composição por comandos.

5.1. COMPOSIÇÃO POR RASCUNHO SIMPLES

A primeira maneira de compor um texto, e certamente a mais simples e mais familiar, é através da geração de um rascunho simples. O rascunho é uma versão piorada de um texto que ainda não existe.

É provável que todos nós já tenhamos feito isso pelo menos alguma vez na vida, talvez na redação da prova do Enem ou de algum vestibular ou concurso – escrevíamos um primeiro texto a lápis, para depois passá-lo a limpo, à caneta, na folha oficial a ser entregue. Esse primeiro texto a lápis podia ser editado à vontade: rabiscávamos, cortávamos partes, mudávamos pedaços de lugar, substituíamos palavras e construções. E, na hora de passar a limpo à caneta, o texto a ser entregue incorporava essas modificações.

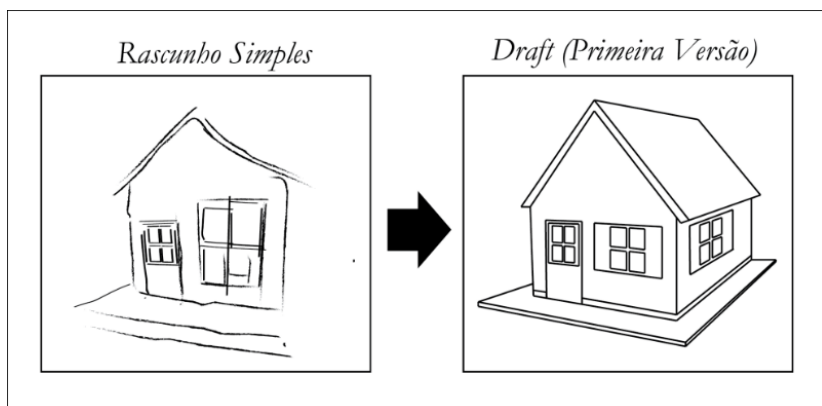
Embora essa seja uma técnica com a qual todos nós já estejamos familiarizados, e seja boa para ser utilizada em contextos nos quais o

tempo é um fator determinante (como em provas, por exemplo), eu não recomendo sua utilização como método principal de composição para iniciantes nem para aqueles que estão buscando aprimorar suas habilidades de escrita de ensaios filosóficos.

A razão disso é a seguinte: o rascunho é um procedimento muito pouco sistemático, comparado às demais técnicas disponíveis. Compor através de rascunho não nos permite enxergar com grande clareza onde estão os principais problemas, as principais insuficiências de um texto, ou os principais excessos. Ou seja, a composição por rascunho resulta num texto, mas dificilmente resultará num texto excelente – a não ser, é claro, que a técnica seja repetida de formas sucessivas para um mesmo texto, ou que o escritor já seja proficiente. Tipicamente, pessoas que gostam de trabalhar com rascunhos e já são proficientes não precisam fazer mais de um rascunho pra um draft – em compensação, o rascunho já é excelente e bastante completo, contemplando praticamente tudo o que o texto precisa ter e ser.

Excetuados esses casos, pense da seguinte forma: o draft que resultará do rascunho será um pouco melhor do que o próprio rascunho. Isso quer dizer que se o rascunho for médio, o draft resultante será na melhor das hipóteses de mediano para bom. Não será excelente. Se o rascunho for de médio para ruim, isto é, se ele for um esboço muito modesto, pouco organizado, sem uma grande “lógica interna”, digamos, o texto resultante será na melhor das hipóteses médio. Para gerar um draft excelente a partir de um rascunho, o rascunho precisa ser ótimo. Não precisa ser perfeito, é claro; mas não pode apenas espontâneo e displicente. Tem que ser algo bem pensado.

Alguns dos elementos presentes no rascunho não vão estar no draft, ou vão estar lá de uma forma diferente. Um elemento que no rascunho foi muito desenvolvido (ficou “grande”, digamos assim) pode ser resumido na hora de passar o rascunho a limpo. Outros elementos, que eventualmente tenham ficado muito resumidos ou simplificados no rascunho (ficaram “pequenos”), podem se tornar mais bem elaborados ao serem passados a limpo.



E por fim, coisas que foram escritas no rascunho mas que não ficaram inteiramente corretas, ou que não foram ditas da melhor maneira (ficaram um pouco “distorcidas” no rascunho), podem ter sua exposição transformada e “acertada” no momento em que o rascunho for transformado no draft. Essa é a mágica do rascunho: ele tem grande plasticidade.

Essa plasticidade pode ser uma coisa boa ou ruim, dependendo de como você a utilizar. Para muitas pessoas ela é predominantemente ruim, porque a imensidão de possibilidades de transformação pode ter um efeito paralisador. Imagine que você tem uma coisa, e essa coisa

pode ser transformada de mais de cem modos. Ou seja, ela pode se tornar mais de cem coisas diferentes. O rascunho propicia isso. Mas isso é desconfortável, certo? Não seria melhor se tivéssemos e pudéssemos visualizar com clareza um número limitado de “oportunidades plásticas” – se o seu objeto pudesse ser transformado de apenas 3 ou 4 formas, digamos? Se para você isso é um problema, compor por rascunho de forma produtiva pode ser um desafio.

Apesar desses pontos negativos, vamos dar uma olhada com um pouco mais de calma em uma maneira simples e fácil de compor por rascunho já que, como mencionei, isso pode ser útil em situações nas quais você não terá tempo hábil para uma produção mais elaborada.

A maneira mais simples de produzir um rascunho é via *storytelling*, isto é, contando para você mesmo uma *história*. Uma técnica parecida com essa é ensinada por Thomas Kane no *The Oxford Essential Guide to Writing* (2000: 29-31), embora ele não use esse nome. Histórias são compostas de fatos, detalhes sobre os fatos, explicações e um desfecho. Olhe para os seus estudos, suas anotações, seus arquivos e todo o conhecimento que você acumulou sobre o assunto e tente responder primeiro à seguinte pergunta:

PERGUNTA 1

O que aconteceu? (Alternativamente: o que está havendo?)

Essa é uma pergunta extremamente genérica, mas útil para iniciar qualquer tipo de rascunho precisamente por isso. Se você escolheu trabalhar com algum dos modelos argumentativos, o “fato” que você deve considerar é o debate, ou a discordância. Que debate é, entre quem (quais autores), sobre qual ponto exatamente. A resposta para essa

pergunta deve envolver, portanto, alguma coisa mais ou menos nos seguintes termos:

No artigo *Tal e Tal* (1984), Fulano defendeu a tese segundo a qual X. Como resposta, Cicrano argumentou, no artigo *Tel e Tel* (1986), que não-X.

O que está escrito no trecho acima é um fato: há uma discordância, ou um debate, sendo travado ente Fulano e Cicrano a respeito de X. Então para textos argumentativos, a pergunta sobre o que aconteceu pede para ser respondida por uma caracterização simplificada de um debate que ocorreu em algum momento. Se, por outro lado, você optou por escrever um texto exegético, a pergunta “o que aconteceu?” pode ter uma resposta mais ou menos dentro dos seguintes contornos:

Na obra *Obra* (1785), o filósofo Filósofo apresentou sua visão de mundo, que tem como um dos principais conceitos o conceito de Y. A ideia Y, no entanto, não ficou inteiramente clara nessa obra.

A ambiguidade ou obscuridade em torno do conceito filosofiano de Y é o fato aqui; é o que “aconteceu”.

Em seguida, tente detalhar o acontecimento, contando como foi que chegamos a ele. Tente responder de forma breve à segunda pergunta:

PERGUNTA 2

Como aconteceu?

O que estamos tentando gerar é um parágrafo curto que seja capaz de contar a “história” conceitual da disputa que está para ser abordada, se o ensaio for argumentativo; mais ou menos nos seguintes termos (não se preocupe com quebras de parágrafo nesse momento):

A ideia de não-X vem sendo defendida ao longo da história da filosofia ocidental por filósofos de diferentes escolas e tradições, que têm em comum uns com os outros a rejeição de alguma forma de X. X é a tese segundo a qual (...). Normalmente essa tese é entendida como implicando **m** e **n**. Filósofos que rejeitam essa tese, em geral, fazem isso porque rejeitam um dos dois comprometimentos, **m** ou **n**. No artigo *Tal e Tal* de 1984, contudo, Fulano apresentou uma formulação diferente de X de acordo com a qual essa tese implica m, mas não n. Em seguida, mostrou que **m** não é um comprometimento tão difícil de aceitar quanto alguns filósofos fizeram parecer, de modo que a tese X é, na realidade, bastante plausível. Alguns autores, no entanto, resistem ao argumento de Fulano, alegando que não é verdade que **m** seja um comprometimento aceitável. Para eles, **m** é uma visão equivocada acerca da realidade. Um desses autores é Cicrano. No artigo *Tel e Tel*, de 1986, Cicrano apresentou um argumento para rejeitamos m. Esse argumento funciona da seguinte maneira (...). Se o argumento de Cicrano estiver correto, não só estamos obrigados a rejeitar **m** como devemos, também, abrir mão da tese X tal como formulada por Fulano.

Ou, se o ensaio for exegético, queremos algo mais ou menos assim:

Visões de mundo baseadas na ideia de Y já foram sustentadas por diversos filósofos ao longo da história do pensamento ocidental. A tradição de se pensar o mundo com base em Y remonta aos primeiros filósofos estoicos, em cujos textos encontramos referência à ideia de Y no campo da ética. Essa tradição, que foi continuada ao longo do período medieval através de pensadores como Fulano e Cicrano, chegou à era moderna tendo como um de seus principais representantes o filósofo Filósofo. O texto em que encontramos uma descrição mais detalhada de Y é obra *Obra* (1785), embora referências a Y também apareçam nos textos *Obra'* (1779) e *Obra''* (1796). Na *Obra*, Filósofo apresentou Y como sendo um dos pilares de sua visão de mundo. Diferentemente do que fizeram os estoicos, Fulano e Cicrano, e mesmo os contemporâneos de Filósofo, Filósofo pensou Y como se tratando de (...). A ideia contida em Y, no entanto, parece poder ser entendida de mais de um modo. Isso se deve, em primeiro lugar, à influência de W sobre Filósofo. Sabemos, a partir dos comentadores tais e tais (...), que o

contato com as ideias de W modificou profundamente o pensamento de Filósofo no período entre 1780 e 1783 e ajudou a moldar sua concepção de Y, que seria então apresentada em 1785 com uma roupagem inteiramente nova. Esta, no entanto, tem traços significativamente distintos daqueles com os quais a mesma ideia é apresentada tanto por W quanto pelo texto de 1779, e somos levados a pensar se a maneira como Filósofo pensa esse conceito na *Obra* não teria sido constituída, em parte, como uma resposta a W (...).

Observe como o conteúdo desses dois pedaços de texto está um tanto “embrulhado”. Há muitas coisas misturadas, algumas partes muito desenvolvidas, outras menos; algumas ideias que precisam ser mais bem explicadas, outras nem tanto. Ou seja, o texto está pouco sistemático, ele tem um aspecto de *improviso*. Mas é isso mesmo que queremos nesse momento. Isso porque o passo seguinte é selecionar, no texto, pelo menos três oportunidades de intervenção no sentido de “desempacotar” as partes do texto que não estão tão claras.

Observe as marcações adicionadas no trecho argumentativo a seguir. O trecho é exatamente o mesmo que você leu há pouco, porém aqui há marcações numéricas em alguns pontos estratégicos.

A ideia de não-X vem sendo defendida ao longo da história da filosofia ocidental por filósofos de diferentes escolas e tradições, que têm em comum uns com os outros a rejeição de alguma forma de X. X é a tese segundo a qual (...). Normalmente essa tese é entendida como implicando **m** e **n**. [1] Filósofos que rejeitam essa tese, em geral, fazem isso porque rejeitam um dos dois comprometimentos, **m** ou **n**. [2] No artigo *Tal e Tal* de 1984, contudo, Fulano apresentou uma formulação diferente de X [3] de acordo com a qual essa tese implica m, mas não n. Em seguida, mostrou que **m** não é um comprometimento tão difícil de aceitar quanto alguns filósofos fizeram parecer, de modo que a tese X é, na realidade, bastante plausível. Alguns autores, no entanto, resistem ao argumento de fulano, alegando que não é verdade que **m** seja um comprometimento aceitável.

Para eles, **m** é uma visão equivocada acerca da realidade. Um desses autores é Cicrano. No artigo *Tel e Tel*, de 1986, Cicrano apresentou um argumento para rejeitamos **m**. Esse argumento funciona da seguinte maneira (...). [4] Se o argumento de Cicrano estiver correto, não só estamos obrigados a rejeitar **m** como devemos, também, abrir mão da tese X tal como formulada por Fulano.

Esses pontos foram estrategicamente selecionados porque eles apresentam as principais oportunidades de desenvolvimento: eles são os principais pontos que requerem informação extra que ainda não está no texto, então são eles que lhe darão a oportunidade de escrever mais. O que você precisará fazer em seguida é responder a uma outra pergunta, a pergunta três, *para cada um dos 4 pontos selecionados*.

PERGUNTA 3

Por que, exatamente?

Isso é o que eu chamo de “desempacotar”. Ao responder à pergunta três para cada um dos itens pinçados no texto, você vai desempacotar para o seu leitor as ideias contidas nesses pontos. O que você vai ter de responder são perguntas mais ou menos assim:

[1] Por que exatamente a tese X costuma ser entendida como implicando **m** e **n**?

[2] Por que exatamente alguns filósofos rejeitam **m** ou **n**? (Quais as razões que eles têm para rejeitar **m** e/ou **n**?).

[3] Por que exatamente a formulação de X apresentada por Fulano no artigo *Tal e Tal* de 1984 é diferente de outras formulações que X já recebeu?

[4] Por que exatamente o argumento apresentado por Cicrano no artigo *Tel e Tel* de 1986 funciona para refutar X? (Obs.: no caso dessa pergunta, a resposta dependerá de se você concorda ou não que o argumento de fato

funciona para fins de refutar X. Você pode achar que não funciona, e nesse caso precisa incorporar mais uma versão dessa mesma pergunta, dessa vez com um “não” inserido – por que exatamente o argumento não funciona para o fim a que se propõe?)

Se você está trabalhando com um ensaio exegético, aqui está um exemplo de como pinçar pontos para serem desempacotados:

Visões de mundo baseadas na ideia de Y já foram sustentadas por diversos filósofos ao longo da história do pensamento ocidental. A tradição de se pensar o mundo com base em Y remonta aos primeiros filósofos estoicos, em cujos textos encontramos referência à ideia de Y no campo da ética. Essa tradição, que foi continuada ao longo do período medieval através de pensadores como Fulano e Cicrano, chegou à era moderna tendo como um de seus principais representantes o filósofo Filósofo. O texto em que encontramos uma descrição mais detalhada de Y é obra *Obra* (1785), embora referências a Y também apareçam nos textos *Obra'* (1779) e *Obra''* (1796) [1]. Na *Obra*, Filósofo apresentou Y como sendo um dos pilares de sua visão de mundo. Diferentemente do que fizeram os estoicos, Fulano e Cicrano, e mesmo os contemporâneos de Filósofo, Filósofo pensou Y como se tratando de (...) [2]. A ideia contida em Y, no entanto, parece poder ser entendida de mais de um modo [3]. Isso se deve, em primeiro lugar, à influência de W sobre Filósofo. Sabemos, a partir dos comentadores tais e tais (...), que o contato com as ideias de W modificou profundamente o pensamento de Filósofo no período entre 1780 e 1783 e ajudou a moldar sua concepção de Y, [4] que seria então apresentada em 1785 com uma roupagem inteiramente nova. Esta, no entanto, tem traços significativamente distintos daqueles com os quais a mesma ideia é apresentada tanto por W quanto pelo texto de 1779, e somos levados a pensar se a maneira como Filósofo pensa esse conceito na *Obra* não teria sido constituída, em parte, como uma resposta a W (...).

Para alguns esses pontos, a pergunta três pode ser adaptada para “como exatamente?”. Logo, temos algo mais ou menos assim:

[1] Como exatamente é a descrição de Y que encontramos nas obras *Obra* (1785), *Obra'* (1779) e *Obra''* (1796)?

[2] Como exatamente a maneira como Filósofo pensou Y é diferentemente da maneira como os estoicos, Fulano e Cicrano, e mesmo os contemporâneos de Filósofo pensaram Y?

[3] Por que exatamente a ideia filosófica de Y parece poder ser entendida de mais de um modo? (E quais são esses modos?)

[4] Como exatamente o contato com as ideias de W modificou o pensamento de Filósofo no período entre 1780 e 1783?

As respostas que você escrever para cada uma dessas perguntas irão constituir novos parágrafos a serem “montados” junto ao pedaço de texto que você tinha anteriormente. Esse pedaço poderá, inclusive, ser inteiramente descartado; isto é, substituído pelos novos trechos que você produziu.

Você também deve pensar na ordem dos elementos. Tendo esses 4 novos pedaços de texto já escritos, pense em montá-los na ordem que faça mais sentido do ponto de vista do script do modelo de texto que você está produzindo. Isso porque o trecho original (o primeiro que você escreveu) não necessariamente obedecia a essa ordem. Mas agora, com vários pedaços “soltos” em mãos, você pode organizá-los da forma que for melhor e uni-los na ordem que faz mais sentido. No caso do exemplo exegético – talvez a influência de W possa ser mencionada mais cedo, no texto, por exemplo, no quadrante “contextualização”. No caso do exemplo argumentativo, talvez seja preferível apresentar a razão pela qual o argumento de Cicrano não funciona (supondo que você julga que não funciona) logo no começo, e declarar já no princípio do texto que

you think this way, in the hypothesis of you being producing a persuasive essay.

A good way to organize these changes of place is selecting the parts that you have written and indexing them in the order that you believe is more appropriate. This is, take all the “pieces” of text that you have already written up to now and assign to each of them a letter or even a symbol (this will work with any marking system). Let's say that you are assigning letters to each of the pieces; you had written 5 pieces so now you have the pieces α , β , γ , δ and ϵ . Do this preferably in the order in which the things were written. Then think about what would be the more logical order for these pieces to enter a text. You can conclude that the draft should be written in the following order: $\gamma \rightarrow \alpha \rightarrow \beta \rightarrow \epsilon \rightarrow \delta$. So now you should number the parts α , β , γ , δ and ϵ in the order in which they will appear in the draft. Thus: $\gamma=1$, $\alpha=2$, $\beta=3$, $\epsilon=4$, and $\delta=5$. This will greatly facilitate the task of passing the draft to the final version. First you will pass the draft to the final version, then the part γ , then the part α , and so on.

The last step for the finalization of the draft is to answer the question four:

PERGUNTA 4

Como essa história termina?

This is the moment to “close” the draft by adding your considerations about what the “result” is that the analyses about that topic led you to. This can be done in different ways. One way is to reiterate a summarized form of your argument, if it is a persuasive essay, or to reiterate a summarized form of your interpretation, if it is an exegetical text. It would be more or less equivalent to

“relembre ao leitor o que você fez até aqui” (podendo utilizar termos técnicos e construções mais elaboradas, afinal, estaremos no final do texto e todas as palavras e expressões que precisavam ter sido esclarecidas já o foram).

Outra maneira de terminar o resumo é apontar brevemente para outras implicações que o assunto discutido tenha, quer dizer, outras coisas que poderiam vir a seguir, que poderiam estar no escopo de um texto mais longo sobre aquele mesmo assunto, mas que não entrarão no seu draft por razões de espaço.

Por fim, uma outra maneira de finalizar o rascunho é explicar *por que* os resultados que você atingiu são importantes. Muitas vezes o autor explica logo no começo do texto quais são as razões pelas quais aquele estudo, aquele texto, são importantes; porém a explicação que é oferecida no começo é mais generalista e mais simplificada. No final você tem condições de dar uma explicação mais específica e mais detalhada. Isso é interessante porque muitas vezes a real importância de um estudo só pode ser apreciada após o texto ter sido lido. Em casos desse tipo, o rascunho pode terminar apontando para a importância do próprio texto.

5.2. COMPOSIÇÃO EXPANSIVA

No livro *Philosophical Writing: an Introduction* (2005: 69-72), A. P. Martinich descreve uma técnica de composição que consiste de realizar uma “elaboração sucessiva” do texto. O que descreverei a seguir é uma versão adaptada e mais didática desse método cumulativo de escrita.

Na composição expansiva você começa comprimindo a “lição moral” do texto, aquilo que o texto pretende provar (se é um texto argumentativo) ou mostrar (se é exegetico, ou misto); e reduzindo essa

lição central a uma só frase. Isto é, você declara, em uma única frase, a tese ou ponto principal do texto. Pense assim: se tudo o que eu tenho a dizer tivesse de ser reduzido a uma única sentença, qual sentença seria essa?

Nesse primeiro momento, você não deve se preocupar com o que o leitor irá precisar para efetivamente compreender essa frase; ela pode, inclusive, conter termos técnicos. Todas as informações necessárias para a completa elucidação serão adicionadas posteriormente. O que importa nesse momento é que você crie uma sentença que possa ser expandida a partir do acréscimo futuro de novas informações. Chamaremos essa sentença de “base mínima expansível” (BME) – uma sentença que contem o mínimo necessário para fazer sentido para você, e para que você possa continuar, somando a ela novas sentenças. Para ser expansível, ela precisa ser uma sentença gramaticalmente correta, com sujeito, verbo e complemento.

Por exemplo, suponha que a tese principal a favor da qual você irá advogar no seu texto é “ações humanas são livres”. É isso que você pretende provar, no seu texto. Essa vai ser a sua frase-base, ou sua BME. Então você deverá escrevê-la e “guardá-la”, digamos assim. Copie-a, para tê-la separada, se você está escrevendo à mão; ou salve-a num documento à parte, se está escrevendo digitalmente. (Se você está começando agora a aprender a escrever, eu recomendo que vá salvando todas as etapas de expansão pelas quais a sua BME passar. Faça isso ou numa mesma folha, ou arquivo, ou em arquivos separados; mas faça, para poder comparar o que você tinha no começo com o que você eventualmente passou a ter em qualquer momento do processo.)

FRASE-BASE

Ações humanas são livres.

Seu próximo passo será construir em cima da frase-base. Você irá adicionar informações a ela, inserindo novas sentenças “por cima”, digamos assim. Ou seja, você irá executar uma primeira camada de expansão dessa frase para um conjunto um pouco maior. Uma boa maneira de começar a fazer isso é fornecer uma das razões pelas quais você acha que a frase-base é verdadeira. Por exemplo, digamos que uma das razões pelas quais você acredita que ações humanas são livres é que nós responsabilizamos as pessoas por pelo menos uma parte daquilo que elas fazem, e as pessoas só podem ser responsabilizadas por aquilo que fazem livremente.

Se acrescentarmos essas informações em cima da frase-base, passaremos a ter um fragmento. Um fragmento é um conjunto composto por algumas sentenças. Este fragmento é o que permite deduzir, digamos assim, a frase-base; ou que tem a frase-base como consequência. Ele precisa ser elaborado, para ficar maximamente compreensível; e pode ser elaborado de várias maneiras. Aqui está uma elaboração possível:

FRAGMENTO 1

Pelo menos algumas ações humanas são livres, pois seres humanos são responsabilizados por algumas de suas ações; e as pessoas só podem ser responsabilizadas por aquilo que elas fazem de forma livre.

Note que a frase-base está contida dentro do fragmento: trata-se da porção sublinhada.

O fragmento nos permite compreender parcialmente as razões pelas quais a frase-base é verdadeira. Porém, para compreendê-lo de

forma detalhada e técnica, são necessárias novas informações (alguns termos precisam ser explicados ou definidos, porque são relativamente vagos ou abrangentes demais); o que significa que será preciso realizar uma nova expansão.

Algumas das informações que podem ser adicionadas para efetivar essa nova expansão são:

- O que é uma ação? (A palavra “ação” pode ter mais de um significado – do que é exatamente que estamos falando aqui?)
- O que significa ser livre? (Há diversas concepções de liberdade na literatura filosófica; com qual ou quais delas, exatamente, estamos dialogando?)
- O que é responsabilidade? (Há mais de uma forma de entender responsabilidade.)

Nem todas essas perguntas precisam ser respondidas na próxima expansão, embora possam ser. Ao responder essas perguntas, obtemos novos fragmentos, que então poderão ser encaixados “por cima” do fragmento 1. Esses fragmentos podem ser:

FRAGMENTO a

Por ação livre, entendo uma ação que não é causada por nenhum evento que não seja um ato de vontade do próprio indivíduo.

FRAGMENTO b

Quando digo que um indivíduo é *responsável* por uma ação, quero dizer que ele pode ser elogiado ou repreendido por ter feito aquilo que fez.

FRAGMENTO c

Ação é toda e qualquer mudança realizada deliberadamente em um corpo ou mente.

Se encaixarmos os fragmentos **a**, **b** e **c** “em cima” do fragmento 1, teremos o fragmento 1 expandido. Uma das maneiras de obter isso é assim:

FRAGMENTO 2 (FRAGMENTO 1 EXPANDIDO)

Pelo menos algumas ações humanas são livres, pois seres humanos são responsabilizados por algumas de suas ações; e as pessoas só podem ser responsabilizadas por aquilo que elas fazem de forma livre. Ação é toda e qualquer mudança realizada deliberadamente em um corpo ou mente [**Fragmento c**]. Quando digo que uma ação é realizada de forma livre, quero dizer que ela não é causada por nenhum evento que não seja um ato de vontade do próprio indivíduo [**Fragmento a**]. Nas situações em que isso ocorre, o indivíduo é dito responsável por sua ação. Quando digo que um indivíduo é *responsável* por uma ação, quero dizer que ele pode ser elogiado ou repreendido por ter feito aquilo que fez [**Fragmento b**].

A partir dessa expansão, é possível levantar outras questões. Por exemplo, por que a questão do livre arbítrio é importante? Quais filósofos já discutiram essa questão no passado, ou têm discutido nos últimos anos? Por que alguns filósofos pensam que nenhuma ação é livre? E assim por diante. Novas expansões do fragmento 1 podem ser feitas tentando responder a essas questões, parcial ou completamente.

Observe que algumas dessas questões parecem poder ser mais bem colocadas “por baixo” da frase-base no fragmento original, em vez de “por cima”. Isso porque o que temos até agora, que é o fragmento 2 (fragmento 1 expandido), começa de forma relativamente abrupta. Ele ainda não tem uma introdução adequada, que permita ao leitor visualizar uma contextualização da frase-base. É possível criar essa introdução fazendo uma nova camada de expansão.

Por exemplo, as respostas para as perguntas: “Por que a questão do livre arbítrio é importante?” e “Quais filósofos já discutiram essa

questão no passado ou têm discutido sobre ela recentemente?” podem ser adicionadas ao fragmento logo antes da frase-base para servir como contextualização. Teríamos mais ou menos o seguinte:

FRAGMENTO d

A questão do livre-arbítrio é importante porque um dos principais problemas que as sociedades humanas enfrentam é o de saber quando uma pessoa deve ser culpada e quando ela deve ser desculpada por algo que fez.

FRAGMENTO e

A questão vem sendo discutida nos últimos anos por filósofos como Strawson (1994) e Mele (1995).

Efetivando a expansão, teríamos agora um novo fragmento, o fragmento 3, que é o fragmento 2 expandido:

FRAGMENTO 3 (FRAGMENTO 2 EXPANDIDO)

A questão sobre se os seres humanos têm ou não livre-arbítrio é uma questão antiga que tem sido objeto de debates filosóficos ao longo de pelo menos 20 séculos. Contemporaneamente, a questão vem sendo discutida por filósofos como Strawson (1994) e Mele (1995) [**Fragmento f**]. A importância de discutir essa questão está ligada a uma necessidade humana fundamental: um dos principais problemas que as sociedades humanas enfrentam é o de saber quando uma pessoa deve ser culpada e quando ela deve ser desculpada por algo que fez [**Fragmento e**]. Pelo menos algumas ações humanas são livres, pois seres humanos são responsabilizados por algumas de suas ações; e as pessoas só podem ser responsabilizadas por aquilo que fazem de forma livre. Ação é toda e qualquer mudança realizada deliberadamente em um corpo ou mente [**Fragmento c**]. Quando digo que uma ação é realizada de forma livre, quero dizer que ela não é causada por nenhum evento que não seja um ato de vontade do próprio indivíduo [**Fragmento a**]. Nas situações em que isso ocorre, o indivíduo é dito responsável por sua ação. Quando digo que um indivíduo é

responsável por uma ação, quero dizer que ele pode ser elogiado ou repreendido por ter feito aquilo que fez **[Fragmento b]**.

Havíamos começado com uma BME de uma única frase, e agora já temos um fragmento de 20 linhas. Essa é a mágica da composição expansiva: sem sentirmos que estamos fazendo um grande esforço, o texto vai crescendo de dentro para fora. Uma metáfora que serve para descrever essa técnica de composição é a metáfora do cogumelo, e podemos até mesmo chamar essa forma de escrita “escrita tipo cogumelo”. Se você já viu imagens da nuvem de fumaça em forma de cogumelo que é provocada pela detonação de uma bomba atômica, você entende o conceito: o cogumelo se expande de dentro para fora.

A essa altura, o fragmento 3 já pode ser quebrado em parágrafos. Isso porque ele está longo o suficiente e contém uma quantidade suficiente de sub-tópicos que podem ser desenvolvidos de forma independente através do mesmo método cumulativo. Uma das maneiras de efetivar essa transformação é inserir quebras nos pontos onde podemos identificar as mudanças mais acentuadas de tópico. Por exemplo:

FRAGMENTO 4 (FRAGMENTO 3 COM QUEBRAS)

[1º. parágrafo] A questão sobre se os seres humanos têm ou não livre-arbítrio é uma questão antiga que tem sido objeto de debates filosóficos ao longo de pelo menos 20 séculos. Contemporaneamente, a questão vem sendo discutida por filósofos como Strawson (1994) e Mele (1995) **[Fragmento f]**.

[2º. parágrafo] A importância de discutir essa questão está ligada a uma necessidade humana fundamental: um dos principais problemas que as sociedades humanas enfrentam é o de saber quando uma pessoa deve ser culpada e quando ela deve ser desculpada por algo que fez **[Fragmento e]**.

[3º. parágrafo] Pelo menos algumas ações humanas são livres, pois seres humanos são responsabilizados por algumas de suas ações; e as pessoas só podem ser responsabilizadas por aquilo que elas fazem de forma livre.

[4º. parágrafo] Ação é toda e qualquer mudança realizada deliberadamente em um corpo ou mente **[Fragmento c]**. Quando digo que uma ação é realizada de forma livre, quero dizer que ela não é causada por nenhum evento que não seja um ato de vontade do próprio indivíduo **[Fragmento a]**. Nas situações em que isso ocorre, o indivíduo é dito responsável por sua ação. Quando digo que um indivíduo é *responsável* por uma ação, quero dizer que ele pode ser elogiado ou repreendido por ter feito aquilo que fez **[Fragmento b]**.

Cada um desses parágrafos pode passar, ele próprio, por um processo de expansão, utilizando os mesmos princípios que temos aplicado até aqui. Uma dessas etapas de expansão poderá ser utilizada para melhorar a transição entre parágrafos, já que agora o texto ficou com quebras bruscas demais. Vamos ver exemplos dessas duas tarefas, uma de cada vez.

Por exemplo, o primeiro parágrafo terminou dizendo que dois filósofos que têm discutido a questão do livre-arbítrio contemporaneamente são Strawson e Mele. Há um debate entre esses dois autores, ou entre as correntes às quais cada um deles é afiliado? Se sim, ali, logo após o primeiro parágrafo, é um bom local para contextualizar esse debate, inserindo mais informações sobre ele. O que há de mais importante a ser dito acerca desse debate? Lembre-se: você deve começar com uma BME de única frase, para depois expandir. Essa frase pode ser

FRASE-BASE 1'

O debate entre Strawson e Mele é um debate sobre se existe ou não livre-arbítrio.

A frase-base 2 pode ser, em seguida, expandida para abranger informações como: quando esse debate ocorreu ou pelo menos quando

começou; qual o argumento geral apresentado por cada um dos dois “la-dos”, etc. Efetivando essa expansão, teremos

FRAGMENTO 1’

O debate sobre se existe ou não livre-arbítrio, protagonizado por Strawson e Mele nos anos 1990, foi marcado pelo confronto entre duas variedades de argumento. De um lado, temos o argumento de Strawson (1994) segundo o qual o livre-arbítrio é impossível porque pressupõe um regresso infinito na cadeia de deliberações, que ficou conhecido como argumento do regresso infinito; e, do outro lado, temos a resposta de Mele (1995), segundo o qual o argumento do regresso infinito é falacioso porque derivado de uma compreensão incorreta da natureza da deliberação.

O Fragmento 1’ é a frase-base 1’ expandida. Ele poderá ser inserido ou após o primeiro parágrafo do fragmento que tínhamos anteriormente (fragmento 4), passando a constituir um parágrafo em si mesmo; ou poderá ser inserido mais à frente no texto, para vir a constituir uma sessão à parte. A decisão sobre onde exatamente inserir o fragmento 1’ dependerá do script do modelo que está sendo aplicado. Se o que estamos fazendo é um texto argumentativo do tipo equilibrado, por exemplo, o ideal é que esse parágrafo seja o parágrafo introdutório do debate (que nada mais é do que o parágrafo imediatamente anterior à apresentação detalhada de cada um dos lados da disputa). Isso porque esse modelo de texto contém, obrigatoriamente, uma sessão longa dedicada à apresentação detalhada da disputa; ou então duas sessões curtas dedicadas à cada um dos lados na disputa.

Agora no que diz respeito à transição brusca entre parágrafos, ela precisa ser atenuada. A técnica de composição expansiva não favorece naturalmente uma transição macia entre parágrafos ou mesmo entre sentenças, de modo que realizar isso costuma requerer uma camada

extra de elaboração. Minha recomendação é que esse trabalho vá sendo feito progressivamente, à medida que você prossegue com as camadas de expansão. Por exemplo, observe, no fragmento 4, como a transição entre o segundo e o terceiro parágrafos está “rígida”. Como ela pode ser tornada mais macia? Uma forma de conseguir isso é adicionando alguma informação após o fim do segundo parágrafo e antes do que já está escrito no terceiro. Essa informação pode ser, por exemplo, a identificação da posição individual do autor, ou do objetivo do ensaio. O texto ficaria assim:

FRAGMENTO 4 (2º e 3º PARÁGRAFOS)

[2º. parágrafo] A importância de discutir essa questão está ligada a uma necessidade humana fundamental: um dos principais problemas que as sociedades humanas enfrentam é o de saber quando uma pessoa deve ser culpada e quando ela deve ser desculpada por algo que fez.

[3º. parágrafo] Nesse artigo, defenderei que pelo menos algumas ações humanas são livres, pois seres humanos são responsabilizados por algumas de suas ações; e as pessoas só podem ser responsabilizadas por aquilo que elas fazem de forma livre.

O trecho destacado com grifo, no terceiro parágrafo, foi acrescentado. Ele anuncia a posição individual do autor e estabelece um link com o parágrafo anterior – agora ficou claro que o que está escrito no terceiro parágrafo é a tese que o autor vai defender no debate. Qual debate? Precisamente o debate que foi apresentado nos parágrafos anteriores.

Após essa adição, fica evidente que o primeiro e o segundo parágrafos não estão no melhor lugar em que poderiam estar, por assim dizer. E aqui temos mais uma mágica da composição expansiva: os parágrafos podem trocar de lugar. Eles foram organizados dessa forma a partir de um processo de expansão, mas não há nenhum

constrangimento a que eles sejam mantidos assim. Agora que a posição do autor foi anunciada, observe como texto como um todo fica mais macio se trocarmos o segundo parágrafo de lugar com o primeiro e fizermos algumas adaptações:

FRAGMENTO 5 (FRAGMENTO 4 COM MODIFICAÇÕES DE POSIÇÃO)

A questão sobre se os seres humanos têm ou não livre-arbítrio é uma questão fundamental cuja importância está ligada a uma necessidade humana: um dos principais problemas que as sociedades humanas enfrentam é o de saber quando uma pessoa deve ser culpada e quando ela deve ser desculpada por algo que fez.

Essa é uma discussão antiga que tem sido objeto de debates filosóficos ao longo de pelo menos 20 séculos. Contemporaneamente, a questão vem sendo discutida por filósofos como Strawson (1994) e Mele (1995).

Nesse artigo, defenderei que pelo menos algumas ações humanas são livres, pois seres humanos são responsabilizados por algumas de suas ações; e as pessoas só podem ser responsabilizadas por aquilo que elas fazem de forma livre.

Ação é toda e qualquer mudança realizada deliberadamente em um corpo ou mente. Quando digo que uma ação é realizada de forma livre, quero dizer que ela não é causada por nenhum evento que não seja um ato de vontade do próprio indivíduo. Nas situações em que isso ocorre, o indivíduo é dito responsável por sua ação. Quando digo que um indivíduo é *responsável* por uma ação, quero dizer que ele pode ser elogiado ou culpado por ter feito aquilo que fez.

Além disso, a transição entre os parágrafos três e quatro precisa ser amaciada. Uma maneira fácil de conseguir esse efeito é inserindo, entre esses dois parágrafos, um trecho que anuncie aquilo que o parágrafo quatro vai executar. Por exemplo:

FRAGMENTO 5 (3º e 4º PARÁGRAFOS)

[3º. parágrafo] Nesse artigo, defenderei que pelo menos algumas ações humanas são livres, pois seres humanos são responsabilizados por

algumas de suas ações; e as pessoas só podem ser responsabilizadas por aquilo que elas fazem de forma livre.

[4º. parágrafo] Para tanto, começarei definindo os conceitos de ação, liberdade e responsabilidade. Ação é toda e qualquer mudança realizada deliberadamente em um corpo ou mente. Quando digo que uma ação é realizada de forma livre, quero dizer que ela não é causada por nenhum evento que não seja um ato de vontade do próprio indivíduo. Nas situações em que isso ocorre, o indivíduo é dito responsável por sua ação. Quando digo que um indivíduo é responsável por uma ação, quero dizer que ele pode ser elogiado ou culpado por ter feito aquilo que fez.

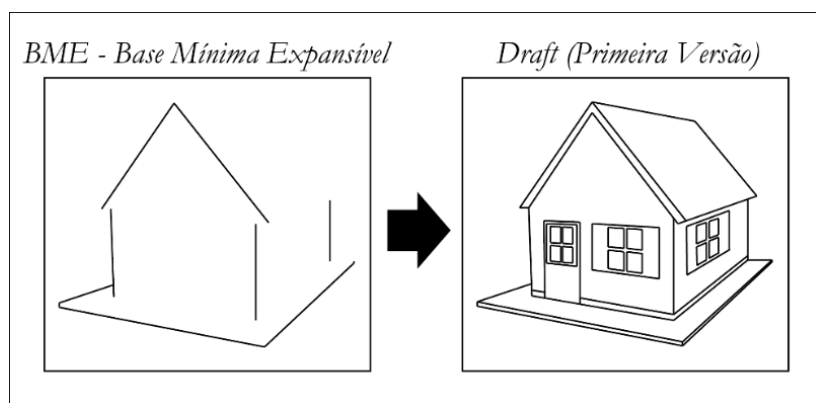
O trecho sublinhado é novo. Ele anuncia a quem o parágrafo quatro veio.

Esse é o procedimento elementar dessa forma de composição. Tenha em mente executar cada uma das expansões de modo a que o texto que está resultando delas vá se aproximando cada vez mais (e não se distanciando) do script escolhido.

Ao proceder dessa forma, você não deve se preocupar muito com o começo do texto, com o primeiro parágrafo. Essa deverá ser a última coisa com a qual você deve se preocupar. Como Martinich salienta, embora os alunos muitas vezes pensem que a introdução deve ser a primeira coisa a ser escrita (e a conclusão, a última), na realidade o procedimento é facilitado quando fazemos o oposto. Você não deve apresentar um leitor ao “lugar” aonde deseja levá-lo, a menos que já tenha uma ideia clara de para onde deseja ir. Então priorize as expansões que ajudarão a estabelecer a conclusão, e deixe para fazer aquelas que ajudarão a deixar a introdução mais palatável por último.

As três principais virtudes desse método de composição são: a ordem, o controle e o baixo requisito inicial. O método é ordenado porque cada expansão é justificada e solicitada por alguma parte específica do texto. Nenhuma expansão é aleatória. O método é controlado porque a

cada etapa da expansão o autor sabe o que exatamente ele adicionou ao texto original (se, claro, você estiver mantendo o controle das etapas, salvando-as na ordem em que estão sendo feitas, como recomendado). E o requisito inicial é baixo porque tudo o que você precisa fazer para começar é escrever uma única frase. Não é preciso mais do que uma sentença para iniciar o processo. É a quintessência do minimalismo, portanto. Por isso essa técnica de composição pode ser especialmente interessante para aquelas pessoas que costumam ficar perdidas e ansiosas na hora de começar a escrever. Se você é uma dessas pessoas, pratique a técnica de composição expansiva algumas vezes, mesmo se esta não tiver lhe parecido a melhor, e você certamente ganhará desenvoltura.



Se você é novo no departamento, talvez você esteja com um pé atrás em relação ao processo de elaboração sucessiva, pensando que a execução desse processo te compromete com uma afirmação muito forte (uma tese!) em um estágio muito precoce de sua escrita – afinal a tese que você vai defender é a primeira frase a ser escrita no texto. Isso

não é pedir demais, de um aluno? Pedir que ele saiba, já de antemão, qual tese vai defender antes mesmo de começar o texto?

Minha resposta para isso é: de jeito nenhum. Antes de começar qualquer texto que se pretenda um draft (uma primeira versão do texto oficial), você deve saber qual a tese que irá defender. Isso não é facultativo. E, se isso serve como defesa para a técnica de composição expansiva, eu diria que isso é uma obrigação sua independente de qual técnica você esteja aplicando para compor.

Você precisa chegar a um termo, com você mesmo, sobre o que é que você acredita, afinal de contas. Sobre o que é que você pensa, acerca de um determinado debate. Isso é feito analisando os textos que você leu e as notas que tomou ao ler. Você pode utilizar mecanismos de escrita para chegar a esse termo, para tomar essa decisão, digamos assim, sobre o que é que você acredita. Mas aqui estamos falando da escrita do seu draft, que é a primeira versão do texto “oficial”. Você só entra nessa etapa depois de saber com quem é que você concorda e de quem você discorda e por que (no caso de um texto argumentativo), ou o que é que você julga que um filósofo realmente pensou (no caso de um texto misto ou exegético).

Ainda assim, a pergunta pode persistir sobre e se ocorrerem erros. “Mas se e eu cometer um erro? E se eu descobrir, à medida que escrevo, que não consigo enfrentar determinada objeção, ou que um argumento que eu havia pensado ser muito forte é na realidade um argumento fraco?” Quanto a isso, de fato, detesto ser a portadora de más notícias, mas, saiba que é uma possibilidade. Ninguém está livre disso (e note que isso pode acontecer também independente da técnica de composição escolhida).

A esse respeito, a resposta de Martinich (2005: 71) é bastante razoável: mesmo que um autor comece a redigir um ensaio com uma tese que mais tarde descubra ser falsa, e mesmo que construa argumentos para isso que depois comecem a lhe parecer espúrios, ele perdeu muito pouco ou quase nada. Afinal, ao descobrir que uma tese é falsa, ela indiretamente descobriu a verdade: a negação de sua tese original. Além disso, ela descobriu pelo menos alguns argumentos que podem levar ou ter levado outras pessoas a acreditar na tese incorreta, a saber, os próprios argumentos que o autor recrutou para sua tese original. Estas não são descobertas infrutíferas – a partir delas, você pode reformular o ensaio que originalmente pretendia escrever de uma maneira muito simples.

Suponha que originalmente você pretendia que sua tese principal fosse “ações humanas são livres”, como no exemplo que vínhamos analisando. Você esboçou argumentos tais e tais para defender essa tese mas, em dado momento, descobriu que seu raciocínio estava errado e que essa tese na realidade é incorreta. Então, você pode reformular seu ensaio da seguinte maneira: É plausível que as ações humanas sejam livres, dado que tal e tal. No entanto, esse argumento não é convincente. A razão disso é que tel e tel. E assim por diante. Quer dizer, a partir de uma nova camada de expansão é possível fazer a transição de todo o texto para a defesa da tese correta, sem maiores intercorrências.

5.3. COMPOSIÇÃO POR COMANDOS

Você se lembra da analogia que usamos na abertura do capítulo, sobre como chegar a Pasárgada? Dissemos que isso é mais fácil de fazer quando temos um mapa. A composição por comandos é a forma mais

sistemática, detalhada e aprofundada de produção de um mapa. A premissa aqui é que uma das principais maneiras de errar e de acabar voltando ao estado anterior (no qual você tentava ir até Pasárgada perambulando sem mapa, de forma confusa) é não manter planejamento e execução como etapas distintas, então aqui elas são tornadas radicalmente distintas.

Para que um mapa cumpra seu papel, ele deve estar pronto, digamos assim, no momento em que começa a ser utilizado; e a pessoa que o usa não pode editá-lo, isto é, não pode alterar informações nele, rabisar estradas que existem ou desenhar estradas novas, nem mexer nas distâncias nem nos nomes de regiões. Ela deve simplesmente segui-lo. O mesmo vale para a composição segundo essa técnica, que é a técnica de comandos: a etapa de elaboração de instruções deve ser só de elaboração de instruções (e durante essa etapa não se deve ensaiar trechos do texto), e a etapa de escritura deve ser só de escritura (nenhuma edição nas instruções poderá ser feita). É um paradigma inteiramente diferente daquele da composição expansiva.

A técnica de composição expansiva “misturava” o planejamento com a execução do draft. Quer dizer, nela, composição e escrita estavam mescladas, em certo sentido, já que iam acontecendo em simultâneo: a cada etapa de expansão, era preciso planejar *aquela* etapa; e a próxima etapa só era planejada após a anterior ter sido executada, pois dependia dela. Já a composição por comandos opera de forma diferente: aqui há uma separação de ponta a ponta entre planejamento e execução. Vamos entender isso.

Na composição por comandos, você transforma tudo aquilo que você já sabe num conjunto de instruções *antes* de escrever o texto. Essas

instruções deverão ser seguidas à risca, sem mudanças de planejamento. Estamos falando de “antes” e “depois”, ou seja, estamos falando de duas etapas bem separadas, que não acontecem de forma paralela: a etapa de planejamento (elaborar instruções) e a etapa de execução (a escritura do texto, propriamente dita, seguindo as instruções).

Um bom exercício mental para treinar e aprender a manter essas duas etapas inteiramente distintas é supor que cada uma delas será feita por uma pessoa distinta. Uma pessoa irá elaborar instruções e entregá-las na mão de outra pessoa, que fará a escritura seguindo as instruções que lhe foram dadas. A pessoa que pode editar as instruções não estará presente na etapa de escritura, e a pessoa que escreve não estará presente na etapa de elaboração de instruções. É claro que na realidade é você que vai empreender as duas tarefas, mas para fins do exercício você deverá fingir que há duas pessoas distintas.

Você pode criar a narrativa interior que preferir: pode fingir que se trata de uma empresa (aonde o chefe manda o funcionário fazer uma tarefa, dando-lhe um conjunto de instruções por escrito, e o funcionário, por sua vez, faz a tarefa obedecendo às instruções do chefe). Ou pode imaginar que se trata de um serviço de encomenda de textos sob medida – assim como podemos mandar fazer móveis planejados, imagine que é possível mandar fazer textos planejados. O cliente faz o pedido de um texto, especificando as características exatas que ele deseja que o texto possua, para quê ele quer que o texto sirva, etc., e o fabricante produz o texto sob medida, seguindo as especificações da encomenda. O fabricante não pode fazer alterações no pedido do cliente, e o cliente não pode entrar no meio da linha de produção e mexer nas ferramentas da fábrica.

Para que isso funcione, as instruções têm de ser precisas e tão detalhadas quanto for possível. Criar isso, essas instruções precisas e detalhadas, é um exercício que vamos chamar de Folha de Comando Geral (“geral” porque é versátil: ela servirá para virtualmente qualquer gênero e tipo de texto); e é isso o que você vai aprender a fazer nessa sessão. Você irá produzir uma folha que contém comandos, e depois irá utilizá-la. Primeiro você irá temporariamente assumir o papel do gerador de instruções (etapa de planejamento) e em seguida o papel do executor (etapa de escritura), seguindo a regra de ouro que acabamos de explicitar: são duas etapas inteiramente separadas, aonde um personagem não tem o direito de interferir no trabalho do outro.

Qual é a vantagem desse exercício? Ele te obrigará a pensar e a tomar decisões estruturais, de maneira detalhada e sistêmica (onde uma decisão afeta outras), o que é difícil e tem potencial para gerar angústia. Por outro lado, toda a angústia ficará concentrada na primeira etapa, e o personagem da primeira etapa (que já tem que lidar com essa angústia) estará dispensado da etapa de escritura. Veja que maravilha – escrever é complicado, certo, mas o personagem que já está com o fardo de tomar decisões está livre disso, ele não precisará escrever. Tudo o que ele precisará fazer é preencher um questionário, algo análogo à ordem de serviços (se você gostou da analogia com a empresa) ou à ficha de encomenda do armário sob medida (se você prefere a analogia da fábrica de móveis).

Já o personagem que fará a escritura está dispensado de tomar decisões estruturais – ele só vai pegar o questionário já preenchido e executar o que está sendo mandado igualzinho está sendo mandado. As decisões que ele terá de tomar são menores (ele precisará, por exemplo,

escolher palavras; mas essas decisões são não-estruturais, ou seja, elas não têm impacto sobre decisões importantes).

Uma Folha de Comando é composta por três grande blocos: o **prelúdio** (Bloco 1), **as informações obtidas via estudo** (Bloco 2), e os **comandos** (Bloco 3).

BLOCO 1 – PRELÚDIO

Preencha os campos abaixo:

Campo 1.1.: Assunto. Anote nesse campo o âmbito geral no qual a investigação foi feita. Pense numa biblioteca – em qual sessão (ou qual o nome da prateleira em que) o texto que está para ser produzido ficaria mais bem colocado? Exemplos: “epistemologia”, “cálculo”, “ética”, “psicanálise”, “história antiga”, etc.).

Campo 1.2.: Item. Anote nesse campo aquilo sobre o quê o texto vai ser, ou seja, anote o nome do item que foi investigado por você na sua etapa de estudo (você estudou, certo? Leu textos, resumiu, fez fichamentos..? Você só vai começar a se envolver com a produção de um texto sério – mesmo a etapa de planejamento – após ter estudado/pesquisado. Não se começa a produzir textos sérios antes disso). Exemplos de formulação de item: “o teorema de Gödel”, “o conceito de pós-verdade”; “a noção kantiana de racionalidade”, “a ideia de que o pensamento humano é constrangido pela linguagem”, “a ascensão de partidos de extrema direita nas democracias contemporâneas”, “a hipótese sapir-whorf”.

ATENÇÃO: no campo “item” você deve necessariamente anotar uma expressão da forma **artigo definido + substantivo + complemento**. O item não pode começar com “se”, “como”, “quando”, “a partir de” ou

“qual”, nem pode prescindir de um substantivo central. Se o que você investigou foi, por exemplo, “se é possível falar de uma fenomenologia em Kant”, você deve transformar isso num substantivo para preencher o campo item. Essa expressão pode ser transformada em “a possibilidade de uma fenomenologia em Kant”. Outros exemplos de transformação:

“como a noção de instituição é pensada por Merleau-Ponty” → “a concepção merleau-pontyana de instituição”.

“quando exatamente começa a Europa” → “o momento a partir do qual é apropriado referir-se ao continente europeu através de um nome unificado”.

“qual o papel da noção de sujeito dentro da concepção psicanalítica lacaniana” → “o papel desempenhado pela noção de sujeito dentro da concepção psicanalítica lacaniana.”

Campo 1.3.: “Local” ou “área” do item. É o domínio ao qual a pesquisa foi circunscrita. Você pode preencher esse campo com nomes de textos, ou nomes de fases ou contextos históricos, ou nomes de lugares, ou nomes de pessoas ou de coisas. Exemplos: “no Teeteto de Platão”; “no pensamento do jovem Sartre”, “na América Latina do século XX”, “em aracnídeos da família *Lycosidae*”, “no momento de fundação da república moderna”, “na primeira tópica freudiana”, “em populações vulneráveis do Vale do Jequitinhonha”, “na Grécia do período helenístico”, “nas conferências um e dois de *Naming and Necessity*”, etc. Quanto mais específico for o “local” ou “área”, melhor.

Campo 1.4.: Para quê o texto vai servir. Preencha esse campo apenas com o verbo correspondente ao efeito principal que o texto deverá surtir em seus leitores. Exemplos: explicar, esclarecer, descrever, mostrar, demonstrar, provar, argumentar, apresentar, persuadir, analisar, comparar, etc.

Nessa etapa evite verbos “fracos” e de sentido pouco preciso, tais como “discutir”, “abordar”, “falar sobre”; e evite verbos que sugiram mistura entre a etapa de pesquisa (estudo) e a etapa de produção do texto, tais como “investigar” e “explorar”. Embora o uso desses verbos seja comum, trata-se de um vício porque sugere que o que está sendo escrito é uma espécie de diário de bordo da pesquisa, e não os resultados dela. Ou seja, o trabalho parecerá menos profissional. Bons textos trans parecem, no seu tom, que foram escritos por alguém que entende do assunto, ou seja, por alguém que estudou e pesquisou *antes*, e não por alguém que está ainda navegando pelas descobertas ou ainda se inteirando do assunto.

Outra dica valiosa: para preencher esse campo você deve pensar no seguinte: o que terá mudado na vida do leitor a partir do momento em que ele tiver terminado de ler esse texto? Se o leitor vai passar a entender melhor algo, então o texto serve (terá servido, servirá) para *explicar*. Se o leitor vai mudar de ideia sobre algo após ler o texto, então o texto serve para *persuadir*. E assim por diante.

Campo 1.5.: Tipo e modelo. Trata-se, respectivamente, do estilo e do script que o texto deve seguir. Pegue a analogia com a fábrica de móveis planejados, e digamos que o cliente quer encomendar um móvel para sentar. “Móvel para sentar” é o tipo. Porém há dezenas de sub-tipos

de móvel para sentar já “clássicos”: cadeira, banquinho, sofá, poltrona, puff, cadeira de balanço, etc. O cliente pode inventar um assento novo que ainda não tem nome, mas é mais prático escolher um dos que já existem e especificá-lo na ficha de encomenda. Do mesmo modo, há dezenas de scripts disponíveis para cada estilo de texto já relativamente consolidados, e o mais seguro é escolher um deles. Para isso, não hesite em voltar aos capítulos 2, 3 e 4.

Campo 1.6.: Para quê esse texto tem que ser feito. Anote aqui a palavra que exprime para quê é importante que esse texto seja escrito. Para preencher esse campo você deverá pensar em para quê esse texto deve ser escrito, e não outro parecido com ele. Os quatro principais motivos que justificam que um texto *específico* (e não outro parecido com ele) seja escrito são: *lacunas, contendas, obscuridade ou ineditismo*.

Se há uma lacuna na literatura – se o texto vai tratar de algo que não foi muito pesquisado ou explorado ainda, ou que não foi descoberto, ou que está faltando – ele vai cobrir uma lacuna na literatura sobre o tema, e isso é um bom motivo pelo qual esse texto tem que ser escrito. Se há uma contenda – isto é, se há uma discordância entre autores a respeito de algum ponto relevante –, o texto vai tomar posição favoravelmente a um contra o outro ou apresentar uma saída alternativa para o impasse, e essa é uma razão que justifica sua importância. Se há algo que não está claro na literatura (mal entendidos, conceitos obscuros, ambiguidade) e esse texto vai tornar claro aquilo que não está claro, então ele se propõe a resolver um problema de obscuridade e essa é uma razão que justifica a importância de que esse texto seja escrito. E, se algo novo foi descoberto e o texto irá torná-lo público, o texto vai trazer algo

inédito e isso é uma razão que justifica sua importância. Em geral, casos de interlocução entre teorias, autores ou áreas distintas enquadram como casos relacionados a ineditismo, embora nem sempre.

BLOCO 2 – INFORMAÇÕES OBTIDAS VIA ESTUDO

Preencha os campos abaixo:

Campo 2.1.: Informações que detalham o item. Faça, nesse campo, uma lista com as informações a partir das quais o leitor poderá saber melhor do que é que o texto está falando (ou seja, informações que lhe permitirão ter uma imagem um pouco mais detalhada sobre o que é, exatamente, que o texto aborda). Inclua informações que permitam ao leitor separar o item de itens adjacentes ou avizinados, e também desambiguar. Por exemplo, se o seu item é “a noção kantiana de racionalidade”, você deverá incluir nessa lista a informação sobre se a razão em questão é a “razão prática” ou a “razão teórica” ou as duas. Também deverá incluir uma informação que permita diferenciar “razão” de “raciocínio”, por exemplo (já que os dois termos poderiam facilmente serem tomados como sinônimos por um leitor desavisado). Ou, se o seu item é “a fenomenologia”, você deverá incluir informações que permitam desambiguar esse termo de termos parecidos, mas que nada têm a ver, tais como, por exemplo “tradição fenomenológica”. Se o seu objeto de estudo é algo do tipo “a Grécia do período helenístico”, aqui é o local de incluir informações do tipo quais cidades-Estado específicas você irá abordar, bem como qual ou quais séculos estarão em pauta.

Você deverá listar as informações na forma de tópicos. Deixe um pequeno espaço antes de cada tópico, ou a marcação “()”.

Campo 2.2.: Informações que detalham o problema relativo ao item. O item que foi estudado possivelmente está envolvido com algum problema (afinal de contas foi por isso que ele foi objeto de uma pesquisa, em primeiro lugar), sendo que os mais comuns são os quatro que mencionamos há pouco, na sessão 1.6. (lacunas, contendas, obscuridade ou ineditismo). Nesse campo você deverá fazer uma lista contendo maiores informações (isto é, detalhes) acerca desse problema.

Digamos que seu item seja: “o momento a partir do qual é apropriado referir-se ao continente europeu através de um nome unificado”. Suponhamos que o problema relativamente a esse item tem a ver com a existência de lacunas: a maior parte dos autores que falam sobre Europa não menciona o conteúdo do item, isto é, não especifica o momento a partir do qual é apropriado referir-se ao continente europeu através de um nome unificado. Aqui você deverá listar informações que permitam detalhar como/onde esse problema foi verificado durante o estudo: quais os autores que foram lidos, quais as obras, quais os locais exatos nos textos desses autores onde esperava-se encontrar alguma menção ao item mas não se encontra, etc. Se por outro lado, o problema relativo ao item tem a ver com uma contenda (divergência de opiniões entre autores relativamente a um mesmo ponto, controvérsia – digamos que alguns autores defendem que podemos falar de “Europa” a partir do momento X e outros que defendem que só podemos falar de “Europa” a partir do momento Y), aqui você deverá incluir informações que permitam detalhar o ponto que é objeto da controvérsia e as duas (ou mais) posições existentes frente a ela: quais autores defendem X (em qual

obra, em qual capítulo), e quais autores defendem Y (idem); quais os argumentos de cada grupo de autores para defenderem seus pontos, etc.

Essas informações deverão ser listadas na forma de tópicos. Deixe um pequeno espaço antes de cada tópico, ou a marcação “()”.

Campo 2.3.: Passagens e citações relevantes para o efeito. Faça, nesse campo, uma lista com as principais passagens e citações (extraídas literalmente dos autores lidos) *que ajudam a produzir o efeito especificado em 1.4..* Se o efeito que o texto deverá surtir (especificado em 1.4.) for o de explicar algo, aqui você deverá listar passagens e citações que ajudem na tarefa de explicar o algo em questão. Se o efeito for o de persuasão, aqui você deverá listar passagens que ajudem a convencer, ou argumentos. Se o efeito for o de provar, aqui você deverá elencar evidências. E assim por diante.

ATENÇÃO: para preencher esse campo, pegue seus fichamentos, resumos e grifos. Releia-os selecionando as passagens mais emblemáticas. Você não deverá incluir todas, apenas as melhores ou as que lhe parecerem mais úteis para produzir o efeito especificado em 1.4.. Lembre-se de conferir se a citação está transcrita *ipsis literis* e de especificar, após cada citação, o nome do autor, a obra e a página.

Você deverá fazer essa lista na forma de tópicos. Deixe um pequeno espaço antes de cada tópico, ou a marcação “()”.

Campo 2.4.: Considerações pessoais relevantes para o efeito. Faça, nesse campo, uma lista com considerações suas, isto é, ideias que você teve a partir do estudo e que ajudam de algum modo a produzir o efeito especificado em 1.4.. Ou seja, o preenchimento desse campo é bastante

parecido com o do campo anterior, porém aqui em vez de palavras e excertos ditos por outras pessoas, você vai escrever ideias suas, com suas palavras. Ideias sobre como fatos se relacionam entre si, sobre como coisas podem ser agrupadas, sobre o quê é causa do quê, sobre o quê explica o quê; ideias sobre se o que os autores lidos disseram faz ou não faz sentido, enfim, todo tipo de insight relevante para o propósito do texto deve ser anotado aqui de maneira resumida e clara.

Essas ideias devem ser listadas na forma de tópicos. Deixe um pequeno espaço antes de cada tópico, ou a marcação “()”.

Campo 2.5.: Hierarquização. Pegue cada uma das listas de tópicos incluídas nas sessões 2.1., 2.2., 2.3. e 2.4. e numere os tópicos em ordem crescente de importância. Faça isso separadamente para cada lista. Você deverá incluir o número atribuído ao tópico no pequeno espaço deixado antes dele ou dentro da marcação “()”.

BLOCO 3 – COMANDOS

Esse bloco é dividido em duas etapas. Preencha os campos referentes às duas etapas abaixo:

Campo 3.1.: Primeira Etapa. Dite e anote comandos claros e específicos para a pessoa que irá escrever o texto. Os comandos devem necessariamente começar com verbos no imperativo. Nessa etapa, não se preocupe em separar ou organizar os comandos, nem em hierarquizá-los. Dessa vez deixe um espaço um pouco maior (isso é obrigatório!) em branco antes de cada comando, e preferencialmente escreva um comando por linha (como se fosse uma lista de tópicos).

Dica valiosa: se você escolheu um gênero e modelo de texto já existente, ou clássico, você já tem uma espécie de guia para a inserção de comandos: o script do modelo escolhido. Isso já irá facilitar e agilizar enormemente a inserção de comandos, e praticamente garantirá que não vai faltar e nem sobrar nada – ou seja, praticamente garantirá que os seus comandos permitirão ao escritor do texto ir até Pasárgada pelo caminho mais curto, direto, seguro, exato e econômico que existe.

Acompanhe um exemplo geral e simplificado abaixo, onde o autor escolheu produzir um artigo exegetico sincrônico clássico:

_____ Diga que esse texto tratará de X (conteúdo do campo 1.2.) na área ou local Y (conteúdo do campo 1.3.).

_____ Diga que esse item está envolvido com alguma das situações mencionadas no campo 1.6., especificando-a.

_____. Escreva um mini-resumo (algo com até 5 linhas) do interesse acadêmico pelo item no local ou área escolhidos, dizendo onde e quando esse interesse surgiu.

_____. Declare para quê é que o texto irá servir (conteúdo dos campos 1.4. e 1.6.).

_____. Mencione as principais informações biográficas/históricas relevantes sobre o autor central (ou autores centrais) que está sendo abordado e sobre a época em que ele escreve (pegue-as nos campos 2.1. e 2.2.).

_____. Explique como a primeira informação inserida acima é importante para se compreender o item.

_____. Explique como a segunda informação inserida acima é importante para se compreender o item (...)

_____. Explique como a última informação inserida acima é importante para se compreender o item.

_____. Enuncie as considerações pessoais ou passagens que detalham o item (conteúdo do campo 2.1., em ordem de importância).

_____. Comente a primeira consideração ou passagem inserida pelo comando acima.

_____. Comente a segunda consideração ou passagem inserida (...)

_____. Comente a última consideração ou passagem inserida.

_____. Enuncie as considerações pessoais ou passagens que tornam evidente (ou que demonstram) que o item está envolvido com alguma das situações mencionadas no campo 1.6.(conteúdo do campo 2.2, em ordem de importância).

_____. Comente a primeira consideração ou passagem inserida pelo comando acima.

_____. Comente a segunda consideração ou passagem inserida (...)

_____. Comente a última consideração ou passagem inserida.

_____. Inclua citações, passagens ou considerações pessoais que úteis para o efeito que o texto deverá surtir, especificado em 1.4. (conteúdo dos campos 2.3. e 2.4. em ordem de importância).

_____. Comente cada uma das citações, passagens ou considerações incluídas no comando acima, uma a uma.

_____. Faça um breve resumo do que foi apresentado.

_____. Evidencie que, com o que foi apresentado, o texto foi capaz de surtir o efeito pretendido, especificado em 1.4.

Campo 3.1.: Segunda Etapa. Aqui você vai refinar os comandos inseridos na etapa anterior. Para tanto, você irá fazer duas coisas: a) preencher os espaços deixados em branco; e b) introduzir quebras.

Em cada um dos espaços em branco você deverá anotar o nome da *relação* entre a ideia expressa pelo comando da linha e a ideia expressa pelo comando da linha anterior.

A ideia expressa por um comando se relaciona com a ideia expressa pelo comando imediatamente anterior e pelo imediatamente posterior. Você deverá pensar em qual o tipo de relação que há entre essas ideias, e escrever o nome da relação nos espaços em branco. O primeiro espaço em branco de todos não se relaciona com nada anterior a ele, por ser o primeiro da sequência, e por isso ele deverá ser preenchido com a

palavra “introdução”. Para fazer isso será útil conhecer os nomes das principais relações que há entre ideias. Você poderá consultar um glossário com os nomes das principais relações entre ideias. Costumamos encontrar isso em gramáticas da língua portuguesa, na parte que ensina sobre coordenação e subordinação: lá encontramos as principais maneiras como duas sentenças podem ser relacionar quais as conjunções que expressam cada relação.

Já quanto às quebras, trata-se de organizar os comandos separando-os em blocos menores, onde cada bloco corresponderá a um parágrafo. Essa separação deverá ser feita por afinidade – sempre que um novo comando introduzir uma mudança significativa de tema ou de tom em relação ao comando anterior, introduza uma quebra de parágrafo.

Acompanhe o desenvolvimento do mesmo exemplo anterior, agora refinado:

Introdução diga que esse texto tratará do item X (conteúdo do campo 1.2.) na área ou local Y (conteúdo do campo 1.3.). Introdução diga que esse item está envolvido com alguma das situações mencionadas no campo 1.6., especificando-a. Soma escreva um mini-resumo (algo com até 5 linhas) do interesse acadêmico pelo item no local ou área escolhidos, dizendo onde e quando esse interesse surgiu. Conclusão declare para quê é que o texto irá servir (conteúdo dos campos 1.4. e 1.6.).

[QUEBRA]

Introdução mencione as principais informações biográficas/historiográficas relevantes sobre o autor central (ou autores centrais) que está sendo abordado e sobre a época em que ele escreve (pegue-as nos campos 2.1. e 2.2.). Introdução explique como a primeira informação inserida acima é importante para se compreender o item. Soma explique como a segunda

informação inserida acima é importante para se compreender o item (...). Soma explique como a última informação inserida acima é importante para se compreender o item.

[QUEBRA]

Introdução enuncie as considerações pessoais ou passagens que detalham o item (conteúdo do campo 2.1., em ordem de importância). Soma comente a primeira consideração ou passagem inserida pelo comando acima. Soma comente a segunda consideração ou passagem inserida (...). Síntese comente a última consideração.

[QUEBRA]

Contraste enuncie as considerações pessoais ou passagens que tornam evidente (ou que demonstram) que o item está envolvido com a situação especificada no campo 1.6.(conteúdo do campo 2.2, em ordem de importância). Introdução comente a primeira consideração ou passagem inserida pelo comando acima. Soma comente a segunda consideração ou passagem inserida (...). Síntese comente a última consideração ou passagem inserida.

[QUEBRA]

Contraste inclua, em locais apropriados no texto, citações, passagens ou considerações pessoais que úteis para o efeito que o texto deverá surtir, especificado em 1.4. (conteúdo dos campos 2.3. e 2.4. em ordem de importância). Soma comente cada uma das citações, passagens ou considerações incluídas no comando acima, uma a uma.

[QUEBRA]

Conclusão faça um breve resumo do que foi apresentado. Conclusão evidencie que, com o que foi apresentado, o texto foi capaz de surtir o efeito pretendido, especificado em 1.4.

Não economize tempo e não corra para terminar a folha de comando. Preencha-a com lápis e borracha, se estiver fazendo de forma manuscrita, ou edite-a em algum programa de edição de textos, se preferir a versão digital. Essa recomendação serve justamente para que você possa fazer todas as alterações que julgar necessárias antes de finalizar a folha, e para que você tenha tempo de pensar se seria interessante ou não fazer alguma alteração particular. (Lembre-se: após batido o martelo de finalização, ela não poderá mais ser editada. Especialmente ela não poderá ser editada de modo nenhum depois de dada a largada da etapa de escrita).

Essas possíveis alterações incluem: mudar comandos de lugar, caso você constate que determinado comando faz mais sentido se estiver situado um pouco antes ou um pouco depois do local onde você o colocou inicialmente; mudar quebras de lugar, caso você observe que há quebras abruptas, ou que há quebras onde não deveria haver; mexer no conteúdo de comandos (isto é, alterar aquilo que eles mandam fazer, etc.), alterar o preenchimento dos espaços em branco, caso você note que a palavra que escreveu neles não corresponde muito bem à relação entre as ideias dos comandos antecessor e sucessor, e etc.

Use a etapa de planejamento para fazer sucessivas revisões na lista de comandos. Pense nela como uma espécie de programação de software: o comando que for digitado ali é o que será concretizado. Tudo o que não estiver digitado/especificado da maneira correta, ou da maneira ideal, não sairá bom quando for convertido em texto. Se houver tempo hábil, guarde a folha de comando preenchida numa gaveta por alguns dias ou mesmo por algumas horas antes de revisá-la. Isso ajuda a conduzir revisões com maior perícia.

A ideia aqui é que, após ter a folha de comando toda preenchida, revisada e finalizada, ela seja entregue em mãos àquele que irá fazer a escritura do texto (ou seja, ao “você” do futuro). Essa pessoa deverá se basear nos conteúdos da folha para produzir o texto numa outra folha ou documento, à parte. Especialmente, o que ela irá fazer é converter os comandos da etapa 3.2. em texto propriamente dito. Então, por exemplo, aonde o comando é

Introdução diga que esse texto tratará do item X (conteúdo do campo 1.2.) na área ou local Y (conteúdo do campo 1.3.)

O escritor deverá escrever, por exemplo:

O presente artigo aborda o conceito de racionalidade em Kant, especificamente na *Crítica da Razão Pura*.

Do mesmo modo, onde o comando é

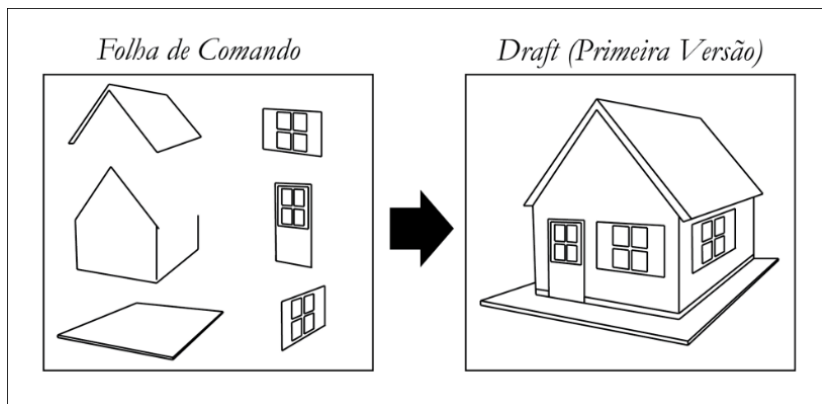
Contraste enuncie as passagens que tornam evidente (ou que demonstram) que o item está envolvido com a situação especificada no campo 1.6.(conteúdo do campo 2.2, em ordem de importância).

O escritor deverá escrever, por exemplo:

Entretanto, algumas passagens nos textos de comentadores tornam evidente que o conceito kantiano de racionalidade é alvo de uma contenda entre intérpretes relativamente ao seu significado. Podemos elencar três passagens principais onde essa contenda fica evidente. A primeira delas é uma passagem de Silva (1997: 19): “a razão kantiana é um conceito básico”. A segunda é uma passagem de Costa (2004: 321): “a razão para Kant não é um conceito básico (...)”. E a terceira é uma passagem de Barros (2006: 52): “há uma discordância em Silva e Costa quanto à noção kantiana de racionalidade, se ela seria uma noção básica ou não.”

E assim por diante. As palavras que foram colocadas pelo planejador da folha nos espaços em branco durante a etapa 3.2. (e que representam os nomes das relações entre ideias que ele tinha em mente) deverão ser substituídas, pelo escritor, pelas palavras, expressões e locuções (ou seja, por construções) que ele achar que melhor transmitem essas ideias. Existe uma miríade de construções na língua portuguesa que são boas para transmitir a ideia de contraste; uma outra miríade de construções boas para transmitir a ideia de soma, uma outra miríade de construções boas para introduzir ideias, e assim por diante. O escritor deve conhecer essas construções e escolher, para cada situação, aquela que julgar mais adequada.

Embora não possua liberdade para alterar ou flexibilizar os comandos, o escritor também deverá revisar aquilo que está produzindo. Isto é, após executar todos os comandos que lhe foram dados, ele deverá conferir a execução de cada um deles para verificar se a mesma foi feita corretamente e o mais fielmente possível. As frases que ele escreve na folha avulsa devem corresponder exatamente, e da maneira mais óbvia possível, ao que cada um dos comandos comandava que fosse escrito. (Nota: não necessariamente cada comando tem que ser transformado em uma única frase. Um comando pode se transformar em duas frases, assim como dois comandos podem resultar numa única frase, com duas orações unidas por vírgula.)



Além disso, o escritor deverá checar todo o texto que produziu a procura de eventuais erros de gramática, concordância, regência, pontuação e ortografia. Especialmente, ele deverá atentar para deslizos no uso de vírgulas e para eventuais ocorrências de repetições de palavras, que são dois vícios de escrita muito comuns. Ele deve se preocupar com isso de maneira especial porque a decisão sobre onde e quando incluir vírgulas e sobre quais palavras usar é algo que ficou ao seu encargo, e essas duas coisas – o uso incorreto de vírgulas e as palavras repetidas – nem sempre são capturadas por corretores ortográficos automáticos de softwares. A mesma dica sobre engavetar o material por alguns dias antes da revisão vale para o escritor.

Talvez a proposta desse procedimento tenha lhe parecido dispendiosa demais, exagerada ou desnecessária. Eu posso lhe garantir, no entanto, que isso que a princípio parece um gasto desnecessário de tempo e de recursos na verdade é o melhor investimento da sua vida intelectual. Elaborar instruções (isto é, planejar) não é um dificultador, e sim algo que facilita, agiliza e otimiza a execução de qualquer tarefa. Adicionalmente, depois que você ganha desenvoltura na elaboração

desse tipo de planejamento, a escrita se torna um ato quase que automático. Se torna a sua segunda natureza. Ou seja, é um excelente caminho para adquirir proficiência.

“Ah, mas seguir instruções destrói a espontaneidade, torna as tarefas chatas, padroniza (...)” – sim, em larga medida isso é verdade. Mas escrever textos sérios não é algo que fazemos exatamente porque é divertido, certo? Em certo sentido, nós o fazemos por uma questão de necessidade. Por “textos sérios” me refiro a todo gênero de texto que serve a um propósito específico ligado a atividades de pesquisa, e pelo qual você, autor, será pessoalmente avaliado. Produzir esse tipo de texto não é algo que fazemos por divertimento, ou pela adrenalina – é uma espécie de tarefa, ou trabalho, ou missão. Como tal, é algo que será mais bem executado se o for a partir de instruções.

Além disso, seja honesto: você se sente confortável em dizer que suas experiências atuais de escrita de textos sérios de filosofia sem seguir instruções são agradáveis e divertidas? Não? Pois então, para a maioria das pessoas essas experiências são chatas, na melhor das hipóteses, e angustiantes e penosas, na pior delas. Isso além de consumirem um grande contingente de recursos, principalmente tempo; e de frequentemente resultarem num produto final “pouco lapidado”, ou menos satisfatório do que poderia ser, digamos assim.

Essa última, aliás, é a principal razão pela qual a composição por comandos é a minha técnica favorita: a qualidade do produto final tende a ser mais alta, por uma razão simples: será possível observar de maneira objetiva se o executor fez a escritura tal qual havia sido mandado, isto é, se ele seguiu os comandos corretamente. Será possível ver se o erro foi dele (por ter falhado em executar alguma das instruções) ou se

o erro foi do planejador (por ter dado alguma instrução ruim, insuficiente ou impraticável). E, sendo possível ver onde exatamente o erro está, será possível ir exatamente até ele e corrigi-lo com precisão cirúrgica.

Antes de seguir adiante, vamos colocar em prática tudo o que você aprendeu nesse capítulo através dos exercícios.

5.4. EXERCÍCIOS

5.a. Experimente com as técnicas abordadas. Escolha um tema, de preferência um sobre o qual você já tenha estudado e já tenha material (grifos, anotações, fichamentos, etc.) e explore as diferentes técnicas de composição. Tente escrever três textos, um a partir de cada técnica.

5.b. Para treinar a composição expansiva e a composição por comandos, experimente fazer a *engenharia reversa* do texto de alguém. Pegue um texto já pronto (dica: escolha um bom, de preferência um que pertença ao modelo que você mais quer treinar no momento) e preencha uma folha de comando como se fosse a folha que teria resultado naquele texto. Tente também separar o texto em blocos e ir “comprimindo” o conteúdo, de maneira sucessiva, até chegar a uma única sentença.

6

MITOS E EQUÍVOCOS

Se você está envolvido com a filosofia há algum tempo, e principalmente se você frequenta ambientes filosóficos há algum tempo, é provável que você já tenha ouvido algumas das ideias que apresentarei abaixo serem professadas, em algum momento; ou mesmo que você as tenha sentido pairar “na atmosfera”, mesmo que ninguém as tenha professado diretamente. Meu objetivo nesse capítulo é desmistificar algumas das inverdades que muitas vezes se proliferam de forma pouco refletida entre colegas.

“Se eu praticar exegese o suficiente, ficarei bom em argumentação”

Existe uma ideia (que é difundida mais pelos corredores, eu diria, do que “oficialmente”) de que alunos de filosofia, curiosos e simpatizantes simplesmente *não podem* se portar de forma argumentativa, e consequentemente não podem escrever textos argumentativos. Essa é a ideia básica de que é preciso conquistar o “direito” de discordar de um filósofo, e que alunos e outras pessoas nas etapas iniciais de sua trajetória filosófica não têm esse direito simplesmente por estarem no começo. É a ideia de que no começo, sua “obrigação” é respeitar e reverenciar os filósofos. É quase como a filosofia do “Você sabe com quem está falando?”, só que numa versão mais intelectualizada e elegante. Aqui teríamos o “Você sabe com quem está discutindo? Quem é você

para ousar discordar dos grandes filósofos?”. Bem, precisamos falar sobre isso.

Por um lado, há um fundo de verdade por detrás dessa ideia: de fato, é salutar para os iniciantes ouvir mais do que falar. Escrever textos argumentativos é vocalizar uma opinião. Se você é um iniciante, alguém que estudou pouco, leu pouco, você possivelmente elaborou pouco a sua opinião. Não é que você não tenha direito a uma, é que ela possivelmente não atingiu o grau de elaboração requerido para ser vocalizada na forma de um *bom* texto argumentativo. Nesses casos, é preferível se abster de escrever esse tipo de texto, até segunda ordem. Até lá, talvez seja uma boa ideia focar em conhecer com profundidade o pensamento dos filósofos, algo para que a conduta exegética é o caminho mais indicado.

Por outro lado, a filosofia que descrevi acima parece trazer consigo um comprometimento que, a meu ver, é completamente errôneo. Ela de certa forma sugere que simplesmente com o passar dos anos e com o acúmulo de experiência nessa conduta exegética você adquirirá as credenciais que lhe irão legitimá-lo a vocalizar uma opinião contrária à de um filósofo importante. Isso não é verdade. Quer dizer, talvez de fato você adquira as credenciais, porque credenciais são um passaporte social, em larga medida – elas dependem de fatores sociais, de o quão “bem aceito” você é, como intelectual, num determinado círculo. Mas ter as credenciais, por si só, não garante que você será capaz de argumentar bem, ou mesmo de argumentar razoavelmente.

Se você quiser chegar, algum dia, a dominar as técnicas argumentativas para escrita de textos argumentativos, é necessário treinar essas técnicas. E é melhor treiná-las desde já. Nenhuma quantidade de treinamento exegético, por maior que seja, compensará a falta das técnicas

de argumentação. Justamente porque as ferramentas de cada estilo são diferentes, e específicas, você pode passar dez anos investindo todos os seus recursos em exegese e na escrita de textos exegéticos – ao cabo desses dez anos, você estará tão bom em argumentação quanto alguém que nunca estudou nenhuma das duas coisas.

É um erro, portanto, pensar que se você passar anos escrevendo somente textos exegéticos, em algum momento você ficará bom em escrever textos argumentativos. Tudo o que não é treinado permanece subdesenvolvido. Por isso, não perca tempo. Quanto mais cedo você começar a treinar a escrita argumentativa, ainda que sem nenhuma pretensão de tornar públicos os seus textos, ou de torná-los “oficiais”, melhor para você.

“Se eu admiro um filósofo, devo elogiá-lo, como forma de pagar tributo a ele”

Não é uma boa ideia elogiar filósofos, qualificando-os ou qualificando suas obras, passagens e citações com adjetivos como “brilhante”, “genial”, “exímio” etc. Pior ainda se os adjetivos forem superlativos.

Embora não seja completamente raro encontrar esse tipo de elogio a filósofos, sobretudo em textos exegéticos, eu recomendo evitá-los a todo custo, principalmente se você estiver escrevendo um texto argumentativo. A minha principal razão para pensar dessa forma é: elogiar é ruim porque é desnecessário. O adjetivo não vai realmente fazer diferença para a questão (exegética) sobre qual é o sentido de o que um filósofo disse, ou para a questão (argumentativa) se o que ele disse procede ou não. E, se não faz diferença, não deve estar ali. Os melhores

textos são aqueles que contêm nada menos do que o necessário e nada mais do que o suficiente para cumprir com a meta a que se propõem.

Uma outra razão pela qual penso dessa forma é que os elogios criam um clima de “fã clube”, isto é, uma atmosfera de veneração acrítica. Esse clima desfavorece a apreciação justa e caridosa de ideias, que é o que mais importa tanto àquele que está interessado em argumentar bem quanto àquele que está interessado em entender bem. A veneração turva a visão. Quando sentimos que estamos num fã clube, nos sentimos desencorajados a apreciar as ideias de alguém pelo que elas valem. Do mesmo modo que os elogios, condutas de insulto e desprezo, isto é, as apreciações hostis das ideias de um filósofo, também provocam um efeito de distorção dos propósitos do texto. Gosto especialmente da maneira como Bertrand Russel fala sobre o estudo de filósofos, e acho que ela se aplica, *mutatis mutandis*, à escrita:

Ao estudar um filósofo, a atitude certa não é reverência nem desprezo, mas primeiro uma espécie de simpatia hipotética, até que seja possível saber como é acreditar em suas teorias, e só então um renascimento da atitude crítica a que deveria se assemelhar, na medida do possível, o estado de espírito de uma pessoa que abandona as opiniões que até então sustentou. O desprezo interfere na primeira parte deste processo e a reverência na segunda. Duas coisas devem ser lembradas: que alguém cujas opiniões e teorias valem a pena estudar pode ser presumido como tendo alguma inteligência, mas é provável que nenhuma pessoa tenha chegado a uma verdade completa e final sobre qualquer assunto. Quando uma pessoa inteligente expressa uma visão que nos parece obviamente absurda, não devemos tentar provar que é de alguma forma verdadeira, mas devemos tentar entender como alguma vez veio a parecer verdadeira. Este exercício de imaginação histórica e psicológica amplia o escopo de nosso pensamento e ao mesmo tempo nos ajuda a perceber quão tolos muitos de nossos preconceitos acalentados parecerão para uma época que tem um temperamento diferente.

Russell, B. (1945). *A History of Western Philosophy*. New York: Simon and Schuster, p. 39.

A lição, portanto é: vasculhe seu texto a procura de indícios de fã clube ou opostos, e de todo e qualquer elemento que, não sendo absolutamente necessário, esteja produzindo um efeito de distorcer os propósitos do texto. Remova-os.

“Devo surpreender o leitor, para fasciná-lo e prender sua atenção”

Algumas pessoas têm essa ideia de que o texto de filosofia deve se assemelhar ao enredo literário, isto é, deve possuir qualidades literárias, como a introdução súbita de novos “personagens”, ou acontecimentos inesperados. Essas pessoas tendem a tentar surpreender o leitor no meio do texto com o surgimento de elementos inteiramente inusitados que não haviam sido aludidos na introdução, ou com “guinadas” no rumo das conclusões a que o texto está levando.

Poucas coisas são tão ruins quanto isso, tanto para a experiência do leitor quanto para a apreciação da qualidade de um texto filosófico. Textos de filosofia não são filmes de ação. Eles não sustentam plot twists, ao menos não sem penalizar instantaneamente sua percepção de qualidade.

Se você quer agradar o seu leitor e mantê-lo interessado, o caminho é outro. Guarde essa dica: tudo o que é inesperado e tudo o que não está bem explicado acrescenta esforço intelectual ao leitor. Esses elementos entram na “economia” mental do leitor como débitos, isto é, eles taxam o leitor, subtraem de sua “energia cognitiva”, por assim dizer. Isso porque o leitor precisará arcar com a tarefa de estabelecer relações, que era algo que você, autor, deveria ter estabelecido por ele. Os melhores textos de filosofia são aqueles que precisamos fazer o mínimo de

esforço para ler e compreender. Consequentemente, são aqueles que seguem o curso mais previsível.

Por isso, não tenha medo de dar spoilers. Eu sempre recomendo adicionar um spoiler, de preferência na introdução, “avisando” ao leitor o que é que você vai fazer no texto, em qual ordem vai fazer, e o que vai acontecer após essas coisas terem sido feitas. Se quer um texto muito “emocionante”, por assim dizer, escreva um texto cujo spoiler seja instigante (e inclua o spoiler instigante na introdução).

Jim Pryor também recomenda incluir spoilers parciais, antes de cada nova sessão ou cada novo parágrafo, bem como antes de citações e apresentações de argumentos. Isso pode ser feito adicionando sentenças como “Antes de dizer o que há de errado com esse argumento, quero...”, “As passagens seguintes sugerem que...”.

Pryor chama isso de “placas de sinalização”. Os melhores textos de filosofia costumam ter muitas placas de sinalização. Aqui estão mais alguns exemplos, fornecidos por ele, que são especialmente úteis para textos argumentativos e mistos:

Acabamos de ver como X diz que P. Apresentarei agora dois argumentos que não-P. Meu primeiro argumento é...

Meu segundo argumento de que não-P é...

X pode responder aos meus argumentos de várias maneiras. Por exemplo, ele poderia dizer que...

No entanto, esta resposta falha, porque...

Outra maneira que X pode responder aos meus argumentos é alegando que ...

Esta resposta também falha, porque...

Portanto, vimos que nenhuma das respostas de X ao meu argumento de que o não-P foi bem-sucedida. Portanto, devemos rejeitar a afirmação de X de que P.

Defenderei a opinião de que Q.

Existem três razões para acreditar Q. Em primeiro lugar...

Em segundo lugar...

Em terceiro lugar...

A objeção mais forte a Q diz que...

No entanto, esta objeção não obteve sucesso, pelo seguinte motivo...

“Devo mostrar que sei o máximo possível sobre um tópico”

Um erro fácil de cometer ao escrever um texto filosófico é ficar ávido para mostrar o quanto se sabe. Isso se deve em parte a fatores psicológicos (seremos avaliados pelo texto, portanto queremos causar a melhor impressão possível, e temos medo de parecer que não lemos muito). E, em parte, é fruto de uma certa filosofia, que é propagada indiretamente, que eu chamo de filosofia do “quanto mais, melhor”. Quanto mais comentadores você citar, melhor. Quanto mais passagens elucidativas, melhor. Quanto mais longas as citações, melhor. Quanto mais notas de rodapé, melhor.

Esse foi um erro que eu cometi muitas vezes, um vício que precisei trabalhar para perder, e que muitas vezes retorna, se eu não cuidar e me mantiver atenta. A filosofia do quanto-mais-melhor é falsa. Não é verdade que quanto mais elementos você puder reunir no mesmo espaço, melhor. Se você aplicar essa filosofia com o intuito de parecer que sabe muito, tudo que conseguirá no final das contas é parecer meio confuso e desesperado. O excesso de elementos, e principalmente o excesso de elementos pouco relacionados, atrapalha a fluidez do texto.

Jim Pryor sugere que façamos o seguinte exercício: devemos fingir que o leitor é preguiçoso, estúpido e mesquinho. Ele é preguiçoso: se você introduzir uma quantidade muito grande de elementos, ele ficará aborrecido e perderá o interesse. Ele é estúpido: dê a ele excesso de informações, e acontecerá a pior coisa que poderia acontecer – ele não vai te compreender. Porque não consegue processar tantos dados. E ele é mesquinho: ele assumirá que o excesso significa que você está enrolando, ou tentando compensar pela falta de algo. Pode ser a falta de bons argumentos, pode ser a falta de originalidade, enfim. Ele está de saída inclinado a ver o que você faz com maus olhos.

Sendo assim, a recomendação é não incluir no texto informações importantes ou interessantes apenas porque elas são importantes e interessantes. Ou as informações te ajudam diretamente a cumprir com o objetivo a que você se propôs no texto, ou não devem ser incluídas.

“Meu texto deve possuir uma aura de mistério, para se destacar dos demais”

Dos mesmos criadores de “Devo surpreender o leitor para fasciná-lo”, aqui temos uma outra versão da ideia de que o texto de filosofia deve incorporar artifícios para “capturar” a atenção do leitor. Na primeira versão desse mito, tínhamos a noção de que era preciso incluir plot twists no texto para manter o leitor atento. Aqui temos uma noção avizinhada: a de que é preciso cuidar para não ser *inteiramente* claro, porque se um texto for inteiramente claro, o leitor vai lê-lo, compreendê-lo todo de primeira e em seguida esquecê-lo para sempre. Não vai admirá-lo, nunca mais voltará a ele para descobrir mais coisas, para desvelar novas camadas de sentido, para se encantar novamente. Ou

seja, essa é a ideia de que um texto límpido, 100% claro, terá uma existência efêmera para o leitor, e consequentemente será só mais um texto na multidão...

Poderia haver um fundo de verdade por detrás dessa ideia, se o que estivéssemos discutindo fossem textos literários. Afinal, é possível que pelo menos alguns dos nossos livros de literatura favoritos tenham tido essa qualidade: são livros com *alguma* dose de mistério. Não sabemos se Capitu realmente traiu Bentinho, não sabemos por que exatamente Hamlet hesitou tanto para dar cabo do tio... é possível que a cada nova vez que lemos esses textos, nos sintamos mais inclinados a entendê-los de uma maneira diferente, ou de outra. Para textos de filosofia, no entanto, essa ideia (de que é preciso artifícios de mistério) não poderia ser mais equivocada. A razão disso é a seguinte: tornar um texto filosófico “misterioso” quase sempre significa sacrificar a clareza. Os melhores textos de filosofia são aqueles que apresentam a virtude da clareza na maior proporção, o que significa: zero mistério.

Como A. P. Martinich destaca, “é embaraçoso para um filósofo pregar sobre clareza, porque muitos escritos filosóficos carecem dessa qualidade. No entanto, a clareza continua sendo um ideal” (2005: 145), isto é, continua sendo algo que devemos buscar, *sempre*. Desapegue-se da ideia de querer prender a atenção do leitor sendo elusivo. Se você quer que o seu leitor se lembre do seu texto, admire-o e deseje voltar a ele no futuro, busque cativá-lo fazendo o oposto: faça com que ele te admire pela sua forma única de levá-lo a *compreender* algo que antes ele não compreendia. Seja o autor mais instrutivo que ele já leu na vida.

Não há razões para se escrever intencionalmente de forma ambígua, obscura, imprecisa ou indeterminada (em suma: de forma

misteriosa). Ser claro é uma obrigação do autor de um texto de filosofia, seja ele de que tipo for. E uma vez que clareza possui um componente subjetivo (o que é claro para determinada pessoa em determinado momento pode não ser claro para outra pessoa em outro momento), é sempre preferível pecar pelo excesso do que pela falta. É melhor correr o risco de falar coisas óbvias, do que o risco de soar confuso.

Uma outra questão, paralela a esta, é quando o ar “misterioso” de um texto não é intencional, e sim accidental. Você possivelmente já esteve numa discussão em que a pessoa disse uma frase que poderia significar diversas coisas e, diante da sua perplexidade, emendou: “Não se faça de desentendido, você sabe muito bem o que quero dizer”. Numa situação como essa, a pessoa tentou falar de uma forma que para ela estava muito clara, mas não atingiu o grau de clareza *necessário* para seus êxitos. Querendo ser objetiva, ela foi obscura.

Situações análogas a essa não podem acontecer entre você e seu leitor. Você sempre deve dizer o que tem para dizer de uma maneira que a frase acima nunca possa surgir, ou seja, você deve explicar imediata e exatamente o que quis dizer, quando sentir que o que você disse dá margem para interpretações. Não deve haver margem para interpretações.

“Isso significa que terei de explicar tudo, tudinho?”, alguém poderia perguntar. “*Todos* os termos que eu usar, devo definir; todas as frases que eu escrever, devo desambiguar, etc.? Mas se eu fizer isso, não vou ultrapassar o limite de páginas?” Não é exatamente assim que funciona, na realidade. O que você deve procurar é o melhor compromisso possível entre concisão e explicação. James Pryor diz: “Seja conciso, mas explique-se completamente” – essas duas demandas parecem nos impelir em direções contrárias; é como se a primeira dissesse “escreva

pouco” e a segunda dissesse “escreva mais”. Porém na realidade, se compreendermos o verdadeiro espírito de cada uma dessas exigências, veremos que elas são compatíveis e até mesmo complementares.

Ser conciso significa não divagar. Significa ir do ponto A até o ponto B traçando a linha mais reta que for possível, isto é, fazendo somente as intervenções elucidativas que forem necessárias. Explicar-se completamente significa fazer essas intervenções *bem*. Não, fazê-las em excesso, não desperdiçar linhas.

Procure sempre por esse compromisso entre explicação e concisão, entre clareza e comprimento, de modo a terminar com um saldo positivo em termos de clareza e tamanho. Tente ficar acima do nível mínimo de clareza e abaixo do limite de tamanho. Para nunca se esquecer disso, memorize a máxima wittgensteiniana: “Tudo o que pode ser dito pode ser dito claramente”. Ao terminar de escrever algo, pergunte-se: isso pode ficar mais claro? Isso pode ficar menor? Como isso pode ficar mais claro & mais curto?

“Variedade é uma virtude em si mesma”

Há uma convenção não escrita que diz que é necessário variar, para não repetir palavras. Assim, se na primeira frase do parágrafo escrevi “homem”, na frase seguinte devo escrever “ser humano”, e na subsequente devo escrever “pessoa humana”, e na próxima, “ente”.

Há algo remotamente correto aqui, que é: a repetição de palavras é desagradável, quando excessiva. Mas, de modo geral, o que essa convenção estabelece é algo completamente equivocado. Não há vantagem alguma em fazer substituições apenas por fazer. Variedade não é uma

virtude, especialmente se os termos sendo variados forem termos centrais, ou nomes de filósofos.

Na realidade, nomes de filósofos é uma matéria controversa, já que em muitos textos exegéticos encontramos esse tipo de substituição. Você certamente já deve ter lido algum texto exegético em que o autor faz isso. Na primeira frase do parágrafo ele se refere a Aristóteles pelo nome “Aristóteles”. Na segunda vez em que a menção ao autor é feita, ele utiliza “o autor da *Ética a Nicômaco*”. Na terceira, utiliza “o estagi-rita”. E, na quarta, “o discípulo de Platão”.

É possível que isso seja feito apenas porque é uma questão de convenção, isto é, como o autor já viu muitas pessoas fazendo, ele faz também. Mas eu diria que é uma convenção com a qual talvez valha a pena romper. Não há vantagem intrínseca nessas substituições, pelo contrário. Você se lembra do leitor preguiçoso de Jim Pryor? Então. Essa variação de termos cansa o leitor e o deixa ainda mais preguiçoso, porque taxa o seu sistema cognitivo sem entregar nenhum benefício em troca. Na dúvida, evite. Facilite a vida do leitor.

“Se eu aplicar muito bem as técnicas de composição, meu draft ficará bom o suficiente para ser o texto oficial”

Há uma frase, atribuída a Ernst Hemingway, que para mim é quase um mantra: “toda primeira versão de qualquer coisa quase sempre é uma porcaria”. Drafts são primeiras-versões. Quase sempre eles serão ruins, mesmo, se comparados ao que o texto acabado precisa ser.

Nenhuma quantidade de diligência na aplicação de técnicas de composição te liberará da *reescrita*. As técnicas de composição, se bem aplicadas, garantem um bom draft. Mas nenhum draft é bom suficiente

para dispensar a realização dessa etapa posterior, que é a reescrita. Re-escrever é lapidar e polir. É fazer todas as subtrações e substituições bem-vindas para deixar o texto ainda melhor, mas não é uma mera cereja do bolo. É algo que faz muita diferença para a qualidade da versão final.

Os melhores textos filosóficos passam por diversas versões entre o draft (que é a primeira versão apresentável) e a versão final. Algumas das modificações que um draft sofre são realizadas para incorporar sugestões, comentários e apontamentos feitos por outras pessoas – em geral você submeterá o draft ao seu tutor, ou a um colega mais avançado, para que ele aprecie e identifique problemas. Ele poderá sugerir acréscimos, subtrações e modificações, tanto de conteúdo quanto de forma. É altamente recomendável editar esse draft após recebê-lo de volta com os devidos comentários, transformando-o numa segunda versão.

Caso você queira pedir a mais de uma pessoa para lê-lo, eu indico pedir a uma pessoa de cada vez. Receba os comentários do primeiro leitor, edite o draft para incorporá-los, gerando a segunda versão. Submeta a segunda versão à segunda pessoa escolhida. Receba-o de volta com comentários e edite, criando a terceira versão, e assim por diante. Vá mantendo as versões anteriores guardadas, mas não misture as versões. Se você já está na versão três, por exemplo, não edite mais a versão dois.

A. P. Martinich (2005: 76) apresenta algumas sugestões de melhoria que você pode fazer por conta própria, nas versões finais, independentemente dos comentários que venha a receber de terceiros. Aqui estão algumas delas, adaptadas para o universo da língua portuguesa:

- Tente encontrar verbos mais interessantes para substituir uma expressão que contenha alguma forma do verbo “ser”, especialmente quando houver algum substantivo abstrato envolvido. Em vez de “Meu argumento será”, experimente “Vou argumentar isso”.
- Transforme construções passivas em ativas. Em vez de “A existência de universais foi provada por Platão”, use “Platão provou a existência de universais”.
- Evite o excesso de substantivações, transformando construções substantivadas em orações com verbo no infinitivo. Em vez de “A reconstrução do argumento de Kant é difícil”, escreva “Reconstruir o argumento de Kant é difícil”.
- Use orações subordinadas e coordenadas. Em vez de “Aristóteles tentou conceber uma teoria mais naturalista dos universais. Ele elaborou uma teoria dos universais imanentes”, experimente “Ao tentar conceber uma teoria mais naturalista dos universais, Aristóteles elaborou uma teoria dos universais imanentes”.
- Evite qualificação desnecessária ou não informativa. Em vez de “A posição de Platão não é realmente contraditória”, use “A posição de Platão não é contraditória”.
- Reduza frases complexas. Em vez de “Russell faz uso desta construção”, use “Russell usa esta construção”.
- Deixe os antecedentes dos pronomes claros. Considere este fragmento: “Aristóteles lutou muito para conceber uma visão mais naturalista da teoria dos universais de Platão. Este é o tema deste ensaio”. Qual é o tema do ensaio, aqui? É a teoria de Platão, a visão de Aristóteles ou a luta de Aristóteles para conceber uma visão mais naturalista? Se assumirmos que é o último, então uma sugestão de reescrita é: “Aristóteles lutou muito para conceber uma visão mais naturalista da teoria dos universais de Platão. Esta luta é o tema deste ensaio”.

- Substitua frases por palavras que signifiquem a mesma coisa, se houver: Em vez de “A palavra substância tem dois significados”, escreva “A palavra substância é ambígua”.

Eu recomendo deixar a versão do texto que será editada “decantar” por pelo menos um dia, antes de ser submetida a um processo de reescrita para incorporar dicas como as de Matinich. Isso quer dizer que você deve ficar afastado desse texto por algum tempo antes de realizar essa etapa. Isso o ajudará a conseguir enxergar melhor as oportunidades de melhoria. Além disso, pode ser necessário realizar mais de uma camada de reescrita. Considere também que sua facilidade em enxergar e realizar essas substituições tende a melhorar exponencialmente com a prática. Cultive-a, portanto.

Adicionalmente, é importante submeter seu texto à revisão ortográfica e gramatical (de preferência antes de entregá-lo a outra pessoa para ler), o que você pode fazer utilizando um software.

“Termos técnicos possuem cidadania universal”

Um equívoco recorrente que acomete textos de filosofia, independe do estilo, é a ideia de que termos técnicos podem ser empregados sem mais, desde que não sejam o objeto central do texto. Em outras palavras, é a ideia de que a partir do momento em que o leitor pegou um texto filosófico a respeito do assunto X para ler, ele tem a obrigação de saber o que os termos técnicos que pertencem ao universo semântico de X significam. Esse hábito resulta na presença, no texto, daquilo que eu costumo chamar de “termos estrangeiros sem documento”.

Deixe-me explicar o que a analogia representa. Em primeiro lugar, o fato de que você, autor, já foi tratado no passado como alguém que

tinha obrigação de conhecer determinados termos técnicos nos textos que lia não significa que você deve repetir o ciclo, e tratar o seu leitor assim. Use de bom senso para adaptar seu texto ao público que irá lê-lo. Embora haja um certo número de termos técnicos que de fato são de conhecimento quase que obrigatório para qualquer filósofo – termos como “hipótese”, “premissa”, etc. – a maioria dos termos técnicos que pertencem a uma determinada área *pertencem* àquela área, de modo que apenas os especialistas naquela área têm obrigação de conhecê-los. Se você for um especialista naquela área e estiver escrevendo para outros especialistas, seus termos técnicos possivelmente terão “cidadania” no seu texto.

No entanto, se a situação não for exatamente essa – se você não é especialista na área e/ou não está escrevendo para especialistas, termos técnicos pertencentes a uma determinada área serão *estrangeiros* no seu texto. Eles não são cidadãos do seu texto. O que isso significa? Que eles devem estar sempre acompanhados de seu “passaporte”. O passaporte, que lhes garante o direito de estar li, é uma definição, ainda que superficial e provisória, que você deve fornecer.

Por exemplo, termos como “casos gettier”, “derrotadores”, e “evidência de ordem superior” são cidadãos da epistemologia contemporânea. Eles só têm permissão para andar sem passaporte em textos de epistemologia contemporânea, escritos por e para pessoas dessa área. Em qualquer outro lugar (isto é, tipo de texto) aonde esses termos venham a aparecer eles precisam de passaporte, isto é, precisam ter sido definidos, preferencialmente na sua primeira aparição no texto. Certifique-se, portanto, de emitir passaporte para todos os “cidadãos

estrangeiros” do seu texto, para que eles não fiquem lá clandestinamente, sem documentação.

Essa tarefa de emissão de passaporte, ou de fornecer definições para termos “estrangeiros”, deve ser feita da forma mais simples e direta possível, porém explícita – acrescentando uma frase do tipo “O conceito de derrotador é utilizado por epistemólogos contemporâneos para se referir a...”. Inclua tantas informações relevantes acerca daquele termo técnico quantas forem necessárias para garantir sua compreensão por parte de leitores de fora da área. “Preencha os campos do passaporte” com identificação suficiente, se você gostou da analogia.

Se você quiser conhecer melhor os termos “cidadãos” de todas as “nacionalidades” filosóficas, para ser capaz de defini-los melhor no seu texto, uma excelente fonte em português é a *Enciclopédia dos Termos Lógico-Filosóficos* (2006), organizada por Branquinho, Murcho & Gomes.

“Só quem sabe lógica formal está apto a escrever textos argumentativos”

Como nos equívocos anteriores, aqui temos um mito, com um fundo de verdade. A parte mitológica aqui é que é preciso saber lógica “hardcore” para poder escrever textos argumentativos. Isso não é necessário. Se você souber um pouco de lógica você já pode iniciar sua jornada. Principalmente se você estiver treinando para melhorar seus textos argumentativos, não se preocupe em estudar lógica formal primeiro, ou em saber fórmulas e notações primeiro, para só depois começar a escrever. Comece já.

Já o fundo de verdade por trás da afirmação é que, de fato, só quem sabe pelo menos um pouco de lógica conseguirá escrever bons textos

argumentativos. Se você não souber o que são argumentos e alegações; se você não souber o que se segue de quê, como distinguir um argumento válido de um inválido, etc., ficará difícil produzir um texto bom na categoria argumentativa. Você deve procurar assimilar esses conteúdos.

Além de estudar esses conteúdos por eles mesmos, também é recomendável tê-los à mão, de algum modo, para poder consultá-los e revisita-los. Os conteúdos de lógica são extensos e não podem ser adquiridos todos de uma só vez. Você sempre precisará voltar a eles, para se aprofundar, até conseguir construir um bom entendimento. (Isso não quer dizer que até lá você não possa já ir escrevendo, mas sim que você não deve negligenciar nem procrastinar com isso.)

Duas boas fontes em língua portuguesa que vale a pena consultar são *Introdução à Lógica* (2001), de Cézar Mortari; e *Pensamento Crítico: o poder da lógica e da argumentação* (2009), de Walter Carnielli e Richard Epstein, sendo que o segundo é especialmente útil para ajudar na escrita.

Adicionalmente, deve-se considerar o seguinte: saber lógica é como saber gramática: trata-se de deter o conhecimento de regras. Porém isso, por si só, não garante a escrita de bons textos. Como Joel Feinberg destaca,

Uma pessoa que (...) sempre pode reconhecer e chamar pelo nome uma falácia lógica quando vê uma está preparada para não cometer erros de escrita, mas até que ela saiba mais do que isso, ela não está preparada para escrever um bom artigo. Para ser um bom artigo filosófico, um ensaio deve fazer mais do que evitar erros; deve também manifestar virtudes positivas.

Feinberg, Joel (2014). *Doing Philosophy: A Guide to the Writing of Philosophy Papers*. Wadsworth, Cengage Learning, p. 107.

Lembre-se disso, portanto. Saber lógica é importante, mas não é tudo. Você deve cultivar as virtudes da escrita argumentativa.

“Só pessoas verdadeiramente eruditas são qualificadas para escrever textos exegéticos”

Como no equívoco anterior, isso é um mito, com algo remotamente verdadeiro por trás. O que há de verdadeiro aqui é que, realmente, muitas das pessoas que escrevem textos mais exegéticos, e que escrevem esse tipo de texto *bem* são, sim, bastante eruditas. São pessoas com profundo conhecimento de diversas línguas estrangeiras, especialmente da(s) língua(s) original(ais) em que suas fontes primárias foram escritas. Quer dizer, se estamos falando de alguém que escreve sobre Platão, por exemplo, e que escreve *bem*, essa pessoa possivelmente sabe muito grego. Sabe grego o suficiente para ler Platão no original com a maior naturalidade do mundo, e com a capacidade de identificar sutilezas linguísticas no texto. Do mesmo modo como você, falante de português, quando lê as palavras “deixar” e “permitir” sabe, intuitivamente, que as duas são sinônimas mas segunda é mais séria do que a primeira, alguém com conhecimento profundo de uma língua estrangeira tem esse nível de percepção. Ela consegue perceber esse tipo de diferença na língua.

Além disso, esse tipo de pessoa costuma possuir uma cultura geral muito vasta, ao menos no que diz respeito à “macro-área” de seu interesse. Novamente, se é um estudioso de Platão, espere dele que tenha um conhecimento bastante amplo sobre tudo o que é grego: história da Grécia, cultura grega, poesia grega, etc. Não é raro essa pessoa já ter ido à Grécia mais de uma vez, com propósitos de estudo. Muitas vezes, toda

essa bagagem cultural é construída ao longo de décadas. Às vezes desde criança, outras vezes não.

Agora, a parte mitológica nessa ideia é a de que só quem é esse tipo de pessoa pode escrever textos exegéticos. Isso é um erro. Eu não acredito que alguém que tenha praticado suficientemente as ferramentas requeridas para a escrita de um texto exegético não possa chegar a escrever tão bem quanto os mais eruditos apenas por possuir uma bagagem mais modesta. Da mesma forma, a bagagem cultural por si só não garante a qualidade dos textos. O que dissemos na discussão do mito anterior, sobre dominar lógica, vale aqui, quanto à erudição: tê-la não garante nada. É apenas algo que está tipicamente presente e que pode contribuir.

Se esse tipo de trabalho lhe interessa, comece a praticá-lo o quanto antes. Escolha alguns “heróis intelectuais” (pessoas que são como você queria ser), para se inspirar. Ensaie imitar seu estilo. Trabalhe duro. Cultive o interesse por tudo o que diz respeito à área que você selecionou. E, naturalmente, comece o quanto antes a estudar o idioma estrangeiro em questão. Isso porque ser capaz de ler no original não é apenas uma expectativa formal da academia, uma mera formalidade. É algo que de fato pode fazer diferença para a qualidade dos estudos e, conseqüentemente, dos textos a serem escritos. Jogue o jogo longo. Busque *acumular* essas habilidades.

7

RESPOSTAS DOS EXERCÍCIOS

Aqui está a resolução comentada de todos os exercícios propostos ao longo do livro. Alguns deles envolvem respostas pessoais, outros podem ter mais de uma resposta. Não é meu objetivo exaurir as questões, mas apenas fornecer algumas respostas plausíveis.

EXERCÍCIOS DO CAPÍTULO 1

1.a. A resposta é pessoal. No entanto, se os últimos textos que o leitor tiver lido forem textos de grandes filósofos, ou simplesmente textos de filósofos (por oposição a artigos, manuais e livros escritos por professores de filosofia e alunos de filosofia), a lição a ser extraída é a seguinte: nenhum texto *de filósofo* é só exegético. Nenhum filósofo se restringe a interpretar o que outros filósofos disseram. Por mais que o estilo pessoal do filósofo contenha traços mais assemelhados àqueles que identificamos como sendo os traços do estilo exegético, e muitos são assim, todo filósofo defende uma certa visão de mundo “contra” outros (possivelmente contra outros filósofos) que a rejeitam. Isso ainda que os aspectos “defensivos” e “combativos” estejam completamente encobertos, não-explícitos, no texto. Todo texto de filósofo é, portanto, ou argumentativo ou misto. Apenas estudantes de filosofia (dentro da academia ou fora dela) escrevem textos que eventualmente são só exegéticos.

1.b. Aqui, temos uma espécie de pegadinha. O leitor pode ter sido induzido a achar que o pensador “de força própria” do qual Schopenhauer fala seria aquele que escreve textos argumentativos, e que o “filósofo livresco” seria aquele que escreve textos exegéticos. Isso porque dissemos, ao longo do capítulo um, coisas como: o autor de textos argumentativos defende sua opinião pessoal (onde pode ser entendido: sua opinião *própria*); o autor de textos exegéticos, por outro lado, é mais erudito; além disso sua tarefa é mais a de explicar o que *outros* pensaram (...). O exercício 1.b. foi incluído justamente para pegar esse mal-entendido em flagrante. Tudo o que dissemos sobre a caracterização dos estilos filosóficos argumentativo e exegético **não significa** que o autor de textos exegéticos não tenha ideias próprias, nem que o autor de textos argumentativos seja um grande filósofo tremendamente original e revolucionário. Essas correlações são equivocadas. Tanto o autor de textos argumentativos quanto o de textos exegéticos podem ser o “pensador de força própria”, assim como tanto um quanto o outro podem ser o “filósofo livresco” de Schopenhauer. Tudo vai depender de como executam suas respectivas tarefas. Muitos fatores pesam para a qualidade da execução, como os demais capítulos deixam claro; sendo que um dos principais é a originalidade das hipóteses em jogo num texto. Quanto mais originais e fortes são as hipóteses (de leitura no caso de textos exegéticos; e argumentativas, no caso dos textos argumentativos), mais “força própria” tem o autor.

1.c. A resposta aqui é pessoal, mas a ideia é que, com base nas caracterizações de argumentação e exegese oferecidas, pode ser difícil imaginar tanto um texto exegético quanto um argumentativo

provocando no leitor a vontade de ser um grande amigo da pessoa que escreveu. A razão disso está na forma como descrevemos cada estilo. Descrevemos os textos argumentativos como dotados de uma espécie de caráter “bélico”, já que envolvem disputas; e quem quereria ser amigo de pessoas briguentas e impicantes? Já os textos exegéticos foram descritos como rebuscados e eruditos, quase como peças de *fine art*. Parece que eles causam um distanciamento entre leitor e autor; o leitor olha para o autor “de baixo para cima”, por assim dizer. E quem consegue se sentir verdadeiramente amigo de uma autoridade? O exercício 1.c. foi incluído aqui justamente para romper com essa atmosfera caricatural que o capítulo pode ter causado. Bons textos, tanto os mais argumentativos quanto os mais exegéticos, sempre podem causar no leitor o sentimento de quase-amizade, e considero isso uma virtude num texto filosófico. É uma virtude porque significa que autor e leitor se entenderam. Houve cumplicidade entre eles, o que significa que tanto um quanto o outro atingiram os êxitos pretendidos: o leitor conseguiu compreender, ou se convencer, de algo; e o autor conseguiu mostrar aquilo que queria mostrar.

EXERCÍCIOS DO CAPÍTULO 2

2.a. Em todos os excertos apresentados o autor vocaliza sua opinião utilizando a primeira pessoa do singular e se expressa de maneira simples, semelhante à nossa fala ordinária, sem utilizar termos rebuscados, hipérbatos, frases longas ou jargão. Em todos eles conseguimos enxergar uma disputa entre dois pontos de vista, na “frente” ou no “background”; ou pelo menos uma versão mais enfraquecida de uma disputa, que seria um contraste entre dois pontos de vista possíveis frente a uma mesma

situação. Nenhum dos excertos faz menções à figura de comentadores, ou à tentativa de tornar claro algo que está obscuro no texto de alguém. A intenção dos autores sempre é a de apresentar a disputa, ou contraste de visões, e tomar posição frente a ela.

2.b.

Excerto 1 – persuasivo (de defesa)

Excerto 2 – equilibrado

Excerto 3 – persuasivo (de ataque)

Excerto 4 – equilibrado com terceira via

Excerto 5 – persuasivo terapêutico

Excerto 6 – especulativo

Excerto 7 – equilibrado (tipo semelhanças e diferenças)

2.c.

Excerto 1 – O autor afirma, nas sentenças finais, que vai defender a hipótese do código único.

Excerto 2 – É sugerido que o autor vai apresentar a teoria conhecida como prescritivismo, em seguida vai apresentar a TCA (teoria causal da ação), e em seguida vai mostrar como a segunda tem uma vantagem explicativa sobre a primeira – ela consegue explicar algo que a primeira não consegue.

Excerto 3 – O autor afirma que o que pretende fazer é mostrar uma falha no argumento de Jackson & Pettit.

Excerto 4 – Os autores anunciam uma proposta alternativa às duas hipóteses concorrentes, de Holton e de Mele.

Excerto 5 – O autor anuncia sua proposta de mostrar que aquilo que costuma ser visto como um problema na realidade é um pseudo-problema.

Excerto 6 – O texto se ocupa de uma pergunta complexa, para a qual há hipóteses de resposta, mas para nenhuma dessas hipóteses podemos ter uma prova “definitiva”. Trata-se da pergunta sobre em que ponto da cadeia evolutiva, exatamente, está a divisão entre criaturas dotadas e consciência e não dotadas.

Excerto 7 – O autor anuncia que a proposta do texto é comparar duas versões da lógica clássica extensional, apontando semelhanças e diferenças importantes entre elas.

2.d.

Excerto 1 – A disputa, que não está diretamente sob o holofote, é entre defensores e críticos da hipótese do código único.

Excerto 2 – A disputa é entre teorias prescritivistas e teorias causais da ação. Também podemos pensar nela como sendo a disputa entre autores que acham que ações acráticas não podem ser explicadas porque não existem (como Sócrates e Hare, por exemplo) e aqueles que acham que elas existem e podem ser explicadas (como Mele, o autor do texto).

Excerto 3 – A disputa aqui é entre o autor, Rowlands, e seus adversários diretos, Jackson & Pettit.

Excerto 4 – A disputa aqui é entre Richard Holton e aqueles que, como ele, acham que akrasia não é a mesma coisa que fraqueza de vontade, de um lado; e Mele e aqueles que, como ele, acham que é a mesma coisa, por outro.

Excerto 5 – Aqui a disputa é entre aqueles que julgam que o problema de como explicar o surgimento do universo a partir de uma causa exterior é um problema genuíno, de um lado; e aqueles que, como o autor do texto, julgam que esse é um falso problema, do outro.

Excerto 6 – A disputa, no background, é entre aqueles que acham que é possível definir exatamente a partir de que ponto na escala evolutiva os seres vivos começam a ter consciência e aqueles que acham que isso não é possível, e que se trata, portanto, de um problema insolúvel.

Excerto 7 – Aqui não há uma disputa num sentido estrito, e sim um contraste entre as duas formulações da lógica que estão sendo comparadas e, eventualmente, entre as razões que pessoas venham a ter para preferir uma em detrimento da outra.

2.e.

Excerto 1 – “A hipótese do código único é capaz de explicar um dos aspectos importantes da imaginação”.

Excerto 2 – “Teorias causais da ação são capazes de explicar ações acráticas”.

Excerto 3 – “A distinção entre explicações de processos e explicações de programas não obtém os êxitos esperados”.

Excerto 4 – “Nem Mele nem Holton estão certos quanto à relação entre fraqueza de vontade de acrasia; nós estamos”.

Excerto 5 – “O problema de como explicar a criação por causas externas é um falso problema”.

Excerto 6 – “Não há como saber se outras criaturas são ou não conscientes”.

Excerto 7 – “Há importantes semelhanças e diferenças entre a formulação padrão da lógica clássica extensional e certa formulação alternativa”.

2.f. Pessoal.

EXERCÍCIOS DO CAPÍTULO 3

3.a. Em todos os resumos é perceptível a pretensão do autor de contribuir para uma expansão da compreensão que se tem acerca de algum aspecto da obra de algum filósofo específico, podendo esse aspecto ser uma teoria inteira, um conceito, uma influência, uma passagem textual ou mesmo uma mudança de posicionamento. Com poucas exceções, os resumos são escritos utilizando primeira pessoa do plural ou construções impessoais (exceções seriam alguns momentos dos excertos cinco e seis); e não é feita menção a disputas entre pontos de vista. Em alguns momentos podemos identificar uma tendência, ainda que discreta, de utilizar termos que na nossa linguagem ordinária seriam pouco corriqueiros. Por exemplo, o excerto 1 utiliza o termo “influxo” onde poderia ter utilizado “influência”, e “clivagem” onde poderia ter utilizado “distinção”; no excerto 2 vemos o autor utilizar “locus” onde poderia ter usado “foco”.

3.b.

Excerto 1 – diacrônico comparativo

Excerto 2 – sincrônico comparativo (um conceito em dois autores)

Excerto 3 – sincrônico clássico

Excerto 4 – diacrônico clássico

Excerto 5 – sincrônico aplicado

Excerto 6 – sincrônico comparativo (dois conceitos em um autor)

Excerto 7 – diacrônico comparativo

3.c.

Excerto 1 – O texto investiga a influência de uma filosofia antiga, a filosofia grega clássica, sobre certos debates contemporâneos (os debates acerca da teoria quântica no século XX).

Excerto 2 – O texto compara o que dois filósofos (Husserl e Foucault) pensaram acerca de uma mesma questão: a questão do corpo humano e sua relação com as normas.

Excerto 3 – O autor anuncia que seu objetivo é interpretar a passagem 359d do Livro II da República, de Platão.

Excerto 4 – O autor especifica que seu intuito no artigo é investigar as razões por trás da mudança de posição de um filósofo, Bertrand Russell, ao longo do tempo.

Excerto 5 – O resumo deixa claro que a proposta do texto é aplicar a aplicação do repertório ético de um filósofo (Sartre) ao ambiente empresarial.

Excerto 6 – O autor afirma que seu objeto de estudo são dois elementos dentro da obra de Pascal: as reflexões do filósofo sobre o julgamento moral, e suas reflexões sobre os delitos morais.

Excerto 7 – O texto investiga a recepção da obra de Aristóteles pelos autores da Escolástica colonial americana.

3.d.

Excerto 1 – Quer-se tornar mais clara a maneira como Werner Heisenberg relacionou filosofia grega e teoria quântica.

Excerto 2 – Quer-se ampliar a compreensão sobre qual a relação entre a proposta otimizadora de Husserl e a crítica de Foucault ao bio-poder.

Excerto 3 – Quer-se tornar mais clara a identificação de Gyges na passagem 359d.

Excerto 4 – Quer-se compreender como a epifania provocada pelo envolvimento de Russell com sua amante levou a uma transformação no pensamento do filósofo.

Excerto 5 – Quer-se compreender como a ética existencialista seria capaz de contribuir para mudanças práticas na ética dos negócios e na tomada de decisões gerenciais dentro do ambiente corporativo.

Excerto 6 – Quer-se tornar mais clara a explicação que Pascal dá acerca de como fazemos juízos morais e como avaliamos delitos.

Excerto 7 – Quer-se ampliar a compreensão que se tem do papel exercido pelo pensamento aristotélico dentro da teoria do preço desenvolvida pela Escolástica colonial americana.

3.e. Pessoal.

EXERCÍCIOS DO CAPÍTULO 4

4.a. Em todos os excertos apresentados é possível identificar que proposta requer uma tarefa dupla, que envolver interpretar textos e tomar posições. Esses dois elementos, interpretativo e disputativo, estão mesclados de diferentes maneiras, em cada texto. O que é comum a todos é que a argumentação que se está para fazer requer que se esteja comprometido com a defesa de uma certa maneira de interpretar os textos, e que a maneira selecionada para interpretar os textos o é em contraposição a outras maneiras (ou seja, é vista, direta ou indiretamente, como contando com argumentos a favor).

4.b.

Excerto 1 – exegético-argumentativo tipo reescrevendo a história

Excerto 2 – exegético-argumentativo atributivo

Excerto 3 – exegético-argumentativo tipo leitura crítica

Excerto 4 – exegético-argumentativo atributivo

Excerto 5 – exegético-argumentativo tipo reescrevendo a história

Excerto 6 – exegético-argumentativo tipo compreender e transformar o mundo

Excerto 7 – exegético-argumentativo tipo leitura crítica

Excerto 8 – exegético-argumentativo de esclarecimento

4.c.

Excerto 1 – O artigo é pautado por uma proposta dupla: ampliar a compreensão que temos da influência da Escola de Frankfurt sobre a organização estudantil da Universidade Wolfgang Goethe, em Frankfurt; e argumentar que essa influência é mais complexa do que parece à primeira vista. O autor pretende mostrar que não se trata somente de inspiração direta, e sim de uma relação ambígua. Se ele estiver certo, ele estará reescrevendo a história do movimento estudantil frankfurtiano, num certo sentido.

Excerto 2 – O foco do artigo é discutir se a atribuição dos rótulos “quietista” e “resignado” ao Adorno tardio é devida.

Excerto 3 – O texto é orientado pela proposta de analisar as leituras já feitas da posição sustentada pela personagem Sócrates no diálogo platônico Protágoras, e tomar partido frente a elas, favorecendo uma certa leitura e criticando outra.

Excerto 4 – O objetivo do artigo é discutir qual a maneira correta de interpretar duas passagens de Descartes e Arnauld.

Excerto 5 – O autor vai questionar a maneira default como a filosofia contemporânea é estudada, ou como esse período da história da filosofia é recortado; e vai propor que essa forma é inapropriada. Se ele estiver

certo, estará reescrevendo a história da filosofia contemporânea, num certo sentido.

Excerto 6 – O texto se concentra na pergunta sobre como uma filósofa, Simone de Beauvoir, pode ajudar feministas brancas e socialmente privilegiadas a resolverem um problema prático, o problema de como lidar com seus próprios privilégios.

Excerto 7 – O autor se propõe a lançar uma certa interpretação da posição socrática acerca da virtude que é heterodoxa em relação a interpretações já dadas por outros, e em seguida a fazer uma argumentação de defesa da tese em questão, isto é, a defendê-la como sendo a posição correta, ou mais razoável.

Excerto 8 – O texto se concentra numa pergunta da forma “O que é X?”, onde “X” é a chamada “filosofia empírica”, buscando esclarecê-lo a partir da consideração de várias dimensões que a resposta a essa pergunta pode ter.

4.d.

Excerto 1 – Descrever a influência dos representantes da Teoria Crítica sobre os estudantes frankfurtianos (esforço exegético), e mostrar que essa influência é mais complexa do que mera inspiração (esforço argumentativo).

Excerto 2 – Caracterizar a atribuição dos rótulos “quietista” e “resignada” à teoria crítica tardia de Theodor Adorno (esforço exegético), e tomar partido contra ela (esforço argumentativo).

Excerto 3 – Caracterizar a discordância entre os intérpretes Santa e Taylor acerca de como a passagem em questão deve ser interpretada (esforço exegético), e tomar partido nela (esforço argumentativo).

Excerto 4 – Discorrer sobre a atribuição, por Joseph Almog, de uma certa interpretação às passagens de Descartes e Arnauld mencionadas (esforço exegético), e tomar partido contra ela (esforço argumentativo).

Excerto 5 – Examinar a divisão da filosofia contemporânea entre tradição analítica e tradição continental (esforço exegético); e em seguida questioná-la, isto é, posicionar-se contrariamente a essa forma de recortar a filosofia contemporânea (esforço argumentativo).

Excerto 6 – Interpretar os escritos de Simone de Beauvoir (esforço exegético) e argumentar que essa filósofa é capaz de fornecer uma solução alternativa para o problema de como feministas brancas e socialmente privilegiadas devem lidar com sua própria situação (esforço argumentativo), sendo que os dois esforços não necessariamente têm de ser empreendidos nessa ordem.

Excerto 7 – Há um esforço argumentativo, a ser empreendido nas sessões I e II do artigo, que é o de atacar interpretações já dadas à tese socrática de que a virtude é una. E há um esforço exegético, empreendido nas sessões III e IV, que consiste de interpretar (dar uma interpretação nova) à tese em questão. O artigo compreende ainda uma outra camada de argumentação, que é a defesa, propriamente dita, da interpretação proposta pelo autor.

Excerto 8 – Apresentar e discutir caracterizações de filosofia empírica dadas por outros (esforço exegético); e articulá-las como uma resposta à pergunta diretora do artigo (esforço argumentativo).

4.e. Pessoal.

EXERCÍCIOS DO CAPÍTULO 5

5.a. pessoal.

5.b. pessoal.

REFERÊNCIAS

Aqui estão as referências de materiais relativos à escrita filosófica citados ao longo do livro. Em seguida está a lista de todos os textos cujos resumos ou parágrafos introdutórios foram citados como exemplo, ou nos exercícios.

Branquinho, João; Murcho, Desidério; Gomes, Nelson Gonçalves. (2006). *Enciclopédia de termos lógico-filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes.

Carnielli, Walter; Epstein, Richard (2009). *Pensamento Crítico: o poder da lógica e da argumentação*. São Paulo: Ridell.

Feinberg, Joel (2014). *Doing Philosophy: A Guide to the Writing of Philosophy Papers*. Wadsworth, Cengage Learning.

Freitas, Verlaine. *A Pesquisa em filosofia*. Inédito.

Goldberg, Sanford (2021). Types of Contributions to the Philosophical Literature. Disponível em dailynous.com/2021/02/05/types-contributions-philosophical-literature/

Kane, Thomas (2000). *The Oxford Essential Guide to Writing*. New York: Berkley Books.

Martinich, Aloysius. (1996, 2005) *Philosophical Writing: an introduction*. Blackwell Publishing.

Mortari, Cezar (2001). *Introdução à lógica*. São Paulo: Unesp.

Pryor, James (2014). *Como se escreve um ensaio de filosofia*. Trad. Eliana Curado. Disponível em <http://netmundi.org/home/wp-content/uploads/2014/08/Como-se-escreve-um-ensaio-de-filosofia.pdf>

Pryor, James. *Guidelines on Writing a Philosophy Paper*. Disponível em jimpryor.net/

Russell, Bertrand. (1945). *A History of Western Philosophy*. New York: Simon and Schuster.

Russel, Bertrand (2008). *Os problemas da filosofia*. Trad. Desidério Murcho. Lisboa: Edições 70.

Saunders, Clare; Mossley, David; MacDonalds Ross, George; Lamb, Daniele; Closs, Julie (2007). *Doing Philosophy: a practical guide for students*. New York: Continuum.

Velasco, Patrícia Del Nero (2010). *Educando para a argumentação: contribuições do ensino da lógica*. Belo Horizonte: Autêntica.

Wunenburger, Jean-Jacques; Folscheid, Dominique (2006). *Metodologia Filosófica*. São Paulo: Martins Fontes.

OUTRAS OBRAS CITADAS:

Ablondi, F. (2005). *Almog's Descartes*. Source: Philosophy, Vol. 80, No. 313 (Jul., 2005), pp. 423-431.

Annas, J. (1976) *Plato's Republic and Feminism*. Philosophy 51 (197), 307-321.

Antony, M. (2002). *Concepts of Consciousness, Kinds of Consciousness, Meanings of 'Consciousness'*. Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition. Vol. 109, No. 1 (May, 2002), pp. 1-16.

Baron, Marcia (1985). *Varieties of Ethics of Virtue*. American Philosophical Quarterly, Vol. 22, No. 1 (Jan., 1985), pp. 47-53.

Benjamin, A. C. (1939). *What is Empirical Philosophy?* The Journal of Philosophy Vol. 36, No. 19 (Sep. 14, 1939), pp. 517-525.

Blackburn, S. (2015). *Blessed are the Peacemakers*. Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition, Vol. 172, No. 4, pp. 843-853.

Campbell, D. (2003). *Nietzsche, Heidegger, and Meaning*. Journal of Nietzsche Studies. No. 26 (Autumn 2003), pp. 25-54.

Clack, B. (1999). *Misogyny in the Western Philosophical Tradition: A Reader*. Publisher: Palgrave Macmillan UK.

- Clark, A.; Chalmers, D.** (1998). *The Extended Mind*. Analysis Vol. 58, No. 1 (Jan., 1998), pp. 7-19.
- Clark, A.** (2008). *A Tension in the Study of the Embodied, Embedded Mind?* Philosophy and Phenomenological Research, Vol. 76, No. 1 (Jan 2008), pp. 37-59.
- Chisholm, R. M.** (1967). *He Could have Done Otherwise*. The Journal of Philosophy, 64(13), 409.
- Contat, M.** (1996). *Was Sartre a Democrat?* Sartre Studies International, Vol. 2, No. 1 (1996), pp. 1-17.
- Culleton, A.** (2019). The influence of Aristotle's practical philosophy on the formulation of a philosophy of economics in colonial scholasticism. Veritas (Porto Alegre), 64(3), e352-62.
- Darling, J.** (1985). *Understanding and Religion in Rousseau's "Emile"*. British Journal of Educational Studies, Vol. 33, No. 1 (Feb., 1985), pp. 20-34.
- De Lacy, P. H.** (1948). *Lucretius and the History of Epicureanism*. Transactions and Proceedings of the American Philological Association, 79, 12.
- Duarte, R.** (2021). O Movimento Estudantil Alemão na Década de 1960 e a Teoria Crítica da Sociedade: Algumas Anotações. Kriterion, Belo Horizonte, Edição Especial, Jan./2021, pp. 207-223.
- Feldman, F.** (1970). *Leibniz and Leibniz's Law*. The Philosophical Review, Vol. 79, No. 4 (Oct., 1970), pp. 510-522.
- Finkelberg, A.** (1994). *Plural Worlds in Anaximander*. The American Journal of Philology. Vol. 115, No. 4 (Winter, 1994), pp. 485-506.
- Fleck, A.** (2017). *Resignação? Práxis e política na teoria crítica tardia de Theodor W.* Kriterion, Belo Horizonte, n° 138, Setembro/Dezembro./2017, pp. 467-490.
- Fodor, J. A.** (1968). *The Appeal to Tacit Knowledge in Psychological Explanation*. The Journal of Philosophy, 65(20), 627.
- Foot, P.** (1959). *Moral Beliefs*. Proceedings of the Aristotelian Society. New Series, Vol. 59 (1958 - 1959), pp. 83-104.

- Frankfurt, H. G.** (1966). *Descartes's Discussion of his Existence in the Second Meditation*. *The Philosophical Review*, 75(3), 329.
- Greco, J.** (1995). *Reid's Critique of Berkeley and Hume: What's the Big Idea?* *Philosophy and Phenomenological Research*, 55(2), 279.
- Grünbaum, A.** (1989). *The Pseudo-Problem of Creation in Physical Cosmology*. *Philosophy of Science*. Vol. 56, No. 3 (Sep., 1989), pp. 373-394.
- Guilhermino, D. P.** (2020). *O Desenvolvimento da Teoria Semiótica de Husserl de 1890 a 1901*. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 147, Dez./2020, pp. 649-674.
- Gusman, S.** (2018). *To the Nothingnesses Themselves: Husserl's Influence on Sartre's Notion of Nothingness*. *Journal of the British Society for Phenomenology* 49 (1):55-70.
- Gyllenhammer, P.** (2009). *Normality in Husserl and Foucault*. *Research in Phenomenology* Vol. 39, No. 1 (2009), pp. 52-68.
- Haack, S.; Kolenda, K.** (1977). *Two Fallibilists in Search of the Truth*. *Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volumes*, Vol. 51 (1977), pp. 63-104.
- Haack, S.** (1984). *Can James's Theory of Truth Be Made More Satisfactory?* *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, Vol. 20, No. 3 (Summer, 1984), pp. 269-278.
- Hacking, I.** (2005). *Why Race Still Matters*. *Daedalus*, Vol. 134, No. 1, On Race (Winter, 2005), pp. 102-116.
- Haddad, A. B.** (2021). *Sobre o Bem nas Memoráveis de Xenofonte*. *Revista Portuguesa de Filosofia* 77, no. 1 (2021): 205-16.
- Han, Choong-Su** (2017). *Heideggers Rezeption des Taoismus: Die Notwendigkeit des Unnötigen (無用之用) in der Leistungsgesellschaft*. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 138, Setembro/Dezembro./2017, pp. 509-520.
- Harman, G.** (1975). *Moral Relativism Defended*. *The Philosophical Review*, 84(1).
- Heil, J.** (1987). *Are We Brains in a Vat? Top Philosopher Says 'No'*. *Canadian Journal of Philosophy*, Vol. 17, No. 2 (Jun., 1987), pp. 427-436.

- Heldt, C.** (2009). *The Magical and Bad Faith: Reflection, Desire and the Image of Value*. Sartre Studies International, Vol. 15, No. 1 (2009), pp. 54-73.
- Humphries, R.** (1999). *Analytic and Continental: The Division in Philosophy*. The Monist. Vol. 82, No. 2, Continental Philosophy: For & Against (April 1999), pp. 253-277.
- Hurley, S.; Arneson, R. J.** (2001). *Luck and Equality*. Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volumes. Vol. 75 (2001): 51-90.
- Jackson, K.** (2005). *Towards Authenticity: A Sartrean Perspective on Business Ethics*. Journal of Business Ethics, Vol. 58, No. 4 (Jun., 2005), pp. 307-325
- Kennedy, G.** (1980). *Later Greek Philosophy and Rhetoric*. Source: Philosophy & Rhetoric, Vol. 13, No. 3 (Summer, 1980), pp. 181-197.
- Klosko, G.** (1980). *On the Analysis of "Protagoras" 351B-360E*. Phoenix, Vol. 34, No. 4 (Winter, 1980), pp. 307-322.
- Kruks, S.** (2005). *Simone de Beauvoir and the Politics of Privilege*. Hypatia, Vol. 20, No. 1 (Winter, 2005), pp. 178-205.
- Leite, A., & Simon, S.** (2010). Werner Heisenberg e a Interpretação de Copenhague: a filosofia platônica e a consolidação da teoria quântica. Scientiae Studia, 8(2), 213-241.
- May, J.; Holton, R.** (2012). *What in the world is weakness of will?* Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition, Vol. 157, No. 3 (February 2012), pp. 341-360.
- Mele, A.** (1983). *"Akrasia", Reasons, and Causes*. Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition, Vol. 44, No. 3 (Nov., 1983), pp. 345-368.
- Menezes, L. M. B. R.** (2012). *Nova interpretação da passagem 359d da República de Platão*. Kriterion, Belo Horizonte, nº 125, Jun./2012, p. 29-39.
- Nagel, T.** (1989). *What Makes a Political Theory Utopian?* Social Research, Vol. 56, No. 4, Philosophy and Politics (Winter 1989), pp. 903-920.

- Nichols, S.** (2004) *Imagining and Believing: The Promise of a Single Code*. The Journal of Aesthetics and Art Criticism, Vol. 62, No. 2, Special Issue: Art, Mind, and Cognitive Science (Spring, 2004), pp. 129-139.
- de Paula, M. G.** (2005). O caso do Pastor Adler e do Anticristo: a filosofia da religião entre Kierkegaard e Nietzsche. Filosofia Unisinos, 6(3):312-321, set/dez 2005, pp. 312-321.
- Peixoto, M. C. D.** (2007). *A Natureza Humana entre a Necessidade e a Liberdade*. Filosofia Unisinos, 8(1): 33-40.
- Penner, T.** (1973). *The Unity of Virtue*. The Philosophical Review. Vol. 82, No. 1 (Jan., 1973), pp. 35-68.
- Perini-Santos, E.** (2015). *Por que Agostinho não é um filósofo medieval (e por que é importante compreender isso)*. Kriterion, Belo Horizonte, nº 131, Jun./2015, pp. 213-237.
- Pimenta, O.** (2019). Como devemos viver? Duas formulações do tema a partir do livro I da “República”. Kriterion, Belo Horizonte, nº 144, Dez./2019, pp. 651-669.
- Pinheiro, U.** (2001). *Contingência e análise infinita em Leibniz*. Kriterion, Belo Horizonte, nº 104, Dez/2001, pp.72-96.
- Preston, B.** (1994). *Behaviorism and Mentalism: Is There a Third Alternative?* Synthese, Vol. 100, No. 2 (Aug., 1994), pp. 167-196.
- Priest, G.** (1998). *What is so Bad about Contradictions?* The Journal of Philosophy, 95(8), 410.
- Pritchard, D.** (2008). Wright contra McDowell on perceptual knowledge and scepticism. Synthese, 171(3), pp. 467-479.
- Rowlands, M.** (1989) *Discussion of Jackson and Pettit "Functionalism and Broad Content"*. Mind. New Series, Vol. 98, No. 390 (Apr., 1989), pp. 269-275.
- Sabo, T.** (2017). *Plotinus and Buddhism*. Philosophy East and West. Vol. 67, No. 2 (APRIL 2017), pp. 494-505.
- Salinger, J. D.** (1991) *The Catcher in the Rye*. Litte Brown and Company.

- Schreyach, M.** (2013). *Pre-objective Depth in Merleau-Ponty and Jackson Pollock*. *Research in Phenomenology*, 43(1), 49–70.
- Schwerin, A. K.** (2019). *Did Russell Experience an Epiphany in 1911?* *Principia* 23(1): 1–17.
- Schopenhauer, A.** (2009). *A Arte de Escrever*. Trad. Pedro Süsskind. L&M Pocket.
- Silva Filho, J. C. M.** (2008). O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil. *Veritas* (Porto Alegre), 53(2).
- Smith, A. D.** (2001). *Perception and Belief*. *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 62, No. 2 (Mar., 2001), pp. 283–309
- Snow, N.** (2009). *How Ethical Theory Can Improve Practice: Lessons from Abu Ghraib*. *Ethical Theory and Moral Practice*. Vol. 12, No. 5, *Ethical Theory and Moral Practice: How do They Relate?* (November 2009), pp. 555–568.
- Stalnaker, R.** (1977). *Complex Predicates*. *The Monist*, Vol. 60, No. 3, *New Directions in Semantics* (JULY, 1977), pp. 327–339.
- Stalnaker, R.** (1981). *Indexical Belief*. *Synthese*. Vol. 49, No. 1, *Demonstrative and Indexical Reference, Part I* (Oct., 1981), pp. 129–151.
- Stalnaker, R.** (1996). *Varieties of Supervenience*. *Noûs*, 30, 221–241.
- Stalnaker, R.** (1998). *What Might Nonconceptual Content Be?* *Philosophical Issues*, Vol. 9, *Concepts* (1998), pp. 339–352.
- Stefani, J.** (2019). "Boa Deliberação (Euboulía) e o Problema da Moralidade dos Meios em Aristóteles. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 144, Dez./2019, p. 609–628.
- Tedeschini, M** (2015). From Phenomenology to Formal Ontology: How Barry Smith and Kevin Mulligan Made Husserl's Descriptive Psychology into a Form of Realism. *Archivio di Filosofia*. Vol. 83, No. 3, pp. 177–188.
- Thomasson, A.** (2014). *It's a Jumble Out There: How Talk of Levels Leads Us Astray*. *American Philosophical Quarterly* 51 (4):285–296.
- Tye, M.** (1994). *Sorites Paradoxes and the Semantics of Vagueness*. *Philosophical Perspectives*, 8, 189.

- Tye, M.** (1997). *The Problem of Simple Minds: Is There Anything It Is like to Be a Honey Bee?* Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition, Vol. 88, No. 3 (Dec., 1997), pp. 289-317.
- Warnock, M.** (1950). *A Note on Aristotle. Categories 6a 15.* Mind Vol. 59, No. 236 (Oct., 1950), pp. 552-554.
- Weberman, D.** (1996). *Sartre, Emotions, and Wallowing.* American Philosophical Quarterly. Vol. 33, No. 4 (1996), pp. 393-407.
- Werle, M. A.** (2004). *Hegel e W. Benjamin: variações em torno da crise da arte na época moderna.* Kriterion, Belo Horizonte, nº 109, Jun/2004, pp. 32-45.
- Wood, W. D.** (2009). *Axiology, Self-Deception, and Moral Wrongdoing in Blaise Pascal's "Pensées".* The Journal of Religious Ethics, Vol. 37, No. 2 (Jun., 2009), pp. 355-384.



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org